

Perspectivas
Contemporâneas do

Lazer



Comissão Científica – Edital 01/2020

Antonio Carlos Queiroz Filho
Catia Pereira dos Santos
Fabiana Aparecida de Carvalho
Gustavo Maneschy Montenegro
Julia Batista Alves
Karina Ferreira Chueng
Mirleide Chaar Bahia
Sidemar Alves da Silva Kunz

EDITORA **FECILCAM**

CNPJ: 75.365.387/0001-89

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733

Campo Mourão, PR, CEP 87303-100

(44) 3518-1838

campomourao.unespar.edu.br/editora/

editorafecilcam@unespar.edu.br

Diretora: Suzana Pinguello Morgado

Vice-Diretora: Fabiane Freire França

Coordenadora Consultiva: Ana Paula Colavite

Secretário Executivo: Jorge Leandro Delconte Ferreira

Alexandre Paulo Loro
Samuel Gonçalves Pinto

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO LAZER



EDITORA FECILCAM

Valdemir Paiva
EDITOR-CHEFE

Éverson Ciriaco
DIREÇÃO EDITORIAL

Katlyn Lopes
DIREÇÃO EXECUTIVA

Paula Zettel
DESIGN DE CAPA

Brenner Silva
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Ana Carolina Ostetto
REVISÃO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINAZ, CRB9 / 626

L875p Loro, Alexandre Paulo
Perspectivas contemporâneas do lazer / Alexandre Paulo Loro, Samuel Gonçalves Pinto – 1.ed. – Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.
352p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-88090-22-0

1. Lazer – Aspectos sociais. 2. Qualidade de vida. I. Pinto, Samuel Gonçalves. II. Título.

CDD 790.106 (22.ed)

CDU 796

1ª edição – Ano 2022

Fica terminantemente proibido qualquer tipo de comercialização de exemplares deste livro, conforme o Edital 01/2020 Editora Fecilcam, por se tratar de uma publicação com financiamento público.

Não encontrando nossos títulos na rede de livrarias conveniadas e informadas em nosso site, contatar o Editorial Casa.



Praça Generoso Marques, 27, 14º andar – Centro | CEP 80020-230 | Curitiba-PR

Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br

www.editorialcasa.com.br

*Dedicamos este trabalho a todos aqueles que
anseiam por outros olhares sobre o lazer enquanto
fenômeno social, a partir de uma relação lúdica
com a vida.*

NOTA DOS ORGANIZADORES

Nas últimas décadas, temos acompanhado mudanças significativas no campo do lazer, as quais são decorrentes de novos modos de vida, oferta de produtos e de serviços e em função do aumento das preocupações da população com o corpo, a estética e a saúde. As reflexões sobre as características contemporâneas desse fenômeno podem ser analisadas em diferentes abordagens e perspectivas, interligadas com a cultura, os serviços públicos, a qualidade de vida e o consumo.

O desfrute do tempo livre tem proporcionado um amplo campo de expressões pela facilidade de experiências, à medida que o lazer pode ser entendido como um tempo-espaco capaz de espelhar atributos e comportamentos da sociedade baseados na liberdade de escolha. Ao conferir ao lazer hodierno uma expressão múltipla na sociedade, precisamos estar atentos e críticos às suas novas formas de manifestação. Nesse sentido, as ponderações que constam nesta obra traduzem o desejo de alargar as discussões sobre a necessidade de pensar o lazer inscrito em uma abordagem global da estruturação do conjunto do comportamento humano, capaz de contribuir para o desenvolvimento da vida pessoal e coletiva.

Diante de múltiplos cenários que os estudos do lazer podem produzir, este livro pretende proporcionar aos leitores uma reflexão abrangente e provocativa sobre como os indivíduos podem exercer o lazer no tempo presente.

Acompanhando constantes processos de mudanças, pesquisadores de várias regiões do país estão investigando a pluralidade de manifestações de lazer e se reinventando para atender a crescente demanda em tempos de céleres transformações. Para tanto, a diversidade de perspectivas teóricas e abordagens está sendo

constantemente ampliada, alcançando contextos e populações que, até pouco tempo, pareciam improváveis de serem atingidos.

A obra sintetiza os conhecimentos organizados por meio do diálogo com 29 especialistas: estudiosos com reconhecida atuação no campo do lazer no país e que estão inseridos em grupos de pesquisa. A cooperação conjunta de autores de diversas universidades e áreas do conhecimento contribuiu para a produção deste material, organizado em 14 capítulos. Temos à disposição, portanto, uma variedade de perspectivas e tensionamentos do objeto de estudo em questão.

O resultado foi a produção de uma obra com uma excelente variedade de olhares e vivências, engrandecida com a participação da prestigiada Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, que nos honra ao prefaciá-la obra.

Esperamos que este conjunto de trabalhos possa ser acessado democraticamente pelos leitores, apresentando uma possibilidade potencial de criatividade, inserida em um projeto de existência em que cada indivíduo tenha a responsabilidade de cultivar, à sua maneira, tanto individual quanto social, valores que dão sentido à vida.

Nossos mais sinceros agradecimentos ao coletivo de pesquisadores/as que integram esta obra, cuja participação expressa a necessidade permanente de indagar a importância do lazer na existência humana.

Boa leitura, dezembro de 2020.

Dr. Alexandre Paulo Loro
Dr. Samuel Gonçalves Pinto

PREFÁCIO

Leila Mirtes Magalhães Pinto

Para mim, este livro é muito desafiante em dois sentidos. Primeiro, pela responsabilidade de poder compartilhar dele com imenso orgulho, pois foi produzido por estudiosos muito queridos e reconhecidos em nosso meio. Segundo, pelo tema tratado, considerando a produção de uma obra sobre “Perspectivas do lazer na contemporaneidade”, a ser finalizada nesse momento de crise que vivemos.

Afinal, escrevo este prefácio em maio de 2020, em meio a uma “nova etapa histórica da contemporaneidade”. Quando não vivemos mais a realidade do início desse ano, tão diferente da vivenciada pelos autores deste livro quando elaboraram suas reflexões. Provavelmente, em decorrência da COVID-19, nossa sociedade não será nunca mais a mesma. A crise gerada por essa pandemia marca bruscas mudanças, assim como acelera outras que já estavam em curso em todo o mundo.

Desde 31 de dezembro 2019, quando a China informou à Organização Mundial da Saúde que um vírus, até então desconhecido, espalhava-se pelo país a partir do primeiro caso confirmado na cidade de Wuhan no mês anterior. A COVID-19 chegou, até o momento, a mais de 180 países, incluindo o Brasil, desde março de 2020. Pandemia com escalada surpreendente em números de pessoas contaminadas e também mortas. Marco de um mundo globalizado, onde o principal fator é o geográfico, pois todas as pessoas no mundo correm os mesmos riscos e os impactos dessa pandemia atingem todos os setores sociais.

Por isso, a COVID-19 já é citada pelos historiadores como um fato que marca mudanças consideráveis da contemporaneidade no Século XXI. Contemporaneidade que, de modo geral, iniciou-se

considerando, dentre outros fatos históricos, o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no ocidente desde a Revolução Industrial (Século XVIII, na Europa) e a *Belle Époque* (período de cultura cosmopolita na história da Europa, que começou na França).

A *Belle Époque*, expressão que designa o clima intelectual e artístico do fim do Século XIX e durou até a Primeira Guerra Mundial, em 1914, foi marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano, incentivados por inovações tecnológicas, como telefone, telégrafo sem fio, eletricidade, cinema, bicicleta, automóvel e avião. Transformações que inspiravam novas percepções da realidade, aliadas ao crescimento urbano e surgimento da cultura do divertimento, que ganhou *status* social na burguesia (BLOM, 2015).

Espalhando suas influências pelo mundo, a *Belle Époque* no Brasil diferiu de outros países seja pela sua duração seja pelo avanço tecnológico que se deu nas regiões mais prósperas do País na época: a do ciclo da borracha (Amazonas e Pará), a cafeeira (São Paulo e Minas Gerais) e as três principais cidades coloniais (Rio de Janeiro, Recife e Salvador). Período de mudanças nas artes, moda, arquitetura, cultura, urbanização, tecnologia, política e diversões vividas da Independência do País à Semana de Arte Moderna de 1922 (BUENO, 2010).

A contemporaneidade brasileira nasceu e se desenvolveu, sobretudo, com o avanço da sociedade industrial e globalização no Século XX, bem como com a revolução digital do Século XXI, fatos vividos em meio a marcantes crises políticas e econômicas, além de conquistas de direitos garantidos pela nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A nova sociedade em contínuo desenvolvimento e mudanças marca o período contemporâneo dos tempos modernos.

Para Berman (1986) ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformações ao redor, que, ao mesmo tempo, ameaçam destruir tudo o que temos, sabemos e somos.

As mudanças que ocorrem em cada momento histórico têm sido significativas para alterar a particularidade de vida de cada pessoa, transformando relações do sujeito com seu corpo, com outros corpos e as atividades cotidianas, destacando aqui, neste livro, as de trabalho e lazer. A contemporaneidade influi em costumes, valores e relacionamentos, sob grande influência da era moderna que propôs uma uniformidade em todos os campos.

Algumas das grandes transformações em curso na contemporaneidade brasileira até o Século XXI são problematizadas nesta obra, ressaltando-se, a meu ver, como critérios estruturantes das análises sobre o lazer as relações dos sujeitos com o espaço, o tempo e a cultura lúdica vividos em cidades urbanas, aldeias indígenas e junto à natureza.

As primeiras décadas do Século XX no Brasil foram marcadas, especialmente, pelas ideias de uma expressiva parcela da intelectualidade brasileira, que defendia a necessidade de uma nação moderna e industrial, tendo como referência países europeus e os Estados Unidos.

No período da Modernidade, marcado pela Revolução Industrial, o corpo passa a ser tratado como objeto de um novo sistema, alvo de transformações e controles, de disciplina como instrumento de sua docilização, conforme intenções da industrialização e do capitalismo emergente. As formas de uso do corpo, impondo-lhe a relação de docilidade-utilidade, foram muito discutidas por Foucault (1984, 1987) em seus estudos sobre poder. Para o autor, o poder tem eficácia produtiva e isso explica seu alvo, o corpo, não para censurá-lo, reprimi-lo ou adestrá-lo, pois não se explica o poder apenas pelo seu potencial repressivo, mas pelo seu interesse em controlar a vida humana, tendo em vista maximizar seu potencial e aperfeiçoar sua capacidade.

Essa manipulação, colocando os corpos à disposição do capitalismo, funda-se nas disciplinas moral e técnica, consideradas necessárias para que o homem pudesse adaptar-se à realidade da produção industrial e ao uso racional máximo do corpo no cotidiano,

em termos econômicos e sociais, políticos e ideológicos da classe dominante (RODRIGUES, 2006).

Os corpos são mobilizados à competitividade da modernidade e aos novos interesses de seu uso. Para isso, foram valorizados novos hábitos, ética e atividades que privilegiassem a concorrência entre as pessoas, fenômenos modernos que influíram no universo das atividades sociais, como as festivas e esportivas, como é analisado no artigo deste livro **“História do lazer nos subúrbios cariocas: repressão, tensão e violência (1900–1923)”**, de autoria de **Nei Jorge dos Santos Junior**.

O **autor** mostra-nos como a disciplinarização dos corpos no início do Século XX se revelava também pelas atividades de lazer vividas em festas populares e agremiações esportivas, sociais e recreativas, sob forte repressão social, até mesmo policial. Considerando a complexidade e pluralidade do lazer nos subúrbios cariocas, o estudo analisa críticas tecidas pelos jornais e pela polícia no que diz respeito às formas de diversão suburbana. Com isso, por um lado, revela modos de adesão a parâmetros de modernidade que buscam redefinir usos e costumes considerados inadequados aos padrões do que era considerado civilizado na época. Por outro lado, traz à tona teias de sociabilidade expressivas reveladoras de sentidos e representações do lazer, considerando a alegria como transgressora, perigosa e resistente às mudanças socioculturais em curso.

Da criação dos clubes sociorecreativos no Brasil do Século XIX até os dias de hoje percebemos como são considerados privilegiados espaços para a convivência social lúdica adaptada às exigências econômicas, políticas, sociais e culturais de cada época. A criação de clubes contou com fatores como a constituição dos centros urbanos e o processo migratório com a chegada de imigrantes europeus no País. Entusiasmo que se reduziu na década de 1980, considerando o complexo e amplo contexto social e histórico em transição de uma visão romântica, própria dos associados mais antigos, para uma visão pragmática dos novos associados, que veem no clube um local

seguro para sua convivência, com diversos serviços num único local e preços mais acessíveis que no mercado, dentre outros benefícios.

Essas análises, realizadas por Marco Ruiz da Silva e Laura Alice Rinaldi Camargo no artigo **“Perspectivas contemporâneas do lazer nos clubes sociorrecreativos”**, foram elaboradas a partir do estudo da programação de eventos de um clube da Grande Curitiba, buscando entender se responde às demandas sociais contemporâneas, a saber: 1) aumento da expectativa de vida da população, com crescente consciência dos idosos sobre a importância do lazer para sua qualidade de vida; 2) mudanças na prática e no consumo do lazer das famílias nos grandes centros, considerando a sensibilidade de empatia interespecie, nas relações dos sujeitos com animais de estimação, particularmente cães e gatos; e 3) difusão de novos hábitos cotidianos pela invasão tecnológica digital nas vidas das pessoas, constituindo múltiplas experiências coletivas e individuais de diversão pela interatividade virtual em casa, ônibus, carro, escola, trabalho e outros locais, independentemente do tempo. A pesquisa mostra que clubes, em geral, como entidades conservadoras, têm dificuldades com mudanças estruturais significativas, em curto prazo. Por exemplo: modelos de negócios adotados, apesar de adequações, ainda são idênticos à configuração dos clubes no Século XIX. Apesar de iniciativas isoladas, não foram identificadas estratégias de intervenção que atendam às novas demandas sociais consideradas como indicadores desse estudo.

O Século XX no Brasil se iniciou com recuperação econômica, adotando um modelo agrário, fortemente sustentado com a exportação de café, algodão, cacau e, como aconteceu em Belém do Pará, a exportação da borracha. Momento histórico que influenciou na urbanização de várias cidades.

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo e Anacleto Araújo dos Santos, no artigo **“Isso é Belém! Isso é Pará! Isso é Brasil: espaços de lazer como construto da cidade contemporânea”**, analisam e refletem o tratamento dado ao lazer no município de Belém, conside-

rando os espaços destinados ao lazer como importantes construtos da cidade contemporânea. O dinheiro gerado pela comercialização da borracha, iniciada na gestão municipal de 1897 até o início do Século XX, foi muito importante para a reestruturação urbana da cidade, sendo que transformações planejadas para o lazer perduram até hoje. Foi promovida uma renovação estética e higienista da cidade e de seu porto numa época denominada “*Belle Époque* paraense”, que atendeu ao novo gosto da elite endinheirada do lugar, com destaque para os seringalistas, transformando o Pará em centro financeiro, de consumo, luxo e divertimentos, que, entretanto, não eram de acesso a toda população.

A funcionalidade e o acesso de todos aos espaços de lazer promovidos pelos poderes públicos não foram capazes de acompanhar o volume e a velocidade do crescimento urbano ao longo dos anos, sendo insuficientes para atender efetivamente as demandas e direitos da população – outra grande discussão do Século XX, decorrente da proclamação dos direitos sociais, dentre eles do lazer, pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Ao elevar-se ao patamar dos direitos sociais de toda população, pelos artigos 6º, 7º, 217º e 227º da nossa Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), o lazer passou a integrar a pauta de várias agendas políticas que desafiam a redução das desigualdades sociais quanto ao acesso aos direitos de todos. Essa conquista implicou a participação dos cidadãos em ações políticas educativas pelo e para o lazer, como Araújo e Santos analisam no estudo sobre Belém/PA, realizando reflexões sobre interconexões entre lazer e políticas públicas da cidade comprometidas com a promoção da cidadania, garantia da inclusão social, democratização da gestão, participação e acessibilidade de toda população aos espaços públicos de lazer.

A proclamação do direito ao lazer para todos os cidadãos gerou a necessidade de provimento, isto é, de proteção dos direitos pelo seu pleno exercício. Em decorrência, no País desde 1990, o lazer foi incluído no aparato legal de vários setores que atendem demandas

de sujeitos de todas as idades, gêneros, etnias e raças, grupos sociais, condições econômicas e culturais, tais como: Estatuto da Cidade, Leis da Saúde, Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Política Nacional do Esporte, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto do Idoso, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (COLETÂNEA..., 2005), dentre outras (BRASIL, 2005).

A atual Constituição Federal, no artigo 205, afirma a obrigação dos órgãos e entidades do Poder Público de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, dentre eles o lazer (BRASIL, 1988). Contudo, vários fatores dificultam essa conquista: limitando o conhecimento de pessoas com deficiências sobre seus direitos; com estratégias de submissão e controle que dificultam a inclusão social desses sujeitos-cidadãos; com barreiras infraestruturais que dificultam deslocamento e uso da cidade com autonomia e segurança; dificultando o acesso às oportunidades de lazer às pessoas com mobilidade reduzida ou deficiências; com a falta de atividades planejadas para a inclusão dessas pessoas, cujo convívio se limita à família, clínica e escola. Além disso, as pessoas que mais necessitam de acessibilidade ao lazer, muitas vezes, são as que menos têm recursos disponíveis para garantir sua participação na sociedade.

Essa problemática motivou os pesquisadores Samuel Gonçalves Pinto e Daniela Gomes Rosado no estudo apresentado no artigo **“Lazer e deficiência: olhares do Conselho Municipal de Deficiência de Ponte Nova/MG”**. Nele, a relação lazer-deficiência é discutida em diálogo direto com integrantes do Conselho Municipal da Deficiência de Ponte Nova/MG, sendo, alguns deles, pessoas com deficiências. O estudo destaca a importância dos Conselhos, que são espaços de participação democrática, instâncias consultivas ou deliberativas sobre as políticas a que cada um se refere, compostas de forma paritária por representantes do governo e da comunidade. Além disso, os Conselhos são encarregados pela sociedade por zelar pelo cumprimento

dos direitos por eles tratados, com compromisso de acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar as políticas destinadas à garantia de direitos, pela articulação e o diálogo com as demais instâncias de controle social e gestores da administração pública direta e indireta. Entretanto, a pesquisa mostrou que no município de Ponte Nova o Conselho Municipal da Deficiência não apresenta projetos específicos que possam contribuir com a qualidade de vida das pessoas com deficiências, especialmente, em relação à inclusão no lazer.

As discussões deste livro mostram que a conquista do direito ao lazer só se efetivará na medida em que for garantido o acesso de todos às oportunidades de suas vivências culturais diversificadas. Além disso, revela que o fenômeno lazer na contemporaneidade pressupõe a problematização dos processos de urbanização e democratização do espaço urbano. E mais, o direito à cidade deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente das suas condições sociais, culturais, econômicas ou habilidades corporais. Como discute Léfèbvre (2001), precisa ser garantido o direito de o cidadão participar das atividades da cidade e dela apropriar-se, relacionando com outros cidadãos e os diversos equipamentos urbanos.

No entanto, a urbanização industrial, ao privilegiar espaços e equipamentos de lazer produtivos e estimuladores do consumo de bens rentáveis, implicou não só lucro como também conflitos e questionamentos à estrutura social vigente.

Em **“Lazer no território fluvial: transgressões na Região da Tríplice Fronteira”**, Alexandre Paulo Loro e Giuliano Gomes Assis de Pimentel analisam essa questão pelo discurso dito “lazer desviante” vivido na região fluvial da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, território quente e rico de recursos hídricos. Discutem problemas relacionados às tensões decorrentes ao “legal versus ilegal” frente à segregação socioespacial vivida nesse território, que estimula o lazer da população por necessidade ou prazer, desafiando o proibido. O entorno das águas e as próprias águas são disputadas por grupos locais e visitantes do parque, seduzidos pela oportunidade de desfrutarem de lugares proi-

bidos; áreas próximas das Cataratas, onde ficava antiga zona de livre passagem ao rio pelos pescadores, hoje acolhem condomínios cercados e fechados com portões. Resultado: lugares pontuais de acesso passaram a ser negociados com cobranças de taxas e pescadores invadem a área para chegar ao rio. O estudo mostra que nem sempre os sujeitos se enquadram, querem ou podem pagar as tarifas pedidas: desejam acesso livre e gratuito. A desobediência às regras locais pode ser alvo de cooptação pelo sistema e que o “lazer desviante” expõe resistências como transgressão social e relações de poder se sobrepondo a acessibilidade ao lazer no local.

Além disso, a precarização de muitos espaços públicos de lazer e o descaso de políticas municipais no que tange à garantia de acesso da população a espaços de lazer como oportunidades diversificadas de vivências culturais mobilizam várias instituições, dentre elas as de Ensino Superior públicas, que se comprometem com a democratização do lazer.

Tratando dessa questão, o estudo **“Um respiro na cidade: a experiência com o lazer de uma universidade pública”**, das autoras Renata Nascimento Duarte, Gabriela Machado Ribeiro e Elizara Carolina Marin, analisa a responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a exemplo de outras Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, que atentaram às necessidades de lazer da comunidade universitária e população em geral. Ao incorporar à sua política o trato do lazer no seu Campus Universitário, a UFSM consolidou-se como espaço de lazer na cidade de Santa Maria/RS, reafirmando seu caráter de instituição social comprometida com a realidade local. Para isso, criou um Programa que incentiva a comunidade a frequentar o Campus nos fins de semana, que inclui atividades esportivas e artísticas, bem como de conscientização para cuidados com o meio ambiente. Analisando essa experiência, em diálogo com os participantes e gestores, as pesquisadoras mostram que a UFSM tem sido apropriada pela população como um respiro na cidade e sua administração tem respondido positivamente a esse movimento.

A acessibilidade ao lazer pode acontecer pela participação na vivência prática, a livre fruição ou a apropriação de conhecimentos sobre as oportunidades disponíveis. Daí, a apropriação do patrimônio cultural do lazer se inicia pelo acesso a cultura local, seus bens, práticas, conhecimentos implicados, serviços realizados no território e das possibilidades do desenvolvimento de atividades culturais locais pela própria comunidade.

Essa questão é tratada pela pesquisa que fundamentou o artigo **“Reflexões acerca dos espaços de lazer na aldeia indígena Porto Lindo, no Mato Grosso do Sul”**, de autoria de Marina Vinha, Maria Beatriz Rocha Ferreira e Veronice Lovato Rossato. O levantamento de dados em campo dessa investigação, realizada com indígenas em 2009, foi elaborado pelo então indígena-acadêmico da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu (pedagogo, atualmente, diretor na escola da sua aldeia Porto Lindo/MS), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), campus Venâncio Cáceres. Dados que, aliados a estudos de propostas de políticas públicas de esporte e lazer para indígenas, permitiram não só a identificação de espaços de lazer da aldeia Porto Lindo/MS, como também a compreensão que os Guarani e Kaiowá têm do lazer. Os indígenas participantes da pesquisa não relacionaram lazer ao trabalho, mas, sim, ao tempo para pensar, se expressar, ser espontâneo; lugar de brincar, de diversão, do não fazer nada, *alevezar* o corpo, estar em movimento. Numa expressão, de tempo e espaço indivisíveis, que, a meu ver, ressalta o sentido *kairós* atribuído às experiências vividas como “lazer” pelos indígenas.

Tal como a dimensão espacial, a dimensão temporal também é estruturante do sentido de lazer. A sociedade moderna baseia-se na concepção linear de tempo, ou seja, medida pelo relógio, agendas e calendários. Compreensão influenciada, sobretudo, pela lógica *chronos*, ou *kronos* de tempo, que, para os antigos gregos, referia-se à “noção de intervalo de tempo ritmado por ciclos e cadenciado por rupturas na série de ciclos”, mensurando sequência e esforço. Já com o termo *kairós*, os gregos expressavam o tempo sentido, como

instante privilegiado de possibilidade de escolha e oportuno para a tomada de decisões e desencadear de ações. Nele, há maior possibilidade de liberdade (PINTO, 2004).

O conjunto de textos deste livro mostra-nos que, na nossa sociedade, convivemos com ambas as compreensões ao tratarmos de lazer. Na lógica *chronos* (lazer é afirmado como vivência em um tempo disponível ou livre das obrigações sociais) e na concepção *kairós* de tempo, lazer é entendido como componente da cultura, considerando a qualidade lúdica de sua vivência num entendimento *kairós* de temporalidade. Tempo que instiga a vivência do prazer, da alegria, do brincar e do *alevezar* o corpo, como sentem os indígenas. Tempo, sobretudo, de possibilidades da vivência da liberdade ao lidar com limites, riscos e superação de conflitos.

Esse argumento ajuda-me a compreender Elias (1998), quando observa que, nas sociedades mais simples, o código social não inclui grandes problemas com o tempo, mas, à medida que aumenta a complexidade e a divisão de funções com a chegada da industrialização, concomitante ao aumento da necessidade de autodisciplina e do autocontrole, há necessidade do relógio para controle do tempo. Reflexão que nos ajuda a entender sentidos dos quatro estudos deste livro, que cito a seguir. Experiências de lazer que, para mim, são vividas com sentido do tempo *kairós* pelas artes e tradições, traduzindo espaços de sociabilidade, criatividade, preservação de memórias, ritos e culturas.

Vânia Noronha, em **“Congado: expressões da cultura e do imaginário nos corpos jubilosos”**, analisa a expressividade dos corpos e do imaginário dos filhos do Rosário, homens e mulheres, crianças, jovens e velhos de Belo Horizonte, vivenciando folguedos e preservando histórias, festas e cerimônias afrodescendentes do Congado Mineiro. Festa barroca cujos símbolos, imagens e rituais continuam presentes até os dias de hoje. Nela, os corpos jubilosos, que se regozijam com tudo em celebração da alegria e do corpo: o prazer, a festa, o riso, a dança, o canto, assim como conhecimentos

presentes na resistência e lutas contra a opressão ou que delas surgem. O estudo destaca a dança como uma das formas mais complexas de conhecimento corporal, experiencial, vivido. Ali, o corpo torna-se especialmente animado e vivo por meio da experiência primordial do movimento como forma de conhecimento, que se dá pelas dimensões tátil e sinestésica.

Em **“Dança Vadia’ da Mosaico Cia. de Dança Contemporânea na produção de tensões entre lazer e entretenimento”**, Alba Pedreira Vieira, Flávia Brassarola Borsani Marques e Odilon José Roble relatam uma experiência de dança-lazer como oportunidade de fruir obras de arte, de vivenciar a dança teatral com autonomia na construção de suas próprias coreografias, vestimentas e maquiagens. Onde os/as bailarinos/as são desafiados a refletir sobre temas do cotidiano e histórias locais. Como resultado, gera-se uma experiência reflexiva de temas significativos, desenvolvidos numa simbiose de quem dança e as reações da plateia, considerando comentários dos intérpretes-criadores e do público, que também é agente ativo do espetáculo.

Marie Luce Tavares e Heleniara Amorim Moura, no estudo intitulado **“Mulheres em verso: lazer, performances e poéticas do corpo no contexto escolar”** de educação profissional, consideram trabalho, escola, tecnologia e lazer como esferas da vida humana que se integram na produção da existência; espaço onde relações sociais e culturais de homens e mulheres se constituem. A partir desses fundamentos, foi criado em 2019 o “Coletivo Matricarias”, idealizado e auto-organizado por mulheres-estudantes do Ensino Médio Integrado do Campus Ouro Branco do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Iniciativa que, em diálogos com a arte, abordou questões de direitos e demandas das mulheres, discutindo experiências discentes, como mostram os resultados socializados no artigo. Com isso, o Grupo buscou abrir, ocupar e construir espaço para o lazer numa instituição que não assumia essa finalidade a não ser em “atividades extracurriculares”. Experiências pelas quais diferenças e marginalização de corpos foram denunciadas e espaços/tempos ressignificados como lazer.

Por sua vez, no estudo sobre **“Os sentidos do lazer para o Grupo Cultural Meninas de Sinhá”**, Raquel de Magalhães Borges, Cristiane Miryam Drumond de Brito, Alba Pedreira Vieira e Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes analisam memórias de mulheres idosas, negras, herdeiras de histórias de vida difíceis, com carências econômicas e afetivas, vivendo lutas em meio à violência, ao trabalho precoce e à pobreza. Mulheres que vivem um cotidiano conturbado de obrigações e permeado por valores que limitavam suas experiências culturais de lazer, afeto, autocuidado e compartilhamento de seus saberes. Mulheres que, nessa pesquisa, expõem suas percepções e sentidos atribuídos ao envelhecer e ao lazer, entrelaçados à prática artística comunitária das “Meninas de Sinhá”, grupo musical de idosas que vivem na periferia de Belo Horizonte/MG. Práticas que abrem espaços de afetividade e expressão artística, ao mesmo tempo em que representa lazer e construção de vínculos, incorporados às suas subjetividades e à vida cotidiana de trabalho, família e vida comunitária.

O conceito de comunidade, antes válido para determinar a identidade de um grupo cultural, na medida em que todos os seus elementos constituintes estavam presentes em um limitado espaço geográfico, não tem esse poder explicativo na contemporaneidade globalizada. As identidades pulverizam-se pela imensidão de um mundo em crescente integração multilocalizada e dispersa.

Com as transformações operadas pela globalização, na sociedade da informação e na de direitos, o sujeito ganha uma centralidade nas ações: valoriza-se o sujeito fundado na intersubjetividade e nos princípios de uma sociedade democrática, por meio dos quais “ele integra identidade e técnicas, construindo-se como ator capaz de modificar seu meio ambiente e transformar suas experiências de vida em provas de liberdade” (GIDDENS, 1993, p. 173).

Nesse contexto, amplia-se a compreensão do lazer expressando diferentes significados: recriação, encontro, posse/pertencimento de seu espaço, empoderamento das ações vividas (PINTO, 2004).

Nessa perspectiva, o lazer expressa, numa ótica individual, mudanças na compreensão que os sujeitos têm de seus corpos e acontecimentos segundo suas possibilidades de escolhas, seus hábitos e consciência. Numa ótica grupal, revela a subordinação dos sujeitos às interações intersubjetivas e institucionais, pautadas por princípios, valores, regras e estratégias que estruturam ações dos grupos na rede social, variando-se de acordo com as diferentes esferas e posições sociais que cada pessoa ocupa no grupo.

A dimensão cultural do lazer desvela trocas diversas, em âmbitos diferentes, nos quais se constituem as maneiras como os sujeitos produzem e consomem culturas no lazer. Culturas que variam segundo identidades e modos de lidar com o tempo, o espaço, as atividades, as estruturas culturais, as diferentes regras, valores e relações estabelecidas nos grupos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de todas as idades, sexos, etnias.

Nesse sentido, o lazer evidencia diferentes sentidos e significados, que, segundo Maffesoli (1998), desvela a “centralidade subterrânea” da vida social, que está nas pessoas, no jeito de serem, interagir, gesticular, no tom de voz, no modo de (re)agir nos diálogos, narrar fantasiando o vivido e lidar com as alegrias e desprazeres nessas experiências, como podemos observar, de maneira especial, nos últimos capítulos deste livro até aqui apresentado.

Além disso, o final do Século XX e início do XXI foi um período que se notabilizou pelos inúmeros avanços tecnológicos, conquistas da civilização e reviravoltas em relação ao poder. Marcado por um momento de mudanças tecnológicas, políticas e sociais que impactaram na vida de muitos, sobretudo, em suas relações trabalho-lazer.

Com isso, destaco um último bloco de discussões deste livro, que nos remete a reflexões importantes que implicam questões aqui elencadas sobre a relação lazer-trabalho, bem como novas modalidades de gestão e protagonismo no mercado na contemporaneidade.

Em **“Empoderamento feminino e mercado de eventos: a percepção das gestoras de Mossoró/RN”**, Salete Gonçalves e Rita

Stefany Maia da Silva discutem questões de gênero e empoderamento feminino na contemporaneidade e sociedade de direitos. Contexto onde as mulheres cada vez mais ocupam mercados de trabalho no mundo global, mesmo condicionadas a salários menores que os homens, o que reforça a continuidade dessa discriminação.

Buscando compreender como se manifesta o empoderamento feminino das gestoras de duas empresas de eventos de Mossoró/RN, as pesquisadoras analisam o perfil e trajetórias educacional e profissional das mesmas, como também expressões e processos de empoderamento vividos, procurando entender os conflitos e desafios enfrentados quanto às relações de gênero. Os resultados mostram que a contínua qualificação profissional das gestoras, o conhecimento de seus direitos e a demonstração de suas capacidades empreendedoras são fundamentais para o empoderamento feminino. E, mesmo com autoconfiança, independência financeira, conciliação da vida familiar e de trabalho, essas mulheres enfrentam muitos desafios no ambiente de trabalho com patriarcado ainda vigente. As capacidades social e pessoal das entrevistadas possibilitaram transformações sociais de poder em suas vidas e no mercado, cada vez mais competitivo e exigente no tocante às habilidades e competências desenvolvidas ao longo de suas vidas.

Outra problemática discutida no livro mostra que o aprofundamento do processo de globalização da economia e informação potencializada pela “revolução digital” tem influenciado profundamente em atividades de todos os setores, dentre eles o turístico.

No artigo **“Experiências de produção e consumo turístico em cidades médias do nordeste brasileiro: o caso da plataforma virtual de hospedagem Airbnb”**, Salete Gonçalves Marcelo Taveira e Rosa Maria Rodrigues Lopes analisam como esse fenômeno digital modifica forma/conteúdo do turismo, enfatizando experiências singulares de hospedagem, mais afetiva entre visitante e anfitrião, traduzida como uma acolhida de parente ou amigo. Alguns dos resultados da primeira etapa desse estudo de caso, realizado em

2019, mostram como o modelo de hospedagem *Airbnb* se configura e desenvolve em cidades médias do Nordeste, especificamente Mossoró/RN. As análises relacionam consumo e resiliência urbana (ou seja, diante de uma situação adversa um sistema turístico é capaz de resistir, absorver, acomodar-se, adaptar-se e reconstituir-se em tempo e modo adequados, preservando e restaurando estruturas e funções essenciais).

Discutindo o sistema turístico (diante de crises, sobretudo, econômicas) e de consumo, as autoras debatem inovação, criatividade, resiliência e economia colaborativa (que representa novos modelos de negócios que envolvem tecnologias digitais para a conexão com grupos de pessoas, criando redes e mercado). Mostram que o turismo em Mossoró aparece, sobretudo, relacionado aos negócios e eventos, com potencial de desenvolvimento do Polo Turístico Costa Branca e que a oferta de serviços de hospedagem via *Airbnb* na cidade ainda não marca a dinâmica do setor.

Por fim, destaco o capítulo do livro escrito por Ricardo Alves Mendes e Giuliano Gomes de Assis Pimentel, com o tema **“Ameaças e potencialidades da relação trabalho & lazer no tempo presente”**. Nele, os autores analisam como a relação trabalho-lazer atual acontece de forma global, a partir do estudo de “Agendas globais”, que buscam delinear o futuro de forma pragmática ou utópica para esses campos, considerados esferas interligadas da vida. As agendas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2017 e 2019 mostram mudanças urgentes no mundo do trabalho, gerando ameaças e oportunidades tanto para o trabalho individual (como subsistência, pertencimento e escolha) quanto o coletivo (que gera rede de relações e interações que modelam a coesão social), ambos vêm enfrentando problemas, como insalubridade, má remuneração, instabilidade, desemprego.

A Agenda 2030 das Nações Unidas destaca normas internacionais e políticas que visam a humanização das condições de trabalho, com justiça social, pleno emprego e trabalho digno, tendo

em vista o desenvolvimento sustentável. Além disso, para os autores, o futuro do trabalho dependerá da organização da economia, gestão dos negócios e valorização dos diferentes tipos de trabalho. A tendência visível em curso mostra crescentes esquemas flexíveis de trabalho, como o trabalho informal e teletrabalho.

A tecnologia, demografia, globalização e alterações climáticas são fatores de mudanças nesse momento, requerendo formação contínua dos trabalhadores. As agendas sobre lazer mostram que a sua capilaridade o coloca entre tendências mundiais e resistências locais. Os principais elementos articuladores das agendas são saúde (lembrando que lazer é um dos fatores de saúde, segundo OMS), desenvolvimento econômico e crescimento da economia, capazes de gerar riquezas e melhoria na qualidade de vida da população, bem como respeito ao meio ambiente, à cultura regional e ao avanço tecnológico, que influem nos hábitos de lazer e lógica do consumo.

Os autores desse último estudo esperam nos ajudar a lidar com as incertezas do futuro, mesmo que não exista consenso ou garantias das diferentes previsões. Contribuição valiosa para o momento crítico que vivemos atualmente. Ademais, esperam que as pessoas estejam conscientes das ameaças e oportunidades, para que possam agir em conjunto no sentido de encontrar soluções para o presente e futuro do trabalho e do lazer.

Pelo analisado até aqui, entendo que, no conjunto, esta obra representa uma oportuna chance de problematizarmos questões estruturantes da modernidade e relevantes para repensarmos novas perspectivas do lazer no momento que vivemos.

Aceitando participar desse desafio, mais uma vez ressalto que, a meu ver, todas as reflexões que fizemos sobre perspectivas do lazer na contemporaneidade a partir de agora não poderão deixar de considerar as inúmeras crises geradas pela pandemia de COVID-19 em curso, que vem fazendo cair máscaras, ampliando problemas com os quais o Brasil já lidava: massa crescente de desempregados; violência contra a mulher; abandono de idosos; solidão, estresse e

depressão; desumanização no trato com pessoas consideradas “invisíveis”, especialmente, considerando o foco que muitos dão apenas a numeralização da morte de tantas vítimas da COVID-19.

E mais, vivemos uma “nova” e séria crise que está gerando embates políticos e sociais pela “oposição entre economia e saúde”. Oposição que não deve existir, pois a vida humana precisa ser defendida em toda sua extensão. Como vários autores deste livro mostram, a pujança da própria economia depende de sujeitos saudáveis e com formação contínua para lidar com as crescentes necessidades, dentre elas o avanço tecnológico atual que, de maneira especial, concentra-se nas áreas de eletrônica, telecomunicações e comunicações.

O visível crescimento da internet em nosso meio, por um lado, acelera a difusão de informações contraditórias pelas redes sociais. Por outro lado, deflagra de vez a expansão da educação a distância em todos os níveis de ensino, a prática do *homework*, o uso de aplicativos via celulares para diferentes fins, estreitando cada vez mais relações familiares, educacionais e comerciais, diversificando vendas e consumo.

ONesse momento, que não é de livre escolha, de isolamento e, até mesmo, de *lockdown*, cresce a tendência de explosão da sociabilidade, revelando como as artes e o brincar são requisitados por todos, de todas as idades. As vivências do lazer estão sendo rapidamente ressignificadas: cresce o sucesso dos shows via *lives*; das reuniões de amigos e familiares pela internet; das aulas de ginástica, dança e outras atividades físicas *online*; dos festivais de cinema, peças teatrais, programas de TV e apresentações de canto e música pelas redes sociais; o *WhatsApp* nunca foi tão utilizado para estreitar bate-papos. E quem pode ter acesso a atividades de lazer junto à natureza, nunca curtiu tanto o sol, o verde, as águas, os animais.

Nesse contexto, um valioso alerta nos é dado pelos autores desta obra quando discutem o novo paradigma da atualidade: o momento que vivemos demanda reflexões sobre o lazer articulando, sobretudo, ética e estética.

Esse debate implica o reconhecimento de que o ser humano não se define apenas pela sua capacidade de produzir e consumir, mas também de brincar e saber. A vida humana não requer somente o *homo economicus*: movido pela produção e consumo de bens, envolvendo questões intrínsecas à sociedade capitalista, como discute Bourdieu (1992).

Edgar Morin (2002) lembra-nos que vivemos a emergência do reconhecimento do *homo sapiens demens*, ou seja, do sujeito racional constituído pelo imaginário, pela arte, poesia, literatura – um ser noológico e criativo –, considerando seu universo lúdico, estético, poético com impacto nas diferentes formas de elaboração do conhecimento, como a religião, a filosofia, a ciência, as artes e as tradições.

O reconhecimento do *homo ludens* reacende a importância do foco no sujeito que brinca de forma voluntária, realizando ações com certos e determinados limites de tempo e espaço, assim como regras livremente consentidas e absolutamente cumpridas pelos que jogam; atividade dotada de um fim em si mesma, acompanhada de um sentimento de tensão e alegria e da consciência de ser diferente da “vida cotidiana” (HUIZINGA, 1980).

Essa é uma discussão importante para toda a educação, destacando aqui a educação pelo e para o lazer. Afinal, como nos ensina **o querido mestre Paulo Freire (1996), mais do que nunca na contemporaneidade, os**

[...] **sujeitos precisam ser educados** para a autonomia fundada em experiências estéticas, éticas, críticas e criativas; respeitando os saberes dos outros sujeitos; rejeitando qualquer forma de discriminação; reconhecendo a identidade cultural dos sujeitos e grupos e a necessidade da superação dos condicionamentos da sociedade e corporificando as palavras pelo exemplo, buscando a apreensão da realidade com convicção de que mudanças são possíveis. Nesse processo educativo, o lúdico é comprometido com as intervenções no mundo, exercita a curiosidade, a liberdade, a tomada consciente

de decisões, o saber escutar, o diálogo, a ação coletiva, o querer bem ao outro e a alegria nas suas convivências

Por isso, vejo o conjunto desta obra como uma rica oportunidade de mobilizarmos leituras e reflexões que podem influir no repensar e recriar as relações dos sujeitos com eles mesmos, outros sujeitos, as cidades, culturas e políticas de lazer num esforço para compreender suas trajetórias, seus nexos de sociabilidade, práticas e vácuos, dentre outros desafios.

Esse foi o estímulo que me moveu no processo de elaboração do presente prefácio. Mas alerta a você, leitor, que não estou falando de um livro que fornece receitas prontas com novas perspectivas para o lazer, embora os autores não furem de colocar em relevo boas práticas e temas interessantes que nos ajudam a fundamentar novos caminhos e discussões sobre o lazer na contemporaneidade.

Por isso, desejo a você uma ótima leitura!

REFERÊNCIAS

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOM, P. **Os anos vertiginosos**: mudança e cultura no ocidente -1900-1914. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUENO, E. **Brasil, uma história**: cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2010.

COLETÂNEA de Leis. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Conselho Regional de Serviço Social 6a Região/MG, 2005.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**: por uma sociologia da vida cotidiana. 2. ed. Natal: Argos, 1998.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PINTO, L. M. S. M. **Sentidos de significados de lazer na atualidade**: estudo com jovens belo-horizontinos. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

RODRIGUES, M. A. A. Pesquisando a história do esporte clubístico: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE, 1., 1994, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: [s.n.] 1994. p. 125-134.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<i>Leila Mirtes Magalhães Pinto</i>	
1. A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS: REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)	33
<i>Nei Jorge dos Santos Junior</i>	
2. PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO LAZER NOS CLUBES SOCIORRECREATIVOS.	53
<i>Marco Ruiz da Silva e Laura Alice Rinaldi Camargo</i>	
3. ISSO É BELÉM! ISSO É PARÁ! ISSO É BRASIL: ESPAÇOS DE LAZER COMO CONSTRUTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA.	69
<i>Patrícia do Socorro Chaves de Araújo e Anacleto Araújo dos Santos</i>	
4. LAZER NO TERRITÓRIO FLUVIAL: TRANSGRESSÕES NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA	85
<i>Alexandre Paulo Loro e Giuliano Gomes Assis de Pimentel</i>	
5. UM RESPIRO NA CIDADE: A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	103
<i>Renata Nascimento Duarte; Gabriela Machado Ribeiro e Elizara Carolina Marin</i>	
6. LAZER E DEFICIÊNCIA: OLHARES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFICIÊNCIA DE PONTE NOVA/MG	129
<i>Samuel Gonçalves Pinto e Daniela Gomes Rosado</i>	
7. TEMPO, ESPAÇO E LAZER NA ALDEIA INDÍGENA PORTO LINDO, MATO GROSSO DO SUL	147
<i>Marina Vinha; Maria Beatriz Rocha Ferreira e Veronice Lovato Rossato</i>	
8. CONGADO: EXPRESSÕES DA CULTURA E DO IMAGINÁRIO NOS CORPOS JUBILOSOS	169
<i>Vânia Noronha</i>	

9. "DANÇA VADIA" DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO	191
<i>Alba Pedreira Vieira; Flávia Brassarola Borsani Marques e Odilon José Roble</i>	
10. MULHERES EM VERSO: LAZER, PERFORMANCES E POÉTICAS DO CORPO NO CONTEXTO ESCOLAR	221
<i>Marie Luce Tavares e Heleniara Amorim Moura</i>	
11. OS SENTIDOS DO LAZER PARA O GRUPO CULTURAL MENINAS DE SINHÁ	247
<i>Raquel de Magalhães Borges; Cristiane Miryam Drumond de Brito; Alba Pedreira Vieira e Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes</i>	
12. EMPODERAMENTO FEMININO E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEPÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN	273
<i>Salette Gonçalves e Rita Stefany Maia da Silva</i>	
13. EXPERIÊNCIAS DE CONSUMO TURÍSTICO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA COLABORATIVA: A OFERTA DE MEIOS DE HOSPEDAGEM NA PLATAFORMA VIRTUAL AIRBNB NO CONTEXTO DE MOSSORÓ/RN	299
<i>Salette Gonçalves; Marcelo Taveira e Rosa Maria Rodrigues Lopes</i>	
14. AMEAÇAS E POTENCIALIDADES DA RELAÇÃO TRABALHO & LAZER NO TEMPO PRESENTE	325
<i>Ricardo Alves Mendes e Giuliano Gomes de Assis Pimentel</i>	
15. SOBRE OS/AS AUTORES/AS	343

A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS: REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)

Nei Jorge dos Santos Junior

INTRODUÇÃO

Quando lançamos olhares sobre a história do lazer nos subúrbios do Rio de Janeiro, é possível identificarmos um conjunto de experiências múltiplas, que permite compreender traços significativos quanto ao *modus operandi* local. Para que isso ocorra, deve-se pensar o objeto para além dos centros urbanos, tornando-se necessário interpretá-lo sob uma nova ótica, distante de perspectivas que estabelecem determinadas regiões ou grupos como únicos protagonistas, notadamente quando nos debruçamos sobre os estudos do esporte nos séculos XIX e XX.

Dessa forma, diferentes experiências deixam de ser preteridas e, conseqüentemente, viabilizam observar diversas faces da sociabilidade local, como também seus desdobramentos sobre o modo de adesão a parâmetros de modernidade (MELO; SANTOS JUNIOR, 2018). Isso significa pensar o lazer nos subúrbios em sua complexidade e pluralidade. Trata-se de explorar os espaços em que grupos heterogêneos se reuniam, a criação de agremiações espalhadas pela região, suas iniciativas, contextos socioeconômicos, além da produção de práticas, linguagens e costumes. Através delas, podemos desvendar teias de sociabilidades expressivas nas disputas por legitimidade e na atribuição de significados, analisando as tensões latentes sob os

sentidos e representações dos esportes nos subúrbios da capital fluminense.

Logo, refletir sobre os meandros que orientaram a inserção e a consolidação dos esportes nos subúrbios, torna-se um ponto de partida, haja vista as singularidades ali representadas. Aliás, compreender as singularidades se mostra indispensável, pois através delas, podemos desvendar teias de sociabilidade expressivas nas disputas por legitimidade e na atribuição de significados, analisando as tensões latentes sob os sentidos e representações do lazer nos subúrbios cariocas.

Não por acaso, o número de festas nos subúrbios já se mostrava um relevante hábito social consolidado. Afinal, fala-se dos bailes arrabaldinos, capazes de despertar o entusiasmo dos moradores, transformando-se em elemento fundamental da experiência de seus pares (PEREIRA, 2010). Contudo, é importante chamar a atenção ao fato de que essa relação não deixou de ter seus matizes, tampouco foi esvaziada de contradições. Na verdade, é justamente sobre essa relação tênue e dúbia que vamos tratar neste estudo, buscando compreender as representações de repressão criadas pelos periódicos e pela polícia da cidade do Rio de Janeiro, que não somente desqualificavam, notadamente, pelos discursos de subtração dos bárbaros folguedos tradicionais, como também estereotipavam e reprimiam as práticas de lazer da região arrabaldina.

Quanto ao recorte temporal, levamos em conta as crônicas e notícias produzidas nos periódicos *O Imparcial*, *a Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1900 a 1923, período em que os jornais e a polícia teceram diversas críticas às formas de diversão suburbana, buscando redefinir usos e costumes considerados inadequados aos padrões daquilo que se julgaria civilizado.

Para dar início, é preciso nos questionar sobre a multiplicidade e a multiplicação dos festejos nos arrabaldes da cidade. Outro ponto, não menos importante, está relacionado aos desdobramentos dessa própria multiplicação, que assistiu nas primeiras décadas do século

XX a uma intensificação feroz nas restrições e intervenções policiais sobre os clubes populares.

Vale também nos perguntar qual foi a postura da imprensa carioca diante dessa plurivalência social de festejos. Aliás, lançar um olhar sobre essas representações se mostrará um passo significativo para desnudar a relação entre imprensa e festas suburbanas, pois se, nesse caso, a princípio, tratava-se de composições sociais opostas, é importante identificarmos os campos contrários, mesmo que suas fronteiras nem sempre pudessem ser delimitadas com certa nitidez.

Desse modo, sabemos que analisar as contradições expostas não é o caminho mais simples, porém, acreditamos que essa opção não deve ser negligenciada para que possamos compreender os sentidos e significados sobre as representações do lazer à moda suburbana.

A PEDAGOGIA DA DIVERSÃO POPULAR

“Nunca os subúrbios estiveram tão animados como na presente temporada”, escreveu o jornalista da *Gazeta de Notícias*, em texto publicado em 29 de janeiro de 1907 (CARNAVAL, 1907, p. 3). Ao longo da crônica, o autor chama a atenção para os festejos que agitavam os finais de semanas suburbanos, destacando os bairros de Engenho Novo, Méier, Engenho de Dentro e Todos os Santos como espaços privilegiados para “rendez-vous” entre as famílias da localidade (CARNAVAL, 1907). Pela narrativa, mal se podia adivinhar que ainda faltava mais de um mês para o início oficial do evento popular, que já contagiava intensamente as noites da região.

Embora a crônica citada não apresente nenhum elemento de repúdio às práticas populares, longe disso, evidencia uma relação amistosa entre sociedades e cronistas, ainda assim pode ser utilizada como um indicativo das contradições expostas pela imprensa carioca nas primeiras décadas do século XX. Se o discurso, em princípio, mantinha o entusiasmo ao descrever a moralidade dos

bailados suburbanos, não era essa tônica que ilustrava cotidianamente as páginas dos periódicos quando o assunto era diversão das classes populares. Pelo contrário, a densa presença das multidões nas ruas e suas formas “desclassificadas” de brincar, com as quais os membros da elite carioca eram obrigados a conviver, provocavam um imenso desconforto e incômodo entre os letrados da imprensa (SANTOS JUNIOR, 2014). A postura diante das rodas de samba, maxixes, cucumbis, entrudos e zé-pereiras, por exemplo, pautava-se nos estigmas e nas representações centradas na violência, marginalidade e barbárie. Uma espécie de contrassenso da civilização dos festejos idealizada pela elite intelectual carioca, como nos mostra a charge publicada pela revista *O Malho*, em fevereiro de 1903, sob o título “consequências” (Figura 1).

Figura 1 - Charge



Fonte: *O Malho*, 28 de fevereiro de 1903, p. 6.

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

A charge expressa a ironia com que comumente os principais jornais do Rio de Janeiro tratavam as diversões oriundas das classes populares. Em pequena nota, o jornalista constrói um diálogo fictício entre dois amigos. Após vê-lo machucado, o companheiro comenta: “Chi! Como está bem servido!” (CONSEQUÊNCIAS, 1903, p. 6). Rapidamente, o amigo com hematomas por todo o corpo responde: “um pagode completo, meu caro! Só na esquina levei quatro pontapés e um limão de cheiro, mas diverti-me muito...” (CONSEQUÊNCIAS, 1903, p. 6).

As reticências que põs fim ao factóide pertencem ao documento original, uma espécie de convite a que os leitores naturalizassem seus pensamentos com as representações de violência e barbáries que tomavam conta dos bailados suburbanos. Ademais, percebe-se o constrangimento em relação ao “pagode completo” destituído de brilho e espírito que tanto incomodavam os cronistas, incansáveis quando se tratava de propalar os exemplos de maus modos da população da antiga capital federal.

Empenhados em um duplo movimento de imposição de uma nova ordem social e também na construção de uma capital institucionalizada, em que as formas de lazer deveriam seguir um modelo moderno, desassociado dos tumultos dos povos e das agitações sociais, os jornais utilizavam mecanismos simples: funcionavam como uma espécie de campanha de modernização da festa, isto é, por meio de notas e editoriais, os veículos de imprensa reprovavam as bagunças promovidas pelo entrudo, a barulheira dos zé-pereiras e as pequenas sociedades suburbanas (CUNHA, 2001).

Diante desses fatos, mudanças foram necessárias. Na tentativa de conseguir uma licença policial, era preciso reconsiderações, muito além de papéis e formalidades burocráticas. A organização de estatutos e a composição de cargos e diretores se mostram um belo exemplo na busca por um modelo criado por aquelas associações instituídas como legítimas. Vejamos na próxima seção.

UM NOVO MODELO: OS CLUBES SUBURBANOS E A REPRESSÃO POLICIAL

Expressivo nas regulações vigentes da época, os estatutos revelam questões significativas sobre a estruturação e a coletividade dos grêmios. Independente da característica do grupo, eles estabelecem hierarquias e normas sustentadas pela uniformidade das sociedades mais abastadas, podendo ser mais ou menos elaborados e detalhados, dependendo do grau de exigência da autoridade policial (CUNHA, 2001). Por exemplo, cargos de diretoria – presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e fiscais –, mensalidades, joias, sede fixa e atribuição para associados, faziam parte de uma padronização formal dada por escrivães de profissão. Afinal, os clubes tinham duas opções para garantirem seu funcionamento: a obtenção da personalidade jurídica pelo Registro Especial de Títulos e Documentos ou a autorização da Secretaria de Polícia do Distrito Federal, sendo esta renovada anualmente (SANTOS JUNIOR, 2017).

É bem verdade que a imposição dos instrumentos burocráticos utilizados pela própria polícia, cujas exigências se multiplicavam na concessão de autorização para o funcionamento, acentuava o desdobramento desse processo. A realização dos bailes dançantes era um dos principais itens avaliados pela polícia, revelando posicionamentos ideológicos em que conceitos como nacionalidade, identidade cultural, tradição e modernidade marcam o ritmo das práticas corporais (CUNHA, 2001). As atividades internas e externas moralmente aprovadas serviam como indicadores do cumprimento das obrigações estatutárias das pequenas sociedades.

Por essa razão, cercar os clubes com ações mais burocráticas e incisivas diminuiria, em tese, ações como jogos proibidos, violência ou insalubridade, conforme podemos observar em nota publicada no *Jornal do Brasil* pelo chefe de polícia Dr. Aurelio Leal:

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

O Sr. Dr. Aurelio Leal, chefe da polícia, está disposto a usar do maior rigor na concessão de licenças de clubes carnavalescos.

S Ex. está perfeitamente informado dos clubes que nunca deram festejos internos ou externos e que apenas servem para a exploração de jogos proibidos, auferindo os respectivos donos em proveito próprio, quantias fabulosas.

[...] É neste abuso que felizmente a polícia está agora pensando, a fim de dar um golpe decisivo nos exploradores da orelha da sota.

Ao que ouvimos ontem, na Repartição Central da Polícia, clubes grandes e pequenos, modernos ou antigos, que não fizerem o carnaval externo, não conseguirão licença do Chefe de Polícia, nem tampouco licença especial concedida pelo 2º Delegado Auxiliar para funcionamento, devendo ser compelidos a fechar as respectivas sedes.

Também resolveu o Sr. Dr. Chefe de Polícia que todos os clubes sejam vistoriados pelo engenheiro de polícia, pois alguns, contra todas as disposições de higiene e segurança funcionam em prédios imundos, infectos e até ameaçando ruína.

Os clubes que obtiverem licença e não saírem terão as suas licenças cassadas após o carnaval.

Não resta a menor dúvida que a medida do Sr. Dr. Chefe de Polícia, além de moralizadora, sob todos os pontos de vista, é ainda um grande passo em benefício do carnaval carioca, que agora mais do nunca, precisa reviver não sejamos sobrepujados pela república Argentina que abriu um crédito de cerca de 100:00\$ para auxílio do carnaval.

É preciso acabar com os clubes carnavalescos *in nomine*, cujos donos exploram diversas modalidades de jogo, adquirem fortunas fabulosas, sem ao menos concorrerem com um real para o carnaval.

Achamos, portanto, dignas dos maiores aplausos, as enérgicas e acertadas medidas que vão ser postas em prática pelo Sr. Dr. Aurelio Leal, Chefe de Polícia. (CARNAVAL, 1919, p. 7).

Além da preocupação do cronista quanto ao prestígio do carnaval, destacando os 100:00\$ de auxílio para a organização da festa em Buenos Aires, chama-nos atenção os critérios cada vez mais rígidos para a concessão de licença policial, que aumentaria ano após ano na tentativa de barrar aqueles que exploravam jogos proibidos, captando “quantias fabulosas” em proveito próprio. Embora as regras tenham sido dirigidas e estendidas sem embargo de “tamanho” da sociedade, seja ela pequena ou grande, claramente, a nota endereçava-se aos pequenos clubes, pois eram justamente estes que cresciam desenfreadamente e se espalhavam pelos cantos da cidade, dessa forma, fugindo do controle policial.

Por essa razão, questões como a estruturação dos espaços de lazer ganhavam corpo frente ao cenário moderno apresentado em alguns pontos específicos da cidade. Aos olhos da grande imprensa carioca era inadmissível uma sede recreativa sem condições de higiene e segurança. Os clubes deveriam ser, nessa perspectiva, espaços diferenciados e adequados às “boas” famílias, concomitantemente, aos símbolos de progresso que pudessem estabelecer um novo padrão de sociabilidade, marcado por descontinuidades que caracterizassem um ritmo de mudança acelerado.

Na tentativa de enquadrar os divertimentos suburbanos dentro das estreitas expectativas do cosmopolismo, além de se submeterem a um processo de investigação feito pelo Chefe de Polícia, alguns clubes deveriam também passar por uma vistoria técnica. Essa visita era orientada pelos peritos da prefeitura, que apresentavam um laudo após a verificação *in loco*, podendo ser positivo ou negativo. Vejamos o caso do Clube Carnavalesco Pingas de Engenho de Dentro, que recebera, em 13 de fevereiro de 1919, a visita dos engenheiros civis nomeados no auto de apresentação (EXAME, 1919).

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

A formalização do pedido de vistoria foi feita em 8 de fevereiro daquele ano, juntamente com a sua homologação para realização de bailes internos, pelo Sr. Salatiel Gonçalves Martins, presidente do Clube Carnavalesco Pingas de Engenho de Dentro (EXAME, 1919). A sede, localizada na Rua Engenho de Dentro, n. 41, passou por uma inspeção minuciosa, contando com a participação conjunta de dados apresentados por moradores, policiais e peritos nomeados pelo Delegado Auxiliar Armando Vidal Leite Ribeiro, conhecido pela repressão contra jogos e contravenções (SANTOS JUNIOR, 2017).

O parecer técnico, contendo 10 itens, indicava um questionário misto, o qual apresentava questões de diferentes tipos, algumas com respostas mais diretas, contendo sim ou não. Outras com maior profundidade e liberdade de expressão, que vão desde pontos estéticos à segurança e higiene.

Após o exame necessário, os engenheiros José Ferraz de Vasconcelos e João Cardoso e Silva responderam os itens presentes no questionário. Quanto às condições de segurança, higiene e solidez, os peritos foram breves, alegando que o clube oferecia tais condições (EXAME, 1919). Em relação às saídas de emergência, “em caso de incêndio ou pânico”, o parecer também foi positivo, pois o clube contava com duas saídas: uma no final do salão e a outra pela lateral (EXAME, 1919).

No item higiene, a sede recebeu algumas críticas. De acordo com os peritos, o local não “contava com sanitários e mictórios em número suficiente e conservados com asseio e decência”. A desaprovação estava presente no oitavo item, referente à comunicação. Eles indicaram que a sede não possuía um canal de “comunicação direto com a Repartição Central da Polícia e o corpo de Bombeiros”, o qual “constitui uma falta sensível” para a sociedade desse porte (EXAME, 1919).

O número de frequentadores foi um ponto presente no questionário, mas sem qualquer indicação de problema. De acordo com os técnicos, a sede comportaria um total de 400 pessoas, um núme-

ro bem próximo daqueles divulgados nas colunas de entretenimento (EXAME, 1919).

Ao final do questionário, o escrivão Bento de Macedo Guimarães enviou a conclusão do parecer técnico ao Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro, que julgou “procedente o auto de exame para produzir seus legais e regulares efeitos” (EXAME, 1919). Dessa forma, o grupo dos Pingas Carnavalescos estava liberado para o normal funcionamento daquele ano, conscientes de que deveriam atender as mudanças recomendadas pelos peritos da prefeitura.

Não tivemos acesso a fontes que pudessem indicar se as recomendações foram cumpridas ou não pelo corpo de diretores. Partindo de uma hipótese, já que o clube recebera em outros anos a licença, sem maiores problemas, acreditamos que as recomendações foram cumpridas. Todavia, sabemos que essas ações não se restringiam a uma interpretação cujo objeto seria circunscrito ao espaço. Logo, aqueles que o ocupavam, produzindo outras territorialidades, eram alvo de perseguição, pois, vistos como incivilizados, dificultaria a autorização de funcionamento.

Não eram, porém, somente assuntos institucionais que inviabilizavam os pedidos de licença. Casos de violência entre sócios ou brigas eram corriqueiramente lembradas no momento da homologação, independente de seus desdobramentos ou ações, como foi o caso do Clube Couraceiros do Inferno, que teve seu pedido negado pela polícia em 1914, sob a justificativa de ter entre seus frequentadores “homens e mulheres de baixa esfera”, além de “constantes conflitos” em suas dependências (PEDIDO, 1914). Na verdade, a negativa baseava-se no fato ocorrido um ano antes, na madrugada do dia 24 de agosto de 1913, publicado pelo jornal *O Imparcial*, sob o sugestivo título de “Os sedentos de sangue”.

Eram quatro horas da madrugada, quando Januário Seabra de Souza, vulgo “moleque Januário”, de 22 anos, pardo, pintor, morador da Rua José dos Reis, n. 137, e Nestor João Pires, de 26 anos, pardo, marceneiro, morador da Rua da Laranjeiras, n. 45, saiam do Clube

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

Couraceiros do Inferno, na região conhecida como Pequena África, na Praça XI da cidade do Rio de Janeiro. Por causa de uma “troca de palavras” ainda no interior do clube, Januário ao sair à rua desafiou o seu desafeto, alvejando-o com dois tiros (OS SEDENTOS, 1913).

Após o crime, Januário tentou correr em direção à Rua Visconde de Itaúna, mas o povo que ali se encontrava o perseguiu gritando em voz alta, o que chamou a atenção do Comissário Ayres, do 14º distrito, e o Guarda Cível n. 595, capturando o “facínora” em seguida (OS SEDENTOS, 1913). Embora os sócios tenham ajudado a deter o infrator, não havia dúvidas: eram todos representados como “perigosos” e “incivilizados”, levando o delegado a emitir um parecer recomendando o fechamento da sociedade dançante “por medida de ordem” (PEDIDO, 1914).

De fato, a presença de indivíduos processados entre os frequentadores assíduos dos bailes dificultava em muito a conquista pela tão desejada licença. Todavia, se esses sujeitos fizessem parte do corpo de diretores acentuaria ainda mais o processo, pois obliterariam de vez qualquer tentativa de lograr uma autorização, como nos mostra o pedido feito pela “Sociedade Familiar Dançante e Carnavalesca Club dos Mangueiras”, com “sede” na Vila proletária Marechal Hermes, subúrbio da cidade. Em março de 1915, o então presidente Cypriano José de Oliveira fez o pedido de licenciamento para sair às ruas e promover bailes internos naquele ano, conforme propunha seu estatuto: “[...] festejar todos os anos a data de sua fundação, assim como também o Carnaval externo por meio de préstito com críticas e alegorias pela maneira resolvida em assembleia, dentre os preceitos e normas policiais” (ESTATUTOS, 1915). Todavia, a negativa foi incisiva.

Mesmo tendo enfatizado os “preceitos” e as “normas” estabelecidas pela força policial em seus estatutos, a Sociedade, cujo objetivo era “proporcionar aos associados e suas famílias divertimentos lícitos” (PEDIDO, 1915), não teve a licença aprovada. De acordo com o Delegado da Circunscrição Suburbana, o clube “tem a sua sede em um botequim à avenida 1º de maio, n. 6, na Vila Marechal Hermes”

(PEDIDO, 1915). Ademais, havia um atenuante que complicaria ainda mais a aquisição do licenciamento, tratava-se do próprio presidente, Cypriano José de Oliveira, o qual “figura nesta seção registrado em prontuário como grevista, e como tal já foi processado” (PEDIDO, 1915). A Sociedade ainda contava com Caralampio Trille como sócio, indivíduo que, segundo a polícia, “é agitador, revolucionário e perigoso, pois, em 1904, esteve envolvido e tomando parte saliente nas greves e acontecimentos ocorridos neste ano” (PEDIDO, 1915). Por fim, a “sindicância apurou que os demais associados deste clube são negociantes, operários e empregados da estiva” (PEDIDO, 1915).

Semanas depois, o 23º Distrito Policial enviou um manuscrito que complementaria alguns dados sobre a composição do quadro social do clube. O presidente “grevista”, Cypriano José de Oliveira, era carregador no cais do porto. Foi fiscal geral e, anos depois, em 1923, assume também a presidência da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, cargo que exerceu forte militância no cais. Já os secretários eram funcionários dos Correios e os demais cargos ocupados por operários da Estrada de Ferro Central do Brasil e um funcionário da Escola Politécnica (CUNHA, 2001).

Outro membro que compunha o dossiê enviado era o sócio “agitador” e “revolucionário”, Caralampio Trille, espanhol anarquista com um longo histórico de militância em seu país (NÃO, 1913; AO PROLETARIADO, 1913). No Brasil, ajudou a fundar jornais libertários como *A Greve*, em 1903, e participou de várias sociedades operárias, chegando a presidir, em 1910, a Sociedade Operária Fraternidade e Progresso da Gávea (NÃO, 1913; AO PROLETARIADO, 1913). Com uma diretoria potencialmente “perigosa”, cujo desfecho certamente caminhou para uma negativa, destacamos o esforço policial em estabelecer relações que transcendem o campo da diversão. Para além da sede em um botequim, a busca por questões políticas e comportamentos considerados subversivos geraria um motivo ainda maior para se esquivar de transgressões que pudessem ocorrer no interior desses grêmios.

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

Aos olhos daqueles que pregavam a “moral” e a “civildade”, agremiações como a Sociedade Familiar Club dos Mangueiras representavam o verdadeiro perigo. Formados por um grupo de trabalhadores de baixa renda, essas pequenas sociedades, assim como seus pares, tornavam-se alvo de constantes cuidados e permanente repressão, fosse pelo extenso número de circulares e processos de concessão ou cassação de licenças para funcionamento, ou até mesmo pela infinidade de notícias nas páginas policiais dos grandes jornais da cidade (COSTA, 2014). No caso específico do clube citado, que tinha no movimento grevista uma preocupação clara, as autoridades policiais tratavam-no ainda com mais rigor, pois reconheciam o ato como fruto da manipulação que alguns militantes anarquistas exerciam sob a maioria dos trabalhadores cariocas, buscando legitimar, assim, os discursos que defendiam o controle e repressão ao movimento operário e a própria greve (PEREIRA, 2002). Nesse caso, fechar os olhos aos clubes que tinham militantes em suas fileiras era legitimar um espaço de certa forma considerado por eles subversivo, um local potencializador de futuras manifestações.

Ainda que as iniciativas de controle agissem de forma intensa, é notável como alguns clubes suburbanos conseguiram habilmente ludibriar alguns itens. O sistema regulador apresentado pela força policial não era totalmente eficaz, pois, mesmo com o aumento do contingente de autoridades na avaliação dos casos, ainda assim não era o suficiente para acompanhar o crescimento acelerado de clubes nos bairros pobres da cidade. A exemplificar, tem-se a carta de um leitor, escrita em janeiro de 1919, que parabeniza o pensamento coercitivo da polícia distrital, mas discorda da efetividade do gesto, já que algumas sociedades “de carnavalescas só têm o rótulo” (CARNAVAL, 1919).

Apesar das medidas rigorosas que o Sr. Chefe de Polícia ordenara aos seus auxiliares o Jornal do Brasil foi informado de que não estão sendo executadas as ordens saneadoras da polícia civil e a prova está no facto de já terem sido licenciadas muitas das tais agremiações que nunca brilharam no Carnaval do Rio e se algum dia deram

festas internas, dessas, ninguém lembra. (CARNAVAL, 1919, p. 8).

Fica claro que o sistema proposto não correspondia aos anseios daqueles que almejavam uma cidade festiva, mas sofisticada e moderna. Havia sociedades que mesmo licenciadas só gozavam do “rótulo”. Em outras palavras, não desempenhavam corretamente as atividades recreativas às quais se propuseram em seus estatutos ou pedidos de licença. Ao compararmos alguns pedidos de licença, utilizando como critério aqueles que obtiveram o aval do delegado de polícia, podemos destacar alguns mecanismos empregados por essas sociedades, por exemplo, a mudança de sede, muito comum entre os grêmios dançantes, pelo menos nos endereços que constavam nos pedidos de permissão. A estrutura da sede era um dos itens examinados e cobrados pelos órgãos de segurança. Em vários casos, identificamos observações da polícia como faixa precária, falta de pintura, número de pavimentos, banheiros para sócios, insalubridade e até ameaça de ruína, determinando, em alguns casos, o indeferimento do pedido de licenciamento anual.

Na tentativa de burlar as autoridades policiais, as sociedades davam um endereço qualquer, que nem sempre representava o local verdadeiro da sede, podendo ser a residência de alguns dos diretores ou, ainda, o botequim frequentado pelos seus associados, como foi o caso já citado da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras. Somente em Bangu, podemos identificar a Flor da Lyra: em 1903, com sede no Marco 6; em 1908, na Estrada Real de Santa Cruz, n. 288, que fica no bairro de Realengo; em 1912, com sede novamente no Marco 6; em 1917, retornando a Estrada Real de Santa Cruz, mas agora no número 284; em 1919, na Av. Suburbana, n. 365; em 1920, novamente no Marco 6, em Bangu (PEDIDO, 1903, 1908, 1912, 1917, 1919, 1920). Entretanto, comparados às colunas dos cronistas que cobriam as festas do clube, percebemos que a sede sempre esteve no Marco 6, em Bangu, podendo até mudar de número, mas, seguramente, não de bairro.

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

Assim, é provável que muitos ensaios e bailes acontecessem mesmo sem a homologação dos órgãos competentes. Afinal, os bailes nas ruas ou em quintais eram comuns nos subúrbios da cidade (PEREIRA, 2002). Fossem a céu aberto, longe das estruturas pretendidas pela polícia ou pelos órgãos de imprensa, ou nos salões dançantes, que cobravam ingressos, possibilitando a entrada de qualquer sujeito que pudesse arcar com o valor simbólico, os clubes convertiam-se em espaços de manifestações autônomas de suas próprias tradições festivas, mesmo sob forte repressão policial, expressas nas *Jazz Bands* da região ou nos modestos pagodes do dia a dia.

Todavia, não era somente a força policial que formulava um olhar contrário e negativo aos clubes recreativos populares. Se pensarmos os momentos de diversão dos subúrbios, como também alguns espaços da região central da cidade, notadamente, a “pequena África”, a partir das lutas e tensões que se estabeleceram em suas esferas, vemos na grande imprensa carioca estigmas e representações de violência partindo de inúmeros cronistas que caracterizavam seus festejos como ambiente de perda e barbárie.

Vale lembrar que as primeiras décadas do século XX marcam um momento em que alguns bairros, entre eles suburbanos, transformavam-se em espaços, por excelência, da pobreza na antiga Capital Federal. Fosse pela associação histórica entre pobreza e criminalidade, ou entre pobreza e doenças epidêmicas, o discurso de que os espaços frequentados por esses indivíduos seriam territórios das “classes perigosas” se potencializou. É o que vemos na coluna “O que a polícia não vê”, publicada pelo jornal *A Imprensa*, em junho de 1914:

É inacreditável que a polícia do 12º distrito ignore a existência de um perigoso antro de malandros, que funciona com o pomposo rótulo de “Ideal Club”, no prédio n.46, da rua dos Arcos.

O tal “Ideal Club” não passa de uma escandalosa casa de tavolagem, onde se reúne a fina flor da Lyra, cáftens, ladrões e o baixo meretrício, sendo mais nem menos

semelhante ao celebre “Club das Costureiras”, que há tempos funcionou na rua do Hospício e ao “Paladino Brasileiro” da Praça 11 de junho, fechados pela polícia, devido as constantes desordens e numerosos crimes ali ocorridos.

O “Ideal Club”, às quartas, sextas e sábados, dá bailes, sendo o convite de entrada a quantia de 2\$00 e nos demais das da semana funciona numa sala dos fundos uma roleta, o monte e outros jogos mais, sendo nesses o ingresso franco.

Nos dias destinados ao maxixe, não pode ser mais vergonhoso o espetáculo que oferece à rua dos Arcos, sendo as famílias impossibilitadas de por ali passar, devido, as mulheres que quase em trajos menores e pouco decentes saem de suas rotulas para o “Club”, em grande algazarra, acompanhadas de indivíduos perigosos.

A polícia, que agora sabe da existência de tal antro, deve ali ir e fechá-lo para benefício das famílias vizinhas que vivem em sobressalto. (O QUE, 1914, p. 3).

Na verdade, esse estilo de narrativa não soa estranho. Pelo contrário, descrito como símbolo do antiprogresso e da anti-civilização, as práticas de lazer da população pobre carioca eram corriqueiramente associadas às imagens de perigo nos principais periódicos da cidade. Centro de uma campanha sistemática de estigmatização de seus valores e normas comportamentais, o que contribuía para a legitimação daquelas ações realizadas pela força policial, a violência nos grêmios suburbanos pode revelar, através dessa obliquidade, importantes chaves investigativas a respeito da formação de uma tradição de pensamento que, revalorizada, segundo cada contexto histórico, ajuda-nos a compreender, de variadas formas, os estereótipos e as representações de violência no âmbito das práticas corporais populares.

Fossem nas ruas ou nas sociedades dançantes populares, alguns cronistas se harmonizavam no que se refere à estigmatização

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

dos padrões comportamentais dos moradores dos bairros pobres da cidade, rotulando seus espaços de diversão em “antro” de prostitutas, ladrões, cafetões e malandros. Além disso, é preciso estar atento para não compreender esse discurso como ação espontânea, tampouco homogênea. A narrativa que associava a violência dos bailados populares às “classes perigosas” tinha muito mais apelo na conjuntura da “regeneração”, no qual, segundo Nicolau Sevcenko (2003), caracterizou-se por quatro fatores básicos: a condenação dos hábitos relacionados à sociedade tradicional, a negação da cultura popular, a expulsão das classes pobres do centro da cidade e a promoção do cosmopolitismo, do que propriamente com a segurança da população.

Sabe-se que a cólera demolidora de Pereira Passos, presente nos primeiros anos do século XX, foi acompanhada por uma igualmente impetuosa legislação, que procurava banir as “velhas usanças” incompatíveis com o ideal de “civilização”. Assim, boa parte do ônus da modernização do período, seja ela no campo da moradia ou na própria forma de diversão, foi descarregada sobre a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, as agremiações suburbanas carregavam estigmas de violência e amoralidade. Fossem elas esportivas, dançantes ou carnavalescas, suas práticas representavam o medo e a desconfiança daqueles que se preocupavam em manter o já desconfigurado ideário de modernidade projetado outrora.

Tentativas de regulamentar os hábitos de diversão dos suburbanos não foram poucas, notadamente partindo dos principais jornais da época. De forma geral, os homens de letras difundiram em suas narrativas conteúdos de ideias fundamentalmente elitistas. Na matriz dessa produção – ora intimista, ora abertamente conservadora –, como sustenta Carlos Nelson Coutinho (1990), está o próprio desmembramento entre os intelectuais e a realidade nacional – po-

pular –, uma segmentação posta e repostada por condicionamentos objetivos de nossa composição histórica e social.

Nesse sentido, havia, certamente, uma conotação valorativa e moral, em especial, quando relacionada diretamente ao grau de adesão à experiência urbana a suas prerrogativas de civilidade e ordenamento. Ao lançar um olhar mais atento sobre as atividades “internas” e “externas” dos clubes suburbanos, pudemos compreender de forma mais explícita esses elementos ordenadores, expressivos das regulações vigentes da época, quando esses se aproximavam dos princípios idealizados pelos intelectuais, relacionados diretamente ao grau de adesão à experiência urbana e às suas prerrogativas de civilidade e ordenamento.

Por essa razão, seríamos ingênuos se pensássemos a construção ideológica de “classes perigosas” análoga à noção de “classes pobres” como uma simples eventualidade, tampouco circunscrita somente a um problema específico de desordem social. Pelo contrário, passa, sobretudo, na forma de compreender a pobreza como doença moral, social e epidemiológica de vícios, que é passada por gerações, sendo também representada e expressa por suas formas de diversão.

REFERÊNCIAS

- AO PROLETARIADO brasileiro. **A Época**, Rio de Janeiro, p. 6, 3 out. 1913.
- CARNAVAL: a polícia e os clubs. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 30 jan. 1919.
- CARNAVAL nos subúrbios. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 29 jan. 1907.
- CONSEQUÊNCIAS. **O Malho**, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 1903.
- CORAÇÕES a larga. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p.03, 30 jan. de 1923.
- COSTA, M. B. C. **Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

**A HISTÓRIA DO LAZER NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS:
REPRESSÃO, TENSÃO E VIOLÊNCIA (1900-1923)**
.....

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ESTATUTOS do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1903.

ESTATUTOS da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras, Rio de Janeiro, 1915.

EXAME e vistoria no Club dos Pingas Carnavalescos, Rio de Janeiro, 8 fev. 1919.

MELO, V. A.; SANTOS JUNIOR, N. J. O esporte nos arrabaldes do Rio de Janeiro: o cricket em Bangu (1904-1912). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 843-858, jul./set. 2018.

NÃO há mal que por bem não venhas. **A Época**, Rio de Janeiro, p. 6, 19 set. 1913.

O QUE a polícia não vê. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1914.

OS SEDENTOS de sangue. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 ago. 1913.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1903.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1907.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1908.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1912.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1917.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1919.

PEDIDO de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra, Rio de Janeiro, 1920.

PEDIDO de Licença do Cube Recreativo Couraceiros do Inferno, Rio de Janeiro, fev. 1914.

PEDIDO de Licença da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras, Rio de Janeiro, 1915.

PEREIRA, L. A. E o Rio dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, M. C. P. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas, SP: Editora Unicamp/Cecult, 2002. p. 419-444.

PEREIRA, L. A. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A.; MELO, V. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local**: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

SANTOS JUNIOR, N. J. **A vida divertida suburbana**: representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929). 2017. 230f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO LAZER NOS CLUBES SOCIORRECREATIVOS

Marco Ruiz da Silva
Laura Alice Rinaldi Camargo

INTRODUÇÃO

Este texto tem como propósito provocar reflexões sobre as perspectivas contemporâneas do lazer nos clubes sociorrecreativos. Nossa análise leva em consideração três eixos, a saber: a interpretação do sentido de lazer em nossa sociedade; o posicionamento dos clubes como espaço privilegiado para o consumo e prática de lazer; sobre a uma nova conformação social, a partir de alguns indicadores de análise, como, por exemplo, aumento da expectativa de vida da população, a invasão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no cotidiano da população e a sensibilidade de empatia interespécie¹, em especial, cães e gatos.

Nosso desafio é construir um diálogo articulado sobre a premissa do lazer – enquanto fenômeno socialmente construído – nos clubes sociorrecreativos – enquanto equipamento específico do lazer –, sob a luz dos acontecimentos nesse princípio do século XXI. Faz-se esse exercício sob o cuidado de não incorrer na tentação de promover previsões futurísticas, como fez Dumazedier (1973), a

1 Pode ser descrita como “[...] a percepção de que alguns animais não humanos são conscientes (capazes de perceber a si mesmos, dotados de intencionalidade e de capacidade cognitiva) e sensíveis (dotados de emoções como dor, angústia, medo e alegria), sendo essa percepção acompanhada da comoção diante da dor e do sofrimento desses animais e a sensação de dever moral em relação a eles” (LIMA, 2016, p. 54).

exemplo de outros autores do século XX, com o prenúncio de uma sociedade do lazer². O que não ocorreu até os dias atuais.

Apesar de haver indicadores econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos orientando novas disposições da vida humana em sociedade, existe uma complexa articulação entre as infinitas variáveis que podem compor esses indicadores, o que torna uma tarefa complexa e pouco provável de ser realizada profetizar como a sociedade irá se relacionar com as questões de lazer no futuro. Por isso, vamos nos restringir a analisar a situação presente.

Ao tratar da temática lazer, com o desafio de traçar alguns panoramas contemporâneos, Camargo (2018) confirma haver dificuldade de propor os encaminhamentos sobre o tema, afirmando que há uma perspectiva nebulosa sobre o assunto. Apesar disso, o autor aponta algumas hipóteses para provocar algumas reflexões. Entre elas, que o lazer “[...] não será talvez beneficiado com novas reduções da jornada diária e semanal, mas isto pode vir a ser compensado por outras expectativas já claras de um trabalho mais lúdico, menos rígido” (CAMARGO, 2018, p. 30).

Com esse cenário, propomo-nos a apresentar a disposição em que se encontra o lazer nos clubes e analisar, dentro de um processo sócio-histórico, se essas instituições contaram com transformações significativas, de acordo com o contexto em que nos propomos analisar.

LAZER: QUESTÕES METODOLÓGICAS DE ANÁLISE

Os fundamentos teóricos do lazer que fomentam os debates na atualidade são frutos da influência de diversos autores. Cada um, apoiado em argumentos que foram inspirados pela dinâmica social da época, tem como matéria-prima os acontecimentos sociais e a interpretação subjetiva desses acontecimentos.

2 Dumazedier (1973) sugere que, com os avanços tecnológicos, ampliaria o tempo livre das pessoas e, com isso, haveria mais dedicação para o lazer.

Nessa direção, aceitamos a ideia de que as concepções teóricas do lazer foram construídas historicamente e disseminadas por alguns autores de expressiva influência no campo teórico contemporâneo brasileiro, como Dumazedier, Marcellino, Lafargue, Elias, Parker e De Masi.

O campo³ científico do lazer é constituído por pesquisas que valorizam a cultura, a participação popular, as políticas públicas, os grupos de convivência, as relações pessoais, as transformações tecnológicas, a incorporação de novos hábitos, as disputas de classes, o sistema econômico, lúdico, pedagogia, controle e descontrole das emoções, entre outros.

Ao passo que a sociedade se transforma, novas discussões se estruturam e, por conseguinte, novas formas de interpretar o objeto são elaboradas. Na década de 1980, no Brasil, ao fim da ditadura, havia uma preocupação com a participação popular e a pedagogia. Com a abertura política no final desse período, a preocupação com a formação de multiplicadores, a globalização, estudos sobre a indústria do consumo e outros. A incorporação de leituras de autores estrangeiros clássicos permitiu ampliar a pluralidade do debate científico. Isso, colaborou para desestabilizar as discussões com tradição, cujo o trabalho é categoria fundamental. Mesmo os autores clássicos da sociologia que não tratavam do lazer como tema central permitiram aos estudiosos percorrer caminhos nunca percorridos anteriormente. Essas experimentações aproximaram pesquisadores de diversas áreas, como ciências sociais, geografia, filosofia, entre outros, a estudarem o lazer (ALMEIDA, 2005).

Um alerta que Almeida (2005) nos faz quanto à adoção de determinadas posturas teóricas para a análise do lazer está nas restrições ou limitações características de qualquer constructo teórico. Nessa direção, o autor faz uma crítica às bases teóricas que consi-

3 Entendido neste texto sob a perspectiva bourdieusiana como um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um capital específico (BOURDIEU, 1996).

deram as dicotomias entre lazer, tempo livre e trabalho por inibirem estudos de lazer em situação de isolamento, como, por exemplo, o caso de presidiário. Isso ocorre porque as teorias do lazer que consideram o trabalho como eixo central das discussões desse objeto não aceitam a ideia de haver lazer sem trabalho.

Desse modo, para estudar lazer, o caminho que nos parece mais razoável é encontrar um campo metodológico que nos permite estudar as particularidades de cada grupo social, de cada comunidade. No entanto, deparamo-nos com uma questão epistemológica: o objeto é definido pelo método ou o método deve ser definido pelo objeto em análise?

Com base nesses argumentos preliminares, consideramos lazer como um objeto historicamente construído a partir de práticas simbólicas e concretas das diversas comunidades, situadas em diversos espaços, tempos e lugares. À medida que novas pesquisas surgem, novas interpretações podem decorrer em interpretações originais sobre o lazer. Aliás, estamos nos referindo a um sujeito histórico com capacidade de produzir transformação social no meio em que vive.

O CONTEXTO DE ALGUMAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI

Como opção de análise sobre a oferta e demanda das experiências de lazer nos clubes sociorrecreativos, adotamos três indicadores como referência, a saber: 1) o envelhecimento e a longevidade populacional brasileiro; 2) a sensibilidade de empatia interespecie; 3) o avanço da influência das TIC's em nossa sociedade.

Apesar de saber que somente com esses indícios nossas possibilidades de análises são restritas, acreditamos que com esses parâmetros é viável apresentar um panorama sobre o lazer nos clubes na contemporaneidade.

Tratando particularmente do envelhecimento populacional brasileiro, encontramos vários dados estatísticos que incidem que

nossa sociedade está envelhecendo. O aumento da longevidade está provocando alterações na pirâmide demográfica. De acordo com Veras (2009, p. 549), “O número de idosos no Brasil passou de 3 milhões, em 1960, para 7 milhões, em 1975, e 20 milhões em 2008 – um aumento de quase 700% em menos de 50 anos”. As projeções mais conservadoras indicam que no ano de 2020, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas (VERAS, 2009).

O prolongamento da vida com a adequada capacidade funcional, com a real qualidade de vida, leva a crer na possibilidade de surgir um campo de atuação em diversos contextos ligado ao idoso. Na visão de Veras (2009), há carência por parte dos gestores em criatividade gerencial e capacidade de inovação para atender a demanda de programas específicos para esse público.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade, porém, é também um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade (OMS, 2005). A expectativa de vida no Brasil, em 2018, ficou em uma média de 76,3 anos, com uma previsão de crescimento nos próximos anos (IBGE, 2019). Desde 2003, o aspecto legal do idoso no Brasil é amparado pelo Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), cujo teor estabelece proteção em diferentes questões cotidianas. Segundo o Estatuto, o lazer é considerado como um direito assegurado pela família, pela comunidade, pela sociedade e pelo poder público (BRASIL, 2003).

Sousa, Baquit e Ferreira (2019) ressaltam que a perspectiva que é dada às atitudes tomadas, ao apoio familiar e às formas de socialização afetam significativamente a construção de uma imagem positiva desse período de vida. O idoso, ao participar de atividades de lazer, estabelece relações com as pessoas e o mundo, trazendo benefícios de bem-estar e segurança pessoal, ressaltando e ampliando a qualidade de vida dessas pessoas.

No que se refere ao tema sobre a sensibilidade de empatia interespecie, destacamos a ampla transformação que a relação

entre animais de estimação e seres humanos vem sofrendo. Sob uma tendência antropomorfasta, o surgimento de uma sensibilidade interespécies, mais precisamente no que diz respeito aos animais de estimação, em particular, cães e gatos, vem implicando em alterações na prática e consumo do lazer das famílias, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

Ações como *pet Friendly*⁴ têm levado diversos segmentos da sociedade a aceitarem animais de estimação com o objetivo de atrair e manter seus clientes. São diversos segmentos que têm se adaptado para atender esse público: pessoas que não dispõem de seus animais de estimação para viajar, ir às compras, passear ou mesmo trabalhar.

Assim, empresas aéreas, hotéis, restaurantes, shopping centers, supermercados e outros empreendimentos vêm organizando espaços e estruturas para atender clientes que estejam acompanhados, principalmente, de seus cães. Empresas de turismo, como a agência de viagens *Turismo 4 Patas*⁵, vêm se especializando em oferecer roteiros turísticos para que as pessoas possam ter experiências de lazer juntos com seus animais domésticos. A empresa citada também atua na divulgação de hotéis *pet friendly*, além de oferecer suporte para orientar os clientes a viajarem com seus animais.

Com uma população de mais de 130 milhões animais de estimação⁶, o Brasil representa o terceiro mercado *pet* do mundo em faturamento. O tratamento humanizado dado aos *pets* movimenta uma vasta oportunidade de negócios, envolvendo carinho, bem-estar físico, alimentação adequada, cuidados de saúde e uma diversidade de mimos.

4 ⁴ Em uma tradução livre: amigo dos animais. Esse termo se refere aos locais e aos serviços que oferecem recursos para que a pessoa, dona de um animal de estimação, possa realizar suas atividades e contar com atendimento para seu animal.

5 Turismo 4 Patas. Disponível em: <<http://www.turismo4patas.com.br/htmls/default.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

6 Dados da Associação Brasileira da Indústria de produtos para Animais de Estimação (Abinpet), 2017. Disponível em: <www.abinpet.org.br>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Como ressaltam Mazon e Moura (2017), os animais de estimação estão passando por uma mudança de significado em sua relação com os humanos, pois, nas últimas décadas, eles ganharam o *status* de membros da família, fortalecendo os laços de afetividade e proximidade, proporcionando um crescimento no mercado de bens e os serviços.

O último ponto de análise que escolhemos diz respeito à constituição de novos hábitos de vida, em virtude da invasão tecnológica digital na vida cotidiana das pessoas. As conhecidas TIC's estão presentes nas diversas dimensões da vida humana, seja no trabalho, na política, na educação, na saúde e no lazer.

Os impactos dessas novas tecnologias na cultura têm resultado em um conjunto de práticas cotidianas que constituem uma multiplicidade de experiências coletivas e individuais. A criação de cibercomunidades é uma dessas consequências. Cada grupo social, representado por seus interesses, constrói uma estética social distinta e própria do ciberespaço, a partir das TIC's. A simulação, a espetacularização da vida privada, a transfiguração da imagem pessoal a partir dos recursos de filtros, animações e outros, são exemplos dessa estética.

As pessoas estão se divertindo por meio da interatividade virtual. Com a introdução de diversas tecnologias eletrônicas virtuais, as pessoas encontraram formas diferentes de diversão que até poucos anos atrás não existia. Com a introdução de tecnologias, como realidade aumentada e 3D, isso tem levado as pessoas a experiências cada vez mais intensas nesse universo.

Entre as várias possibilidades de entretenimento eletrônico-virtual, encontramos o que poderíamos chamar de segmentos como: assistir televisão que incorpora a internet e seus diversos programas e aplicativos, os videogames com seus diversos jogos, áudios, redes de relacionamentos sociais, entre outros.

Com o acesso às tecnologias móveis, como *smartphones*, *tablets*, *games*, *notebooks*, a relação tempo e espaço, muito próprias

das discussões do lazer, sugerem novos debates sobre o assunto. A apropriação do lazer, individual ou coletivo – considerando as interatividades via rede –, acontece em casa, no ônibus, no carro, na escola, no trabalho ou em qualquer outro local, independentemente do tempo. Esse novo paradigma demanda reflexões sobre essa nova realidade das experiências de lazer, articulado com a ética e a estética.

Sobre esse panorama, também se faz necessário refletir e procurar descobrir estratégias de intervenção que possam adaptar as TIC's no âmbito do lazer, de forma a privilegiar as experiências significativas, apesar de a internet ser um espaço privilegiado para o consumo e prática do lazer.

OS CLUBES SOCIORRECREATIVOS

Entre as inúmeras particularidades existentes quanto à forma, ao conteúdo, ao espaço e ao tempo no qual as pessoas – individualmente ou coletivamente –, de forma organizada ou informal, têm suas experiências no campo do lazer, os clubes sociorrecreativos são aquelas estruturas físicas concebidas especificamente para a sociabilidade lúdica e estão presentes na vida de uma considerável parcela de pessoas em toda a nossa sociedade.

Espalhados por todo o território nacional, a entidade clubística representa um segmento plural pela sua configuração⁷, sua forma de administração, sua dimensão física, pela qualidade dos espaços e materiais oferecidos ao seu público, o conteúdo existente como opção de prática, as manifestações culturais como forma de manutenção das tradições. Ainda, por questões mais subjetivas, como a forma como são construídas as representações sociais desse espaço pelas pessoas, entre outras características.

Mesmo que existam diversos aspectos estruturais semelhantes, como a constituição jurídica – empresas do terceiro setor –,

7 Nossa interpretação está de acordo com a proposta de Elias (1993), quando entende ser uma estrutura social em constante processo de transformação e que é composta por elementos interdependentes entre si.

modelo de negócio – associados que pagam mensalmente uma taxa, normalmente chamada de Taxa de Manutenção e Desenvolvimento (TMD) ou Taxa de Condomínio e a forma de gestão – e Diretoria eleita pelo voto direto do associado que administra o clube de forma voluntária, sem remuneração, persistem peculiaridades em cada entidade que vale o exercício sugerido por Magnani (2002) em olhar de perto e de dentro para interpretar os detalhes da vida clubística⁸.

No entanto, independentemente de parecer paradoxo, embora existam singularidades nos sentidos e nas formas, subjetividades que tratam de como o sujeito se relaciona com esse universo e constrói seus valores, significados e interpretações com suas experiências nos clubes, é possível realizar algumas generalizações, sem ser imprudente, a partir de variáveis estruturais mais amplas, como apresentado anteriormente.

Essas variáveis que trazemos para nossa discussão têm relação com alguns indicativos que nos ajudam a interpretar os clubes sociorrecreativos em um cenário contemporâneo: 1) considerar que os clubes sociorrecreativos são microrganismo compostos por aspectos simbólicos de um contexto social amplo e complexo; 2) transição de uma visão romântica, própria dos associados mais antigos para uma visão pragmática dos novos associados.

Em estudo realizado por Silva (2009) sobre os clubes sociorrecreativos, o autor afirma que essas instituições são constituídas de uma complexa rede de sociabilidade produzida pela relação de interinfluência que o indivíduo sofre na sua vida cotidiana. Dessa forma, para compreender a dinâmica social dos clubes, é necessário compreender a sociedade em que está inserido, por qual motivo suas ações, vontades e expectativas no interior do clube estão em permanente diálogo com os símbolos e significados produzidos, reelaborados e criados que refletem seu modo de vida.

Assim, é razoável aceitar que os clubes sociorrecreativos acompanhem as transformações sociais e incorporem práticas que

8 Para Magnani (2002), “olhar de dentro e de perto” é trazer para a cena o Outro, as culturas e os meios de produção.

estejam intimamente ligadas com as manifestações culturais, hábitos e costumes das populações.

Apesar do maior volume de registros dos clubes existentes datarem a segunda metade do século XIX⁹, é difícil precisar o surgimento dos clubes sociorrecreativos no Brasil. O movimento de criação de clubes contou com vários fatores, impulsionando os diversos grupos sociais a formalizarem espaços e lugares para a convivência social lúdica. Entre esses motivos, por exemplo, está a constituição dos centros urbanos e o processo migratório com a chegada de vários imigrantes europeus. Com maior e menor intensidade, conforme determinadas épocas, acreditamos que esse entusiasmo se reduziu na década de 1980.

Com uma vida longa dos clubes, não é incomum imaginar que existam associados que mantenham uma relação de longa data com determinada entidade. Ainda, não é incomum haver uma continuidade na família, na qual várias gerações se mantêm associadas a um clube. Essa fidelização contribui para construir uma relação afetiva entre o associado e a instituição, por vários fatores, como, por exemplo: foi nesse espaço que seu filho cresceu e desfrutou de espaços para a diversão; participação como atleta representativo da entidade; primeiro contato com pessoa que no futuro seria sua esposa ou esposo; entre outras formas de construção de relação social.

O convívio social incorporado por um longo período dentro de uma entidade clubística ajudou a construir uma visão romântica do associado com o espaço. No entanto, essa visão está sendo substituída por um novo associado, mais pragmático, que vê no clube um local seguro para sua convivência, que pode contar com diversos serviços em um único local, com preços mais acessíveis que no mercado, entre outros benefícios (SILVA, 2009).

9 A Federação Nacional de Clubes (Fenaclubes), fundada no século XIX, conta com o registro de 91 clubes, ainda em funcionamento. Destes, dois foram criados antes de 1850. Disponível em: <<https://www.fenaclubes.com.br/wp-content/uploads/2015/09/clubes-centenarios-site-12-02-2020.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

São diversos os serviços oferecidos pelos clubes, variando em qualidade e quantidade, conforme cada entidade. Entre os serviços oferecidos, há aqueles de caráter permanente que ocorrem diariamente, ou que ocorrem ocasionalmente, com menor frequência, mas tem uma periodicidade regular e, ainda, especiais, que são os eventos que ocorrem em periodicidade bem menor em relação aos anteriores e tem certo caráter de exclusividade.

Apesar de podermos aceitar o argumento de que os clubes contam com programações diversificadas, atendendo a várias motivações de seus associados, consideramos que essas entidades, de maneira geral, apresentam um comportamento conservador em relação à adaptação.

Ao analisarmos em particular os eventos de um clube na Região Metropolitana de Curitiba, procuramos identificar a existência de alguma programação com características que revelasse propriedades orientadas aos três indicadores que destacamos em nosso texto, sendo: longevidade populacional, TIC's e a sensibilidade de empatia interespecies.

Nesse clube foram realizados 121 eventos durante o período de janeiro a dezembro de 2018. Uma média de 10 eventos por mês, variando a quantidade entre um mês e outro, sendo que os meses que mais contaram com promoção de eventos foram os meses de março e maio com 15 eventos cada; e os meses que tiveram um menor número de eventos foram os meses de janeiro e dezembro, com três e seis eventos, respectivamente.

A partir da proposta de Dumazedier (1973) sobre os interesses culturais do lazer¹⁰, identificamos que os eventos estão distribuídos da segunda forma: interesses físicos-desportivos (51), interesses manuais (10), interesses intelectuais (5), interesses artísticos (2) e interesses sociais (48). Não identificamos eventos relacionados

10 Dumazedier (1973) utiliza da taxionomia para classificar as atividades de lazer. Para o autor, as pessoas são levadas as atividades para as experiências de lazer a partir de motivações predominante. Na sua classificação, ele apresenta cinco interesses culturais do lazer, sendo interesses: físicos-desportivos, artísticos, intelectuais, sociais e manuais.

aos interesses turísticos (CAMARGO, 1986) e aos interesses virtuais (SCHWARTZ, 2003) do lazer. Classificamos alguns eventos como programação diversa (5), por contar com vários interesses culturais do lazer, simultaneamente.

Como eventos físico-desportivos, estão incluídos os torneios das diversas modalidades esportivas, inclusive, torneios de truco e pôquer¹¹; aqueles manuais são oficinas de trabalhos manuais, como desenho, pintura, colagem, por exemplo; os sociais são os bailes, os almoços temáticos, as festas tradicionais, como festa junina, de comemoração do dia das crianças; os intelectuais são os cursos de iniciação ao mundo do vinho, de churrasco e palestra; os artísticos são caracterizados por exposição de carros antigos e concurso de fotografia; os com conteúdo diverso são os eventos programados para crianças, com conteúdo como jogos motores, intelectivos, contação de história, oficinas de trabalhos manuais.

Quanto ao público atendido nos eventos realizados, vimos que alguns eventos são bem específicos, como a programação para as crianças, realizadas pelo setor responsável, que acontece mensalmente. Da mesma forma, alguns eventos atendem somente o público adulto, como campeonatos de futebol, truco ou bocha, os bailes, os cursos de churrasco, entre outros. Os eventos programados para atenderem o público jovem (14 a 19 anos) são representados pelos bailes. Programação como almoços temáticos, festa junina, atendem um público diversificado pela própria natureza, com atividades diversas, como: shows, barraca de alimentação, brinquedos infláveis, entre outros. Não identificamos eventos que fossem direcionados aos idosos e também ao público que desejasse realizar as experiências de lazer com seu animal de estimação.

11 Apesar de ser controversa a classificação do pôquer e truco enquanto esporte, estamos adotando essa classificação sobre os seguintes princípios: há uma entidade de administração da atividade (Confederação e Federação), as regras são universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos aqui a fazer um debate sobre o lazer nos clubes sociorrecreativos na contemporaneidade. Isso quer dizer analisar o segmento clubístico sob as lentes da atualidade. Nosso olhar foi sobre o que está acontecendo na sociedade e refletir sobre a conexão ou desconexão das propostas desse segmento.

Para isso, optamos por eleger três sinais de transformação social, que chamamos de indicadores de análise, sendo: a longevidade populacional, devido ao aumento da expectativa de vida das pessoas, a influência das TIC's como possibilidade de lazer dos indivíduos, seja individualmente ou coletivamente, e sobre o desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie, particularmente, em relação aos animais de estimação, cães e gatos, condicionando a forma como o ser humano realiza algumas de suas experiências de lazer.

Nessa direção, discutimos sobre a singular relação com o nosso próprio tempo e evitar o exercício de prever o futuro. Assim, a escolha desses três indicadores de análise nos permite enxergar um fragmento do que está acontecendo em nossa época: o olhar sobre as TIC's, o envelhecimento populacional e a relação dos animais de estimação com os seres humanos. Existem outros temas de nossa contemporaneidade que precisam ser explorados.

Acreditamos que os indicadores que elegemos demonstram ser variáveis que precisam ser analisadas pelos agentes e instituições que estão diretamente ligados à oferta de serviços e produtos no campo do lazer. Considerando os clubes sociorrecreativos como um espaço por excelência nesse segmento, interpretar como essas entidades tratam esses assuntos ajudará a ter uma dimensão da abrangência e limites das oportunidades de lazer dos indivíduos.

Apesar da grande maioria dos clubes serem privados, também há alguns que são criados e mantidos pelo poder público, atendendo a população em geral. No entanto, precisamos considerar que existe um universo significativo de pessoas que contam com essas estruturas

para seu convívio social lúdico. Dessa forma, julgamos necessário que eles estejam em sintonia com os desejos, as expectativas e as necessidades desse público, sejam eles usuários, associados ou clientes.

Consideramos os clubes sociorrecreativos entidades, de maneira geral, conservadoras, com dificuldade de provocar mudanças significativas estruturais em curto prazo. Um exemplo disso é o modelo de negócio que eles são constituídos que, apesar de adequações, são idênticos à configuração no século XIX.

Os dados demonstrados sobre o cenário de um clube sociorrecreativo quanto à programação de eventos, demonstram-nos que não há alguma estratégia de intervenção que considere atender a demandas sociais, como: programas específicos para atender o idoso, estratégias de lazer sincronizadas com as TIC's e com a oferta de possibilidades dos associados usufruírem de momentos de lazer com seus animais de estimação.

É inegável que alguns clubes, em nosso país, atendam aos indicadores aqui apresentados. Entretanto, vemos que se trata de iniciativas isoladas e não um movimento geral. Outros estudos, com amostras mais representativas nos permitirá ter um panorama mais ampliado sobre como os clubes estão tratando os indicadores aqui apresentados. Por enquanto, fica nosso alerta sobre a necessidade de pensar na gestão dos clubes sociorrecreativos a respeito das variáveis sociais que nos dão indicativos sobre mudanças no comportamento da sociedade nos seus hábitos de lazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. B. O lazer na reclusão: construção de novos modelos teóricos a partir da estruturação histórico-teórica do lazer. **Efdeportes**, Buenos Aires, ano 10, n. 83, 2005.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.741, 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 out. 2003. Seção 1.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1986.

CAMARGO, L. Perspectivas Contemporâneas do Lazer. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação-Perspectivas Contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre**, São Paulo, 2018.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

IBGE. Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 em 2018. **IBGE notícias**, Brasília, DF, 28 nov. 2019.

LIMA, M. H. C. C. A. **Animais de estimação e civilidade**: a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAZON, M. S.; MOURA, W. G. Cachorros e humanos: mercado de ações pet em perspectiva sociológica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-158, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892017000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília, DF: OPAS, 2005.

SCHWARTZ, G. O. Conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1468>>. Acesso em 10 abr. 2020.

SILVA, M. R. **Lazer nos clubes sociorrecreativos**. São Paulo: Factach, 2009.

SOUZA, C. C. B. de; BAQUIT, J. A. N. D.; FERREIRA K. P. M. A viagem a lazer como experiência (trans)formadora para idosos. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v.19, n.2, p. 1-12, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i2.e9224>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, jun. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000025>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ISSO É BELÉM! ISSO É PARÁ! ISSO É BRASIL: ESPAÇOS DE LAZER COMO CONSTRUTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo
Anacleto Araújo dos Santos

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o lazer serão aqui entendidas como um construto cultural, que assume traços de cada sociedade, não cabendo detalhamento em termos de tentativas de simplificação, ou seja, o lazer é problematizado “enquanto objeto e campo de conhecimento” (PIMENTEL, 2000, p. 33).

O processo de urbanização alavanca o trato com uma série de diferentes temas que afetam diretamente seus horizontes, dentre os quais o lazer, que em sua acepção moderna é uma problemática vital nos grandes centros e, por sua vez, também atinge, através da mídia, regiões muito além das áreas densamente urbanizadas. Neste texto, o lazer é entendido:

Como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (MARCELLINO, 2004, p. 31).

As modificações promovidas pelo capitalismo nos países periféricos alteraram drasticamente todas as suas relações econômicas, de trabalho e, certamente, de organização urbana. O arranjo geopolítico que se adensou ao final do século XIX submeteu centros urbanos a uma explosão demográfica, acelerada industrialização e a adoção de grandes modelos produtivos, como o caso da Exploração da Borracha¹ em Belém, sob a qual, na gestão do Intendente Antônio Lemos, recebeu transformações urbanas planejadas para o lazer que perduram até os dias de hoje (SARGES, 2000).

Acontece que a funcionalidade e o acesso aos espaços de lazer promovidos pelos poderes públicos não foram capazes de acompanhar o volume e a velocidade do crescimento urbano, e têm se provado insuficientes para endereçar efetivamente as demandas e direitos da população.

Este estudo é parte da síntese de outro mais amplo, promovido com a finalidade de analisar as políticas públicas de lazer no município de Belém do Pará, demonstrando indicadores sobre seus espaços públicos e equipamentos de lazer.

O presente texto está relacionado com significativas reflexões suscitadas através da formação do profissional em Educação Física em discussões sobre o campo de conhecimento em Estudos do Lazer, o que é corroborado enquanto disciplina acadêmica a partir dos problemas identificados e discutidos com alunos no contexto do currículo de formação do profissional da Educação Física na Universidade do Estado do Pará (UEPA)².

Para alcançar os objetivos propostos, inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica descritiva como estratégia de investigação, pois a análise de obras de estudiosos sobre o lazer e suas inter-

1 Período relacionado à extração do látex das seringueiras, matéria-prima para a produção da borracha. Seu primeiro ciclo de extração se deu no século XIX, e o segundo durante o período da Segunda Guerra Mundial. Seus ciclos promoveram grande explosão colonizatória na região Norte do Brasil, promovendo uma série de reformas sociais e culturais.

2 O curso de licenciatura em Educação Física na instituição UEPA, Campus III, na cidade de Belém do Pará.

conexões com a cidadania fornece subsídios para o aprofundamento do tema e para a ampliação dos conhecimentos sobre a temática.

Assim, este texto está articulado em três seções, de forma que, na primeira, busca-se discutir as opções de lazer no bairro e na cidade de Belém do Pará. A segunda seção tem por finalidade refletir sobre o lazer e a acessibilidade, com o propósito de compreender sua interface em relação ao acesso e à cidadania. Pretende-se, assim, expressar as aproximações à temática em questão devido à complexidade que a mesma atribui.

A terceira seção diz respeito ao momento no qual se propõe a reflexão e análise, com base no referencial teórico utilizado no decorrer deste trabalho sobre as interconexões da cidadania e proposições a partir da diversidade no lazer, fazendo com que se garanta o acesso de todos. Para interconexões com o lazer, considera-se indispensável perceber as transformações históricas, o papel do Estado e das políticas públicas enquanto promoção de espaços de práticas corporais, culturais, sociais e de efetivação de direitos à educação, à saúde e ao lazer.

BELÉM QUE TE QUERO BEM: QUAIS AS OPÇÕES DE LAZER DO SEU BAIRRO E DA SUA CIDADE?

Entendemos que sistematizar o estudo sobre as categorias da cidade contemporânea, do espaço público e do lazer e compreendê-las a partir das discussões e reflexões realizadas junto aos discentes da disciplina Estudos do Lazer, associadas com a realidade empírica do município de Belém do Pará foi desafiador e, ao mesmo tempo, gratificante.

Consideramos que o lazer não deva ser pensado em um tempo e espaço exclusivos, por ser entendido como cultura, conforme defendido por Marcellino (1995) e Gomes (2008). Neste texto, acredita-se que o tempo que a sociedade atual utiliza com o lazer no ambiente urbano é, majoritariamente, o tempo livre (institucionalizado).

Assim, iniciamos algumas das reflexões na disciplina: apontamos as lutas da classe trabalhadora em prol da redução da jornada diária de trabalho, férias remuneradas, 13º salário, entre outros. Nesse contexto, é possível afirmar que, com a institucionalização das horas de trabalho e de tempo livre social, o mundo da produção passou a influenciar mais fortemente no lazer. Basta sair às ruas e perguntar para qualquer pessoa qual é o tempo que utilizam para o lazer que, imediatamente, as respostas convergirão para as horas e dias de folga (final do dia, da semana, férias e feriados).

Os impactos decorrentes da institucionalização do tempo livre não eliminaram a dimensão cultural do lazer, permanecendo este como resultante de escolhas pessoais por melhor tempo, espaço e tipo de atividades. A própria rua, mesmo com toda a sua importância no urbano, que ultrapassa os limites de simples *lócus* de circulação de pessoas e veículos, perde a preferência social quando o assunto se refere ao lazer gratuito na cidade.

Essa afirmativa não desconsidera a existência do lazer nesses espaços, apenas qualifica o espaço público de lazer como lugar privilegiado no âmbito urbano, que pode assumir diversas formas e funcionalidades. No entanto, ele apresenta, dentre as suas características principais, o conforto ambiental, o livre acesso e certo grau de segurança que possibilite aos seus usuários formas diversas de interações e experiências de lazer. Nesses espaços, são observadas dinâmicas socioculturais variadas, em que as redes de relações são elaboradas e reelaboradas.

A experiência do lazer, partilhada nos espaços públicos da cidade, configura-se como um elemento cultural fortalecido na sociedade contemporânea, comumente associado à qualidade de vida e sociabilidade. Ele vem se consolidando como direito social por alcançar, no urbano, maior ressonância. É no espaço de domínio público que o lúdico, enquanto construto cultural, reformula-se e propaga-se por meio das diversas formas comunicativas. É onde a singularidade humana é revelada, adquirindo visibilidade.

O tempo é uma variável sobre a qual muitos estudiosos se debruçaram ao discutir o tema do lazer, como Marcellino (1995, 2002) e Dumazedier (1978, 1999). Somado à variável atitude, que lida com a significação dada ao lazer, o questionamento sobre seu estatuto, muitas vezes, o acaba determinando como uma prática meramente residual da jornada de trabalho. Entretanto, tempo e atitude necessitam de uma base material na concretização do lazer. Há mais uma variável importante a ser adicionada nessa reflexão, com potencialidades de ampliar seu escopo para novos patamares: o espaço. Assim, quais são as opções de lazer nos bairros das cidades?

Espaço, tempo e atitude, ao serem entendidos dialeticamente, conduzem-nos a refletir sobre o papel do lazer na cidade contemporânea e qual seria o lugar do espaço público no espaço-tempo do lazer. Vale enfatizar que o tempo livre e o lazer se constituem em um direito Constitucional assegurado pelo Estado à sociedade, o que não acontece com o espaço (BRASIL, 1988). Isso torna questionável a ausência da variável espaço dentro das discussões do lazer no âmbito da cidade, sendo esta uma estratégia urbana dinamizada pelo Estado em parceria com os agentes hegemônicos.

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM BELÉM DO PARÁ: ESSAS OPÇÕES GARANTEM O ACESSO DE TODOS?

Esta seção tem como objetivo apresentar a cidade de Belém do Pará, identificando alguns acontecimentos marcantes que influenciaram a produção e reconfiguração de espaços públicos que hoje são utilizados para fins de lazer e acesso. Para tanto, inicia-se com o surgimento dos primeiros largos públicos, demonstrando como se constituíram e a sua funcionalidade ao longo dos séculos, até chegarmos à compreensão de espaços públicos de lazer e a sua relação com o rio Guamá³ no âmbito do projeto de cidade contemporânea.

³ A cidade de Belém é banhada pela Baía do Guajará e Rio Guamá. A Baía é um sistema fluvial que sofre influência direta de maré, Na sua margem direita está localizada a cidade de Belém.

O lazer, entendido como cultura, leva em consideração a história da sociedade e seus diferentes modos de produção sem, contudo, objetivar encontrar similaridades no pensar e viver o lazer em cada época. Isso ocorre porque o lazer, como é conhecido atualmente, não existia antes de sua institucionalização.

Os primeiros espaços públicos de Belém do Pará, hoje utilizados para o fim do lazer, surgiram durante seu processo de expansão, começando em bairros como Campina e Cidade Velha, datando entre os séculos XVII e XVIII, sob a denominação de “largos”. O planejamento da Primeira Léngua Patrimonial foi empreendido pela Coroa Portuguesa no centro da cidade, onde residiam as classes mais abastadas, o que forçou, de acordo com Lobato (2005), a expulsão dos mais pobres para áreas desprivilegiadas do ambiente urbano, como as baixadas. Muitas regulamentações foram promovidas na época, como a criação de um aterro, drenagem dos pântanos, construção de um cemitério e uma rede de esgoto que coletava resíduos de abatedouros para o uso agrícola. Já em relação às áreas para onde foram forçados os mais pobres, o governo havia mandado “[...] construir, nos arrabaldes da cidade, instalações apropriadas para os presos e doentes mentais, reduzindo-se assim a visibilidade destes segmentos destoantes na cidade reordenada e asseptizada do início do século” (DAOU, 2004, p. 49).

A cidade de Belém⁴ foi representativa dos interesses progressistas das elites locais, como seringalistas, comerciantes, fazendeiros e investidores estrangeiros sedentos por renovações significativas na cidade em que habitavam, o que, conseqüentemente, forçou o afastamento das classes populares dos limites urbanos, tão bem delimitado pelos detentores de poder. Nesse contexto, a localização de grande parte dos espaços públicos de lazer nas áreas centrais (altas) da cidade é explicada por fatores, inicialmente, históricos e, posteriormente, estratégicos.

Em sua margem esquerda, encontram-se 39 ilhas (GREGÓRIO, 2008). O Rio Guamá é um curso de água que tem origem no nordeste do estado do Pará e banha a orla sul da cidade.

4 As cidades de Belém e Manaus foram as mais impactadas pela economia gomífera no âmbito nacional.

A transformação da paisagem urbana, especialmente, pela Primeira Léngua Patrimonial da cidade, com destaque nos bairros de Nazaré, Cidade Velha e Campina, incentivaram o florescimento de uma cultura de utilização do espaço público para o lazer, que, nos logradouros indicados, ganhava iluminação, calçamentos, praças verdes com jardins e bancos, propiciando uma sensação de conforto físico e ambiental para o passeio e a socialização das elites, que frequentavam muito esses espaços, não apenas pelo lazer, mas também com fins de visibilidade social que tinha, como um de seus principais elementos, a vestimenta:

As praças, lugares públicos de lazer e lugar onde todos querem ir para serem vistos. Ser visto é o hobby da nova elite. A praça, o lugar onde com o vestuário se identifica a classe que cada um pertence. Como percebe muito bem Fernand Braudel, há uma ânsia de ascensão, em dignidade ou o desejo de usar roupas que são o sinal, no Ocidente, da mais ínfima promoção social. É como se distinguem burgueses e gente do povo. (SARGES, 2000, p. 123).

Junto com a crescente opulência da elite da borracha, ostentada pelas ruas da cidade entre teatros, cafés e cinemas, crescia também a segregação. A preocupação excessiva do Estado em criar aparências para as elites fez com que impusesse uma série de restrições ao povo mais pobre, como o uso do rio para fins de banho em áreas de visibilidade, o que, mesmo com punição, continuou acontecendo por parte da população como forma de resistência.

A associação das elites em áreas privadas, como piscinas e clubes de esporte, ganhava popularidade, pois eram espaços seletivos para aqueles que podiam custear taxas afiliativas e mensalidades, práticas que são comuns até os dias contemporâneos.

Na cidade propriamente dita, o turista encontrará inúmeras piscinas em casas particulares, nos clubes, no Instituto Nossa Senhora de Nazaré dos Irmãos Marista, no Instituto Agrônômico do Norte. O belenense é sociável

e obsequiador. Convite para banho de piscina vem espontâneo e prazenteiro. Uma apresentação, dois dedos de conversa, um elo de simpatia, e pronto, a casa está às ordens, venha no domingo à nossa piscina. (TOCANTINS, 1987, p. 369).

É digna de nota a negligência patente sobre o lazer da população mais pobre através da história, ocultando toda uma gama da realidade e de importantes dados que poderiam ser levantados sobre outra parte do uso urbano. As abordagens binárias do lazer, que consideram apenas a relação trabalho-lazer, não oportunizam a análise da dimensão espacial, restringindo uma série de considerações sobre aspectos lúdico-culturais da humanidade.

Nesse sentido, Gomes (2008) agrega quatro elementos inter-relacionados na constituição do lazer: Tempo, Espaço-lugar, Manifestações culturais e Atitude. Para o autor:

O tempo, corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.); Espaço-lugar, que vai além do espaço físico por ser um local do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro consigo, com o outro e com o mundo, além do convívio social para o lazer; Manifestações culturais, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento; Atitude ou ação, que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade. (GOMES, 2008, p. 126).

Essa será a concepção de lazer aqui defendida, por sua coerência com o teor das discussões pela defesa de um lazer libertador e gratuito, exequível no espaço público das cidades. Ainda nas considerações de Gomes (2008, 2014), o tempo livre deve ter em sua abordagem a carga histórica de suas conquistas pela classe trabalhadora para o usufruto do lazer, para além dos períodos de férias, feriados e finais de semana, que também foram institucionalizados

como direito social e, de certa forma, são “[...] momentos consagrados pelo lazer não apenas no Brasil, mas em todo o mundo” (GOMES, 2008, p. 129).

A pesquisa de informações básicas municipais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou uma grande concentração dos espaços culturais e de lazer pelas cidades-sede de regiões metropolitanas e centros urbanos em relação às cidades e às áreas periféricas desses eixos (IBGE, 2010).

Partimos do pressuposto de que o que ocorria antes com a concentração dos espaços de lazer no centro das grandes cidades e que, no decorrer do processo de urbanização e especulação imobiliária, deslocou-se para outras áreas urbanizadas, hoje se dá no centro de regiões metropolitanas em relação às regiões periféricas, dificultando o acesso da população, principalmente, quanto ao acesso às opções de lazer. E Belém do Pará, infelizmente, não foge dessa realidade, ou seja, na contemporaneidade, assim como no passado, as opções de lazer não garantem o acesso de todos.

ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER COMO CONSTRUTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA: MAIOR DIVERSIDADE E ACESSO DE TODOS – O QUE FAZER?

O presente texto tem o objetivo de suscitar uma reflexão sobre o papel do lazer na cidade contemporânea, a saber: quais os principais avanços e retrocessos no que tange a maior diversidade nas opções de lazer e acesso aos espaços em nossa cidade? É possível identificar alguns avanços no que concerne às possibilidades de experiências subjetivas em busca do prazer, bem como de interações culturais mais enriquecedoras. É importante compreender que o modo de produção capitalista tem conduzido a um processo de mercantilização não somente da cidade, mas também de tudo o que nela está contido.

Mesmo com as críticas direcionadas ao tratamento do lazer como um produto de mercado, compreende-se que a cidade ainda se apresenta extremamente favorável à concretização do direito ao lazer, pois é nos espaços públicos de lazer, sejam eles equipados ou não, que a sociedade tem a possibilidade ao encontro e ao exercício da alteridade entre pessoas de diferentes bairros, cidades, culturas e condições financeiras. Surge da parte do poder público, com o manejo do planejamento urbano, a responsabilidade pelo acesso a maior diversidade, atendendo às demandas culturais do lazer:

Responsabilidade que necessariamente implica em mais e melhores programas voltados para a satisfação da demanda social. No entanto, para gerar continuamente novas competências diante de uma realidade cada vez mais dinâmica, o profissional necessita de conhecimentos atualizados para atender às novas necessidades postas. (PIMENTEL, 2000, p. 34).

O espaço público é um conceito muito amplo, fonte de importantes reflexões sobre a urbanização, a vivência e a luta da construção social. Leite (2009) afirma que um espaço urbano se torna público quando é ocupado com ações significativas, indo muito além da mera dimensão física. Ele é um *locus* das contradições que existem na sociedade e um palco para o exercício da civilidade.

Harvey (2008) também concebe o espaço público como a materialização de conjunto de esforços coletivos pelo direito comum ao usufruto do que é urbano, é o próprio espelho infraestrutural da dialética social urbana, uma luta que está sempre em mutação e processo de reconquista:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (HARVEY, 2008, p.7 4).

Prosseguindo, o autor declara que o direito à cidade, como ele está constituído agora, está “[...] extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades, cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2008, p. 86).

A própria história da constituição urbana de Belém, tanto na dimensão material quanto política, é uma ilustração oportuna para a compreensão dos fenômenos contemporâneos determinadores do espaço público condicionado ao lazer e de sua relação com a construção da cidade:

O direito à cidade vem à tona, anunciando-se como movimento orientado para confrontar e superar os descompassos do real em relação ao possível, as contradições entre sociedade e civilização. Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. (LEFEBVRE, 2008, p. 11).

Nesse sentido, uma análise de situação da questão do espaço e dos equipamentos de lazer põe em destaque algumas características indesejáveis quando se pensa em termos de democratização – um dos valores centrais ao lado da participação popular – na concepção de políticas de lazer, que vem orientando os trabalhos de políticas públicas mais progressistas (MARCELLINO, 2002), discussão para a qual propomos alguns caminhos a serem considerados em resposta à pergunta de o que fazer sobre a democratização do espaço de lazer:

- a) A consideração da necessidade da utilização dos equipamentos para o lazer, através de uma política de lazer descentralizada.
- b) A necessidade do desenvolvimento de uma política habitacional que considere, entre outros aspectos, o espaço

para o lazer – e que deve estimular alternativas críticas e criativas.

- c) Construção do empoderamento da temática, visando o duplo aspecto educativo do lazer: a educação para o lazer e pelo lazer, com a intenção de sustentar ou auxiliar propostas daqueles que se inscrevem no ramo escolar e demais profissionais, seja atuando na perspectiva epistemológica ou na intervenção.
- d) Plenárias públicas com a população sobre as políticas de esporte e lazer nos municípios.
- e) Criação de conselhos municipais de esporte e lazer enquanto espaços de ação-reflexão-ação.

Os elementos caracterizadores dos espaços criados entre os séculos XVII e XXI em Belém possibilitam construir um paralelo com as questões atuais no campo do lazer. Vale destacar que, como não havia a teorização acerca de espaços públicos de lazer, buscou-se nas práticas culturais da sociedade da época similaridades com o que hoje é denominado de lazer.

Tendo em vista a dinâmica político-econômica da cidade contemporânea, caracterizada por processos de transferências de responsabilidade do Estado à sociedade, alguns espaços públicos, apesar de serem caracterizados pelo livre acesso em sua estrutura física mais ampla, apresentam algumas limitações, a exemplo da cobrança de taxas para acesso em alguns espaços, como viveiros de animais, mirantes, museus, entre outros. Podemos citar a Estação das Docas, o Mangal das Garças, o Forte do Presépio, o Jardim Botânico Rodrigues Alves, o Museu Emílio Goeldi, o Parque do Utinga etc., em virtude da importância apresentada pelos mesmos na dinâmica do lazer na cidade de Belém do Pará sem, no entanto, concordar com a restrição do acesso.

Nossas reflexões consideram a possibilidade de utilização da estrutura mais ampla desses espaços que são, em sua maioria, livres

de cobrança de taxas, exceto o Jardim Botânico Rodrigues Alves e o Museu Emílio Goeldi, que, no entanto, apresentam importância no lazer da população local, além da gratuidade em um dia na semana e aos idosos. Entre as praças, destacamos a Praça da República, a Praça Batista Campos e a Praça Brasil, espaços urbanos centralizados.

É possível afirmar que a conformação de espaços de lazer na cidade, sejam eles públicos ou privados, é altamente impactante na produção urbana por interferir, de algum modo, no território, bem como nas relações socioculturais de seus usuários e a população moradora ao entorno. Neste artigo, ao pensarmos nos possíveis reflexos da construção e/ou reconfiguração de espaços de lazer, imediatamente nos vem à mente questões, como o direito à cidade – o direito ao Lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma conclusiva, consideramos o lazer uma característica fundamental da cultura humana, resultante de escolhas pessoais na busca pelo prazer, indiferente de seu nível de subjetividade. É o produto de relações interativas de pessoas com espaços, objetos e, especialmente, com outras pessoas, criando e recriando de maneira lúdica uma série de dinâmicas culturais. Ressaltamos ser importante considerar que os estudos do lazer no âmbito da cidade ganham melhor amplitude quando estão vinculados às discussões sobre democratização e direito social. Não se trata somente de um simples questionamento e reflexão sobre o direito ao lazer e ao espaço público na cidade, mas, sim, aos direitos sociais de forma mais ampla, dentre eles a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, direito à cidade e aos espaços públicos de qualidade.

O espaço público é um ambiente urbano de importância vital, pois é um grande *locus* da luta entre as classes, e possibilita o desvelamento de contradições e dinâmicas que mobilizam os movimentos sociais em sua busca pela efetivação de seus direitos.

Assim como afirma Harvey (2008), reiteramos que o direito à cidade é uma ação coletiva e sua construção e reconstrução são também formas de reconstruirmos a nós mesmos como sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- DAOU, A. M. **A Belle Époque amazônica**. 3. ed. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DUMAZEDIER, J. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: Centro de Estudos de Lazer e Recreação da PUC/RS, 1978.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva; Sesc, 1999.
- GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 20 abr. 2014.
- GREGÓRIO, M. S. **Contribuição à gestão ambiental de Guajará (Belém-Pará-Amazônia) através de estudo batimétrico e sedimentológico**. 2008. 127f. Tese (Dissertação de Mestrado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- HARVEY, D. **O direito à cidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População e Domicílios: censo demográfico**. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LEITE, Rogério Proença. **Espaços Públicos na Pós- Modernidade**. In: Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite (Org). *Plural da Cidade. Novos Léxicos Urbanos*: Coimbra: Almedina, 2009.
- LOBATO, Eládio. **Cidade das Palmeiras Imperial**. Belém: 2ª edição do autor, 2005.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1995.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

**ISSO É BELÉM! ISSO É PARÁ! ISSO É BRASIL:
ESPAÇOS DE LAZER COMO CONSTRUTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.

PIMENTEL, G. G. A. Por que pesquisar o lazer? **Iniciação Científica (CESUMAR)**, Maringá, PR, v. 2, n. 1-54, p. 33-36, 2000.

SARGES, M. N. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

TOCANTIS, Leandro. **Santa Maria do Grão Pará**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.

LAZER NO TERRITÓRIO FLUVIAL: TRANSGRESSÕES NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA¹

Alexandre Paulo Loro
Giuliano Gomes Assis de Pimentel

INTRODUÇÃO

É no tempo livre que os indivíduos se libertam das restrições que governam o seu comportamento, usufruem de maior autonomia e flexibilidade para agir conforme suas escolhas. Por esse motivo, podem se envolver com práticas de lazer consideradas negativas pela sociedade, ou seja, aquelas relacionadas com a transgressão de regras e de convenções sociais.

As pessoas que buscam esses tipos de práticas estão vulneráveis a desenvolver “culturas de dependência” (ROJEK, 2011), frequentemente relacionadas às necessidades de liberação de aspectos restritivos do cotidiano, o que expressa um forte senso do sujeito sobre si mesmo como diferente e afastado da sociedade. Entretanto, elas possuem uma sucessão de elementos que justificam a motivação subjetiva por fazê-las.

Pautados pelos estudos de Rojek (1995, 1999, 2005, 2011), objetivamos com este texto identificar e analisar diferentes discursos existentes em relação ao lazer desviante no território fluvial na região

¹ Este capítulo é parte da Tese de Doutorado em Educação Física, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com Estágio Sanduíche realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), Portugal. O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil (Ministério da Saúde) e certificado pelo Comitê de Ética da UEM. Parecer de aprovação n. 43510114.8.0000.0104.

da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. A realidade do contexto fronteiriço transborda concepções pré-definidas, por esse motivo utilizamos uma abordagem exploratória. A região é quente e com abundantes recursos hídricos que podem servir de lazer da população. Todavia, há segregação desse território fluvial, o que incentiva as pessoas – por necessidade ou prazer – em desafiar o proibido.

O estudo contou com a colaboração de sete sujeitos, os quais, de alguma forma, agem sobre essa realidade. Nossos agentes² são: professor, agente de aventura, agente de turismo, agente jurídico, policial, jornalista e guia de aventura. Assim como, são residentes em Foz do Iguaçu (Paraná, Brasil), *Ciudad del Este* (Alto Paraná, Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Misiones, Argentina). Todos os participantes concordaram em assinar o Temo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A escolha desses agentes foi decorrente de suas inserções e conhecimento nos espaços destinados ao lazer aquático. Os procedimentos metodológicos de estudo consistiram na combinação de técnicas para a coleta de dados: observações de campo participante e não-participante (registradas em diário de campo) e posteriores entrevistas semiestruturadas. As observações foram realizadas nos espaços de lazer em momentos esporádicos, durante duas semanas (julho e outubro de 2016).

Os conteúdos descritos no diário contextualizaram as atividades desenvolvidas no campo, de caráter descritivo-analítico (TRIVIÑOS, 1987). As anotações realizadas facilitaram a observação, descrição e reflexão das rotinas do dia de trabalho, que continham: data, horário, local, planejamento, ação, objetivos da ação, sujeitos envolvidos, desenvolvimento da atividade e avaliação.

O tratamento específico destinado aos dados coletados, a partir das observações e entrevistas, está alicerçado na Análise do Discurso foucaultiana, que trabalha com o sentido dos enunciados e suas regras de formação (referencial, relação do enunciado com seu sujeito, espaço colateral e condição material).

² Todos os nomes que constam neste trabalho são pseudônimos.

SOBRE OS DESVIOS DO LAZER

As “formas anormais de lazer” analisadas por Rojek (2005) emergiram a partir do questionamento acerca dos desvios de conduta, geralmente estudados por especialistas em distúrbio de personalidade (psiquiatria ou genética) ou por juristas (criminologia). Isto é, diferentes práticas não eram consideradas lazer, porque eram taxadas com características de patologização (doências) ou criminalização (perspectiva jurídico-normativa). Essas concepções de lazer (patológico e/ou ilegal) proporcionou ao autor o desenvolvimento e o aprofundamento de uma classificação:

- Tipo **invasivo** (individual): é uma prática de lazer doméstica, caracterizada como fuga individual da realidade e recuo das redes sociais (isolamento e separação). Esse tipo de lazer pode estar relacionado ao consumo de drogas e álcool, considerado autoprejudicial, pois coloca o usuário em risco através de roubos, furtos em lojas e prostituição.
- Tipo **mefítico**: concerne à autoimagem de libertação e rejeição de regras sociais, que provoca satisfação lúdica ao externar impulsos agressivos e sexuais por meio de atividades violentas de grupo, a exemplo do vandalismo das gangues, dos deslocamentos no território para fins sexuais, dos trotes universitários e da prática do pichamento. Uma das características é o pouco respeito ou confiança em outras pessoas, transformando-as em objetos (mercadorização).
- Tipo **selvagem**: é um fenômeno de multidão. Refere-se aos momentos esporádicos de liberação das normas sociais, que mexe com o desafio e a emoção do indivíduo, evidenciado, principalmente, em eventos propícios e tolerados para o afrouxamento das repressões (Carnaval, no Brasil; Tomatina, na Espanha, são exemplos). Momentos

de desordem pública são propícios para violar leis, o que favorecem formas esporádicas de crime, como furtos de veículos e lojas, nudez pública e insulto às autoridades. As formas de lazer selvagem não são sempre públicas, a exemplo da invasão de *hackers* a computadores.

Ao analisar essas categorias, Rojek (2005) constatou que, em uma sociedade urbano-industrial, o elemento lúdico é central nos tipos “anormais” de práticas, sendo muitas delas compatíveis com o relaxamento, envolvendo a separação do indivíduo da sociedade e a cristalização de atitudes e práticas antissociais.

Por outro lado, a desobediência no lazer pode ser alvo de cooptação pelo sistema. O “lazer alternativo” (MARCHESE; VILELA JUNIOR; MACHADO, 2011), por trazer o imaginário e a marca da criticidade e da criatividade, tem sido apropriado pela indústria cultural, diretamente atrelada ao prazer necessário para a manifestação do lazer pleno – crucial para a manutenção e crescimento do estigma de marginalidade. A noção de consumidor ideal acaba traçando indiretamente um perfil daquilo que se espera que seja vivenciado nos momentos de lazer em conformidade com a estrutura social na qual está inserido.

Isso quer dizer que, qualquer manifestação, desprendida daquilo que possa ser entendido como lazer vivido em consenso aos valores da sociedade, tramita entre a iniciativa de apropriação de um lazer que busca suprir *déficits* do cotidiano do ator social e aquilo que fica socialmente compreendido como cultura marginal, porque está à margem dos valores morais. Nesse sentido, pudemos identificar alguns desses elementos durante as entrevistas realizadas com diferentes agentes, que serão apresentadas nos próximos tópicos.

PRIMEIRO Mergulho: ÁGUAS PARAGUAIAS E ARGENTINAS

Na Ponte da Amizade, antes mesmo da alvorada, ocorre intenso trânsito de trabalhadores brasileiros que passam para o outro lado da fronteira. Inaugurada em 1965, a ponte atraiu imigrantes do mundo todo, pois abriu a perspectiva de se transitar com maior facilidade entre Brasil-Paraguai, permitindo ampliar o comércio de fronteira. Alguns anos mais tarde, emerge a Usina Binacional de Itaipu (1984). A construção dessa gigantesca obra foi um marco histórico para os brasileiros, assim como para os paraguaios, pois criou condições para novas práticas de lazer nos arredores do Lago de Itaipu, ampliando a oferta de lazer canônico (convencional), bem como o surgimento de práticas desviantes de lazer.

Pinheiro-Machado (2011) verificou as transformações ocorridas a partir de um crescente controle exercido pelo Brasil para bloquear a passagem ilegal de mercadorias pela Ponte da Amizade, as consequências dessas mudanças na vida cotidiana dos habitantes da região (principalmente, comerciantes e imigrantes), e constatou que a alteração da “normalidade” da Tríplice Fronteira, produzida pela fiscalização, repercutiu no aumento dos índices de violência, desemprego e redirecionamento dos fluxos migratórios.

No campo das teorias do lazer, isso quer dizer que, mesmo com ostensivo controle social, a população continuará buscando outras alternativas de lazer que, por vezes, fogem do tradicional, no caso, o acesso às margens do Lago de Itaipu para os banhos. Pontualmente, na cidade paraguaia de *Ciudad del Este*, foram construídos *resorts*, *campings*, hotéis e clubes particulares, melhorando, assim, a infraestrutura para o lazer, atraindo indivíduos de vários níveis econômicos. Entretanto, segundo relatos de um professor de Educação Física paraguaio, residente nessa cidade há 20 anos, a edificação e a publicidade não foram suficientes para garantir o acesso ao lago pela população.

Por outro lado, o professor destaca que uma das principais atrações gratuitas nas proximidades é o Refúgio Biológico *Tatí Yupí* (Km 10), onde não são permitidos banhos. Nas proximidades, há muitos lugares com matas virgens e monitoramento ostensivo, mas, conforme o professor, “[...] *sempre têm aqueles que buscam o proibido. Há quem busque diversão, adrenalina, descobrir*”.

Nas proximidades do lago estão localizados os Saltos do Rio Monday, na cidade de Presidente Franco, conhecidos como as “Cataratas Paraguaianas”. Nessa mesma região do Alto Paraná, encontra-se o Salto Cristal, com uma queda d’água de 72 metros. Segundo o professor, para chegar ao Salto é necessário passar por uma área privada, mas isso não é problema para os moradores paraguaios, pois não é costume os proprietários ou vigias dificultarem a passagem: “[...] *aqui tem lugares que têm que passar de uma estância a outra para chegar onde querem ir, num lugar bonito, numa cascata, e se banhar. Mas a gente deixa passar*”. Esse discurso leva-nos a compreender que o fato de os indivíduos não lesarem ou fazerem mal às pessoas, pelo menos diretamente, apenas “pedirem passagem”, é uma forma de justificar o ingresso às propriedades para acessar as águas.

Outro acontecimento do período que merece destaque é a inauguração da Ponte da Fraternidade (1985), ligando Brasil-Argentina, provocando o aumento do trânsito de pessoas e mercadorias na *Ciudad del Este* e em Foz do Iguaçu. O acesso facilitou o acampamento nas beiras do lago, atraindo turistas pelas belezas naturais, alavancando a economia, embora fosse um roteiro economicamente acessível, se comparados ao Lago de Ypacaraí (Paraguai) ou litoral catarinense, destinos de lazer mais elitizados e muito procurados.

Na Argentina, quando o assunto são as águas, é recorrente a menção popular às Cataratas, que diferem em alguns aspectos em relação ao lado brasileiro. No Brasil, predomina a relação contemplativa, enquanto na Argentina, a relação poderá ser mais interativa. No mês de outubro chove intensamente na região e as Cataratas do Parque Nacional do Iguaçu têm o volume d’água elevado. Mesmo as-

sim, o aumento do volume d'água não impede o tradicional passeio Gran Aventura³³. De acordo com o agente de turismo, o passeio é seguro: *"Vai se molhar, mas é seguro. Não tem problema. Se tivesse, não seria autorizado. Não daria para fazer o passeio. Leve uma sacola porque pode se molhar muito. Aqui dá pra deixar mochila, tênis, máquinas de foto [...]"*.

Na sequência, fomos recomendados a entrevistar uma representante da Administração do Parque, na central de informações turísticas. A agente de turismo explicou novamente o roteiro do passeio e as normas de segurança, bem como o percurso terrestre que antecede a experiência. Descreveu que os passageiros são acomodados sentados, com cinto de segurança e a velocidade do veículo é baixa. Quando este chega ao leito do rio, os turistas ingressam na embarcação, com capacidade de lotação aproximada para sessenta pessoas. Todos vão sentados, com cinto de segurança e colete salva-vidas; não é permitido partir, caso alguém esteja de pé ou sem o colete salva-vidas na embarcação.

Para quem nunca fez o passeio, a impressão é de uma atividade de risco, mas, na verdade, é seguro. O fato de ter ocorrido apenas um acidente em 50 anos dá credibilidade ao passeio. O Parque Nacional exige o cumprimento de certas regulamentações, as quais são rigorosamente seguidas, sob pena de as atividades não serem iniciadas. Importante frisar que, na Argentina, a Prefeitura Naval tem a custódia do rio (ou seja, opera como polícia), verifica as condições do rio, da embarcação e dialoga com a equipe que prestará o serviço.

No Parque do Iguazú é perceptível a atenção dada às normas de segurança e controle. Ainda assim, há histórico de turistas que tentam passar dos limites impostos – invadem áreas proibidas para nadar ou saem dos trechos permitidos. Tem sido recorrente a ruptura das normas, especialmente na Ilha de *San Martín*:

³³ No Parque Nacional do Iguazú (Brasil) é comercializado passeio semelhante: o Macuco Safári, que consiste em um passeio de barco que chega muito próximo às quedas d'água.

Tem uma trilha que vai dentro da mata, de três horas, termina numa cachoeira. Nesta cachoeira, você pode descer até o final e daí chega ao rio, mas ninguém pode ir ao rio, mas a maioria das pessoas passam. O registro deste, somente quem tem é a "oficina de guarda parque", o guarda parque, como polícia do parque, eles registram todos os delitos e vão para seus livros, as suas atas. (Luíza, agente de turismo).

Os visitantes, em certa medida, têm cada vez mais ultrapassado os limites. Premissa confirmada por uma Agente Policial do Parque Nacional do Iguazú. A Agente Policial declarou que acidentes no parque são raros, embora inevitavelmente eles ocorram. Os mais recorrentes são por motivo de trato aos animais. Quando as pessoas tentam dar comida ao quati, por exemplo, correm o risco de ter mão e dedos mordidos. Destaca, ainda, que os acidentes ocorrem comumente em dias de chuva – as pessoas correm na passarela, distraem-se, resvalam e caem.

A policial revela que, mesmo com normas de segurança e ampla oferta de atividades de aventura, são recorrentes as infrações e a fuga do roteiro oficial. Geralmente, são jovens estrangeiros do sexo masculino, que querem uma experiência emocionante, ultrapassar os limites permitidos, sobretudo, nos dias de verão. Quase sempre que os agentes de segurança são acionados é para retirar pessoas da água: *"Todo mundo tenta, todo mundo quer. Se eles querem fazer, fazem!"*, afirma.

As diferentes formas de apropriação dos pontos de lazer no Parque do Iguazú são dinâmicas e demonstram níveis de satisfação emocional singulares. Os visitantes do parque são seduzidos a desfrutar dos lugares proibidos ao ponto de entrar nas quedas *"Dos Hermanas"* (parte inferior).

Em alguns lugares do Parque, a prática virou tradição:

O único sítio que não é proibido, na verdade, é proibido, mas todo mundo entra, é o Sandero Macuco. Termina numa queda e embaixo tem um poço. Ali todo mundo

entra na água, a gente deixa. É o único lugar que a gente pode entrar na água. Ou na Ilha [San Martín], mas não é permitido, ali tem muita gente olhando, é proibido. Lá não tem acompanhamento, por isso é proibido. Temos que advertir para que tenham cuidado ao subir nas pedras. (Patrícia, Policial do Parque do Iguazú).

O Sandero Macuco é uma região do parque que conta com uma trilha na mata, distante três quilômetros e meio das quedas. Nessa localidade, há uma única queda d'água, isolada. Na descrição da policial, nesse lugar, “[...] *tem um poço muito lindo que a gente sempre toma banho, mas na verdade está proibido*”. Percebe-se nessa fala que, embora exista uma consciência coletiva de regulação, o indivíduo assume um comportamento que o satisfaz e o realiza (ROJEK, 2011). É interessante que, além da extrapolação das regras do parque pelos visitantes, os próprios agentes também as fazem. Aqueles que deveriam contê-los não resistem às águas. Aqui cabe o questionamento satírico do poeta romano Juvenal: “quem vigia o vigilante”?

Parece-nos, portanto, que a criação de dispositivos de controle também resulta em uma dinâmica capaz de possibilitar a formação de diferentes discursos, os quais são utilizados por distintos grupos que disputam o poder, para o uso do lazer aquático no território argentino.

SEGUNDO Mergulho: descoberta e pagamento nas águas brasileiras

A região de fronteira possui abundante vegetação verde, principalmente, às margens dos rios Iguazu e Paraná, sendo possível encontrar vasta mata ciliar. Porém, parte da população local desconhece as possibilidades de lazer que esses rios proporcionam. Aqueles sujeitos que chegam de fora são direcionados para os passeios normatizados, geralmente, pacotes que são comercializados pelas agências de turismo, conforme relato de uma jornalista:

Os rios? Quando eu cheguei aqui eu não via o rio! Não é possível! Onde está o rio? Está escondido?! Até que um dia eu peguei um ônibus errado e fui lá para trás, no meio das favelas e achei o rio [risos]. Me dei por conta do quanto o rio é invisível. Há um discurso oficial: – essas são as Cataratas! O pessoal vem de fora, vê as cataratas, vira as costas e vai embora. O referencial são as cataratas, que é pago. (Suzana, jornalista).

No processo de estruturação urbana de Foz do Iguaçu, houve uma preocupação acentuada em relação aos futuros visitantes que, atraídos pelo turismo, tornar-se-iam uma lucrativa fonte de renda. Como tradicionalmente ocorre nessas situações, as camadas populares foram sendo deslocadas para lugares distantes, sem a existência de uma política eficiente que atendesse às necessidades de lazer desses setores, como, por exemplo, a criação de praças públicas como espaços cotidianos de sociabilidade. Sobre esse assunto, Catta (2009) destaca que, com o passar do tempo, o processo de higienização das áreas centrais da cidade viria a se incumbir da população mais carente, com a atuação da administração pública e do aparato de repressão, atendendo aos anseios da especulação imobiliária que lucrou com a sua remodelação.

Nas beiras do lago e dos rios, multiplicaram-se os clubes privados e as casas de campo; instalaram-se hotéis e condomínios de alto padrão. A “camarotização” forçou o deslocamento dos antigos moradores ou dos seus frequentadores para outras áreas, parte deles pobres. Quem não tem acesso aos clubes sociais ou qualquer outro tipo de lazer barato e de fácil acesso na condição de consumidor, transformar-se-ia transgressor.

Seja propriedade privada ou áreas localizadas nas beiras dos rios pertencentes à União, a população não poderia acessá-las sem prévia autorização. Porém, a comunidade apropria-se delas, usa as trilhas, faz escalada, banha-se nos rios, faz churrasco, usa barco, pesca e caça. Em muitos casos, mais que isso, a população edifica e estabelece moradia, especialmente, ao longo das barrancas. A po-

pulação pobre, sem recursos para pagar aluguel ou adquirir um lote de terra, acaba por desmatar e ocupar áreas ribeirinhas, formando núcleos de residência que abrigam um contingente de pessoas que chega continuamente à cidade.

O entorno das águas e as próprias águas são disputadas por vários grupos sociais, inclusive no campo das práticas corporais. As diferentes formas de apropriação desses espaços revelam contrastes dos distintos interesses envolvidos, como evidenciamos na seguinte situação: atualmente, nas proximidades das Cataratas existem várias áreas que foram liberadas para a construção de condomínios. Assim que uma série de trabalhos de preparação do terreno ficou pronta, a área foi cercada e portões foram colocados. Entretanto, em seguida, o resultado gerou problemas para os atuais proprietários, pois pescadores invadiram a área para chegar até o rio. A propriedade onde está localizado o condomínio dá acesso ao rio. É uma antiga zona de passagem de pescadores. Por esse motivo, os portões têm sido constantemente violados. Anteriormente às obras, os pescadores tinham acesso irrestrito a essas áreas, mas hoje eles se tornaram invasores, chegam discretamente de moto ou de carro e efetuam o arrombamento.

A criação dos condomínios privados fomentou os desvios, à medida que desconsiderou a territorialidade dos grupos tradicionais de pescadores, conforme destaca uma Agente Jurídica:

Essa propriedade que eu te falei antes, eles cansaram de colocar cadeado, fizeram até um muro e eles continuaram quebrando, é como se eles dissessem assim: – isso aqui é nosso, a gente estava aqui antes de vocês, a gente quer um caminho! Eu acho que eles ainda continuam lateralmente entrando. Parece que não vão parar enquanto não colocarem uma guarita com vigia. (Lilian, Agente Jurídica).

Na situação supracitada, alguns moradores obtiveram o registro e a carteira de pescador; aqueles que não conseguiram,

continuaram na informalidade. Diferente do que ocorreu com os caçadores – parte da sociedade entende que o momento histórico não permitia mais a caça, embora ainda sejam presos na região do Parque do Iguaçu. Esses praticantes inventam novas estratégias, deslocando-se em pontos e horários menos vigiados ou, ainda, agem sob tráfico de influência:

O pior ainda é você escutar que os políticos do Paraná, de Curitiba, vêm fazer isso aqui dentro. O pessoal da rede hoteleira escuta que grandes políticos vêm caçar aqui dentro. Essa lei existe, mas o fulano veio caçar, está comendo a caça, a carne de caça no hotel tal, na região tal, e tá lá. É ilegal, mas existe. O pessoal da rede hoteleira denuncia tudo isso, quem trabalha nos hotéis tem relatos incríveis, eles acompanham tudo dentro dos bastidores, quem tá, quem não tá, quem passa, quem não passa. Eles sabem de todas essas coisas. (Lilian, Agente Jurídica).

Depois da inauguração da Ponte da Amizade e da Ponte da Fraternidade, os portos oficiais de transporte por meio de balsas caíram em desuso. Por outro lado, intensificou-se o circuito clandestino às suas margens. Com a privatização do circuito das águas, tornando-o fechado, e conseqüente ressignificação, restará a adesão (pagar ou não frequentar) ou o enfrentamento (acessar o rio de forma clandestina).

Sobre esse assunto, a jornalista argumenta:

[...] antigamente o pessoal utilizava para esporte de aventura, mas agora parece que colocaram cadeados. Iam lá, falavam com os caras, mas agora parece que trancaram. É uma empresa privada que explora extração de areia. Fechou o acesso das pessoas, que as pessoas utilizavam para o parquinho porque, assim, tinha o acesso mesmo, físico. (Suzana, jornalista).

Os acessos nem sempre são interrompidos. Em lugares pontuais isso pode ser negociado. Estabelecer acordos verbais e monetários pode resultar em situações que sejam “boas para todos”,

é algo comum. Isso ocorre em um estacionamento às margens do rio por um antigo marinho, que permite acesso de forma extraoficial:

Aqui tem um lugar no Rio Paraná, bem pertinho, que você entra. Só que para parar o carro lá você tem que pagar. É tipo um Porto Oficial, ao lado da Marinha. Quem está lá é um "marinho", um cara mais antigo, um cara legal. Ele diz: – olha, você pode estacionar aqui, paga dez reais e pode ficar à vontade. Pergunto: isso é permitido ou não? Ele não quis falar [...], ele tem um acordo com a Marinha, ele foi da Marinha, deixam ele lá e cuida do local, mas há uma política de boa vizinhança. (Suzana, jornalista).

O mesmo *modus operandi* também pôde ser identificado em relatos em que grupos de ciclistas fazem acordos e pagamento de taxas para acessarem os rios:

[...] tem um amigo meu, que é paraguaio, ele explora cachoeiras urbanas. Eles montaram um grupo de ciclistas para fazer um passeio pelas cachoeiras de Foz do Iguaçu. A gente montou um grupo informal, de amigos, "os caçadores de cachoeiras" [risos]. A gente "caçava" cachoeiras na cidade, sem dinheiro nenhum. Às vezes pagando uns quatro reais para o "carinha" lá da entrada, só que agora estão fazendo a formalização, pagando cem pila [reais]. (Suzana, jornalista).

[...] tem um grupo aqui que faz ciclismo. Eles saem daqui, atravessam a aduana com a Argentina e vão até uma cachoeira, mas é uma cachoeira que dizem: – nossa, como acharam essa cachoeira? Tem que passar uma ruazinha de terra, cheia de pedra, passa por uma fazendinha. Tem um tiozinho, aí você diz: – você olha a bicicleta? Dá uns cinco reais que ele cuida a bicicleta e você desce a cachoeira. Aí, você diz: – como é que as pessoas acharam essa cachoeira? É só quem sabe [...], isso não tá no mapa. (Lilian, Agente Jurídica).

Entretanto, nem sempre os sujeitos se enquadram às normas ou querem/podem se submeter ao pagamento das tarifas – querem liberdade de acesso e gratuidade. Por mais que existam discurs-

.....

sos que evoquem segurança, conforto, boa prestação de serviço, há indivíduos que resistem – almejam usufruir do rio espontaneamente:

A gente queria estar lá, com liberdade, sem roteiro. Por outro lado, as pessoas vão se fechando. Esse é o problema: quando você vê tá na ilegalidade. O local lá, você não pode entrar, ou tem que ir por um caminho que vai por meio dos hotéis, mas tem que negociar: – A gente pode ou não pode entrar? Daí você pergunta para o “carinha” que atende e ele diz: – é, agora a gente tá explorando, você tem que vir aqui e fazer isso [...] (Suzana, jornalista).

Em alguns pontos dos rios, para se obter passagem pelas propriedades particulares, acordos informais são firmados com os proprietários. Estes, mediante pagamento, tentam manter o controle do fluxo, permitindo a liberação apenas dos conhecidos. A triagem, justificada em decorrência dos assaltos ocorridos, nem sempre é eficaz, pois, mesmo quando a área é murada, a população acaba por fazer trilhas ao lado da edificação. Isso exige discricção, afinal, quando o fluxo de pessoas aumenta, os proprietários podem aparecer no local. Ainda assim, é possível barganhar, conforme constatado pelos relatos:

[...] se você chegar lá humilde” e disser: – oh, eu quero acessar o rio! Então... (risos). Porque a gente não precisaria pagar, né? Porque o rio é o rio. (Daniel, Guia de Aventura).

Ao lado do Parque do Iguaçu, tem uma área de camping. Se você for amigo do guarda, se você conhecer ele desde criança, ele libera para você [entrar]. É aquela coisa. (Lilian, Agente Jurídica).

Sabendo que determinados grupos sociais têm privilégios, as contravenções parecem adquirir naturalidade – quem não dribla a fiscalização coexiste em acordos com elas, em uma espécie de embaralhamento das fronteiras do legal e ilegal, do formal e informal.

Nessa outra cartografia das circulações de bens e pessoas, vive-se na ilegalidade, em maior ou menor grau.

Quando o desdobramento é o cumprimento de pequenas penas ou prestação de serviços à comunidade, o resultado é o regresso as mesmas atividades, porque se compreende que essas práticas de lazer desviante não são tão erradas assim. Há nuances. Logo, seus praticantes pensam que não estão cometendo algum tipo de crime – apenas estão a viver, a trabalhar e a ganhar a vida, como uma prática “real” daquele território específico. Podemos entender que esse afrouxamento das leis é recorrente, até mesmo, em situações que buscam criar alguma ordem, a exemplo de policiais que preferem que o tribunal do PCC julgue certas infrações em comunidades (BIONDI, 2018).

Todavia, isso não é a anomia – falta de ordem na sociedade –, uma vez que certos grupos sociais, em situação de privilégio ou, quase sempre, em vulnerabilidade, constroem o desvio como válvula de escape para superar as dificuldades. Frente a isso, retomando a especificidade do lazer, Noda, Santos e Pimentel (2016) propõem que olhemos para as sutilezas entre o canônico e o desviante. No entremeio das polarizações, podemos encontrar nuances, como a diferença entre uma prática de lazer criminalizada por lei (prostituição) e as abjetas às normas sociais (clube de *swing*). Ambas desviantes. Todavia, atravessar a fronteira pode ser uma forma de achar permissão lá ao desvio de cá ou, pelo contrário, busca de potência para afirmação de si sobre qualquer arbitrariedade abstrata da sociedade.

Entretanto, qual seria a potência desse atravessamento de fronteiras para vivenciar o desvio? Caso Foucault (2012) esteja certo em considerar que as normas duram mais que as leis, nossa análise pode ser encerrada com a afirmação de que o lazer desviante é mais uma transposição de fronteiras do próprio lazer do que, necessariamente, dos limites sociais incorporados em cada sociedade. Dito de outra forma, atravessar as fronteiras nacionais pode ter efeito legal para experimentar certas proibições. Contudo, tem maior peso o

simbolismo do enfrentamento das regras, pois os desviantes puros tendem a sofrer mais embates com os agentes até se chegar a um ponto de equilíbrio; enquanto outros desviantes encontram facilitadores, isto é, formas consumíveis de desvio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O decurso das análises nos sugeriu a existência de uma relação de poder (correlação de forças) que coloca em disputa diferentes sujeitos na determinação de quais são as verdades do lazer no território fluvial da Tríplice Fronteira. Como não cabe socialmente que toda e qualquer atividade no tempo livre seja considerada legítima ou até legal, especialmente, em uma região de Tríplice Fronteira, a iluminação sobre um lazer desviante expõe as resistências na forma de transgressão social. Em um jogo tensional e dinâmico de oposições, tolerâncias e alianças entram em disputa diferentes discursos e práticas sociais envolvendo o lazer nos cursos d'água.

Pelo material empírico analisado em comparação com a tipologia do lazer desviante, podemos concluir que há pouca ocorrência do desvio selvagem, porque a vigilância de fronteira reprime com eficiência esse tamanho de manifestação. Assim, as pessoas acabam realizando táticas de micro poder que favorecem o lazer desviante do tipo invasivo, mais fácil de ficar invisível à vigilância. Quando pequenos grupos avançam na prática do tipo mefítico, mais codependentes são do consentimento e/ou omissão dos diferentes agentes em geral. Se onde há poder, há resistência, então, a fórmula mais eficiente de controle é a existência de normas paralelas às regras, as quais facilitam (ou mesmo incentivam) o lazer desviante, embora o discurso oficial nem sempre revele a profundidade desse aspecto.

Por conta dessa coexistência tolerada entre desviante e canônico, que determinadas práticas de lazer estão no limiar da normalidade, dependendo do contexto em que ocorrem. O lazer pode ser compreendido como transgressão (apropriação/uso daquilo

que é patrimônio público e/ou privado) ou, por outro lado, pode ser considerado lazer canônico (convencional), quando praticado com o consentimento ou pagamento aos proprietários e/ou responsáveis. Assim, as práticas sociais na fronteira ora apertam ora afrouxam a vigilância, o que gera experiências híbridas canônica-desviantes.

Nesse caso, chegamos a um divisor de águas entre duas formas principais de desvio. Na primeira, cada pessoa enfrenta a moralidade internalizada e consome o desvio como um faz de conta permitido. Nesse caso, o canônico apropria-se do desvio, em versões *light* de ruptura com as normas. E, na segunda, tem os a experiência viva e arriscada de quem transgrede fronteiras físicas e simbólicas. Pelo que percebemos, os desgastes desse confronto tendem a consolidar um campo neutro – um meio termo – entre agentes da lei e infratores recreativos. O lazer desviante desafia fronteiras, embaçando a translucidez do lazer canônico. Mas, como vimos, faz parte das estratégias do poder mover suas margens para absorver e enquadrar as dinâmicas lúdicas divergentes.

REFERÊNCIAS

BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada**: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

CATTA, L. E. **A face da desordem**: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

MARCHESE, D.; VILELA JUNIOR, G. B.; MACHADO, A. A. O lazer como possível espaço/tempo para o consumo de drogas. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n. 4, p. 1-22, dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/749>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

NODA, L. M.; SANTOS, S.; PIMENTEL, G. G. A. Casas de swing: um exercício etnográfico de estudo do lazer desviante. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO LAZER, 2., 2016, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2016. p. 10-18.

PINHEIRO-MACHADO, R. Caminhos do descaminho: etnografia da fiscalização na Ponte da Amizade e seus efeitos no cotidiano da Tríplice Fronteira. In: BÉLIVEAU, V. G.; MACAGNO, L.; MONTENEGRO, S. (Org.). **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 127-145.

ROJEK, C. **Decentring Leisure**. London: Sage, 1995.

ROJEK, C. Deviant Leisure: the dark side of free-time activity. In: Jackson, E. L.; BURTON, T. L. (Ed.) **Leisure Studies: prospects for the twenty-first century**. Pennsylvania: Venture Publishing, 1999.

ROJEK, C. **Leisure theory: principles and practices**. Great Britain: MACMILLAN, 2005.

ROJEK, C. O lado obscuro do lazer: formas anormais. In: FORTINI, J. L. M.; GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). **Desafios e perspectivas da educação para o lazer**. Belo Horizonte: SESC; Otium, 2011. p. 137-148.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UM RESPIRO NA CIDADE: A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Renata Nascimento Duarte
Gabriela Machado Ribeiro
Elizara Carolina Marin

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o fenômeno do lazer pressupõe indubitavelmente problematizar o processo de urbanização. A deficiência ou mesmo ausência de planejamento na ocupação dos espaços, além de resultar em aglomerados urbanos desordenados, evidencia a despreocupação com a criação/garantia de espaços públicos de lazer na composição das cidades.

Rechia (2015) define a cidade como uma paisagem artificial, de criação humana, que mescla espaço natural e artificial, e é constituída por objetos e imagens, movida pelo entrelaçamento entre a vida pública e privada, pela articulação de tempo e espaço. O espaço, na perspectiva de Santos (2006, p. 36), é “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Os objetos – formas espaciais – e as ações – conteúdo social –, ao interagirem e alterarem-se mutuamente, não podem ser compreendidos separadamente. Por assim dizer, o espaço não existe sem a ação humana.

O espaço urbano, no sistema capitalista, como advertem Comin (2013), Marin e Padilha (2000), reflete as desigualdades econômicas

entre classes sociais. A configuração socioespacial resultante da ocupação e apropriação dos espaços, a segregação de territórios, a (não) oferta em quantidade e qualidade de serviços essenciais de infraestrutura e assistência, expressam a cruel dinâmica do capitalismo.

As facetas desse sistema também se evidenciam na dimensão do lazer. Ao configurar-se como um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, que é perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2000, p. 28), o lazer consubstancia-se nas condições concretas da existência humana. Conjectura em si a manifestação de uma totalidade que é político-econômica, histórico-social e cultural.

As contradições sociais advindas do capital, ao se materializarem no processo de urbanização, influenciam/determinam diretamente a democratização ou privação de espaços e equipamentos de lazer nas cidades. No cenário urbano, privilegiam-se os “espaços produtivos”, que se convertem em bens rentáveis, e os espaços e equipamentos de lazer, quando existem, são construídos próximos a quem pode consumir, em contrapartida, os menos favorecidos economicamente se limitam às suas casas e às ruas (MARIN; PADILHA, 2000).

A democratização do lazer, tal como defende Marcellino (2006), pressupõe a democratização do espaço urbano. E implica a ação do Estado (e daqueles que o administram), a fim de desenvolver políticas públicas que, para muito além da usual “política de atividades e eventos isolados”, objetivem alcançar resultados ou produzir efeitos no que diz respeito às necessidades sociais (MENICUCCI, 2006).

Marcellino (2006, p. 19) argumenta que, “[...] se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo esforço para sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos”. Ademais da importância da construção e manutenção desses, há a possibilidade de adaptação e utilização de equipamentos não específicos, que, ao serem apropriados pela população, ganham novos usos e agregam novas funções e significados sociais.

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**
.....

Espaços como escolas e universidades podem tornar-se profícuos espaços não específicos de lazer, tendo em vista que, além de possuírem estrutura física capaz de abrigar vivências de vários campos de interesse, enquanto espaços formativos, podem abarcar outras formas educativas para além da educação formal, conforme assinalam Ribeiro e Marin (2012).

As universidades públicas, por exemplo, ao atentarem às necessidades relacionadas à dimensão do lazer da comunidade universitária e população em geral, reafirmam seu caráter de instituição social, em detrimento do ordenamento mercadológico – gerencialista, em voga.

Chauí (2003) explica que a universidade pública em sua essência sempre foi uma instituição social, todavia, vem, a passos largos, transformando-se em organização social. Nos dizeres da autora, enquanto instituição social, a universidade tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, assim como, percebe-se inserida na divisão social e política e busca “[...] definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permite responder às contradições, impostas pela divisão social” (CHAUÍ, 2003, p. 6). Já como organização, tende a incorporar os princípios mercantis, gerir seu espaço e tempo particulares, aceitando como dado sua inserção em um dos polos da divisão social. Seu alvo não é responder às contradições, mas, sim, vencer a competição com seus supostos iguais (CHAUÍ, 2003).

Ao inserir em sua pauta a preocupação com a garantia dos direitos sociais da população e incorporar demandas sociais nas políticas e estratégias institucionais, delinear ações e metas para sua efetivação em seus documentos oficiais (regimentos, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI –, Programa de Parcerias de Investimentos – PPI –, Plano Diretor etc.), as universidades públicas evidenciam o quão comprometidas estão com a sua realidade local.

No que se refere ao direito ao lazer, ao acesso e usufruto de espaços/tempo, vários campi universitários, de Instituições de Ensino

Superior (IES) públicas, têm atentado para essa função, a exemplo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de São Paulo (USP), como demonstram as publicações apresentadas nos sites¹ das mesmas.

Pereira (2018), ao investigar as políticas culturais de esporte e lazer nas universidades federais mineiras, destaca que, além das 11 instituições existentes no estado listarem suas “áreas de lazer” e “espaços/centros de convivência”, e suas “instalações esportivas”, algumas apresentaram cronograma de expansão das instalações existentes em seus documentos institucionais. Dessas, quatro² possuem órgão específico destinado ao lazer e ao esporte para o desenvolvimento de políticas, inclusive, informaram as fontes de financiamento, as diretrizes, mecanismos e objetivos. A partir da compreensão do lazer como direito, processo formativo ou constituinte do bem-estar social, indicaram os modos de dar materialidade a essas concepções teóricas.

Salvaguardando suas particularidades, a exemplo das universidades mencionadas, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem voltado sua atenção para essa demanda. A Universidade estruturada nos moldes de Campus, especialmente, nos últimos cinco anos, tem tido intensa ocupação da população aos finais de semana para usufruto do lazer. Em um movimento de mão dupla, em que há a apropriação do campus pela comunidade e a compreensão da instituição de que a universidade é um espaço aberto à população e que, portanto, pode se dispor à “contemplação, à vagueza, à descontração e à fruição” aos seus frequentadores. A UFSM consolida-se como

1 1 Respectivamente: <<http://portal.uepg.br/noticias.php?id=6664>>; <<https://www.ufmg.br/diversa/3/espacosdaufmg.htm>>; <<http://www.ufs.br/conteudo/plano-diretor-para-ufs-11515.html>>; <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=5210>>; <<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=81>>.

2 2 A UFMG possui o Centro Esportivo Universitário (CEU); a Universidade Federal de Lavras (UFLA) possui a Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL); a Universidade Federal de Viçosa (UFV) possui a Divisão de Esportes e Lazer (DLZ); a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) possui a Divisão de Esporte e Lazer Universitário (DIESU).

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

espaço de lazer na cidade de Santa Maria e delinea proposições que buscam otimizar as experiências no campus (UFSM, 2014, p. 4).

Atentos a esse movimento, buscamos compreender os motivos que levam a população da cidade de Santa Maria a usufruírem do Campus da UFSM aos finais de semana como espaço de lazer e as proposições dos gestores relativas a essa apropriação.

Com vistas a alcançar os objetivos, realizamos pesquisa documental (CELLARD, 2012), a fim de identificar as proposições das gestões da UFSM referentes às políticas de lazer nesse contexto. Analisamos os seguintes documentos: Regimento Geral da UFSM; Plano de Logística Sustentável 2016–2018; PDI 2016–2026; Plano de Desenvolvimento de Institucional da UFSM; Plano Diretor; Programa Viva o Campus; Projeto de Elaboração dos Planos Diretores Físico Territoriais dos Campi da UFSM. Assim como, *site* da UFSM³, *site* da Pró-Reitoria de Extensão⁴ e página na rede social *Facebook* da Pró-Reitora de Extensão⁵, onde são divulgados os eventos propostos.

Realizamos também trabalho de campo (MINAYO, 2007), por meio de observações e entrevistas (NEGRINE, 2004), com base nas seguintes categorias: espaços; equipamentos; população frequentadora; usos realizados pelos frequentadores; e ações desenvolvidas pela instituição. As observações foram realizadas aos finais de semana (sábado e domingo) no Campus Sede da UFSM, no período de julho de 2017 a janeiro de 2018, buscando contemplar diferentes estações do ano (inverno, primavera e verão). As entrevistas em profundidade foi realizada com nove pessoas, das quais sete estabeleciam relação de trabalho ou estudo com a UFSM. Dessas, cinco foram selecionadas pela assiduidade ao Campus (identificada no processo das observações), quais sejam: três mulheres – uma estudante de 19 anos, uma profissional autônoma de 27 anos e uma funcionária pública de 38 anos – identificadas, respectivamente, como M19, M27, M38; e dois

3 3 Disponível em: <<http://site.ufsm.br/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

4 4 Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pre>>. Acesso em: 20 maio 2017.

5 5 Disponível em: <<https://www.facebook.com/preufsm/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

homens, com 25 e 45 anos – representante comercial e funcionário público –, identificados como H25 e H45. Os demais entrevistados foram homens: um gestor envolvido com o Programa Viva o Campus, um vendedor ambulante e dois vigilantes.

Para análise dos dados, buscamos inspiração nos pressupostos da análise de conteúdo, de acordo com Franco (2005).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA COMO ESPAÇO DE LAZER: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A Criação da UFSM se deu em 1960, fundamentalmente, pelas mãos de seu idealizador, Prof. José Mariano da Rocha Filho, seguindo modelo americano, em que o campus é uma cidade apartada da regular, configurando-se em “[...] um território fechado, com administração independente e que abriga espaços de ensino, aprendizagem e pesquisa” (PINTO; BUFFA, 2006, p. 5737).

O campus sede da UFSM⁶⁶ se localiza no município de Santa Maria, pertencente ao estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km da capital, Porto Alegre. Trata-se da primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira, representando um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil (ROCHA FILHO, 2011).

Santa Maria tem uma população estimada em 282.123 pessoas. É considerada uma cidade média e de grande influência na região central, sendo a 5ª cidade mais populosa do estado. Assumiu papel de destaque na região, sobretudo, no setor comercial, religioso, militar (17 instituições do exército e uma Base Aérea) e educacional (oito instituições de ensino superior, um instituto federal).

No âmbito da cidade, a UFSM localiza-se no Bairro Camobi. Dista cerca de 12 km do centro da cidade. Segundo dados da Pró-Reitoria de Infraestrutura da UFSM (2011), o campus contempla uma

⁶⁶ Atualmente, a UFSM é constituída por quatro campi – o campus sede e três unidades que se localizam em Cachoeira do Sul (200 km da capital), Frederico Westphalen (420 km da capital) e Palmeira das Missões (370 km da capital).

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

.....

área total de 1.837,72 hectares, nos quais as edificações perfazem 239.578 m² de área construída. Desde o processo de sua fundação até sua constituição, a UFSM está em movimento, tanto no tange à geografia arquitetônica quanto formativa.

Desde a sua constituição, foi prevista uma via de acesso principal, a Avenida Roraima, que consta de um percurso aproximado de 1 km da RS509 até o pórtico de entrada, construído em 1970, e prossegue em linha reta por mais 1,2 km, desembocando no centro administrativo, a Reitoria. A imagem que segue ilustra essa via (Imagem 1).

Imagem1 - Fotografia área da UFSM



Fonte: <https://www.culturamix.com/cultura/escolar/ufsm/>.

Na década de 1970, houve também a concretização de uma obra considerada marco da universidade, o Planetário, cujo esboço arquitetônico foi construído por Oscar Niemayer⁷⁷, constituindo-se num dos cartões postais da UFSM e da cidade. A praça no seu entorno, hoje, é um espaço privilegiado de concentração de pessoas aos domingos, como veremos mais à frente.

⁷⁷ 77 Arquiteto brasileiro, considerado referência no desenvolvimento da arquitetura moderna.

Atualmente, a estrutura do Campus Sede se divide em: Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Educação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Tecnologia, Centro de Artes e Letras, Centro de Educação Superior Norte, Centro de Educação Física e Desportos. A UFSM mantém centros de educação básica, técnica e tecnológica, por meio do Colégio Politécnico e do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, além uma Unidade de Educação Infantil. Atualmente, mais de 30 mil pessoas atuam na universidade: 2.040 docentes; 2.668 técnicos administrativos em educação; 28.690 alunos matriculados entre seus 267 cursos – destes, 5 de nível médio, 26 de pós-médio, 130 de graduação; 106 de pós-graduação.

Congrega, ainda, área residencial constituída por sete prédios (um exclusivamente para alunos indígenas), que alojam em torno de 2.000 estudantes da graduação e pós-graduação. No entorno desses prédios, ainda que de modo limitado, oferece alguns espaços de sociabilidade e lazer: quadra de vôlei de areia; churrasqueiras cobertas e bancos.

Nas dependências da UFSM há ainda Restaurantes Universitários, Biblioteca Central, Bibliotecas Setoriais, Hospital-Escola⁸, Hospital Veterinário, Farmácia-Escola, Usina de Beneficiamento de Leite, Museus⁹, Centro de Convenções, Centro de Eventos, Espaço Multiuso, uma pista de caminhada e/ou corrida situada atrás da Reitoria, dentro de um bosque de pinus (popularmente conhecido como pinheiro) com um percurso de 1 km, uma pequena praça com equipamento para crianças. Possui também uma área comercial com agências bancárias, agência de correio, farmácia, livraria, posto de gasolina, diversas lancheiras, entre outros¹⁰.

8 8 Maior hospital de atendimento público do interior do Rio Grande do Sul.

9 9 A exemplo do Museu Arte Ciência Tecnologia, e do Museu Gama D'Éça. Outras informações, acessar respectivamente: <<http://museuarteciencia.ufsm.br/>>; <<http://coral.ufsm.br/mgd/>>.

10 Informações disponíveis em: <<https://www.ufsm.br/2020/03/05/wi-fi-aberto-e-novidade-do-viva-o-campus-neste-domingo-8/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**
.....

Essas são algumas das estruturas que elucidam minimamente a configuração do campus da UFSM. O Projeto de Elaboração dos Planos Diretores Físico Territoriais dos Campi da UFSM (SOUZA, 2008), que envolveu a participação da comunidade universitária, reuniu um conjunto de diretrizes, normas e instrumentos voltados para a ocupação físico-territorial do Campus. Estruturou em 5 eixos temáticos: patrimônio cultural; acessibilidade física e mobilidade urbana; sistema natural; sistema de espaços livres; edificações e redes de infraestrutura urbana.

Para fins deste capítulo, embora cientes da importância e articulação entre os mesmos, chama a atenção o eixo temático “sistema de espaços livres”, descrito como um conjunto de ambientes livres de edificações, mas interconectados, que visam garantir “a manutenção de um ecossistema natural que dê sustentação ao meio urbano”, tais como, praças, vias arborizadas, parques, entre outros (SOUZA, 2008).

Nesse eixo, constam diretrizes relativas: a facilitar o sistema de circulação peatonal de acesso à UFSM (Avenida Roraima), entre os prédios e aos “espaços livres para fins de recreação, lazer, práticas de esportes e contemplação”; à arborização e identificação de espécies; à construção de mobiliário urbano (lixeiras, iluminação, bebedouros, mesas para jogos, placas informativas); à construção de áreas de descanso, de centros de convivências para “encontro e interação social” da comunidade universitária e externa. Esse eixo temático evidencia preocupação em favorecer uma organização espacial em rede que permita o deslocamento pelo campus, como passeio e espaços para descanso, contemplação, encontro e convivência, entre outras práticas de lazer.

Ribeiro (2012), em estudo documental sobre as formulações das políticas de esporte e lazer de 15 universidades públicas brasileiras investigadas, destaca que todas fazem referências ao esporte e lazer em pelo menos um de seus documentos, todavia, apenas uma das instituições aponta como um direito social, constitucionalmente garantido e indispensável para a formação cidadã do sujeito.

Por outro lado, não apresentam propostas concretas e os recursos financeiros para operacionalizá-las. As escassas proposições apresentadas, “quando elencadas, caracterizam-se como ações isoladas, esporádicas e eventuais, sem garantias de efetivação e continuidade” (RIBEIRO, 2012, p. 99), escreve a autora.

Fica claro que os documentos oficiais da UFSM apontam preocupação com o lazer, tanto para a comunidade acadêmica quanto para o público externo. Na contramão das políticas de enxugamento de recursos econômicos para educação e, quiçá, para o lazer, e no marco de um crescimento exponencial de usos das áreas verdes do Campus, a UFSM tem contribuído também com seu papel social no âmbito do lazer na cidade de Santa Maria.

O PROGRAMA VIVA O CAMPUS

Desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão, desde agosto de 2014, visa potencializar as experiências movimentadas pela instituição, nas suas grandes áreas de atuação, com a comunidade que frequenta o campus nos finais de semana, mais especificamente, incentivar a participação cultural e artística, a conscientização em sentido amplo e o cuidado com o meio ambiente (UFSM, 2014). Como relata o projeto, há duas Universidades:

Uma universidade que se dedica incansavelmente ao ensino, à pesquisa e à extensão e outra universidade que, aos finais de semana, reserva-se à contemplação, à vagueza, à descontração e à fruição – atividades fundamentais à existência, mas muitas vezes esquecidas na pressa dos dias. (UFSM, 2014, p. 4).

O Programa objetiva, em um domingo por mês, promover atividades esportivas, artísticas e culturais aos cidadãos, gratuitamente, e contribuir para a socialização e construção cidadã. São exemplos: oficina de leitura e contação de história; exposições de carros anti-

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**
.....

gos; *shows* musicais de bandas locais; práticas corporais diversas; ações solidárias.

Em entrevista, o Gestor declara que as promoções derivam de parcerias com instituições, grupos ou pessoas interessadas em apresentar produções artístico-culturais, mediar práticas corporais, experiências educativas, entre outros. Tudo é gestado com poucos recursos, por exemplo: o orçamento do Projeto para o ano de 2017 foi de R\$ 36.206,99, utilizados com auxílio financeiro a estudantes, material de consumo, aluguel de estruturas de som e divulgação nos meios de comunicação¹¹.

No percurso da pesquisa de campo, acompanhamos os eventos do Programa dos meses de setembro, novembro e dezembro de 2017, que foram realizados no entorno do Espaço Multiuso¹² – cuja fachada serve como palco. Todos contavam com apresentações musicais. Há eventos com temáticas emergentes no âmbito da cidade, como o “Viva o Campus Setembro Amarelo”, que teve como foco a prevenção do suicídio, apoiado por diversas instituições. Conforme as observações realizadas, nos domingos em que houve o Programa Viva o Campus, identificamos aumento considerável do público frequentador, em sua maioria, jovens.

O folder a seguir ilustra ser uma proposta de ação no âmbito do lazer que articula o conhecimento produzido na UFSM, conscientização, atividades corporais, música e alegria (Imagem 2).

11 Informações disponíveis em: <<http://w3.ufsm.br/pre/images/Transparencia/2017-final/Transparncia%20Projeto%20Viva%20o%20Campus%20Ref%202017.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

12 O Espaço Multiuso assumiu importância particular para a UFSM e cidade. Marca culto ecumênico e espaço de acolhimento à comunidade acadêmica e familiares em razão da tragédia ocorrido na Boate Kiss em 2013.

Imagem 2 - Programação "Viva o Campus Setembro Amarelo"

**VIVA O CAMPUS
SETEMBRO AMARELO
UFSM/2017**

PROGRAMAÇÃO

**3
SET**

15H
O yoga promovendo uma vida Equilibrada
Edgar de Oliveira Matias
Ponto de encontro: tendas ao lado do Planetário.
Trazer seu tapete, toalha, vir com roupas confortáveis.
Inscrições através do e-mail: extensao@ufsm.br

15H
Projeto de Extensão Promoção da Vida e Prevenção de Suicídio
Tenda com distribuição de material informativo

Aula de Tai Chi
Evandro Bertol - PA KUA Santa Maria
Ponto de encontro: tendas ao lado do Planetário.
Vir com roupas confortáveis
Inscrições através do e-mail: extensao@ufsm.br

15H30
Observação de Aves
Projeto de Extensão Olha o Passarinho
Ponto de encontro: tendas ao lado do Planetário.
O link de inscrições será divulgado em breve pelo projeto e no evento do facebook

16H
Show com a banda Louis&Anas
Espaço Multiuso

REALIZAÇÃO E APOIO:

Fonte: <<https://www.ufsm.br/2017/08/28/viva-o-campus-tem-edicao-especial-do-setembro-amarelo/>>.

Consoante às propostas de pensar os espaços da UFSM como espaço social, há investimentos de adequação às necessidades dos frequentadores nos dias de semana, mas também como possibilidade de lazer comunitário. Destacamos a construção (finalizada em 2015) da pista multiuso (Imagem 3), com cerca de três quilômetros de

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

.....

extensão, que interliga os principais prédios. É assim denominada por possibilitar usos para caminhar, correr, andar de bicicleta, sentar nos bancos dispostos no percurso. É certo que muitos projetos ficaram no papel – postos de água quente para chimarrão, bicicletário, jardins, banheiros públicos, entre outros. Há aí sinais de um movimento para enfrentar distâncias físicas, sociais e simbólicas dentro do campus e com a cidade, e construir o sentido de campus universitário como “[...] um espaço mais agradável não só para trabalhar, mas para viver, um sonho dos modernistas. Aliás, não só deles”, escrevem Buffa e Pinto (2016, p. 829).

Imagem 3 - Pista Multiuso



Fonte: Site UFSM (2017).

Destaca-se também para a instalação de rede de *Wi-fi* aberta e disponível no campus nos finais de semana, objetivando “potencializar o relacionamento entre a UFSM e a comunidade externa que visita o campus” sem custos adicionais à instituição¹³.

A UFSM fica aberta 24 horas de segunda a segunda. Suas estruturas, aos finais de semana, atraem a população. E, como vimos, os investimentos das gestões administrativas da UFSM na infraestrutura

13 Informações obtidas em: <<https://www.ufsm.br/2020/03/05/wi-fi-aberto-e-novidade-do-viva-o-campus-neste-domingo-8/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

e na implementação de programas culturais e de lazer vitalizaram o campus enquanto ponto de encontro dos cidadãos de Santa Maria, anunciando ser um respiro na cidade.

UFSM: UM RESPIRO NA CIDADE

Durante três meses inseridos no campus, percorremos os espaços de carro, a pé e de bicicleta. No percurso, fomos parando, anotando, fotografando e realizando interações com os frequentadores para compreender suas motivações. Em todas as estações saltam aos olhos os prédios vazios. Nos meses de calor, espalhados pelo campus, redes e balanços instalados nas árvores; cadeiras e tecidos organizados às sombras para piqueniques de grupos religiosos (de diferentes crenças), familiares, amigos, integrantes de movimentos sociais, adeptos ao veganismo etc.

Ouvimos o som do violão, do canto, do riso e da voz de crianças. Presenciamos brincadeiras diversas – jogo do taco, *frisbee*, pega-pega – envolvendo crianças, por vezes, adultos e idosos. Até para quem estava de fora rendia boas risadas. E o sol, o dono do cronômetro. Enquanto sua luz brilha, a brincadeira continua.

Identificamos práticas corporais e esportivas diversas – caminhada, corrida, ciclismo, *skatismo*, futebol americano, *rugby*, *slackline*, entre outras – todas acontecendo simultaneamente, espalhadas por diferentes espaços do campus. As quadras esportivas e os campos de futebol são espaços disputados entre os jogadores e atraem observadores.

Notadamente, é o período da tarde de domingo o de maior concentração de pessoas. No período da manhã, há pessoas realizando atividades físicas, em especial, caminhadas e corridas na pista e passeando com animais de estimação.

No verão (meses de dezembro a fevereiro), no período da tarde, quando o sol se põe por volta das 20 horas, os frequentadores chegam ao campus em torno das 17 horas e permanecem até o sol se pôr. Já no inverno, os frequentadores chegam mais cedo, por volta

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**
.....

das 15 horas, para aproveitar o sol, como demonstram as falas e a Imagem 4, que segue. Antes do pôr do sol, começam a partir.

Eu gosto bastante de vir para o Campus quando está frio e com um sol bonito, ainda mais depois daquelas semanas que só chove, aí posso ficar pegando um sol, é bom para a saúde. (M27).

Se está quente eu vou mais tarde, no inverno vou cedo para aproveitar o sol e levar minha cachorrinha para aproveitar. Com chuva que fica inviável, não tem como, muito barro e molhado. (M38).

Imagem 4 - Frequentadores ao sol no inverno



Fonte: Arquivo pessoal.

Os extensos largos de grama no entorno da Reitoria e do Planetário convidam para socializar, contemplar, tomar chimarrão, estender um tapete para deitar ao sol ou à sombra, trazer cadeiras para sentar ou passear.

Nos dias de chuva o Campus fica vazio. Algumas vezes identificamos pessoas praticando atividade corporais, estudantes residentes na Casa do Estudante deslocando-se no entorno. Até mesmo os eventos do Viva o Campus são cancelados em função da instabilidade climática.

O clima interfere sobremaneira na frequência, na permanência e no tipo de atividade desenvolvida no Campus. Fato também destacado na fala deste entrevistado: *“O movimento varia de acordo com o clima, no inverno com um dia bonito lota, vem bastante gente mesmo. Os dias mais fresquinhos também, mas acho que o que importa mesmo é o sol, se está bonito o dia o pessoal vem mesmo”* (Vendedor).

O clima instável¹⁴ em Santa Maria leva a, recorrentemente, no mesmo dia vivenciar variadas sensações térmicas. E, em muitos meses – especialmente junho, julho, agosto – há poucos dias de sol. Conforme dados meteorológicos de Santa Maria, o dia, no verão, é longo, quente e abafado (amanhecer em torno de 6h e o anoitecer em torno das 19h). No inverno, curto e ameno (amanhecer 7h30min e anoitecer 17h30min). Todavia, durante o ano inteiro, o tempo é com precipitação e de céu parcialmente encoberto. O que evidencia a busca do Campus como um oásis para o encontro com o sol.

A faixa etária dos frequentadores é diversificada, crianças, jovens, adultos e idosos. Cada grupo etário estabelece laços com diferentes locais no Campus. Por meio das observações identificamos que, normalmente, as mesmas pessoas escolhem os mesmos lugares para estarem e fazem os mesmos usos. Por exemplo, as famílias que vêm com crianças localizam-se no largo do Planetário, nos campos de futebol do CEFD e na pracinha. Os jovens reúnem-se no entorno da Reitoria e Planetário. Os skatistas buscam as ruas asfaltadas e pouco movimentadas para a prática. Os idosos, no verão, buscam o frescor das sombras, em geral, dos pinheiros, próximo à pista de caminhada e ao redor do campo de futebol. No inverno, opostamente, procuram o sol.

A entrevistada M45, por exemplo, utiliza os espaços da UFSM de modo diverso, a depender da situação pessoal – estar só ou passear com o animal de estimação –, não obstante, busca, fundamentalmente, estar em espaço aberto, verde e em companhia:

14 Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/1-aspectos-gerais/1-5-ambiente-natural/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

“Eu prefiro ficar nos espaços mais calmos, mais retirados, em função da minha cachorrinha, pois moro em apartamento. Na UFSM posso deixar ela solta, aí prefiro ficar mais retirada do pessoal. Mas quando vou sozinha, gosto de ficar perto do pessoal, sempre tem alguém com música, ou até mesmo tocando algum instrumento. Isso que é o fascinante do Campus, é possível se adequar para todos os momentos”. (M45)

A estudante entrevistada, moradora da casa estudantil situada no campus, realça a importância da programação do “Viva o Campus” (Imagem 5), na medida em que muda a aura do Campus, ou seja, excede a rotina acadêmica e da habitação, configurando um espaço festivo e de possibilidade de socialização: *“Eu moro dentro da UFSM, então gosto de ir para onde tem gente, se tem algum show sempre estou por perto, rola às vezes uns brindes ou coisa do tipo. E já aproveito para ver as pessoas e escutar uma música boa”* (M19).

Imagem 5 - Apresentação musical do programa “Viva o Campus”



Fonte: Arquivo Pessoal.

Dadas a diversidade e a amplitude do espaço da UFSM, para o entrevistado H45 o Campus favorece a possibilidade de usufruto

do silêncio, de sentir a natureza e estar só para desfrutar: *“Eu prefiro a calmaria, busco às vezes um lugar bem isolado, se estou sozinho mais isolado ainda: eu, uma cadeira, os pés na grama e um bom livro”*.

Nesses relatos, é possível perceber a dimensão da UFSM, que, ao mesmo tempo, acolhe diferentes formas de apropriação, diferindo dos demais espaços existentes na cidade. Conforme explicitam os entrevistados, os espaços de lazer públicos da cidade, majoritariamente, estão em situação precária.

Segundo levantamento realizado em 2012¹⁵, existem no município 51 praças espalhadas por diferentes bairros da cidade, sendo oito em Camobi e cinco parques sob os cuidados da administração municipal. Há também o Parque da Medianeira, que pertence à Igreja Católica, e a Pista da Brigada, que tem como responsável a Corporação da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. O Campus da UFSM, que é responsabilidade da Prefeitura Universitária. Para além da quantidade, na mesma direção da fala dos entrevistados, pesquisas como a de Denardi e Silva (2010), Ferraz (2013) e Brum *et al.* (2013) também destacam a precarização dos espaços, a destruição do patrimônio, a pouca iluminação, a falta de segurança, entre outros.

O Parque Itambé, que perfaz quase toda a divisa leste do Bairro Centro na cidade, que contempla diversos equipamentos de lazer (quadras poliesportivas, concha acústica, pista de caminhada, amplas áreas verdes e um Centro de Atividades, conhecido como Bombril), sendo considerado uma referência histórica na cidade, é percebido, conforme pesquisa de Cruz (2009) e de Benaduce (2007), como um local que não propicia acolhimento. Definem mais como uma área de travessia do que de permanência e usufruto.

Num país de aguda desigualdade social, reivindicar ou investir em espaços e equipamentos públicos para vivência do lazer soa como despropositado. É andar na contramão do modelo de cidade em curso, que intensifica a privatização da vida e nega a possibilidade

15 Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/sociedade/8-6-lazer-e-esporte/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**
.....

de uso do espaço público (ROLNIK, 2000) e da “forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria”, para usar as palavras de Mascarenhas (2004, p. 80).

O processo de urbanização, com a construção de prédios, muros, ruas, avenidas, transforma o espaço, os usos, e acirra desigualdades. E o espaço público, que poderia ser de uso comum, como alerta Rolnik (2000, p. 4),

[...] vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive de mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda. Assim, funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação.

O crescimento desordenado da cidade de Santa Maria, como assinala a entrevistada H45, “*não foi pensado para o lazer*”. Destaca que há sim outras praças e lugares, “*mas nenhum se compara com a UFSM. Aqui a gente fica relaxado, sem barulho de carro, sem asfalto por todo lado. Nos outros lugares é apertado, fica cadeira em cima de cadeira, é muito chato*” (H45). Na mesma direção, explicita M38, “*Eu venho do centro aproveitar a UFSM. Fico aqui a semana toda e no final de semana aqui estou novamente. Lá no centro é complicado, espaços apertados, precários de segurança, não tem onde estacionar, então se eu não posso vir para a UFSM prefiro ficar em casa mesmo*”.

Nesse contexto, a ênfase nas falas é de que o campus da UFSM é o espaço de Santa Maria apropriado para as vivências do lazer na cidade, por ser agradável, silencioso, com amplas áreas verdes e espaços livres, instalações esportivas, abertas e gratuitas, ruas sem trânsito, seguro, gerando sensação de conforto e acolhida.

O destaque dos entrevistados aos espaços verdes e livres como convite para o usufruto do lazer na UFSM leva-nos a concluir

que o déficit desses espaços não é uma problemática somente de grandes metrópoles, a exemplo de São Paulo, é também de cidades de médio porte, como Santa Maria. Santos (1992, p. 98) escreve de modo pungente que, antes do homem,

[...] a Natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do Planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. [...] a Natureza é agora unificada pela história, em benefício de firmas, estados e classes hegemônicas. Mas não é mais a Natureza amiga, e o Homem também não é mais seu amigo.

Em contrapartida, há experiências mundiais, inclusive, brasileiras, de “cidades sustentadas em valores que contemplam de maneira especial a relação sujeito-natureza”, como destaca Rechia (2009, p. 92), em seu estudo sobre Curitiba/Paraná, e “que o lazer vivenciado diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista e funcional”.

Assim como em outras cidades, em Santa Maria tem aumentado significativamente os índices de criminalidade nos últimos anos. A manifestação é de insegurança nos espaços públicos. Por outro lado, com a equipe de vigilância (terceirizada) dentro do Campus, os frequentadores sentem-se mais tranquilos. Além de que a Universidade congrega status de confiabilidade, respeitabilidade e distinção em relação às demais instituições e espaços públicos.

Durante as observações, identificamos tanto a presença de seguranças em diferentes locais do campus e dos prédios quanto circulando em carros, seja nos locais com concentração de pessoas ou nos mais afastados. Segundo o vigilante entrevistado, o contingente de pessoas no campus não tem provocado preocupações: *“O pessoal que vem para cá é tranquilo, não temos problemas. O pessoal respeita bastante. Às vezes o problema maior é em relação ao trânsito, mas aí fechamos algumas ruas para organizar melhor a circulação dos pedestres”* (V1).

O gestor entrevistado corrobora, alegando que “[...] o contato entre reitoria e segurança é imediato, o que facilita as ações [...]. As ocorrências são mínimas, o pessoal vem para aproveitar mesmo”.

Evidencia-se que a apropriação aos finais de semana por parte da população deriva também da segurança. A ausência de segurança influencia diretamente na fruição, afinal, o medo, o estado de alerta, a insegurança inviabiliza a entrega plena, o deleite, a respiração profunda, a acolhida.

Os relatos apontam que os frequentadores, ao se apropriarem do espaço do campus, criam um vínculo de respeito com a infraestrutura existente, com os demais frequentadores, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Como expõe Marcellino (1996), os espaços preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para vivências ricas.

Identificamos que, tendo em vista a localização da UFSM, o acesso aos finais de semana acarreta seleção do seu público. Normalmente, os frequentadores deslocam-se do centro da cidade, utilizando, fundamentalmente, como meio, o carro. As ruas em torno do largo do Planetário e da Reitoria ficam cheias de veículos, chegando a provocar engarrafamentos nos horários de chegada e saída. Incidência maior nos dias ensolarados e em que há eventos.

Cabe considerar que há redução considerável de horários de ônibus nos finais de semana, dificultando ou inviabilizando o acesso de moradores de bairros mais distantes ao campus – tanto pelos recursos financeiros quanto pelo tempo que envolve o deslocamento. De acordo com Buffa e Almeida (2016, p. 829), a segregação é “a maior crítica que os estudiosos dirigem ao modelo de câmpus [sic] universitário. Segregação externa e interna, física e social. O câmpus [sic] segrega e é segregado: distante e separado da cidade, porém, em geral, dela dependente no que se refere a serviços urbanos”.

Nesse íterim, indica, em grande medida, o público frequentador da UFSM e, por outro lado, o público apartado da UFSM e de sua programação cultural – os menos favorecidos economicamente.

Ainda assim, em dias de eventos do “Viva o Campus”, é possível notar um aumento de frequentadores que chegam utilizando transporte coletivo, em sua maioria jovens.

Ainda, há um número expressivo de frequentadores do bairro Camobi, especialmente os que habitam os entornos do campus, que acedem caminhando, com bicicleta e skate, pela Avenida Roraima. A própria Avenida, em todo o percurso que antecede o arco de entrada, a partir de sua revitalização no ano de 2013, tem se configurado como um espaço utilizado pelos moradores dos arredores, dadas as condições favoráveis que apresenta – ciclovia, cinturão verde, sombra, grama cuidada – para realizar atividades corporais e artísticas (grupos com violão), para contemplar ou socializar.

Como melhorias para o cuidado com o patrimônio, as falas dos entrevistados, corroboradas pelas observações, indicam a necessidade de locais para o descarte de lixo. É notável o acúmulo nas lixeiras nos espaços mais frequentados. Essa questão ultrapassa o poder da administração do campus e diz também da conscientização individual, da relação afetiva com o espaço. A ausência pode tornar os cidadãos descomprometidos com o espaço em que vivem e usufruem.

Para qualificar o usufruto e a permanência no campus, indicaram, sobretudo, a necessidade de bebedouros, banheiros (uma vez que os prédios não ficam abertos) e lanchonetes.

O Gestor entrevistado assinala estar ciente sobre a carência infraestrutural para receber a população aos finais de semana, e declara estarem buscado soluções – como assinalado anteriormente. Por exemplo, foram instalados banheiros ecológicos no entorno do Planetário. Não obstante, nos dias de eventos não suportam a demanda.

No decorrer das observações, foi possível perceber detalhes que foram expostos pelos frequentadores, especialmente, na questão do lixo, nos finais de semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da dinâmica dos centros urbanos remonta considerar o quanto as contradições sociais se materializam nas diferentes esferas da vida de seus habitantes. Em que pese, o problema da desigualdade ser de ordem estrutural, a postura do poder público municipal diante das necessidades de seus moradores possibilita, em maior ou menor grau, o acesso da população aos direitos sociais.

Uma cidade preocupada em garantir as condições básicas de subsistência de sua população se voltará, com certeza, para as questões do lazer. O movimento em direção à democratização do acesso e usufruto de espaços e equipamentos de lazer requer da administração pública, além da criação e manutenção de novos espaços e equipamentos em diferentes regiões da cidade, uma articulação intersetorial que garanta facilidade de deslocamento, sensação de segurança, condições de permanência e sociabilidade nesses espaços. Ademais, deve viabilizar a descoberta e criar condições para que a população se aproprie do patrimônio local, seja ele material, cultural ou ambiental.

A UFSM tem sido apropriada pela população como um respiro, um oásis, e sua administração tem respondido positivamente a esse movimento. Todavia, é importante lembrar que as políticas de lazer dependem de recursos financeiros, organização, profissionais especializados, manutenção periódica dos espaços e equipamentos, iluminação, segurança, em caráter permanente – não eventual. Além de consciência individual e social, de sentimento de pertencimento para com o bem comum – para dizer de outro modo, para com o patrimônio material e imaterial – que é a UFSM.

A universidade, em particular, a UFSM, é uma instituição pública de direito social (não privilégio), contudo, não é um espaço específico de lazer. Trata-se de um espaço privilegiado em termos de amplitude, natureza e cuidado, cujo objetivo primordial é a produção e disseminação do conhecimento científico, a formação de profissio-

nais de diferentes áreas do saber. São papéis aparentemente distintos – lazer e formação profissional – e que a UFSM, via subseqüentes gestões, põe em marcha aproximações e diálogos – com limites derivados do desmonte das universidades públicas (SARAIVA, 2019), de parceria com a gestão municipal de Santa Maria, entre outros. Todavia, parece ser ainda mais expressiva a demanda da população, via ação de ocupar os espaços da UFSM aos finais de semana, de requerer mais espaço, cultura, socialização, com segurança. Trata-se, em última instância, da demanda da população ao direito ao lazer, a uma cidade mais verde, mais segura, mais cuidada e mais lúdica.

REFERÊNCIAS

- BENADUCE, M. I. V. **Parque Itaimbé - Santa Maria/RS: gênese de um espaço público/privado**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.
- BRUM, C. M. *et al.* Caracterização dos Espaços Públicos de Lazer e a satisfação dos usuários na área central de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 10, n. 10, p. 2130-2139, jan./abr. 2013.
- BUFFA, E; PINTO, G. A. O território da universidade brasileira: o modelo de campus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, p. 809-831, dez. 2016.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.
- CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.
- COMIN, F. V. **Dinâmica espacial e segregação residencial no Bairro Camobi – Santa Maria/RS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CRUZ, C. R. **Percepção e territorialidade no Parque Itaimbé de Santa Maria/RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- DENARDIN, V. C.; SILVA, A. P. Paisagem urbana e hospitalidade pública: um estudo em praças de Santa Maria, RS. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 85-96, 2010.

**UM RESPIRO NA CIDADE:
A EXPERIÊNCIA COM O LAZER DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**
.....

FERRAZ, C. R. R. **O Espaço Cotidiano da Praça Saldanha Marinho – Santa Maria/RS**: um olhar sobre as formas de interações sociais. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. O lazer e o espaço da cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2006. p. 65-92.

MARIN, E. C.; PADILHA, V. Lazer e consumo no espaço urbano. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, n. 6, 2000.

MASCARENHAS, F. **Lazer e Grupos Sociais**: concepções e método. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 136-164.

MINAYO, M. C. S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: NETO, V. M.; TRIVIÑOS A. (Org.). **A pesquisa qualitativa da Educação Física**: alternativas metodológicas. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Sulina, 2004. p. 61-95.

PEREIRA, Brisa de Assis. **Políticas Culturais de Lazer e Esporte nas Universidades Públicas Federais de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PINTO, G. A.; BUFFA, E. Arquitetura, urbanismo e educação: campi universitários brasileiros. In: ANAIS CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, MG: UFU, 2006. p. 5724-5746.

RECHIA, S. Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de saúde urbana. In: FRAGA, A. B. et al. (Orgs.) **Políticas de Lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

RECHIA, S. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. (Org.) **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 45-60.

RIBEIRO, G. M. **Políticas de esporte e lazer: o papel da Universidade em questão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2012.

RIBEIRO, G. M.; MARIN, E. C. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, set. 2012.

ROCHA FILHO, J. M. **USM: a nova universidade**. 2. ed. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2011.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, M. A redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAIVA, L. A. S. Contra as Bananas. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 16, p. 466-472, 2019.

SOUZA, C. **Audiências Públicas: projeto de elaboração dos planos diretores físico territoriais dos campi da ufsm**. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Programa “Viva o Campus”**. Santa Maria, RS: UFSM, 2014.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Plano de Logística Sustentável 2016-2018**. Santa Maria, RS, 2016a.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016–2026**. Santa Maria, RS: UFSM, 2016b.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Execução Orçamentária – Projeto Viva o Campus**: Santa Maria, RS: UFSM, 2017. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/pre/images/Transparencia/2017-final/Transparncia%20Projeto%20Viva%20o%20Campus%20Ref%202017.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Regimento Geral da UFSM**. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

LAZER E DEFICIÊNCIA: OLHARES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFICIÊNCIA DE PONTE NOVA/MG

Samuel Gonçalves Pinto
Daniela Gomes Rosado

INTRODUÇÃO

O lazer emerge na atualidade enquanto uma forma de compensação a alguns problemas sociais, tais como excesso de trabalho, estresse, falta de atividade física, falta de tempo para o relacionamento com familiares e amigos, entre outros. Essa função de compensação atribuída ao lazer normalmente é justificada pelo fato de que, no tempo disponível, livre das obrigações, o ser humano pode conhecer a si mesmo melhor, otimizando seus potenciais frente às características da sociedade.

Para Hobsbawm e Ranger (1997, p. 43), “[...] as brincadeiras populares são representações sociais e, conseqüentemente, fazem parte da memória cultural de um povo”. Nesse sentido, é comum encontrarmos na prática do lazer várias brincadeiras populares, e é daí que advém a estreita atribuição do lazer no âmbito das manifestações socioculturais, que encontram apoio teórico na cultura.

Por isso, não se pode negar em amplo espectro que a cultura é adquirida socialmente. Logo, é importante compreender o lazer como algo amplo, que tem significado para o homem contemporâneo. Acredita-se que tal fenômeno sociocultural é caracterizado como espaço de atuação multidisciplinar.

Todavia, as pessoas com deficiência possuem um limitado conhecimento no que se refere às questões do lazer, especialmente com relação aos seus direitos, o que dificulta sua inclusão social e desenvolvimento como indivíduo e cidadão. Nesse ínterim, cumpre ressaltar que o lazer traz para esses sujeitos alguns pontos positivos como a sociabilização, a melhora no bem-estar e na saúde, a saída de casa, além de permitir travar, aprofundar ou estreitar laços de amizade e companheirismo, assim como concepções de cidadania e política.

Entretanto, a limitação do Estado e de associações representantes no que diz respeito ao lazer para esse grupo, aponta essencialmente para infraestrutura, pois os maiores obstáculos são locais com infraestrutura inadequadas para esse público e atividades planejadas considerando suas limitações e consequente necessidade de inclusão.

Nesse âmbito de discussões, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um espaço de participação democrática, em que são realizadas ações como o acompanhamento, monitoramento, avaliação e a fiscalização das políticas destinadas à pessoa com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores da administração pública direta e indireta.

Os Conselhos podem: estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos da situação e problemas das pessoas com deficiência; formular, de maneira articulada com as secretarias, as políticas municipais de atendimento à pessoa com deficiência; e elaborar e divulgar material sobre a situação econômica, social, política e cultural das pessoas com deficiência.

INTERFACES ENTRE LAZER E DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA NECESSÁRIA

A International classification of impairments, disabilities and handicaps (ICIDH) propõe uma classificação da conceituação de

deficiência que pode ser aplicada a vários aspectos da saúde e da doença, sendo um referencial unificado para a área. Estabelece, com objetividade, a abrangência e a hierarquia de intensidades, bem como uma escala de deficiências com níveis de dependência, limitação e seus respectivos códigos, propondo que sejam utilizados com a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), pelos serviços de medicina, reabilitação e segurança social. Por essa classificação são conceituadas, segundo Amiralian *et al.* (2000):

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessa categoria a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou em resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, o sexo, os fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Rieser (1995) analisou as diferenças entre o modelo médico e o social de incapacidade. O seu estudo apontou que o modelo médico enfatiza a dependência, considerando a pessoa incapacitada como um problema, ao passo em que o modelo social atribui as

desvantagens individuais e coletivas das pessoas com deficiência, sobretudo, em relação à discriminação institucional. Nesse sentido, o autor sugeriu que a solução para a incapacidade estaria na reestruturação da sociedade.

As políticas públicas de lazer devem visar assegurar o direito constitucional ao lazer e suas possibilidades de atuação no plano social e cultural de uma determinada comunidade. Afinal, a Constituição Brasileira de 1988 garante a todo cidadão o lazer como um dos direitos sociais (BRASIL, 1988).

De acordo com Hannah Arendt, filósofa alemã que viveu entre 1906 e 1975, o termo “política” se refere à convivência entre diferentes, considerando a capacidade do governo em conquistar, manter e exercer o poder (MARCELLINO, 2001). Sendo assim, quando nos referimos às “políticas públicas”, dizemos que estas se tratam de ações que almejam fomentar, por meio de intervenção estatal, atividades voltadas ao exercício da cidadania de forma universal ou para um determinado segmento da sociedade.

O lazer, dentre outras características, cumpre também um papel educativo, em virtude de suas possibilidades pedagógicas, pois pode proporcionar ao indivíduo socialização, desenvolvimento cultural, intelectual e físico; capacidade crítica e transformadora de uma realidade; e, ainda, incentiva a criatividade. Desse modo, a implantação e consolidação de políticas públicas de lazer devem ter como objetivo o desenvolvimento da cidadania, de maneira que as atividades culturais, dentre elas as de lazer, passem a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas. Dentre as inúmeras possibilidades, tais políticas podem contribuir para ampliar as áreas de lazer e descanso nas cidades, para construção de espaços para práticas esportistas e para o desenvolvimento de atividades lúdicas. Além disso, não se deve perder de vista o intuito de fomentar o acesso ao teatro, ao cinema, aos eventos musicais, ao turismo, à arte e aos mais variados esportes.

Lazer e trabalho são fenômenos que, por muito tempo, foram vistos de forma antagônica. Para Gomes (2008), hoje é difícil visualizar um afastamento entre ambos, bem como é difícil afirmar que existam fronteiras absolutas entre essas duas esferas. No Brasil, alguns estudiosos, como Christianne Gomes (2004), já notaram que as fronteiras entre o trabalho e o lazer diminuíram, tendendo a reduzir cada vez mais, à medida que a carga lúdica do trabalho aumenta a criatividade e a produtividade e que o lazer se interpenetra em outros tempos do cotidiano, seja na vida doméstica ou comercial, seja no transporte, na escola ou nas reuniões de trabalho. É um passo importante em direção à inclusão do tema no debate acadêmico e na prática social.

Ao olharmos para a história do lazer no Brasil, podemos dizer que em muitos momentos ela guardou alguma relação com a saúde física e psicológica, ou se justificou por meio dela, o que, aliás, estende-se para todo o campo de atuação da Educação Física, que, conforme Galak (2015), desde os seus primórdios incorporou os princípios higienistas e a defesa da saúde como principal razão para o indivíduo se movimentar. Essa relação não foi construída por acaso, afinal, saúde sempre foi um tema privilegiado e de legitimidade social, diferentemente do lazer visto por si só e da própria Educação Física. É nesse cenário específico que o lazer se tornou pauta intrínseca das discussões em torno da pessoa com limitações.

De acordo com Amaral (1995), a deficiência existe e não deve ser negada ou invisibilizada pela sociedade, apesar de ainda haver práticas nesse sentido. A deficiência é considerada uma condição que é desviante, ou seja, diferente do normal por três motivos, de acordo com o autor: anatômico-funcional, que se refere às formas e às funções exercidas por sujeitos e objetos; estatístico, que diz respeito à média de uma população em geral; modelo ideal, que se configura pela comparação entre o indivíduo real e o ideal.

É preciso, pois, entender que a pessoa com deficiência possui o direito de ser integrada na sociedade, podendo participar nas diversas searas, como cultura, lazer, esporte, educação e trabalho, uma vez

que integra o mundo como todos os outros. Segundo Amaral (1995), a integração da pessoa com deficiência se realiza em níveis: físico, funcional, social e comunitária/societal. Nesse ínterim, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 205, afirma que é obrigação dos órgãos e entidades do Poder Público assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive os direitos à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer (BRASIL, 1988).

Em vista disso, o lazer, a cada dia que se passa, tem se tornado uma celebração, apropriando-se de um grande espaço na atual sociedade brasileira e mundial. Todavia, com relação à pessoa com limitações, ainda é preciso debater o tema, para que as proposições práticas acerca do mesmo adquiram maior visibilidade e entendimento.

A busca pela satisfação, a motivação e o bem-estar tem sido um movimento constante ao longo da história humana. Nos dias de hoje, comumente, percebe-se que, quando em período de férias, as pessoas logo recorrem a atividades de lazer como alternativas para escaparem do estresse causado pela rotina diária e pelos cenários cada vez mais competitivos e instáveis que caracterizam a contemporaneidade.

Dessa forma, as formas de lazer, no contexto social habilidades podem levar o indivíduo – e aqui, em especial, ao indivíduo com limitações a se desenvolver de forma pela –, pois demanda interação com os demais e é através das relações sociais que os homens atribuem significados e aprendem o que é típico e normal. Ainda, é importante considerar “[...] ainda, e principalmente, as condições sociais como fontes geradoras de incapacidades, uma vez que é no próprio meio social que determinados indivíduos tornam-se reconhecidos como deficientes” (SAETA, 2006, p. 67).

Pelo fato de o espaço do lazer ser caracterizado como espaço de encontro e de convívio, ele possui uma grande importância social, devendo ser palco para a integração e inclusão de todas as camadas e os grupos da sociedade. Esses espaços devem, portanto, ser alvo

de políticas públicas estruturantes, evitando a segregação e exclusão de pessoas com limitações funcionais.

Em 1977, o arquiteto Le Corbusier levantou possíveis soluções urbanísticas para a questão do lazer, que envolviam esferas da vida humana e os problemas urbanos, como o transporte, as áreas verdes, a distribuição da população, os desequilíbrios ecológicos e, inclusive, a necessidade de adaptação das áreas em questão (PELLEGRIN, 1996).

Quando se fala do entorno que envolve a pessoa com deficiência e/ou limitações, podemos perceber, frequentemente, que seu convívio se mantém limitado apenas à família, à clínica e à escola. Essa forçada invisibilidade leva a carências sociais que precisam ser reconsideradas pelo poder público e repensadas pela sociedade civil. Com isso, os aspectos que dizem respeito ao lazer, comumente, são obstruídos por atividades ligadas ao tratamento e à reabilitação, deixando, muitas vezes, de evidenciar o potencial existente.

Quando falamos em inclusão, é preciso pensar na sociedade como um todo e em tudo que é oferecido para o cidadão. Logo, viabilizar, cada vez mais, espaços de lazer compatíveis é dever do Estado e é urgente. A falta de políticas públicas eficientes que fiscalizem e ofereçam o devido acesso demonstra a persistente falta de preocupação do poder público com essas pessoas, embora alguns tímidos passos tenham sido dados nessa direção.

Conforme Lefebvre (2001), o direito à cidade deve ser garantido para todas as camadas da população, independentemente das condições sociais, econômicas ou de saúde. Vai além dos direitos sociais garantidos à população, como direito à saúde, moradia, lazer, entre outros, pois envolve o direito de participar das atividades da cidade e o direito à apropriação dela, ou seja, de se relacionar com os outros cidadãos e com os diversos equipamentos urbanos (LEFEBVRE, 2001). Essa apropriação, porém, precisa estar pautada nos princípios da cidadania e do respeito à diversidade dos cidadãos que vivem na cidade, buscando a inclusão de todos. Ela é, por assim dizer,

a base das questões que envolvem o espectro da discussão sobre lazer e deficiência.

Porém, um olhar mais atento e nem tão demorado para as cidades nos leva a perceber que ainda existem vários fatores que podem limitar o direito a ela, entre eles estão as questões relacionadas: à falta de segurança, ao crescimento desordenado, às dificuldades na mobilidade urbana, entre outros. Assim, ao focarmos especificamente as pessoas com deficiência, observamos que ainda há barreiras quanto acessibilidade nos diferentes espaços urbanos que dificultam o deslocamento e o uso da cidade e de seus espaços.

A definição apresentada na legislação brasileira entende a acessibilidade como condição de uso de um espaço e de seus equipamentos com autonomia e segurança, principalmente, por pessoas com mobilidade reduzida ou com alguma deficiência (BRASIL, 2004; ABNT, 2004). Essa condição de uso deve ser garantida pela eliminação das diferentes barreiras encontradas na cidade, as quais Dischinger *et al.* (2004 *apud* MORAES, 2007) classificaram como barreiras atitudinais, isto é, referentes ao preconceito com as pessoas diferentes, barreiras físicas, que são aquelas encontradas nos espaços, edifícios e transportes, e barreiras de informação, que dificultam a comunicação entre as pessoas e o uso dos equipamentos urbanos.

Assim sendo, devemos observar que essa definição relaciona a acessibilidade ao uso de um espaço específico e de seus equipamentos, entretanto, salientamos a importância de se compreender a relação entre os diferentes espaços da cidade e a mobilidade urbana, já que primeiramente o indivíduo necessita conseguir sair de sua casa e locomover-se até o espaço para usá-lo. Mas é preciso entender que não se trata apenas de questões sobre o fator físico, como muitos pensam.

Gabriely (2007) relata que as barreiras e dificuldades que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos mais variados espaços reforçam a ideia de um paradoxo na sociedade, ou seja, as pessoas que mais necessitam dos recursos de acessibilidade

para sua locomoção, em muitos momentos, são as que menos têm tais recursos disponíveis e as que mais são afastadas da participação na sociedade.

Ribeiro *et al.* (2007) apontam que banheiros e telefones públicos possuem uma baixa porcentagem de adaptação, embora hoje o telefone público esteja quase completamente em desuso, dado o progresso com tecnologias de comunicação. As questões estruturais com banheiros públicos, entretanto, ainda se mantêm, apesar de começarem a avançar.

A acessibilidade ao meio físico implica suprimir barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como também de transporte, reconhecendo a inevitável necessidade de locomoção de todos os seres humanos. Para isso, já existem normas internacionais de conselhos de Arquitetura e Engenharia que lidam com a parte de adaptações em repartições e edificações em geral, que os tornam mais acessíveis às pessoas com deficiência (AGUIRRE, 2005 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2005). Todavia, ainda é cedo afirmar que essas questões estão completamente sanadas.

De acordo com as normas da ABNT (2004), por exemplo, os elevadores deveriam apresentar instruções de uso, como indicação de posição de embarque e indicação dos pavimentos atendidos. O “guia prático de acessibilidade” aponta que corredores devem ser repensados em suas medidas, bem como estacionamentos, rebaiamentos de calçada para travessia de pedestre, e demais áreas de circulação (ABNT, 2004). Outrossim, espaços como bilheterias devem possuir uma medida de altura específica e com local de encaixe para pernas no balcão e os espaços físicos em teatros e cinemas deveriam conter um número mínimo de espaços reservados para pessoas com cadeira de rodas (ABNT, 2004).

As informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo o Censo de 2000 (BRASIL, 2000), estimam que 10% da população mundial seja portadora de algum tipo de deficiência, mas destacam que, nos países em desenvolvimento, como o caso do

Brasil, os números podem chegar a 20%, sendo esse um número relativamente grande. Apesar de ter essa estimativa, ainda não há uma classificação real e coerente quanto aos tipos de deficiência e níveis de comprometimento, ou seja, informações que realmente retratem a população nacional com referência à deficiência e que apontem para os direcionamentos a serem tomados (BRASIL, 2000). Sem essas informações específicas, torna-se mais difícil a ocorrência de iniciativas, medidas e políticas públicas em benefício dessa parcela da população.

Enquanto atividade que deve ocupar lugar entre essas medidas, o lazer estrutura-se em uma das ocupações do tempo livre, em que algo prazeroso é realizado. Considerando, então, que os deficientes são pessoas ativas na sociedade, ou assim deveriam ser vistos, salvas as exceções, eles trabalham, estudam e, em seu tempo livre, ocupam-se com lazer, como todo mundo. A Educação Física adentra essa esfera por estar intrinsecamente ligada ao bem-estar humano.

No Brasil, as principais legislações e resoluções desenvolvidas relacionadas a esse assunto são, primeiramente, Decreto Federal nº 914, de 6 de setembro de 1993, que preconiza como uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência a inclusão da pessoa portadora de deficiência e que sejam respeitadas as suas particularidades em todas as áreas que compõem o espectro da dignidade humana, como educação, saúde, trabalho, acesso à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1993).

Existem, também, regulamentações e leis estaduais e municipais que definem os direitos das pessoas com deficiência e suas relações com as práticas de atividades físicas e o esporte em geral. Como, por exemplo, o Decreto nº 53.603, de 23 de outubro de 2008, que instituiu o Comitê de Apoio ao Paradesporto, encarregado da elaboração do Plano de Ação Paradesportivo do Estado de São Paulo, o qual tem por objetivo tomar medidas como: incentivar e promover a máxima participação possível das pessoas com deficiência na práti-

ca usual de atividades esportivas em todos os níveis e assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos (BRASIL, 2008).

Outro dispositivo legal erigido nesse contexto é a Lei nº 14.659, de 26 de dezembro de 2007, que criou a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SMPED. Esta secretaria foi desenvolvida com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência – seja ela física, mental, auditiva, visual, múltipla, surdocegueira – ou com mobilidade reduzida. A SMPED, mais completa, pelo que se observa, atua como articuladora de ações governamentais, intersecretariais e intersetoriais que atendam às necessidades desse segmento da população. Apesar de não ser uma secretaria que tenha o foco específico para o esporte, ela também elabora políticas públicas direcionadas nesse quesito (BRASIL, 2007), configurando-se um instrumento de destaque ao conjugar ações que abrangem a diversidade existente no universo da pessoa com deficiência.

As interfaces existentes entre o lazer e as limitações sociais da pessoa com deficiência aqui apresentadas, embora não tenham a pretensão de abranger todas as particularidades desse universo de debate, apresentaram pontos importantes para o questionamento sobre o assunto, cujo histórico das preocupações, como se viu, é recente e ainda incipiente no Brasil. De acordo com Mazzotta e D’Antino (2011, p. 378), a inclusão social se caracteriza como “[...] a participação ativa nos vários grupos de convivência social”. Essa participação ativa, a nosso ver, ainda precisa evoluir.

Visando entender melhor o assunto a partir da ótica de pessoas com deficiência, isto é, a partir de uma abordagem endógena, que considera o protagonismo do sujeito abordado, foram realizadas entrevistas com participantes voluntários. A seguir, serão apresentados os procedimentos de abordagem e discutidas as perspectivas encontradas nesse ínterim.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis membros do Conselho Municipal da Deficiência de Ponte Nova, MG, sendo duas pessoas com deficiência, a fim de se compreender como conceitua e avalia o lazer na referida cidade. Ponte Nova é um município mineiro com 70.200 habitantes, localizado na Zona da Mata.

As entrevistas foram pensadas e se fizeram em fonte oral de análise, são depoimentos (n=3) de pessoas que vivem no cotidiano as questões relacionadas ao lazer e à deficiência e que nos permitem novas análises, suscitando novos objetos de estudo e nova documentação. Os entrevistados foram esclarecidos quanto à sua participação, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde foram expostos os objetivos e a relevância do estudo, bem como a garantia de anonimato.

A elaboração dos contextos de análise se deu em observância aos objetivos propostos e por meio da análise de discurso das entrevistas. Os procedimentos de análise, conforme Orlandi (2007), abrangem a análise da superfície linguística, a formação contextual e a interpretação/compreensão. Assim, foi possível extrair do discurso contextos referentes ao lazer, tais como tempo, conteúdos, símbolos, funcionalidade. A partir desse material, é possível compreender o lazer dos atores sociais desse recorte, bem como imaginário dessa prática no município em questão.

O roteiro de entrevista se baseou em entender o sentido de lazer e de que forma os integrantes do Conselho percebiam a importância das vivências no cotidiano da pessoa com deficiência. A elaboração das questões foi observância aos conceitos que remetem ao lazer.

De acordo Orlandi (2007), a análise do discurso deve contemplar os sentidos presentes na linguagem, bem como seus símbolos. Procurando articular esses sentidos e símbolos com o imaginário social, buscou-se compreender o imaginário dos atores sociais em relação ao tempo, lazer e tempo destinado a atividades de lazer.

A PERSPECTIVA DOS PARTICIPANTES

Ao conceituarem lazer, foi observado que os entrevistados se aproximaram do entendimento de Marcellino (2000), o qual compreende como uma “atitude” ou um “tempo disponível”. Como exemplo, um entrevistado afirmou: “[...] *Trabalhando não dá pra pensar em diversão, somente quando a gente termina de fazer tudo que foi planejado [...]*” (Participante 1). Outro entrevistado, em uma perspectiva distinta, declarou: “[...] *Lazer é estar com quem a gente gosta e sentindo prazer, a cabeça tem que ficar vazia de problemas [tempo disponível]*” (Participante 2). As visões particulares de cada um desses membros do Conselho ilustram as primeiras discussões em torno do conceito de lazer, apresentadas na revisão de literatura.

Outro participante, a respeito do entendimento sobre o que seja lazer afirma que é tudo aquilo que ajude a relaxar, a preparar fisicamente, a oferecer às pessoas um desligamento do seu cotidiano, do trabalho, de preocupações, e complementa: “*O lazer pra mim está fora de minhas obrigações [tempo disponível]*” (Participante 3).

Os participantes elencaram alguns benefícios acarretados pela valorização do lazer e seu acesso pelas pessoas com deficiência, a discussão existente sobre acessibilidade e protagonismo de fala em políticas públicas.

Ao serem questionados sobre o conhecimento da existência de projetos de lazer para pessoas com deficiência no município de Ponte Nova, MG, que sejam oferecidos por órgãos competentes, os participantes apresentam que:

[...] nem todos os lugares estão adequados [...]. Não que me oponha de..., mas atrapalha de sair na rua, as calçadas, as ruas são cheias de buracos. Se você vai numa praça também, o piso é inapropriado pra cadeira de roda, então acaba desanimando de sair de casa. É melhor ficar em casa mesmo do que tê que passar por todos esses obstáculos. (Participante 1).

[...] tem local que é mais trabalhoso pra mim entrar, por causa das escadas. Se tivesse uma rampa com aquele tapete antiderrapante, era muito mais apropriado pra mim. Tem local que se eu for junto eles têm que me ajudar a entrar, entendeu? O acesso é difícil. (Participante 2).

O lazer é entendido de diferentes formas, muito próximas da questão da Educação e da Cultura, especificamente, com a experiência estabelecida com essa esfera, ou seja, as pessoas têm diferentes entendimentos do que é o lazer, que a aproximam... ou mesmo, as afastam. Os sentidos dessas práticas colocam em xeque sua legitimidade e ocorrência, as lógicas em que as vivências se processam e a disponibilidade da entrega.

Falando que todos possuem o direito ao lazer, devemos nos preocupar com a questão da inclusão, pois, na grande maioria das vezes, o lazer não é algo de acesso a todos, existe uma ideia de normalidade que envolve o vivenciar, bem como a naturalização de sentidos e expectativas. Muitos deficientes, se não a maioria, nunca tiveram acesso a algum tipo de lazer por serem atividades que não possuem uma estrutura entendida como adequada para os atenderem, o que torna questionável a real efetividade de políticas setoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As maneiras como as pessoas se relacionam, interagem, expressam-se, adquirem e usam suas habilidades depende do modelo cultural da sua sociedade. Logo “existem diferentes culturas e cada qual se caracteriza por seu código de valores e crenças específicas” (SILVA; DESSEN, 2001, p. 135). Nesse sentido, pessoas com e sem deficiência são inseridas nesse e por esse processo de transmissão cultural, estando em contínua relação e interação com o meio social (SILVA; DESSEN, 2001), ainda que haja muita invisibilidade a ser superada.

Apesar da existência de dispositivos legais que disponham sobre o acesso e a inclusão da pessoa com deficiência, ainda há

um longo caminho a percorrer. Destaque-se que esse caminho tem mesmo muitos obstáculos.

Através da entrevista realizada em um recorte específico da realidade, qual seja da cidade de Ponte Nova, MG – realidade esta circundante das vivências destes pesquisadores –, é possível identificarmos ações e intenções no sentido de integrar as pessoas com deficiência na sociedade pontenovense.

As falas dos entrevistados revelam que reforça que a prática de esportes e vivências de lazer permitem a interação social e o compartilhamento de experiências e de histórias de superação. Além disso, favorece a inclusão e a socialização, promovendo enormes benefícios emocionais para quem os pratica. Sem contar que o esporte, como atividade física, traz diversos benefícios para a saúde, como a melhoria das funções orgânicas e o aumento da força e da resistência muscular.

Em Ponte Nova, é possível notar a ausência de projetos específicos que atendam às necessidades das pessoas com deficiência, que priorizem seu processo de inclusão social e, conseqüentemente, tragam uma melhoria da qualidade de vida.

O que pudemos observar é que as pessoas com deficiência possuem limitado conhecimento no que se refere às questões do lazer, sobretudo, com relação aos seus direitos, dificultando, assim, sua inclusão social e sua melhoria como indivíduo e cidadão. O Conselho Municipal da Deficiência em Ponte Nova, MG, enquanto órgão competente na promoção do bem estar público demonstra ter preocupação em termos de políticas públicas para essa parcela da população, mas não apresenta ações concretas.

Nesse sentido, o cenário de acesso e inclusão ainda precisa muito compor o debate acadêmico e político em busca de promover ações de melhoria de vida para as pessoas com deficiência, de modo que possam, num futuro próximo e urgente, a garantir-lhes efetivamente dignidade e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ALMEIDA, R. A. Lazer e turismo. **Resolução de problemas II. Relatório Científico III. Roteiros turísticos para pessoas com necessidades especiais**. Turismo adaptado. São Paulo: USP, 2005.

ALMEIDA, R.; NUNES, P.; ZOBOLI, F. **Acessibilidade e possibilidades de lazer para a pessoa com deficiência**: considerações a partir da Orla de Atalaia. Aracaju, SE: UFS, 2011.

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMIRALIAN, M. *et al.* Conceituando deficiência. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 8 set. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm>. Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2000**. Brasília, DF: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidade@>. Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007. Aprova o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6039.htm>. Acesso em: 4 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 53.603, de 23 de outubro de 2008. Institui o Comitê de Apoio ao Paradesporto, encarregado da elaboração do Plano de Ação Paradesportivo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 out. 2008. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/141098/decreto-53603-08-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 2 maio 2020.

BRAZUNA, M. R; CASTRO, E. M. A Trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Motriz**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001.

CAMARGO, L. Perspectivas Contemporâneas do Lazer. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação-Perspectivas Contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre**, São Paulo, 2018.

GABRIELY A. O. **Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para pessoas com deficiência: um olhar multidisciplinar**. 2007. 282f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

GALAK, E. A Educação física busca o aperfeiçoamento da raça: políticas públicas, saúde, eugenia e educação dos corpos. In: GOMES, I. M.; FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M. (Org.). **Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. p. 47-74.

GOMES, C. L. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

GOMES, C. L. Lazer – concepções. In: GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-126.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **Invenção das Tradições**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 2001.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papyrus, 2000

MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n.2, p. 377-389, 2011.

MORAES, M. C. de. **Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050**. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**. Princípios e Procedimentos. 7. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

PELLEGRIN, A. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 31-38.

RIBEIRO, N. M. S. Análise do ambiente de lazer para portadores de deficiência física com alteração na locomoção, na cidade de Salvador. **Diálogos Possíveis**, Salvador, jan./jun., p. 233-242, 2007.

RIESER, R. The social modal of disability. Invisible children. In: JOINT CONFERENCE ON CHILDREN, **Images and Disability**, p. 55-6, 1995.

SAETA, B. P. Gestão Educacional e alunos com necessidades especiais: novos desafios. In: SAETA, B. P. **Inclusão e exclusão Múltiplos contornos da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Expressão e arte, 2006. p. 59-71.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 133-141, 2001.

WHO. World Health Organization. **International classification of impairments, disabilities, and handicaps**: a manual of classification relating to the consequences of disease. Geneva: WHO, 1993.

TEMPO, ESPAÇO E LAZER NA ALDEIA INDÍGENA PORTO LINDO, MATO GROSSO DO SUL

Marina Vinha
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Veronice Lovato Rossato

INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta, inicialmente, de uma discussão sobre o lazer num curso de formação de professores indígenas guarani e kaiowá, desenvolvido no ano de 2009, com acadêmicos da Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu* (viver com sabedoria), ofertada pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Mato Grosso do Sul (MS), Brasil.

A oferta de estudos voltados ao lazer e não à educação física escolar – como poderia se esperar de uma licenciatura indígena – visava capacitar os futuros professores das aldeias para atuarem além da escola, envolvendo também os diferentes segmentos das suas comunidades, na recuperação e revitalização das práticas corporais de movimento e, simultaneamente, revigorar a identidade por meio das festas, dos ritos comemorativos intergeracionais e das modalidades esportivas apreciadas por eles.

No presente texto, selecionamos uma fração dos dados, obtidos naquele período de curso, acerca dos espaços de lazer e da compreensão do significado desse termo para os Guarani e Kaiowá, habitantes da aldeia indígena Porto Lindo/MS. O referencial teórico para elaborar as reflexões foi pautado em autores da sociologia pro-

cessual – Norbert Elias e Eric Dunning – e autores que discutem a questão do lazer entre indígenas guarani e kaiowá – Marina Vinha e Veronice L. Rossato (2011).

A metodologia adotada neste trabalho se fundamentou nas seguintes fontes: (a) informações contidas nos 38 mapeamentos dos espaços de lazer confeccionados em folha sulfite pelos acadêmicos no ano de 2009, no caso, foi selecionado o mapeamento de uma aldeia, Porto Lindo, elaborado pelo então indígena-acadêmico Venâncio Cáceres¹; (b) informações contidas nos *sites* do município de Japorã e nas páginas pessoais dos próprios indígenas com registros de ações realizadas no interior da aldeia Porto Lindo na última década; (c) realização de uma entrevista com Venâncio Cáceres; (d) vivência das pesquisadoras com os Guarani Kaiowá – fato que vem de longa data, e contribuiu para a compreensão das informações.

PROCESSO CIVILIZADOR, TEMPO, ESPAÇO E LAZER NA TEORIA ELIASIANA

A palavra *licere*, em francês, reafirma etimologicamente “o que é permitido”; em alemão, o vocábulo *leisure* remete ao tempo-livre; a palavra *lazer*, na língua portuguesa, aparece como direito do cidadão na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e está fortemente associado ao tempo livre em oposição ao trabalho.

Os autores Elias e Dunning (2019) avançam na compreensão de lazer e denotam características singulares no termo. Os autores buscam fundamentação na teoria de Aristóteles, na questão mimética, em que “[...] grande parte dos fatos de lazer desperta emoções que estão relacionadas com aquelas que as pessoas experimentam noutras esferas da vida real, como o medo, raiva, ódio”. Para eles, “Na esfera mimética são, por assim dizer, transpostos numa combinação diferente. Perdem o seu ferrão. Confundem-se com uma espécie de

¹ Venâncio Cáceres (48 anos) foi aluno da primeira turma da Licenciatura *Teko Arandu*/UFGD, fez também Pedagogia e, atualmente, é diretor na escola da sua aldeia Porto Lindo.

prazer (ELIAS; DUNNING, 2019, p. 184). Além disso, trazem uma interpretação sobre *mimesis* no esporte e lazer:

[..] aquilo que as pessoas procuram nas atividades de lazer não é o atenuar de tensões, mas, pelo contrário, um tipo específico de tensão, uma forma de excitação relacionada, com frequência, como notou Santo Agostinho, como o medo, a tristeza e outras emoções que procuraríamos evitar na vida cotidiana. (ELIAS; DUNNING, 2019, p. 188).

Dando sequência às ideias dos autores, de que as práticas de lazer e as atividades esportivas evocam um tipo especial de tensão e ingredientes de prazer, existem diferenças desses ingredientes, dependendo da atividade, quer sejam emoções mais serenas e profundas, como a assistência de uma audição de música clássica, ou mais arrebatadas, a exemplo de uma disputa acirrada num jogo de futebol. As variações das excitações agradáveis e da vibração das emoções estão vinculadas aos tipos de atividades de lazer e do público. Em específico, a prática esportiva pode evocar tensões sob a forma de uma excitação intensa, mas controlada e equilibrada, dependendo do público, do controle e das regras da sociedade vigente (ELIAS; DUNNING, 2019).

Os autores, discorrendo sobre o tônus da tensão (mais fraco ou forte) nos jogos de futebol apontam que este pode gerar pouca ou muita excitação, gerando sentimentos agradáveis, mais enfadonhos, muito fortes e, até perigosos. Enfatizam ser a função do lazer “[...] não a libertação de tensão, mas antes a produção de tensões de um tipo particular, o desenvolvimento de uma agradável tensão–excitação, como a peça fundamental de satisfação no lazer” (ELIAS; DUNNING, 2019, p. 198), que é um ingrediente essencial da saúde mental. Essa tensão–excitação pode ser observada em várias situações dos jogos indígenas, realizados nas aldeias ou na cidade, como nos eventos Jogos dos Povos Indígenas (FERREIRA, 2011).

Essa capacidade humana de perceber, sentir, transformar em imagens mentais, ressignificar e representar pode ser observada no teatro, no drama, nos jogos, nos rituais, nas cerimônias, entre outras atividades (FERREIRA; FASSHEBER, 2009). No entanto, essas representações estão inseridas nos processos de mudanças sociais na história da humanidade. Na teoria eliasiana ocorreu um aumento processual do controle social e um maior autodomínio da excitação exagerada. Comportamentos com explosões incontroláveis, individual ou coletiva, foram sendo cada vez menos aceitas e controladas nas sociedades.

As sociedades indígenas no Brasil passaram por mudanças profundas, desde a chegada dos colonizadores. Comportamentos antes tidos como aceitos pelas comunidades foram considerados “violentos” e “demoníacos”, sendo cada vez mais reprimidos. As representações miméticas nos rituais foram sendo banidas e poucas sobreviveram no tempo atual. Podemos dizer que algumas delas foram ressignificadas e estão sendo praticadas atualmente nas aldeias e em eventos nacionais, como nos Jogos dos Povos Indígenas (FERREIRA, 2015).

No trabalho realizado na Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu/UFGD*, em 2009, os alunos criaram o neologismo “alevezar”, como algo, situação ou condição de “[...] desamarrado; solto; alegrar-se; lugar de brincar; brincalhão; espontâneo; estar em movimento/inquieto elétrico” (VINHA; ROSSATO, 2011, p. 154).

Quando expuseram a compreensão de lazer, durante a reflexão seguida de debate, realizada na língua Guarani, a questão do trabalho sequer foi mencionada. A rotina de sobrevivência nas aldeias, o plantio e demais trabalhos coletivos ou familiares não entraram na discussão. A ênfase foi no lazer como “tempo para pensar, para se expressar, ser espontâneo; lugar de brincar, de diversão, do que não é feito; não fazer nada, *alevezar* o corpo, estar em movimento” (VINHA; ROSSATO, 2011, p. 154, grifo das autoras). Foi nesse contexto que o “[...] neologismo *alevezar*, citado em um dos textos dos alunos, nos

pareceu o mais apropriado para significar a libertação do lazer do dualismo trabalho/lazer, portanto, fora também das tensões compensatórias próprias da sociedade industrializada ou urbanizada” (VINHA; ROSSATO, 2011, p. 154, grifo das autoras).

A abordagem Guarani e Kaiowá acerca do *alevezar* tem consistência na argumentação publicada na introdução do livro de Elias e Dunning (2019, p. 125) sobre as práticas de lazer, ao considerá-lo “como meios de produzir um descontrolo de emoções agradável e controlado”. Dessa forma, os autores argumentam que:

[...] poucas sociedades humanas existem, se é que existe alguma, que não possuam um equivalente às nossas atividades de lazer, que não tenham danças, confrontos simulados, exibições acrobáticas ou musicais, cerimônias de evocação dos espíritos – em resumo, sem instituições sociais que proporcionem, por assim dizer, a renovação emocional por meio do equilíbrio entre os esforços e as pressões da vida ordinária, com as suas lutas a sério, os perigos, os riscos e os seus constrangimentos. (ELIAS; DUNNING, 2019, p. 126).

As sociedades indígenas se diferenciam entre elas, mas, em geral, percebem-se vivendo num mundo povoado de espíritos. Elias (1988, p. 24) atribui esse fato a uma fronteira aberta entre os “seres animados e os processos inanimados”, em que os acontecimentos podem vir do “sol, [de] uma árvore, [de] uma pedra”, os quais “podem agir à maneira dos homens”, dado que traz uma distinção vaga quanto ao símbolo social do tempo.

Outro aspecto do lazer e esporte é a “ideia de tempo”, como um símbolo social de comunicação, que se refere ao “[...] relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua” (ELIAS, 1988, p. 13). O tempo simbolizado “permite transmitir de um ser humano para outros” e de uma geração a outra as “imagens mnêmicas² que dão lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas

2 ² Ato de memorizar, reter ideias, sensações, impressões, reminiscências, lembranças.

pelos sentidos perceptivos” (ELIAS, 1988, p. 13). Particularmente, para os Guarani e Kaiowá, tempo e espaço são inseparáveis e traduzidos pela palavra *ára*, significando tempo-espaço. *Ára*, portanto, significa que concebem uma unidade indivisível e que se sustenta pela intervenção inanimada de *Ñhamandu* (criador)³, e não por um ato da vontade da sociedade (BORGES, 2002).

O tempo-espaço do lúdico nos rituais, nas festas, nos confrontos, nos jogos alicerçados no conhecimento ancestral e na rotina diária Guarani e Kaiowá foi sendo modificado e ressignificado no processo civilizador. A chegada das práticas esportivas⁴ nas aldeias e a proximidade de convivência com o mundo urbano têm causado importantes impactos nas comunidades. Especificamente, quanto às pulsões e aos afetos livremente manifestados no contexto tempo-espaço unificados, ambos passaram por um processo auto e socialmente coercitivo. O esporte exige maior autocontrole das emoções, restrições aos confrontos violentos e requer a técnica que caracteriza cada modalidade, como explicam Elias e Dunning (2019).

Nesse contexto, o mapeamento dos espaços de lazer da Aldeia Porto Lindo, realizado pelo indígena, há predominância de espaços para jogos esportivizados (ver Quadro 1). Embora o presente estudo não aprofunde na questão desse interesse pelo esporte, fato que requer outras pesquisas, não foi possível nos abstermos de refletir sobre essa predominância explicitada no mapeamento dos espaços de lazer.

COMPREENDER O LAZER PARA OS GUARANI E KAIOWÁ

O povo Guarani é falante da família linguística Tupi-Guarani e vive em 10 estados do Brasil, dentre eles o Mato Grosso do Sul. Os Guarani e Kaiowá da região da “Grande Dourados⁵” vivem pre-

3 ³ Ou *Nhanderuvusu*, para os Kaiowá e Guarani de MS.

4 ⁴ Sugerimos a leitura dos inúmeros artigos que tratam dos Jogos dos Povos Indígenas, obtidos no Repositório Victor Marinho de Oliveira, vinculado ao Ministério do Esporte, hoje, uma Secretaria.

5 ⁵ Constituída por 19 municípios, a Grande Dourados é centro e movimenta universidades, negócios – com ênfase no agronegócio –, saúde e relacionamentos diversos, alcançando em

dominantemente da agricultura, desenvolvida em “famílias extensas” constituídas por uma rede de parentesco. Atualmente, houve aumento das profissões de professor, enfermeiro, gestor escolar, dentre outros, em função dos cursos de 3º grau oferecidos por universidades públicas da região de Dourados/MS⁶. Por exemplo, mais de 400 pessoas, de ambos os sexos, atuam como professores em suas próprias comunidades.

O cotidiano das 28 aldeias (oito reservas e novas áreas demarcadas e retomadas), além de vários acampamentos, é mais vivenciado por mulheres e homens que mantêm pequenas roças, cuidam das crianças, jovens, idosos e de animais domésticos em contextos diferenciados, no sentido dos conflitos concernentes: (1) à situação jurídica das terras que ocupam; (2) a menor ou maior proximidade com os centros urbanos; e, podemos acrescentar, atualmente, (3) à intensa e desestruturante entrada dos neopentecostais nas aldeias Guarani e Kaiowá de MS (VINHA; ROSSATO, 2011). Com a ampliação da rede de inter-relações, os Kaiowá e Guarani esforçam-se para manter um núcleo identitário que os fortaleça no confronto com as negociações junto ao Estado, visando restabelecer relações de poder que respeitem suas cidadanias. Lutam por suas terras, a maioria conquistada por meio de movimentos sociais em nível nacional e internacional.

O município de Japorã, localizado no cone sul de Mato Grosso do Sul, distante 245 km de Dourados, conta com população de, aproximadamente, 8.300 pessoas e abarca uma das oito reservas Guarani e Kaiowá, a comunidade indígena da aldeia Porto Lindo, e uma área retomada denominada *Yvy Katu*. Com uma população em torno de 4.000 pessoas da etnia *guarani-nhandeva*, segundo dados do CNJ (2013), a terra indígena Porto Lindo foi estudada por Landa e Valente (2006), cujo mapa localiza as residências, o sítio arqueológico existente, as dependências religiosas, escolares e de saúde.

torno de 700 mil pessoas, sendo que o município de Dourados comporta cerca de 200 mil habitantes.

6 ^o Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) oferece cotas para indígenas; a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFGD) oferece Licenciatura Intercultural; as Faculdades da Grande Dourados (UNIGRAN) abre vagas para indígenas em seus cursos.

Landa e Valente (2006) apontam a carência de espaço para a manutenção agrícola e para as práticas sociais e religiosas da cultura. A demonstração dessa “falta de espaço através de um instrumento gráfico, como mapas temáticos” cientificamente constituídos, contribuiu para o fortalecimento da luta pela retomada do antigo território. O instrumento gráfico, no entanto, não faz menção aos espaços de lazer, mesmo como um direito presente na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988): educação, saúde, trabalho, moradia e lazer estão garantidos nessa carta magna no seu Art. 6º.

Devido a essa invisibilidade dos espaços de lazer, retratada no mapa dos cientistas Landa e Valente (2006), e por ser comum a desvalorização desse fato em áreas indígenas, planejamos o componente curricular “Estudos de Lazer”, na licenciatura específica de 3º grau/UFMG, ofertado no período de 2006–2009⁷. A ideia era refletir sobre as “[...] implicações na formação de professores indígenas guarani e kaiowá para atuarem com projetos de lazer em suas aldeias localizadas na região da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul” (VINHA; ROSSATO, 2011, p. 149).

Naquele período, a fundamentação do curso foi direcionada para o conhecimento do significado do lazer, a recuperação e revitalização das práticas culturais Guarani e Kaiowá e na seguinte trilogia: (i) terra/territorialidade (*tekoha*), como lugar geográfico transformado de acordo com a cultura; (ii) cultura (*teko*), constituída por valores e práticas continuamente permeados pela espiritualidade⁸; e (iii) língua guarani (*ñe’ë*) responsável por traduzir as “belas palavras”⁹ em força política interna de coesão grupal. Essa trilogia se articula em um modo de ser denominado *ñande reko*, significando “nossa

7 ⁷ Detalhamento sobre esse período pode ser encontrado no texto “Perspectivas da Política de Esporte e Lazer para os Indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul: reflexões a partir do componente curricular ‘Estudos do Lazer’, de Vinha, Rossato e Ferreira (2016).

8 ⁸ Na última década, houve um avanço, ainda não mensurado, da presença de igrejas neopentecostais nas aldeias. Tal fato tem alterado significativamente a visão de mundo e as relações pessoais internas.

9 ⁹ Belas palavras: são as sábias orientações dos mais idosos.

vida” ou “nosso jeito de ser e de viver, segundo os nossos costumes e tradição”.

Esse fator identitário tem passado por percalços na última década, quando várias áreas Guarani e Kaiowá sofrem com as mudanças territoriais, com a proximidade dos centros urbanos, com a perspectiva globalizante facilitada pelos meios de comunicação, além da mudança brusca do paradigma religioso, haja vista a disseminação maciça de igrejas neopentecostais, conforme explicam Vinha e Rossato (2011).

Frente a essa singular realidade social, o componente curricular Estudos de Lazer/UFGD foi organizado com estudos teóricos acadêmicos, com debates para o registro dos conhecimentos advindos da etnia e com pesquisas empíricas nas aldeias de origem dos alunos¹⁰. Dentre outros trabalhos, foram obtidos 38 mapeamentos dos espaços de lazer das diferentes aldeias (havia mais de um aluno em algumas aldeias), assim como textos escritos pelos alunos, elucidando as compreensões de lazer, recreação e ócio.

Foi selecionada a aldeia Porto Lindo, na qual cada família possui espaço para moradia e cultivo de lavoura para sua subsistência, há uma unidade escolar de Educação Infantil, quatro de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio, além de sediar um Polo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com a oferta de quatro cursos de Educação Superior.

A aldeia mostra-se bastante ativa quanto às práticas de lazer. Dentre uma grande variedade, citamos as seguintes ações: desde 2013, a aldeia mantém uma Banda de Percussão indígena com 60 integrantes, a primeira do Brasil, a qual já fez várias apresentações tanto na região como em várias partes do país; há uma Escolinha de Futebol com 46 jovens, cujo objetivo é o de participarem dos eventos esportivos internos e externos; desde 2019, a prefeitura construiu

10 ¹⁰ A partir desse conjunto de dados, foram realizadas publicações, das quais destacamos o neologismo *alevezar* cunhado por um acadêmico guarani. O texto “Para *alevezar* os guarani e kaiowá”, de Vinha e Rossato, foi publicado, primeiramente em, 2009 em evento científico da teoria eliasiana e, posteriormente, em 2011, conforme citado nas referências.

uma quadra de areia devidamente iluminada e cercada por alambrado; há projetos escolares com o objetivo de esclarecer sobre o uso de drogas, associados com diferentes práticas lúdicas; a Banda Forró Nativo está ativa desde 2013; as Festividades da Semana dos Povos Indígenas normalmente recebem apoio da Prefeitura de Japorã, com a realização de atividades como futebol, ciclismo, maratona, festival de música e competições tradicionais indígenas como tiro de arco e flecha, levantamento de erva-mate, corrida com *plantilha* (tipo de calçado tradicional feito com sola de pneu – antes era outro material – amarrado com tiras de pano ou de couro), concurso de trajes indígenas, desfile de guerreiros, exposição de artesanato e o ritual tradicional (*jeroky, kotyku e ghahu*) com jovens guerreiros e rezadores que dançam e cantam, abençoando os participantes.

Os rituais podem ser considerados como momentos lúdicos, daí também serem chamados de “festas”. Por exemplo, a festa do batismo do milho branco [*Jerosy Puku*] e a festa da colheita. Além de estabelecer contato com as divindades, é imprescindível que sejam momentos para esfriar (*alevezar*) os ânimos, o ambiente, acalmar e restabelecer o equilíbrio entre os seres animados e inanimados, espirituais e humanos, vivos e mortos. Nesses momentos, a alegria é um elemento fundamental e tudo é realizado com leveza, sem a rigidez característica dos rituais cristãos. Não se faz um ritual com tristeza. Até num velório procuram enaltecer as virtudes e qualidades do falecido e alegrá-lo no seu “caminho”. Para finalizar um ritual, sempre tem o *Guachire*, que eles chamam de “brincadeira”, o qual consiste em um canto-dança de roda, realizada de forma espontânea, destacando cânticos com narrativas dos acontecimentos da ocasião.

Outra atividade própria dos Guarani e Kaiowá é o *Sambo, Jelía* ou *Ñemborary*¹¹, a qual consiste em uma defesa pessoal ritualística,

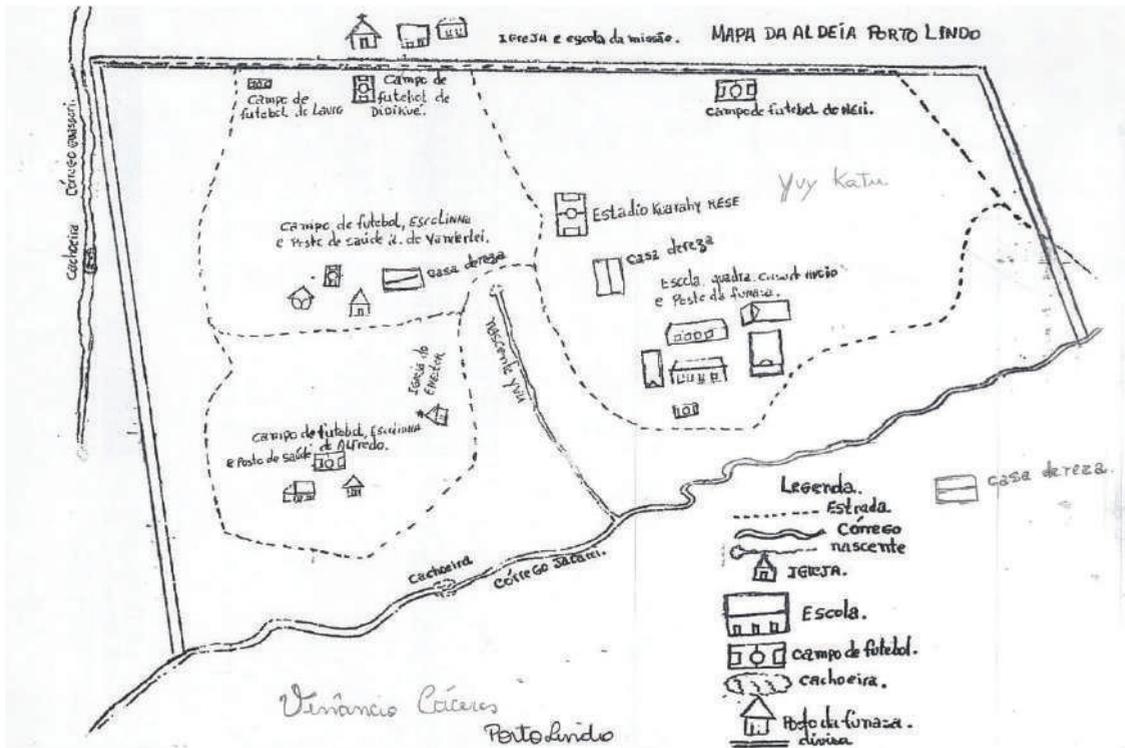
11 ¹¹ Publicado em 2010 pela Secretaria de Educação/MS como livro etnográfico, com objetivo didático, sob a coordenação de produção e consultoria de Marina Vinha (2010), docente do curso de formação de professores, ministrante do componente curricular “Expressão Corporal e Artística” cujos temas estavam vinculados à educação física escolar, e sob a Coordenação Pedagógica de Veronice L. Rossato.

ensinada pelos rezadores aos jovens, que mimetiza movimentos de animais. Além disso, o hábito de tomar tereré (erva mate gelada) é realizado entre familiares ou grupos de amigos que conversam, contam piadas e atualizam informações. A geografia da aldeia Porto Lindo/ *Yvy Katu*, especialmente com a retomada da área *Yvy Katu*, ficou muito bem servida de água, pois é recortada por rios e córregos. No entanto, não se tem muitas informações sobre o uso desses espaços para o lazer, a não ser para pescaria e para banhos em locais rasos. O motivo do pouco uso da água como espaço de lazer pode estar na representação mítica dos seres da água.

MAPEAMENTO DA ALDEIA PORTO LINDO

As informações contidas nos mapeamentos dos espaços de lazer, confeccionados pelos acadêmicos no ano de 2009, assemelham-se quanto ao uso da memória para indicar cada espaço. O mapa a seguir foi selecionado entre os 38 mapas dos alunos, por representar com mais detalhes as construções e os tipos de espaços.

Mapa 1 - Mapeamento dos espaços de lazer



Fonte: UFGD (2009).

A aldeia Porto Lindo fica localizada entre dois córregos. No Mapa 1, abaixo está o córrego Jacarei e uma cachoeira; à esquerda, o córrego Iguatemi e outra cachoeira; no centro, há a nascente Yvy. As linhas pontilhadas são as estradas, os caminhos internos da aldeia. No alto, à esquerda, está localizado o 1º campo de futebol com indicação do patrocinador Lauro, ao lado, o 2º campo de futebol patrocinado pelo Didikivé; mais à direita há o 3º campo de futebol, do Neri.

Quase no centro da aldeia, lado esquerdo, há o 4º campo da Escolinha de Futebol patrocinada pelo Vanderlei, ao lado do 1º Posto de Saúde, formando um conjunto com a 1ª Casa de Reza e a 1ª Igreja (com credo não identificado). Abaixo desse conjunto há o 5º campo de futebol, patrocinado pela Escolinha do Alfredo, o 2º Posto de Saúde e a 2ª Igreja, identificada como sendo do Enestor.

se modificaram muito, porque nem todos conversam uns com outros, dificilmente conversam, onde tem *wi-fi* eles vão lá, é cada um com seu aparelho”. Ele observa que os “brancos” também fazem o mesmo com os celulares: “a gente nota, a gente vê, tá muito modificado”. As crianças na faixa etária de cinco a seis anos “também manuseiam muito os aparelhos celulares e quem sabe jogar joguinho”. A tecnologia, via celular, “vem mudando a vida dos seres humanos, indígena e não indígena”, enfatiza o professor.

Segundo Cáceres (2020), a cultura tradicional Guarani e Kaiowá, marcada por “lugares de dançar, rezar, quase não existe; difícil encontrar um cacique com bastante gente acompanhando eles, rezando e na cantoria”. O entrevistado destaca a diminuição das práticas ritualísticas étnicas e a força da presença das igrejas evangélicas e neopentecostais influenciando a população.

[...] a maior parte [das pessoas], [...] homens e mulheres vão à igreja, graças a deus. E isso melhorou muito. O jeito que os Guarani eram antes era cheio de bebida alcoólica, andando por aí, bêbado, bêbada. Então a religião trouxe uma boa parte de benefícios. Se não fosse isso, a aldeia Porto Lindo seria uma aldeia de grande tragédia, de grande ruptura. [...] eu mesmo estou nessa caminhada, de receber Jesus Cristo como salvador; [sem isso] estaria muito mais perdido do que já estava. Ajudou a alinhar a minha vida e no trabalho. Antigamente eu era muito alcoólatra e muito mais. A igreja trouxe grandes benefícios. (CÁCERES, 2020).

A igreja parece ter despertado um autocontrole favorável ao convívio familiar e social e também indica recuperação de valores pessoais. Mas não se pode confundir com revitalização da identidade, pois os dogmas são impeditivos quanto a alguns modos de ser dos indígenas, não detalhados neste estudo. Um modo de ser que as igrejas impedem, é o *alevezar*, não só nos espaços religiosos, mas também no cotidiano. Mesmo na escola, as igrejas interferem indiretamente, impedindo as crianças de participarem das aulas de

educação física. Fazendo um contraponto com as ideias eliasianas, do descontrolo controlado das emoções, os relatos indicam que em algumas igrejas há fortes controles eclesiais, os quais promovem certa “pacificação” na população, fato ressaltado por Cáceres (2020).

Quanto à população infantil, o entrevistado esclarece que “as crianças se divertem com fanfarra, existe professor específico que envolve bastante alunos e alunas e todos os anos começam a treinar e vão apresentar desde o Paraná até São Paulo”. Essa ação desenvolvida pela escola pública é reconhecida pela comunidade como “[...] uma diversão e um trabalho da escola no desenvolvimento com os alunos”.

O segmento das mulheres se diverte conforme o “costume dos Guarani, que são as visitas a um amigo, comer na casa dos outros, [onde] tomam tereré, conversam e colocam o papo em dia”. Quanto aos homens, “costumam ainda se entreatuar na roça, uns plantam, colhem, outros vão roçar. Tem esse costume”. Sobre este último aspecto, Cáceres (2020) dá a entender que o trabalho coletivo é “leve” (*aleveza*), prazeroso, pelo fato de estarem num ambiente onde podem rir, contar piadas, conversar, enfim, compartilhar e celebrar.

A prática esportiva é muito apreciada, disse Cáceres (2020)¹³: “O esporte funciona em todas as aldeias: futebol, futsal é bem desenvolvido aqui na aldeia”. Vale destacar que é no futebol que as mulheres Guarani e Kaiowá têm uma participação cada vez maior. Elas são muito hábeis e os homens não as discriminam, inclusive realizam jogos mistos. Tal informação corrobora com os espaços de lazer pontuados no mapeamento, acima exposto: são, pelo menos, oito espaços para futebol e suas variações. Numa das festividades destacadas, “a semana do indígena”, quando há muita programação

13 ¹³ Há excelentes estudos acerca do futebol entre indígenas. Sugerimos as seguintes pesquisas: *Boleiros do cerrado: índios xavantes e o futebol*, de Fernando de Luiz Brito Vianna (2008), publicado pela Editora Annablume, em 2008; e a tese premiada pelo Ministério do Esporte sobre Etno-desporto, de José Ronaldo Fassheber (2006), intitulada *Etno Desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang*. No Repositório Victor Marinho de Oliveira, vinculado ao antigo Ministério do Esporte há um bom acervo sobre o tema.

e planejam bastante tipo de brincadeira – “pau-de-sebo, corrida a cavalo, maratona, arco e flecha e muito mais”, “o prefeito de Japorã contrata alguém de fora para tocar na aldeia, para se divertir”.

Há também momentos em que os excessos geram desconfortos, como no caso da festa do dia 1º do ano, quando fazem “bastante barulho na virada do ano, soltam rojão; à meia noite, vários tipos de pessoas são encontrados ali, a gente pode chamar de diversão, mas muita coisa ruim acontece ali, muitas pessoas utilizam drogas, bebidas nessa data”. Os patrocinadores desse evento anual são os vereadores indígenas, explica Cáceres (2020), lamentando: “Eles não têm o que fazer, então inventam isso, mas, coisa de super importância não fazem nada, e trabalham muito para fazer isso, mas coisa boa não fazem. Apesar de existir três ou quatro vereadores, mas nada funciona como a gente quer e pensa”.

O mapeamento mostrou também uma abundância de espaços com água e Cáceres (2020) relatou que “nos rios, as crianças, adultos, mulheres e homens frequentam para nadar, pescar e brincar, como no costume indígena, [que] ainda é forte. Há locais ainda muito frequentados”.

Outro aspecto bastante apreciado pela população é a música, “tanto evangélica quanto sertaneja”. Cáceres relata, entretanto, que os dois grupos que havia na aldeia, estão “falidos, por falta de finanças, não tem pessoas que ajudam para seguir em frente”. No âmbito escolar, “[...] a maioria dos alunos gosta de cantar, a escola promove nessa parte, os alunos vão ensaiar e apresentar”. Trata-se da banda de fanfarra e dos festivais de música, que também já estão perdendo força por falta de incentivo do poder público.

REFLEXÕES ACERCA DOS ESPAÇOS DE LAZER NA ALDEIA INDÍGENA PORTO LINDO

Dentre os 19 espaços de lazer indicados no mapeamento, chama a atenção a grande fartura de água (cinco espaços]), com córregos, cachoeiras e nascentes. Apesar de haver muitos espaços de água, praticamente não são usados pelos Guarani, eles não usam transporte aquático e não frequentam as cachoeiras. Um dos mitos deles, o do dono da água – *Kaja'a* – se transforma em sereia ou em um homem bonito para seduzir os/as jovens que vão à água sem cuidado. Se forem brincar na água, o *Kaja'a* também quer brincar, mas como ele é muito forte, acaba derrubando a pessoa e ela se afoga. Quando vão brincar na água, portanto, vão em grupo e ficam no rasiño. Nas pescarias, ficam na beirada do córrego e precisam fazer o *jehovasa* (reza de proteção), pedindo permissão para o *Kaja'a*.

A quantidade de espaços para a prática esportiva em geral e de futebol (oito espaços) é um destaque. As quadras oportunizam a prática esportiva, assim como a realização de jogos da cultura ancestral, como as danças, os espetáculos com músicos, as gincanas, dentre outros.

Festividades com as práticas de arco e flecha e danças ritualísticas parecem estar restritas às datas comemorativas do Dia do Índio, da Festa do Milho Branco, dentre outras. Elas representam uma memória ainda viva entre eles, mas que, aparentemente, são praticadas em data simbólica – Dia do Índio. Vale ressaltar que as comemorações de caráter nacional relativas ao “Dia do Índio” correspondem a um alerta para a violência promovida pela colonização, ainda presente no contexto nacional. Contudo, entre os próprios indígenas, o feriado correspondente a essa data, 19 de abril, foi revertido em “semana do índio” e foi ampliado com palestras e orientações promovidas por instituições públicas sobre saúde e direito às terras, assim como festividades da cultura e eventos futebolísticos oficiais, com premiações e envolvendo times urbanos e das aldeias.

Os espaços para as práticas esportivas reportam à teoria eliasiana, no sentido de que elas demandam novos desafios, tais como o uso de técnicas, o maior controle das emoções, a aceitação de coerções, sem uso de violências físicas. Esse controle poderia ser entendido como favorável ao desejado pelas igrejas, ao contrário dos rituais festivos que apresentam uma característica mais leve, mais lúdica, menos impositiva.

Em todos os 19 espaços pode haver práticas de jogo, seja ele popular, tradicional e esportivo, mostrando ser de muito agrado da comunidade. Sob a perspectiva da sociologia processual, o contexto de jogo é uma “[...] configuração dinâmica de seres humanos cujas ações e experiências se interligam continuamente, representando um processo social em miniatura” (ELIAS; DUNNING, 2019, p. 141).

Há um reconhecimento quanto ao jogo de futebol, seja suíço ou de campo, quanto à “[...] interdependência dos adversários, a interligação das suas ações e, desse modo, o fato de os grupos rivais constituírem uma única configuração” (ELIAS; DUNNING, 2019, p. 143). Embora a percepção dessa interligação exija “um grau de distanciamento” para compreender os dois lados como um processo civilizador em ocorrência, o fato é que ambas as equipes estão em movimento e sob forte emoção, estão juntas, interligadas. Conforme argumentam Elias e Dunning (2019, p. 137), mesmo “[...] o público tem possibilidade de transmitir os seus sentimentos entre si e os jogadores, por intermédio de movimentos, incluindo os da língua, dos lábios e das cordas vocais”. Pesquisas futuras poderão apontar fatores que levam à intensa apreciação de jogos esportivizados por jogadores e demais membros da aldeia Porto Lindo.

A quantidade quase equivalente de igrejas (2) e Casas de Reza (3) pode indicar um equilíbrio entre a recente perspectiva de cunho cristão e a cultural, guiada por *Nhanderuvusu* (quem fez o mundo). Esses espaços culturais vão além da parte espiritual e configuram a resistência e a identidade desse povo, cujas práticas tradicionais são retomadas com redobrada intensidade em momentos de conflito

territorial, como o foram durante a luta por *Yvy Katu* e para marcar a diferença em embates políticos. Práticas lúdicas, como danças tradicionais ou o *Sambo (Ñemborary)*, são ensinadas aos mais jovens pelos rezadores ou alguém autorizado, nos espaços das Casas de Reza.

A mudança de costumes tradicionais para adoção de modos de ser urbanizados pode indicar a condição de adaptabilidade e sobrevivência frente às relações urbanas que rodeiam a aldeia e a adentram no cotidiano. Moran (1994), ao tratar do tema, reconhece a notável característica humana de adaptação, a fim de superar a força de determinadas situações em ocorrência num ambiente. Quanto à cultura, o autor faz uso do termo “ajustes reguladores socioculturais”, no caso, inferimos por meio da predominância de espaços de lazer da aldeia Porto Lindo voltados aos campos e às quadras esportivas.

No que diz respeito às atividades culturais tradicionais, Burgués (2009), inspirado em Parlebas (2001), enfatiza o valor do jogo tradicional fundamentado no significado e na longevidade de sua prática em cada sociedade. Entre indígenas, os jogos tradicionais e as festividades estão cada vez mais valorizadas e sendo apresentadas em eventos de nível municipal, regional e nacional. Tais práticas promovem experiências que são incorporadas tanto pelo grupo quanto pelo indivíduo, sejam elas ritualísticas ou não, como as apresentadas no grande evento Jogos dos Povos Indígenas (FERREIRA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo refletir acerca do espaço, tempo e lazer da aldeia Porto Lindo/MS. O mapeamento da aldeia foi semelhante entre os 38 alunos e um deles foi escolhido por representar melhor os 19 locais de construções, os tipos de espaços, das práticas de lazer e a presença das águas.

A entrevista com o autor do mapa escolhido forneceu informações detalhadas acerca do cotidiano lúdico da aldeia e as tensões em ocorrência (CÁCERES, 2020). As nossas vivências con-

tribuíram para elucidar fatos acerca do modo de ser da comunidade Porto Lindo.

A presença das águas, tanto de córregos quanto de cachoeiras, são espaços naturais que contornam toda a área da aldeia e são usados com cautela devido ao “dono” mitológico das águas. Os espaços esportivizados, com opção de futebol de campo e suíço e as quadras, detêm a preferência dos moradores. Tal fato chamou a atenção diante da perspectiva eliasiana para o esporte, ou seja, o autocontrole das emoções, a exigência de técnicas e as interdependências, próprias de processos que são civilizadores, em ocorrência naquela sociedade, considerando a predominância de interesses esportivos. Vale destacar que os indígenas podem dar outros significados às práticas esportivas, principalmente ao futebol, dado que não foi desenvolvido no presente estudo.

Outro fator, diante da perspectiva eliasiana, é o símbolo social do tempo. Há um processo em curso vivenciado pela visão unitária tempo-espaço na cultura Guarani e Kaiowá (*Ará*), dialogando com o tempo do relógio e do cronômetro, exigidos na prática esportiva. A prática das mulheres de visitar um amigo, comer na casa dos outros, onde tomam tereré, conversam e colocam o papo em dia; o costume dos homens de entreatajuda na roça, no plantio e colheita são atividades coletivas “leves”, no sentido do *alevezar*, pois são prazerosas, podem rir, contar piadas, conversar, tomar tereré e compartilhar.

As Casas de Reza são locais da espiritualidade manifesta e também de momentos lúdicos, apesar da aparente pouca visibilidade. Esses locais persistem mantendo a resistência cultural, frente às igrejas pentecostais presentes na aldeia, fato que requer outros estudos.

No âmbito geral, este estudo fica aberto para outras pesquisas, as quais almejamos que sejam realizadas pelos próprios indígenas, assim como esperamos que políticas públicas¹⁴ levem à ampliação

14 ¹⁴ O Brasil já possui um documento referendado e elaborado por representantes indígenas de várias etnias tratando de Política Pública, realizado no “Fórum Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas” (FOPPELIN), o qual deve ser de conhecimento de todos os estados e municípios. A UFGD, em 2015, participou do evento juntamente com

das linhas de pesquisa acerca do lazer, nos programas de pós-graduação. Nota-se que há uma riqueza lúdica silenciada em sociedades cujos processos civilizadores ocorrem por meio do lazer, no interior das diferentes etnias brasileiras.

REFERÊNCIAS

Àra Verá. Coletivo de Professores Guarani e Kaiowá do Curso Normal Médio. **Livro Didático – Ñemborari**. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2010.

BORGES, L. C. Os guarani Mbyá e a categoria tempo. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 2, n. 2, p. 105-122, abr. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BURGUÉS, P. L. Contribución de los juegos y deportes tradicionales a una concepción sistémica de la salud. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JUEGOS TRADICIONALES, 2009 Ribera del Duero. **Anais...** Ribera del Duero: [s.n.], 2009.

CÁCERES, V. **Entrevista: espaços de lazer na Aldeia Porto Lindo/MS**. Porto Lindo, MS: [s.n.], 2020. (Realizada via *WhatsApp*).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório dos Trabalhos da 'Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul'** (Portarias CNJ nº 53/2013 e 71/2013), Campo Grande-MS para Brasília, 2013.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Edições 70, out. 2019.

FASSHEBER, J. R. M. Etno Desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang. 2006. 170p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275209>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

representantes das etnias do MS (Kadiwéu, Kanikinau, Guarani, Kaiowá e Terena), acompanhado pela professora Marina Vinha, do curso de Educação Física/UFGD e do professor indígena Rosenildo Carvalho Barbosa, da aldeia Rancho Jacaré (Laguna Carapã), membro do Conselho *Aty Guassu* e do Movimento de Professores Guarani. Documentos finais podem ser acessados em: <<https://www.coeducufmt.org/documentos-i-foppelin>>.

FERREIRA, M. B. Jogos dos Povos Indígenas: redes de interdependências, percepções indígenas e mimeses. In: FERREIRA, M. B. R. F.; VINHA, M. V. **Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos Indígenas.** Porto Nacional - Tocantins 2011. Dourados, MS: UFGD, 2015. p. 99-117.

FERREIRA, M. B.; FASSHEBER, J. R. Poder, prácticas soliales y proceso civilizador: los usos de Norber Elias. In: KAPLAN, C. V.; ORCE, V. (Coord.). **Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: los usos de Norbert Elias.** Buenos Aires: Noveduc, 2009. p. 207-213.

LANDA, B. S.; VALENTE, F. R. Mapa da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, município de Japorã- MS. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 6, n. 10, p. 149-151, abri. 2006.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade Humana: uma introdução à Antropologia Ecológica.** São Paulo: EDUSP, 1994.

PARLEBAS, Pierre. **Juegos, deportes y sociedad.** Léxico de praxiología motriz. Barcelona: Editorial Paidotribo, 2001.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. Mapeamento dos Espaços de Lazer da Aldeia Porto Lindo/MS. **Tarefa do 'Tempo Comunidade' da Licenciatura Teko Arandu.** Grande Dourados, MS: UFGD, 2009.

VIANNA, F. L. B. **Boleiros do cerrado: índios xavantes e o futebol.** São Paulo: Annablume Editora/FAPESP/ISA, 2008.

VINHA, M.; ROSSATO, V. L. Para *alevezar* os guarani e kaiowá. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 26, n. 1, p. 149-160, 2011.

VINHA, M; ROSSATO, V. R.; FERREIRA, M. B. Perspectivas da Política de Esporte e Lazer para os Indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul – reflexões a partir do Componente Curricular Estudos do Lazer. In: GRANDO, B. S.; PINHO, V. A.; CAMPOS, N. S. (Org.). **Políticas Públicas e Povos Indígenas: Contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer.** Cuiabá, 2016, p. 213-229.

CONGADO: EXPRESSÕES DA CULTURA E DO IMAGINÁRIO NOS CORPOS JUBILOSOS

Vânia Noronha

CORPOS JUBILOSOS E SUAS COMEMORAÇÕES RITUALÍSTICAS NO CONGADO

Tenho sido provocada por Boaventura de Souza Santos (2019) e outros autores (MORIN, 2000; MATURANA, 2001; MAFESSOLI, 1984; dentre outros) a compreender o desenrolar do que eles vem denominando de crise do paradigma dominante e a emergência de um novo modelo de racionalidade. Para muitos, já se configura como mais um momento de passagem da história da humanidade. O paradigma emergente é o do inconsciente, perdido e reprimido, uma vez que o pensamento lógico-racional desconsiderou a imaginação, o sentimento, a imagem e o bem-estar coletivo. Ninguém mais dúvida que estamos vivendo tempos de incertezas, aleatoriedades, conflitos, contradições e ambiguidades que colocam em xeque uma educação sem consciência (apesar de muita ciência), no que diz respeito à educação das sensibilidades, das emoções, dos sonhos, das fantasias e dos devaneios. Dito de outro modo, nesse paradigma, “as coisas” do corpo ganham destaque.

Ao denunciar o fim do império cognitivo, em um de seus últimos livros, Boaventura Souza Santos (2019) faz uma retomada sobre os principais conceitos de sua teoria e nos convida a desafiar o domínio do pensamento eurocêntrico, partindo da compreensão de formas do conhecimento do Sul, desacreditadas, apagadas e ignoradas pelas culturas dominantes do Norte global. Para o autor,

as soluções sociais e políticas no combate às desigualdades e discriminações por nós vividas (principalmente, em latino-américa) só poderão acontecer por meio de uma mudança epistemológica que garanta a justiça cognitiva global.

Essa mudança epistemológica a que se refere passa também pelos conhecimentos sobre os corpos. Santos (2019) afirma que as epistemologias do Sul tratam de conhecimentos que estão presentes na resistência e na luta contra a opressão ou que dela surgem. Esses conhecimentos são materializados, corporizados em corpos concretos, que se tornam sociais, individuais ou coletivos. Ao contrário do sujeito epistêmico de Descartes (do Norte), o sujeito das epistemologias do Sul é o empírico, dos corpos vivos, “[...] os que empreendem a luta contra a opressão, são corpos que sofrem com as derrotas e exultam com as vitórias” (SANTOS, 2019, p. 136).

O autor convida-nos a pensar nas diferenças corpóreas, afirmando que nas epistemologias do Sul podem destacar três corpos: o moribundo, o sofredor e o jubiloso. O corpo moribundo é o do fim provisório da luta. Ele está presente mesmo quando é outro corpo que continua a luta, como é o caso dos mártires e sobreviventes. O sofredor é aquele que sobrevive e persevera na luta, ainda que em sofrimento. Apesar da trivialização do sofrimento, da indiferença que tem nos causado a dor do outro ou mesmo a compulsiva medicalização para evitá-lo, as epistemologias do Sul combinam a experiência do sofrimento com politização. Entendido desse modo, o sofrimento se torna o oposto de vitimização, expressa a luta política contra a sua raiz: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Por sua vez, o corpo jubiloso, é aquele que se regozija com o prazer, a festa, o riso, a dança, o canto, o erotismo, tudo em celebração da alegria e do corpo (SANTOS, 2019).

Para as epistemologias do Sul, no corpo jubiloso se encontra o valor epistemológico da dança e do canto, o qual “[...] reside nas formas como intensificam a dor e a alegria, como conferem mais energia aos corpos e aos afetos e infundem comunicação e comunhão com

dimensões espirituais ou eróticas que reforçam a disponibilidade para partilha lutas e riscos” (SANTOS, 2019, p. 143).

Para Santos (2019), a dança é uma das formas mais complexas de conhecimento corporal, experiencial, vivido. Nela, o corpo torna-se especialmente animado e vivo por meio da experiência primordial do movimento como forma de conhecimento que se dá pelas dimensões tátil e sinestésicas. Ainda, o caráter não-linguístico e não-proposicional combinado com a intensidade e intencionalidade do movimento fazem com que a dança seja ambígua, ao mesmo tempo promotora da ordem e, numa abertura do sentido, com potencial de transgressão de regras de comportamento.

Pode-se dizer que aí reside a resistência. Em meus estudos sobre o congado mineiro e toda complexidade que o envolve, pude perceber o quanto isso é verdadeiro diante a potência da dança e dos cantos que expressam as imagens míticas presentes no mito da Grande Mãe, Nossa Senhora do Rosário (ALVES, 2008). Os negros do Rosário se irmanam por meio dos cantos e danças, reatualizam o mito de origem, suas imagens arquetipais e se mantem vivos na fé que o sustentam e na sociedade que os negligencia. As batidas que chamam pelos toques do tambor e as lágrimas de Nossa Senhora que brotam no rosário feito de contas atualizam a presença ausente e não os deixam esquecer de todo sofrimento da diáspora.

A presença do congado é notada em alguns estados da Federação, com destaque para Goiás, São Paulo e, sem dúvida, talvez mais expressiva, em Minas Gerais¹⁵. O Congado (também chamado de reinado, reisado ou congadas) é uma manifestação católica, popular, presente em incontáveis municípios mineiros. Manifestação típica dos negros, pode-se dizer que congado é um termo mais abrangente,

15 ¹ Felizmente, as pesquisas sobre o congado mineiro ganharam folego nessa última década, sendo desenvolvidas em diferentes programas de pós-graduação, com diferentes enfoques. Sobre as festas mineiras do século XIX, veja o inédito trabalho de Perez *et al.* (2018), com base nos escritos dos viajantes estrangeiros. Esta obra nos oferece uma cartografia das festas, incluindo as religiosas e o congado. Também o trabalho de Souza (2015), que nos apresenta um registro histórico das celebrações de negros e negras no sul de Minas Gerais. Por sua vez, Soares (2009; 2016) discute em suas pesquisas o lugar da mulher nessas manifestações.

pois define um ciclo anual de festas em devoção a Nossa Senhora do Rosário e aos Santos Pretos, principalmente, São Benedito e Santa Efigênia. Envolve a realização de novenas, levantamento de mastros e bandeiras, procissões, cortejos solenes, coroações de reis e rainhas, cumprimento de promessas, leilões, cantos, danças, banquetes coletivos. É uma festa barroca, como discute Perez (2014).

Seus festejos apresentam uma estrutura organizacional complexa, onde é possível identificar aspectos simbólicos e significantes, concretizados nos corpos de quem vive a manifestação, representando o legado de nações africanas e seus reinos sagrados em nosso país. Seus símbolos¹⁶2, imagens e rituais continuam presentes até os dias de hoje, e cada vez mais vão sendo escritos na corporeidade dos congadeiros, reproduzidos pela oralidade e pelo mito¹⁷3, caracterizando a vida e o *modus vivendi* de todos envolvidos na manifestação cultural. No entanto, que símbolos são esses? Como as imagens se fazem presentes ao longo da manifestação? O que significam suas cerimônias? Como os corpos se expressam nessa manifestação cultural?

Para responder essas perguntas, adotei em minhas pesquisas o paradigma da complexidade (MORIN, 2000), a psicologia profunda (JUNG et al., 2002; CAMPBELL, 1990, 1997; BACHELARD, 1998), a antropologia do imaginário (DURAND, 1988, 2002) e a antropologia da festa (DUVIGNAUD, 1983, 1997; PEREZ et al., 2018; PEREZ; MARTINS; GOMES, 2014) com seus principais expoentes em diálogo com outros autores, como referencial teórico deste estudo.

16 ² A composição etimológica da palavra símbolo na língua alemã define mais claramente o seu duplo caráter: *Sinn* (sentido), que corresponde às variações das configurações socioculturais (variações das imagens), e *Bild* (forma), que faz referência às invariâncias arquetipais (arquetipo) (DURAND, 1988, p. 1).

17 ³ Campbell (1990) discute a atualidade dos mitos, afirmando que neles encontraremos elementos para compreendermos o presente e a nós mesmos. Para ele, os mitos são as pistas para encontrarmos as potencialidades espirituais dentro de cada um de nós e sua concretização se dá pelos símbolos. Os mitos continuam presentes na contemporaneidade, seus motivos básicos são os mesmos e têm sido sempre os mesmos, reforçando suas origens na experiência humana no passado.

O Congado é uma prática cultural, permeada pelo simbólico, que nasce e transforma, dinamicamente, qualquer universo instituído (RUIZ, 2003). Entendido desse modo, pode se dizer que é uma prática simbólica, organizacional e educativa (CARVALHO, 1990), no qual os dois polos da cultura – o patente e o latente – se tensionam, equilibram-se e relacionam-se de forma recursiva. Desse modo, são produzidos uma cultura¹⁸⁴ e um imaginário¹⁹⁵ no trajeto²⁰⁶ que se estabelece, de modo dinâmico, exigindo, de nossa parte, um esforço para compreendê-la.

A análise dessa prática simbólica exigiu outra proposição metodológica e paradigmática. Para estudá-la, apropriei-me dos escritos de Durand (1988), o qual que afirma ser preciso enveredar pela via da antropologia, liberta da lógica moderna, de forma a conciliar os poderes da imagem e do símbolo com os da razão. Para isso, propõe uma convergência entre as hermenêuticas redutoras – aquelas que reduzem o símbolo a ser apenas o epifenômeno, o efeito, a superestrutura, o sintoma – e as hermenêuticas instauradoras que, ao contrário, amplificam o símbolo, dando acesso a uma espécie de supraconsciente vivido (DURAND, 1988).

Ao adotar esse paradigma, a concepção de ser humano precisou ser ampliada. Apoiei-me em Morin (2000), para quem nós, os humanos, não somos apenas biológico ou cultural, mas, sim, totalmente biológicos e culturais. Para o autor, o *homo sapiens* também

18 ⁴ Cultura é aqui entendida como um “circuito metabólico simultaneamente repetitivo e diferencial, entre o pólo das formas estruturantes – o instituído (cultura patente) – no qual manifestam-se códigos, formações discursivas e sistemas de ação, e o pólo do plasma existencial, das coisas do espírito, das vivências, dos espaços, da afetividade e do afetual, enfim do instituinte (cultura latente)” (PORTO, 1999, p. 95).

19 ⁵ O imaginário é, segundo Durand (2002, p. 18, grifo do autor), “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* – aparece-nos como o grande denominador fundamental, aonde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano”.

20 ⁶ O conceito de trajeto antropológico foi cunhado por Durand (2002) e se refere ao produto da articulação entre o biopsíquico e o sociocultural, o subjetivo e o objetivo, que permite ao homem realizar a sutura epistemológica entre Natureza e Cultura mediada pelo símbolo e, ainda, construir seus aparelhos simbólicos (CARVALHO, 1990).

.....

é *homo demens*. O *antropo* hominiza-se por esses dois processos simultâneos – sua inscrição no mundo biológico e no mundo noológico (PORTO, 2007) – movido, não só pelo *homo sapiens*, mas também pelo *homo demens*. Com base nesse entendimento, Paula Carvalho (2000, p. 77) afirma que pela neotenia humana “o ser humano se torna naturalmente cultural”. Desse modo, o ser humano como neóteno neg-entropo se torna um ser aberto para o mundo, um especialista da não-especialização, um aprendiz por curiosidade ativa, um lúdico-explorador, permanentemente incompleto, incabado, ambíguo, ambivalente e crísico, um ser de perigo, da aléa, do risco, da desordem complexificante (CARVALHO, 2000). Essa realidade exprime, ao extremo, a bipolaridade existencial das duas vidas que constituem as nossas vidas: uma séria, utilitária, prosaica; a outra, lúdica, estética, poética.

É com referência nesses conceitos que analiso os corpos e o imaginário dos Filhos do Rosário, homens e mulheres, crianças, jovens e velhos, que vivem a sua fé fundamentada na narrativa mítica de Nossa Senhora do Rosário. Narrativa essa que afirma ter sido a Santa, retirada das águas por seus antepassados, seduzida por seus cantos e danças e, diante essa grandeza, passa a ser considerada a protetora dos negros, por quem teve compaixão. Desde então, esses sujeitos celebram, no congado, os mistérios gloriosos, dolorosos e gozosos de Jesus Cristo, cumprindo um ciclo festivo durante todo o ano e revivendo *in illo tempore* seu mito fundador.

Assim, passo a discutir o corpo jubiloso e o imaginário dos congadeiros e congadeiras em suas comemorações ritualísticas: as práticas iniciáticas – fundamentos do Congado; as práticas sacrificiais – os mandamentos; e, por fim, as práticas orgiásticas – os sacramentos.

AS IMAGENS NAS PRÁTICAS INICIÁTICAS DOS FILHOS DO ROSÁRIO

A Grande-Mãe Nossa Senhora do Rosário possui muitos filhos e filhas, ama a todos, sem exceção. Estes, por sua vez, são diferentes uns dos outros e, por isso mesmo, ocupam espaços diferenciados e realizam tarefas diferenciadas, sempre com dedicação e empenho. São eles os atores que constituem o Trono Coroado, o séquito, que é composto pelo Rei e Rainha Congo, os Reis Perpétuos, os Reis de Santo – Nossa Senhora Aparecida, Santa Efigênia, São Benedito, São Jorge, São Cosme e São Damião, Nossa Senhora das Mercês, dentre outros (ainda a Princesa Isabel) – e os Reis Festeiros, sempre acompanhados dos guarda-coroas e fiscais. São, ainda, os caixeiros que tocam seus tambores, caixas, patangomes e gungas, orientados pelo Capitão Regente. Ainda, os dançantes (também brincantes, vassalos) que compõem o coro de vozes, realizam as coreografias e obedecem às hierarquias. Independente da função que se exerça na Guarda, os atores-devotos “[...] se encarregam de desempenhar a contento o seu papel” (PEREIRA; GOMES, 2002, p. 70). É a experiência da fé vivida, corporalmente, por inteiro, na prática mítica e religiosa.

Todos os rituais do Congado são constituídos como “[...] configurações teatrais que dizem à comunidade aquilo que ela foi, é, e poderá ser, mediante um conjunto de atitudes, que devem ser analisadas pelos devotos” (PEREIRA; GOMES, 2002, p. 63). Significam a representação viva, da cosmogonia, que orienta a vida individual e coletiva, daqueles que se transformam em atores-devotos e que “[...] emprestam suas potencialidades a uma grande trama que se desdobra em vários atos” (PEREIRA; GOMES, 2002, p. 70). Tudo é vivido com muita concentração, exigindo a cumplicidade entre todos.

Essa teatralização expressa a estética da festa e de seus rituais, espetacularizando a manifestação. Como nos diz Duvignaud (1983, p. 88), “o mito expresso em gestos é ainda mais rico que o mito narrado, não só porque ele aparenta um ‘como se’ da existência e

nos engaja na vida imaginária, mas, sobretudo, porque extrai o mito da linguagem e o substitui na rede de uma comunicação”, que se dá, inevitavelmente, por meio do corpo, numa narrativa mitopoética.

Na constituição do imaginário, Durand (1983) adota o método de convergência para mostrar as vastas constelações de imagens que se constituem pelos símbolos. São constelações, praticamente, constantes e parecem estruturadas por certo isomorfismo dos símbolos convergentes. Segundo ele, os símbolos constelam porque são desenvolvidos de um mesmo tema arquetipal, são variações de um mesmo arquétipo²¹ e constituem os conjuntos simbólicos.

As matrizes originárias, nas quais vão se constituir os grandes conjuntos simbólicos, são definidas por Durand (2002), a partir de três grandes séries de gestos corporais dominantes: a postural, a de nutrição e a copulativa. Apesar de esse esquema contar com três estruturas, o autor classifica-as em dois regimes: um diurno e um noturno. O regime diurno é estruturado a partir da dominante postural e se identifica com a tecnologia das armas, a sociologia do soberano mago e guerreiro, os rituais de elevação e da purificação. As armas, as flechas e os gládios seriam símbolos frequentes. É na constelação de imagens do regime diurno que identifiquei como símbolo do mito dramático e cíclico do Filho, no Congado, o pau, trazendo o modelo da metamorfose, que é a árvore (DURAND, 2002).

O capitão José Bonifácio da Luz sintetiza a estrutura dos grupos de Congado na imagem da árvore: “O Candombe representa as raízes, os ancestrais; o Moçambique é o tronco e o Congo, está espalhado pelos galhos, movendo para onde o vento levar” (LUCAS; LUZ, 2006, p. 34).

A árvore é um arquétipo cíclico, que se inicia com a semente, passando pela flor, o fruto, até a queda de folhas e o lançar de novas sementes, num devir dramático. No entanto, a sua verticalidade marca uma passagem do cíclico para um arquétipo progressista e

²¹ Os arquétipos são o “estádio preliminar, a zona matricial das idéias” (JUNG *apud* DURAND, 2002, p. 61), que não exercem primazia sobre as imagens.

messiânico, porque orienta, de maneira irreversível, esse devir, humanizando-o, de algum modo, ao aproximá-lo da posição bípede, significativa da espécie humana. Essa passagem não passa de um complemento ao simbolismo. Nesse estágio, a árvore contenta-se em orientar e, ao fazê-lo, simplifica, conservando, tão somente, sua fase ascendente (DURAND, 2002).

A árvore é isomórfica do símbolo agrolunar e, por isso, adquire as mesmas associações simbólicas dos ofídicos (transformação temporal, perenidade, fecundidade). Associa-se “às águas fertilizantes, é árvore da vida” (DURAND, 2002, p. 339). Como vegetal, a árvore prepara o culto da vegetação, torna-se coluna e, como madeira, usada para produzir e manter o fogo participa do esquema de fricção rítmica (sexualidade, música, dança, festa) e se transforma em chama. Em ambos os casos, como coluna ou como chama, “[...] a árvore tem tendência a sublimar-se, a verticalizar a sua mensagem simbólica” (DURAND, 2002, p. 340).

Diz Durand (2002) que o simbolismo da árvore-coluna estrutura a totalização cósmica. Ela é sempre um “símbolo da totalidade do cosmo na sua gênese e no seu devir” (DURAND, 2002, p. 341). Pela sua verticalidade, humaniza-se (coluna, estátua, figura humana esculpida na pedra ou na madeira) e se torna símbolo do microcosmo vertical que é o próprio homem. Ainda, o verticalismo facilita o circuito entre o nível vegetal e o nível humano, o que faz a árvore ser associada, miticamente, “[...] às três fases que se encadeiam progressivamente e simbolizam, mais do que um ciclo, a história messiânica do povo judeu” (DURAND, 2002, p. 343).

A árvore é o arquétipo, por excelência, dos Filhos do rosário. As palavras do Capitão Toinzinho sintetizam bem essa imagem. Diz ele: “*O Deus do negro é o toco*”. Este é o fundamento do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Os mastros, segundo o Capitão Daniel, “*são os para-raios da festa, é ali que encontra a energia vital da festa. Significa que você colocou o seu Santo acima da terra, debaixo do céu e em cima de nós*”. Desse modo, podemos concordar com Du-

rand (2002), quando afirma que o simbolismo da árvore reconduz o ciclo à transcendência.

Encontrei no Reinado, além desses, outros símbolos do arquétipo da árvore como o bastão (cetro, gládio), a cruz, o cruzeiro, as bandeiras. Esse arquétipo e suas manifestações se fazem presente em toda a discussão pertinente ao Filho, em suas práticas iniciáticas, sacrificiais e orgiásticas. Estas práticas (cerimônias) são isomórficas do mito dramático e cíclico do Filho, que se concretizam na festa – masculina, hermesiana e dionisíaca. É, portanto, o Filho, a festa. É ele quem reatualiza o mito, anualmente, numa linguagem rítmica e ritualística.

As cerimônias iniciáticas no mito da fé do Congado são, como nos diz Durand (2002, p. 306), “liturgias, repetições do drama temporal e sagrado, do tempo dominado pelo ritmo da repetição”. Elas constituem as seivas que correm nas árvores, garantindo a vida, o alimento que nutre os Filhos do rosário. Em nossas entrevistas, percebemos que a maioria dos congadeiros procede de família que vive a tradição, passando de geração em geração o gosto e o interesse pelo Reinado. A tradição é a continuação daquilo que é essencial e persiste. É a figura da árvore ramosa, da evolução progressista, simbolizada pela árvore genealógica, de que nos diz Durand (2002).

A cerimônia ritualística da coroação dos reis e rainhas é uma prática iniciática sagrada. Todas as pessoas que compõem o séquito são obrigadas a passar por ela. Os cantos especificam cada momento, desde o ajoelhar-se perante o altar, receber a coroa, a capa e o bastão, até o erguer-se e apresentar-se para a comunidade como um novo Rei ou Rainha. Os rituais são conduzidos pelos Capitães e a coroação é feita pelos Reis Congos ou Imperadores. Normalmente, são realizadas em dias diferentes da festa principal e se tornam um grande momento festivo, quando, também, oferecem comida e bebida.

O capitão é o líder do grupo, ele deve conhecer os mistérios, os ensinamentos e as responsabilidades do Congado. Para o Capitão Rodrigo, *“ser capitão é um privilégio que poucos têm, pois também*

de muita responsabilidade, de muita fé. Porque na vida ninguém navega sem um capitão”.

Cabe aos mais velhos observar aqueles que vão se destacando e mostrando interesse. Esses são os eleitos para se tornarem um capitão. Mas, para isso, precisam cumprir um longo ciclo de aprendizagem e preparação, de modo que se apropriem dos conhecimentos e saberes da tradição.

A iniciação para Eliade (2006) comporta uma tripla revelação: a do sagrado, a da morte e a da sexualidade. É nesse momento que o mito será comunicado ao neófito. Raros são os que atingem o topo da hierarquia, tornando-se um capitão-regente ou capitão-mor. Diz Durand (2002, p. 306) que “[...] a iniciação é mais do que um batismo: é um comprometimento. É transmutação de um destino”.

O símbolo do capitão é o bastão ou a espada, “*sua alma*”, segundo o Capitão Amaro. É o *anima* (o feminino) do Filho (*animus*, o masculino). Símbolo da natureza, da força da natureza e da magia. É o pau, o caduceu, o cajado, a haste verticalizante, o emblema de Hermes, que conduz o congadeiro no trajeto entre o mundo concreto (o cotidiano, a festa) para o mundo divino, ou seja, a transcendência. O bastão tem *mana*, é sagrado, um pedaço de madeira, natureza, imanência, “*fuerza latente, inmersa en la materia e inseparable de ella*” (DUVIGNAUD, 2002, p. 77) com poderes. É o que faz o Capitão Toinzinho afirmar que “*aquele bastão, prá gente, ele é vivo*”. O bastão, assim como toda a estrutura do Congado (reinado), é dividido em fundamento, mandamento e sacramento. Saber um fundamento é ter acesso a um segredo, é se tornar um iniciado. Desse modo, o próprio capitão se torna um dotado de *mana*.

A morte é o que permite aos Filhos do Rosário cumprirem seu ciclo: nascimento–morte–renascimento. Com a morte, eles passam a ser reverenciados pelos componentes do grupo e isso se dá a partir do símbolo da cruz. Segundo Neumann (2003), a árvore é símbolo da vida e também da morte. Na morte, seu tronco se transforma em vaso que passa a conter o cadáver e, em seguida, é depositado na

terra. Ressalta-se o caráter terra-útero, que toma o corpo de volta para si, em união com o caráter receptor da madeira acolhedora. Essa substância maternal da árvore da morte é simbolizada pela força, a estaca e também a cruz.

Em todas as Guardas, encontramos, como fundamento do Reinado, o cruzeiro. É no pé do cruzeiro que os capitães firmam seus segredos, conversam com os ancestrais. Na constelação de imagens, proposta por Durand (2002), a cruz é um simbolismo vegetal e identifica-se com a árvore, em seus arquétipos ascensionais. É, portanto, madeira erguida, árvore artificial, símbolo de totalização espacial. É, além disso, uma união dos contrários e, desse modo, liga-se ao fogo, à sexualidade, ao movimento rítmico e cíclico.

AS PRÁTICAS SACRIFICIAIS NO CONGADO

As práticas iniciáticas dos Filhos do Rosário quase sempre compreende uma prova mutiladora ou sacrificial. São as práticas sacrificiais presentes em numerosas tradições, sobretudo, nas agrárias, onde reina a Deusa, encontraremos diferenciadas práticas, nas quais animais e seres humanos são oferecidos aos deuses como sacrifício, ou mesmo, a mutilação de membros do corpo, castrações sexuais e o flagelo. Esses rituais, segundo Durand (2002), são isomórficos do definhamento agrolunar, da influência da lua minguante, como percebido em nossos dias com a escolha dos períodos para a poda das árvores. Do mesmo modo, “[...] os sacrifícios humanos são universalmente praticados nas liturgias agrárias” (DURAND, 2002, p. 308).

O autor (2002) salienta que todo sacrifício é uma troca, um acerto de uma velha conta com a divindade, uma fatura a quitar por um favor ou graça já recebido, um pagamento prévio de um pedido. É um comércio “[...] que se faz repetição vicariante pela qual o sacrificador ou o sacrificado se torna senhor, ao tornar-se quite, do tempo passado ou por vir” (DURAND, 2002, p. 308). Dialogando com Hubert e Mauss, Durand (2002, p. 311) afirma que “pelo sacrifício o

homem adquire 'direitos' sobre o destino e possui, com isso, uma força que obrigará o destino e, em consequência, modificará a ordem do universo, segundo a vontade humana". Os rituais sacrificiais ligam-se, assim, ao grande sonho alquímico do domínio do tempo e do esclarecimento da história.

A festa é o "sacrifício inútil" de que nos fala Duvignaud (1997). No Congado, o que importa é a Virgem: é a ela que se dá o pouco que se tem. Para isso, vivem os congadeiros: para dar a ela "uma parte de su sustancia" (DUVIGNAUD, 1997, p. 136). Mauss (1974) afirma que isso seria um ato de comércio, entretanto, Duvignaud (2002) contrapõe, dizendo que nós que inventamos o sacrifício como uma transação, como uma economia de mercado com a divindade. Na festa não se tem a ideia de retorno. O sacrifício, na festa, "é o nada" que se destrói, "a coisa é a coisa e pronto", é o que livra o homem da estrutura, da história, colocando-o diante de sua imanência, da natureza e do simbólico. O Capitão Amaro confirma que a festa é o dom: do nada "*muita gente não acredita, às vezes, acha até que não faz nada, que a pessoa tá gastando à toa, mas é uma coisa que a gente faz com tanta fé*".

OS RITUAIS DO REINADO OU AS PRÁTICAS ORGIÁSTICAS

As práticas de iniciação e do sacrifício ligam-se às práticas orgiásticas, que, segundo Durand (2002, p. 311), é "uma comemoração ritual do dilúvio, do retorno ao caos donde deve sair o ser regenerado". Na orgia há perda das formas – normas sociais, personalidades e personagens: "experimenta-se, de novo, o estado primordial, pré-formal, caótico" (DURAND, 2002, p. 311).

Essas práticas orgiásticas são as festas propriamente ditas, sob a regência de Dionísio, o consorte da Deusa. As festas e seus rituais são projeções lúdicas de todo um drama arquetípico, são atualizações mitológicas de um ciclo. Elas se constituem, ao mesmo tempo, num momento de negação de normas instituídas e de "alegre

promessa vindoura da ordem ressuscitada" (DURAND, 2002, p. 312). Daí sua função de nos colocar diante da angústia do tempo que passa e também da morte, destacando o seu caráter revigorante, pois, como nos diz Durand (2002, p. 405), "o ritual tem o único papel de domesticar o tempo e a morte e de assegurar no tempo, aos indivíduos e à sociedade, a perenidade e a esperança".

Durand (2002) comunga com as ideias clássicas de Callois (1988), que também destaca a função da festa no imaginário. Para este, é a festa que nos coloca diante essa noção da finitude, do tempo que esgota, extenua, faz-nos envelhecer e desgasta. Ela renova a natureza e a sociedade ao apresentar-se como uma atualização dos primeiros tempos do universo, como a recriação do mundo, daí sua função revigorante. A festa é celebrada no espaço-tempo do mito e, assim, regenera o mundo real. É justamente ao renascer que o mundo tem a possibilidade de remoçar e de reencontrar a plenitude de vida e de robustez que lhe permitirá enfrentar o tempo durante um novo ciclo. É o caos reencontrado e de novo moldado simbolicamente. As festas inscrevem-se, pois, nos modelos neg-entrópicos de sociedade, como vimos em Morin (2000), que reforçam a existência no homem de uma dimensão *demens*.

Para Campbell (1997), o ritual é a forma pela qual o indivíduo participa de um mito, compartilha dele, entrega-se a ele, sendo que o mito é um sonho coletivo projetado da visão pessoal-coletiva de um vidente, um indivíduo superiormente dotado. O ritual é a encenação de um mito. Participar de um ritual é, na verdade, ter a experiência de uma vida mitológica, ou seja, é a chave que necessitamos para aprendermos a viver espiritualmente (CAMPBELL, 1990).

O ritual abre um canal de comunicação do sujeito com o seu interior, seu *self*, e, ainda, entre os outros, uma vez que possibilita a quebra dos distanciamentos e as dificuldades de relacionamentos pessoais. Todo ritual se concretiza por uma atividade consciente e deliberada do ego (WHITMONT, 2003). As técnicas de encenação ritual exigem um esforço consciente do ego e como resultado se tem

uma consciência total e desperta, coexistindo com o estado alterado, numa dança dialética, paradoxal e simultânea. É essa análise que permite o autor afirmar que “a experiência mediada pela participação corporal assinala a diferença entre ter a informação de alguma coisa e conhecê-la por experiência própria” (WHITMONT, 2003, p. 266). O registro será sempre no corpo e com o corpo.

Não podemos esquecer que o corpo e, em consequência, as experiências corporais, foram desvalorizadas com o patriarcado, diante da visão dicotômica, positivista e cartesiana características do paradigma clássico. O que importa, nesse momento, é reforçar que tal paradigma rejeitou as dimensões mágicas e femininas na vida da humanidade, de modo que os rituais foram se tornando, cada vez mais, ineficazes e sem sentido. Tornaram-se espetacularizados. Tratamos aqui da alegria do corpo jubiloso de Boaventura (2019), que troca os pés pelas mãos na ginga da capoeira, na brincadeira do boi, do maracatu, do carnaval, da ciranda, da marujada, dos rituais indígenas e tantas outras manifestações.

De um modo geral, as festas em louvor À Nossa Senhora do Rosário e aos santos pretos seguem uma mesma estrutura ritualística: preparação, novenas e organização do espaço, subida da bandeira de aviso, levantamento de mastros, alvorada, “tirada dos reis”, almoço, procissão, missa conga, danças de combate, descida de mastros, podendo ter variações, de acordo com a tradição dos grupos (GIOVANNINI JUNIOR, 2005).

A principal preparação para a festa é a novena (ou trezena), que se inicia dois dias antes do levantamento da bandeira de aviso. É realizada em agradecimento a Deus por estar dando oportunidade à Guarda de realizar a festa. A reza do terço, ou do rosário, acontece nas sedes ou nas casas dos capitães. Em muitas Guardas, na abertura ou no encerramento das novenas, ainda é possível assistir à saída do boi da manta, que percorre as ruas dos bairros, as cidades, anunciando a chegada da festa, de forma lúdica.

A festa é o ponto auge do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Ela inicia com o levantamento da bandeira de aviso, uma semana antes do dia marcado pela Guarda. No local da festa, as bandeiras são colocadas no topo do mastro e são erguidas. O mastro é o poste sagrado, é o *Axis mundi*, que liga a Terra e o céu e o toca, de algum modo (ELIADE, 2006). Os mastros são levantados antes das festas de cortejo, com antecedência ou na véspera. O levantamento dos mastros com as bandeiras é sempre marcado por momentos de muita emoção, concentração e tensão: “caracteriza o centro energético da festa” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 218). Sua ascensão é anunciada com fogos de artifício.

Os mastros de madeira são o princípio do masculino da árvore, que é feminino. Como o falo da terra tem o caráter de penetração e crescimento, destacando o aspecto ascensional do círculo, seu caráter de transformação é, ainda, a ambivalência da árvore (NEWMANN, 2003). É a imagem da árvore, firmemente plantada na terra, no fundamento, que nutre o congadeiro de sua fé e se eleva no ar, para que os filhos do rosário possam nela se abrigar, se proteger sob sua sombra, saciar sua fome e sede.

A alvorada faz parte da tradição e é seguida por quase todas as Guardas. É uma chuva de fogos de artifícios, cantos e danças, realizados na madrugada de domingo, por volta das cinco horas da manhã, anunciando que vai ter festa ao longo de todo o dia. É também o momento mágico de “fechar as encruzilhadas”, limpando e protegendo as Guardas de todo o mal que possa atrapalhar o festejo, garantindo os bons fluídos.

As performances executadas pelas Guardas durante os festejos, nas encruzilhadas, são sempre em forma de meia-lua e elas podem ser: para receber e cumprimentar o trono coroado, em sinal de respeito, nesse caso, os congadeiros dirigem-se um a um ou em duplas até os reis e fazem reverências; para abrir em fileiras pelas laterais e para fora, como se desenhassem um coração, recebendo todos os visitantes; ao contrário, as fileiras podem se cruzar por den-

tro e pelo centro, fechando na frente das bandeiras, para proteção, quase sempre quando encontram com uma Guarda que provoca demandas; e, por fim, os dançantes podem passar por trás do trono coroado, como se tivessem trazendo todos para dentro do Reinado.

Percebe-se que o próprio corpo do congadeiro é um texto e exprime uma linguagem. Além disso, é ele continente e conteúdo (MARTINS, 2000), lugar e veículo da memória e do esquecimento. Seu corpo em performance “é o lugar do que curvilinearmente *ainda* e *já* é, do que pôde e pode vir a ser, por sê-lo na simultaneidade da presença e da pertença” (MARTINS, p. 83, grifos da autora). Assim é que todo momento ritual é permeado de cantos e danças específicos para aquele fim. A música (palavra cantada) e a dança são as essências dessa experiência religiosa (LUCAS, 2002).

Em suas performances, o Congo vai à frente, em fileira e dança com o corpo aberto, às vezes, em coreografias saltitantes. O Moçambique, com a responsabilidade de “puxar a coroa”, anda devagar, os componentes formam um único grupo, numa dança que traduz a força da terra expressa pelos tambores e gungas.

No início da manhã, a Guarda anfitriã prepara o cortejo para a “tirada dos reis e rainhas”. “Tira-se” o trono coroado primeiro, um a um, e, por fim, os festeiros, promotores da festa. Caminha-se sempre devagar, conduzindo as coroas até os altares. No altar, o trono coroado recebe as Guardas visitantes. Cada uma, por sua vez, desloca-se até os reis, canta e dança para eles e para Nossa Senhora. Após a prestação das homenagens, as Guardas dirigem-se às cozinhas, nas sedes para o almoço.

Um momento esperado por todos é a procissão. A Guarda anfitriã e os grupos convidados se organizam. Os andores preparados com muita dedicação e criatividade, pelos próprios devotos, são carregados por pessoas da comunidade. Algumas Guardas realizam a missa conga, ou missa crioula, após a procissão, outras preferem fazê-la no dia seguinte. É uma apropriação do ritual católico, mas aqui o negro também reinventou a tradição, incorporando novos

elementos na encenação ritualística que seguem os rituais de uma liturgia comum, acrescida dos cantos e das danças dos corpos, ao som das caixas, gungas e patangomes. Ao longo da celebração da missa conga, os Filhos do Rosário cantam o lamento do negro, relembrando o que seus antepassados viviam no tempo do cativo. É um momento emocionante, quando os tambores se calam, o Capitão “puxa o lamento” e os “vassalos” respondem apenas o coro.

Após os três dias de festejos, cantando e dançando, subindo e descendo as ladeiras das cidades, debaixo de chuva e sol, carregando os instrumentos pesados, é hora de encerrar. Algumas Guardas ainda encontram energia para realizar as danças do “tempo dos escravos”, utilizando as manguaras (cabos de bastões, feitos das árvores). É hora de fazer “bizarria”, momento em que os Capitães descontraem e brincam com os outros, uma vez que a festa é sempre muito tensa e tudo é levado muito a sério.

FINDA A FESTA DO CORPO JUBILOSO CONGADEIRO

Para este breve ensaio destaco que o Congado, ou o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, constitui-se enquanto um universo simbólico complexo que, por meio de suas práticas simbólicas (sociais, portanto, educativas), transborda de transdutores híbridos²²⁷, ou seja, de elementos que se manifestam nos polos patente e latente, onde são fermentados. É nesse trajeto, ou seja, transitando de um polo a outro – porque nem o latente nem o patente têm a primazia, ambos são constituintes do imaginário –, que se exprime os modos de sentir (latente–afetual), pensar (patente–racional) e, portanto, de conduzir à ação dos devotos de Nossa Senhora do Rosário, organizados em seus grupos sociais em nosso País, sobretudo, em nossa cidade. Trocando

²²⁷ Os transdutores híbridos são, para Paula Carvalho (1990), o trajeto entre os dois polos (latente e patente), onde estes podem captar, de forma potenciada e, como mediador simbólico, uma cultura emergente. Como têm uma sólida raiz no latente, emergem sem que tenhamos controle sobre eles, por isso não podem ser enfrentados apenas racionalmente.

em miúdos, são os mitos, os ritos, as ideologias, os valores, os modos de ação dos Filhos do Rosário, os irmãos congadeiros.

Num polo, Nossa Senhora do Rosário é o imaginário, o mito. Ela é a natureza, a origem, a gestação. A Grande-Mãe que gera o filho e o protege. É o significante, o que abre. Pelo mito, ela sai das águas (natureza) e vem se encontrar com o Filho. Noutro polo, é Filho, que, ao realizar a festa, não a esquece e, desse modo, reatualiza o mito. A Santa visita o Filho e retorna aos céus, ascende, é a cultura, a religião. Isso é o transdutor híbrido: vem natureza (Grande-Mãe) e volta cultura (Santa).

A festa é a culminância dessa religiosidade expressa pelo congadeiros. Nela, vive-se a suspensão do tempo cronológico construtivo do pai e se instala o cosmológico da mãe. A vivência da alternância da natureza e a cultura, do *sapiens* e o *demens*, do sagrado e o profano, da vida e a morte, do negro e o branco, do matriarcado e do patriarcado permitem que, na esfera da Deusa, os opostos coincidam (NORONHA, 2017). De acordo com os princípios presentes na complexidade, a festa, de forma recursiva, dialógica e hologramática, está aberta ao campo do possível e do imaginário, de modo que, nela, o Reinado constitui-se, vive, resiste, persiste e sobrevive.

A experiência do Reinado revela a existência de comunidades iniciadas na tradição que se preocupam com a preservação de um conhecimento hermético, secreto, partilhado apenas por aqueles que (con)vivem seus rituais e mantém vínculos com o culto misterioso e mítico. Para os iniciados, a materialização dá-se na participação no drama, na dança, na representação da dimensão íntima, coletiva e endógena do ritual. Para os não iniciados, cabe a restrição da participação na dimensão pública dos festejos, o que não é pouco, pois já implica em reconhecer e respeitar as diferenças existentes entre as mais diversas manifestações ritualísticas de nosso país (NORONHA, 2017).

Sigamos com alegria em nossos corpos sociais, vivos, expressando seus sentimentos, afetos, cheiros, desejos e tudo que o mais.

Viva os corpos jubilosos do povo negro do nosso país!
Viva Nossa Senhora do Rosário e os Santos Negros! E por que
não viva?
Salve Maria!!!

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. F. N. **Os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BACHELARD, G. **A poética do devaneio.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CALLOIS, R. **O homem e o sagrado.** Lisboa: Edições 70, 1988.
- CAMPBELL, J. **O Poder do Mito.** São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CAMPBELL, J. **O vôo do pássaro selvagem: ensaios sobre a universalidade dos mitos.** Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- CARVALHO, J. C. P. **Antropologia das organizações e educação: um ensaio holonômico.** Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- CARVALHO, J. C. P.; BADIA, D. D. Temporalidade e cultura da alma: a hermenêutica mitológica das estórias de vida e a educação fática. **Revista Reflexão**, Campinas, n. 78. p. 77-102, set./dez. 2000.
- DURAND, G. **A imaginação simbólica.** São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1988.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DUVIGNAUD, J. **Festas e civilizações.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- DUVIGNAUD, J. **El sacrificio inútil.** México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- ELIADE, M. **Mito e realidade.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- GIOVANNINI JUNIOR, O. **Folguedos da Mata: um registro do folclore da Zona da Mata.** Leopoldina: [s.n.], 2005.
- JUNG, C. G.; VON FRANZ, M. L.; HENDERSON, J.; JAFFÉ, A. **O homem e seus símbolos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- LUCAS, G. **Os sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

- LUCAS, G.; LUZ, J. B. (Coord.). **Cantando e dançando com os Arturos**. Belo Horizonte: Rona, 2006.
- MAFESSOLI, M. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MARTINS, L. M. A. Oralitura da memória. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 61-86.
- MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v. 1-2.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- NEUMANN, E. **A Grande-Mãe**: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- NORONHA, V. **Rastros de África no Brasil**: práticas educativas no Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Belo Horizonte: Mazza. 2017
- PEREIRA, E. A.; GOMES, N. P. M. **Negras raízes mineiras**: os Arturos. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2000. (Coleção Minas & Mineiros).
- PEREIRA, E. A.; GOMES, N. P. M. **Flor do não esquecimento**: cultura popular e processos de transformação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PEREZ, L. F. *et al.* **Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX**: compêndio de citações. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.
- PEREZ, L. F.; MARTINS, M. C., GOMES, R. B. (Org.). **Variações sobre o reinado**: um rosário de experiências em louvor a Maria. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- PORTO, M. R. S. Cultura e complexidade social: perspectivas para a gestão escolar. In: TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. R. S. (Org.). **Imagens da Cultura**: um outro olhar. São Paulo: Plêiade, 1999.
- PORTO, M. R. S. As ideias de complexidade social e de cultura em Edgar Morin. **Caderno de Educação**, Cuiabá, v. 0, n. 1, 2007.
- RUIZ, C. M. M. B. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2003.
- SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SOARES, D. M. **SALVE MARIA(S)**: mulheres na tradição do Congado em Belo Horizonte. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia familiar; Estudo da família; Teoria econômica e Educação do consumidor) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

..... **PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO LAZER**

SOARES, D. M. **“Muita religião, seu moço!”**: os caminhos de uma congadeira. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA, M. J. **Reinado e poder no Sul das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza, 2015.

WHITMONT, E. C. **O retorno da Deusa**. São Paulo: Summus, 1991.

“DANÇA VADIA” DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO¹

Alba Pedreira Vieira

Flávia Brassarola Borsani Marques

Odilon José Roble

Discutimos, neste texto, o processo de criação do espetáculo de dança contemporânea “Dança Vadia”² como uma potência gerativa de diferentes poéticas, que foi marcado pela imprevisibilidade, prática como pesquisa e colaboração dos intérprete-criadores e demais membros da Mosaico Cia. de Dança Contemporânea, incluindo a do ator português Jorge Loureiro Figueira³. Exploramos aspectos

1 ¹ Pesquisa realizada com apoio da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Um resumo de versão anterior desse texto foi publicado nos Anais do Simpósio de Integração Acadêmica/SIA da Universidade Federal de Viçosa/2019, disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2019/trabalhos/11146>>.

2 ² Vídeo da apresentação de “Dança Vadia” na “Mostra Diversidade em Dança” (Viçosa, MG), disponível em: <<https://youtu.be/o55eC5LatTw>>.

3 ³ O espetáculo “Dança Vadia” faz parte do trabalho de campo de uma pesquisa realizada na UFV e foi elaborado em diferentes fases e parcerias. No segundo semestre de 2017, a Mosaico contou com uma equipe de seis intérpretes-criadores: Alba Vieira, Amanda Pinheiro e Caio Fillype, respectivamente, docente e discentes da Graduação em Dança/UFV, Humberto Martins, discente de Física/UFV e bolsista PROCULTURA/UFV, Júlia Linda, discente de Biologia/UFV, e Ricardo Cardoso, artista independente. A paisagem sonora foi feita pelo músico Pedro de Moura, discente de Agronomia/UFV. As falas de “Dança Vadia” foram especialmente gravadas para essa obra pelo ator português Jorge Loureiro Figueira. Na cinegrafia, Viktor Maforte Rodrigues, bolsista PIBEX e discente de Comunicação Social/UFV. No auxílio à pesquisa, Flávia Brassarola Borsani Marques (Graduada em Dança pela UFV, Mestre em Arte e Educação pela UNESP, Doutoranda em Educação Física pela UNICAMP) e Felipe Menicucci (Comunicador social e jornalista, e diretor de programação da TV Viçosa). No primeiro semestre de 2018, além dessas pessoas mencionadas, Beatriz Lima, discente do Curso de Dança da UFV, foi

do “barroco mineiro” e da relação Brasil e Portugal, além de cruzarmos linguagens artísticas, incluindo literatura (textos variados), dança, teatro, trilha sonora (música na cena inicial, “Baião Barroco”, de Juarez Moreira, e restante das cenas com a paisagem sonora especialmente criada para o espetáculo por Pedro Lima) e artes visuais (pinturas do barroco mineiro, em particular, esculturas de Aleijadinho e vídeos variados sobre diferentes elementos que permeiam conexões e desconexões entre os dois países).

Em um segundo momento, discutimos uma das apresentações do espetáculo “Dança Vadia” para um público de mais de 700 pessoas: sua estreia durante a “Mostra Diversidade em Dança” (Viçosa, MG). Notamos, claramente, a reação do público que se expressava em voz alta enquanto assistia ao espetáculo em um domingo no início da noite – um momento de lazer para muitas das pessoas da plateia.

Portanto, apresentamos, neste texto, dois momentos de uma obra de dança: por um lado, o processo de criação e, por outro, apresentação para o público que fruiu o espetáculo como uma possibilidade de lazer. Spolin (2005, p. 11) ressalta a importância do público no projeto artístico teatral, o que vale também para a dança:

A plateia é o membro mais reverenciado do teatro. Sem plateia não há teatro. Cada técnica aprendida pelo ator, cada cortina e plataforma no palco, cada análise feita cuidadosamente pelo diretor, cada cena coordenada é para o deleite da plateia. Eles são nossos convidados, nossos avaliadores e o último elemento na roda que pode então começar a girar. Ela dá significado ao espetáculo.

Acreditamos que há algo mais a se falar em relação à plateia: será que nós, artistas, fazemos espetáculos apenas para o deleite de espectadores? Somente membros da plateia dão significado à obra?

ensaiadora e bailarina substituta na pré-estreia de “Dança Vadia”. No segundo semestre de 2018, mantiveram-se os envolvidos até então e novos integrantes foram: Renata Bittencourt, bolsista IC/CNPq, e a voluntária Marcela Figueiredo, ambas discentes de Comunicação Social/UFV, que estudaram o desenvolvimento do material audiovisual das ações artísticas, além de auxiliar Viktor Maforte com os registros visuais e na produção da Cinegrafia.

Discutir o “algo mais” dessa trama entre dança, lazer e plateia é o que procuramos evidenciar nesse texto: podemos relacionar a formação de público em dança ao fenômeno do lazer?

DO CORPO CHEIO

As (des)conexões entre brasileiros e portugueses surgiram como temática da Mosaico a partir das esferas do imprevisível, pois os primeiros laboratórios de criação da companhia não tiveram esse mote. De início, como proposto pela diretora artística da Cia.⁴, o disparador do espetáculo era somente o movimento artístico conhecido como “barroco mineiro”, dando continuidade e aprofundamento à temática do espetáculo anterior, “Being Bricolage”⁵, que havia explorado várias escolas/movimentos/tendências artísticas como o surrealismo e o minimalismo (VIEIRA; MARQUES, 2018). Tal tema, para a diretora, demonstrava a valorização pela Cia. das artes e histórias das Minas Gerais. A diretora ainda vislumbrou que, quando o espetáculo fosse apresentado ao público, o mesmo poderia ter uma possibilidade de lazer, ao mesmo tempo em que se engajaria em conhecer a arte barroca mineira sob a perspectiva da dança.

Entretanto, lidar com uma temática única para gerar uma obra artística com um grupo de seis dançarinos (além dos demais integrantes que tinham diferentes papéis) é um processo que, ao mesmo tempo em que tem muita potência, é caótico. Cada artista traz para a criação suas experiências passadas, histórias, leituras, crenças, valores, repertórios – em relação a tudo que cada um já viveu e, particularmente, à temática delimitada para se trabalhar. É complexo, portanto, criar reconhecendo e assumindo que só se cria arte a partir da experiência vivida, conforme discutido pelo filósofo van Manen (*apud* VIEIRA, 2007)⁶. Cada corpo traz a singularidade de suas experiências vividas,

4 4 A diretora da Mosaico Cia. de Dança Contemporânea, Alba Vieira, é também a primeira autora desse texto.

5 5 Vídeo da obra disponível em: <<https://youtu.be/Jywt46J4BKg>>

6 6 O caos, assim como a turbulência, a bifurcação, a emergência, os sistemas abertos e não lineares, são conceitos relacionados à Teoria da Complexidade. Tanto esta teoria como o

além disso, a forma como nos relacionamos com tais experiências é um constante devir, está em eterna mudança.

Nesse movimento contínuo e ininterrupto da criação em arte, buscando sempre diferentes possibilidades, um dos intérprete-criadores, Humberto Martins, a partir do seu “corpo cheio”, ou seja, do que o “barroco mineiro” lhe significava, sugeriu que trabalhássemos também com as relações Brasil e Portugal.

O que denominamos aqui como “corpo cheio” se relaciona com o que Renato Ferracini (2010) propõe: o corpo do artista não está vazio em momento algum, pois é do corpo-experiência que faz brotar a obra artística. Para o intérprete Humberto, o barroco mineiro⁷⁷ só fazia sentido se discutido aliado a aspectos das relações Brasil e Portugal, desde o período da colonização até a atualidade. Como geralmente acontece na criação artística, nem Humberto soube explicar de onde veio tal ideia súbita. Na pluralidade de forças conflitantes (intra e intercorpos mosaicos), a sugestão foi bem aceita e celebrada como um momento de “aha!” por todos os intérprete-criadores da companhia. Seguimos então nossa jornada, nesse andar “vagabundo”, errante, confiando na sabedoria do corpo, pois, como nos lembra Nietzsche (2011, p. 631), “há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria”.

As relações entre Brasil e Portugal dispararam inúmeras questões, geralmente conflitantes (por exemplo, como cada integrante da Mosaico percebia as diferentes formas de falar e viver nos dois países, estereótipos dos dois lados ligados a aspectos culturais e outros), entre os artistas envolvidos e que foram refletidas e *in-corporadas* poeticamente no espetáculo. Poéticas de contraste

conceito de “experiência vivida” foram discutidos com profundidade por Vieira (2007) em sua tese de doutorado.

⁷⁷ O movimento barroco europeu chegou à América Latina com os missionários Jesuítas e, no Brasil, com as missões colonizadoras da Companhia de Jesus. Muitos autores (PINTO, 2006) o consideram o movimento dominante no período do Brasil colônia. No Brasil, o barroco varia de uma região para outra, nas regiões mais ricas onde temos a mineração e o açúcar encontramos talhas douradas e esculturas refinadas, nas regiões mais pobres o trabalho é mais simples (PROENÇA, 2003).

entre cenas, referências à colonização, ao sagrado e ao profano, e fatos sobre pré-conceitos e preconceitos entre pessoas dos dois países foram reforçados por metáforas corporais. "Dança Vadia" potencializa a imaginação, a criação e o fazer artístico coreográfico que se nutre de fontes experienciais *in-carnadas* (no/do corpo), além de propostas variadas para a criação em dança que abrem canais de forças dos corpos holísticos envolvidos em tal processo. Corpos físicos, mentais, emocionais e energéticos dançaram e se permitiram deslocar (espacial, temporal e cognitivamente), propondo tensionar para expandir fronteiras e limites na criação em Arte.

DO CORPO QUE TRANSITA ENTRE VAZIOS

Entrar nesse mundo delicado de discutir relações que passam pelo colonialismo e pela xenofobia exigiu uma postura de se tentar criar fissuras de desestabilização. Fissuras são espaços de fenda. Fendas que, para nós, da Mosaico, eram produtivas quando vazias. Intuitivamente, criamos esses espaços vazios para que por ali nossos corpos transitassem (corpos que, inicialmente, chegaram tão cheios). Só a partir do trânsito na fenda profunda, vazia, escura, obscura, iríamos arranhar, marcar, impregnar nossos corpos com a incerteza de não saber bem ao certo o que, como e para o que fazíamos/agíamos/dançávamos. Fendas vazias e o processo de nos esvaziarmos trouxeram dúvidas que escancaravam possibilidades de nos preenchermos (ao menos um pouco) com as experiências uns dos outros. Acreditamos que tais fissuras/vazios ampliaram nossas potências para o novo, mesmo que reinventado.

As relações Brasil/Portugal e o barroco mineiro (essa temática não foi deixada de lado, mas tratada junto com a outra sugerida por Humberto) foram investigados sob vários aspectos por todos componentes da Cia. A ideia não era se fazer leitura nem releitura desses temas, mas, sim, tensionar, intensificar, multiplicar, corporal e artisticamente, aspectos do contexto histórico-político-cultural que os permearam, e suas possíveis conexões com acontecimentos da

atualidade. À medida que se revelaram na pesquisa artística valores dualistas predominantes nos dois países como o bem e o mal, fugacidade da vida humana, tempo contemporâneo que se imprime cada vez mais veloz e avassalador devido à tecnologia digital, incertezas frente ao período em que vivemos e outros aspectos, questões várias brotaram nos laboratórios investigativos, por exemplo: como o estado de Minas Gerais foi influenciado pelo barroco europeu e como “deu sua cara” a esse? Como a subversão de características iminentemente europeias do barroco por artistas mineiros se relacionaram com a busca pela descolonização? Somos ainda colonizados? Ansiamos até hoje por essa descolonização? Buscamos também a decolonização? Se sim, como? Com quais posturas e ações?

Como quando se mistura “café com leite”, gera-se uma bebida com nova cor, textura, cheiro e sabor, esses aspectos foram sendo pensados, discutidos e transformados em ações, gestos, movimentos pelos integrantes da Mosaico. O barroco mineiro e os aspectos das relações Brasil/Portugal acabaram revelando outras cores ou outras facetas, que, a partir do interesse coletivo da Cia., desdobraram-se em cenas do espetáculo “Dança Vadia”⁸.

A obra foi composta das seguintes cenas: “Capoeira”; “Aleijadinho”; “Deboche”, “Lavada”; “Extração do ouro”; “Minueto com o Vira”; “Pau Brasil”; “Procissão”; “Diabo Preto”, “Dedos em Figa”, “Barco”; “Abutre”; “Depilação” e “Por aí Vai... Por enquanto é só Isso”. Esses nomes surgiram de forma espontânea nas falas dos intérprete-

8 8 Dentre os vários estímulos que diretamente exploraram o barroco mineiro e as relações entre Brasil e Portugal, valemo-nos de elementos e conteúdos da História em geral e brasileira – dessas referências, destacamos características e elementos do barroco como imagens sacras, músicas, dinâmicas de carácter imagético a partir de objetos como panos alvejados, tecido com a figura do Galo de Portugal, velas, textos sobre essa relação e a carta de Pero Vaz de Caminha, poesias barrocas, letra da música Fado Tropical, vídeo de um diálogo entre dois humoristas renomados de cada país: Brasil (Gregório Duvivier) e Portugal (Ricardo Araújo Pereira): <<https://www.youtube.com/watch?v=uSLIO2l8QHI>>. Foram analisadas pela Cia. dados com comparações estatísticas de aspectos sócio-econômico-político-culturais entre os dois países e especificidades sobre o uso do idioma Português em cada país (palavras, gestos e expressões com diferentes significados, por exemplo, sotaques, e assim por diante). Foram feitas várias discussões do grupo, houve diminuição da luz ambiente do estúdio para simular luz e sombra do barroco mineiro, além da exploração espacial de diferentes locais nos laboratórios.

–criadores e passaram a ser repetidos durante o complexo processo de criação. Referências históricas do período colonial e escravocrata, que orientaram várias cenas, estimularam nos intérprete–criadores “tempestades corporais” (VIEIRA, 2007) sobre questões identitárias de portugueses e brasileiros, o que inclui aspectos culturais e proeminentes dos respectivos contextos históricos, considerando a perspectiva artística na contemporaneidade. As perguntas borbulhavam: o que ficou daquela história? O que mudou? O que podemos transformar no presente a partir dessas reflexões corporais?

Em “Dança Vadia”, a diretora artística ainda lançou mão de: (1) mescla de gêneros da dança em uma mesma obra, tais como dança–teatro e improvisação estruturada (cenas “Procissão”, “Barco”, “Depilação”, “Abutre”); (2) encontro entre dança e paisagem sonora, a qual foi composta pelo músico Pedro de Moura nos ensaios e apresentações da obra.

DO CORPO QUE DANÇA

Aos poucos, durante a jornada “vagabunda”, fomos compreendendo como a busca pela de(s)colonização ainda continua, o que é, inclusive, discutido por várias áreas de conhecimento em nosso país. As matérias–primas iniciais dos primeiros laboratórios de criação em setembro de 2017 foram lapidadas e, paulatinamente, em um processo de colagem e justaposição, transformaram–se no espetáculo “Dança Vadia”. Este foi apresentado, a convite, em julho de 2018, na Universidade Federal de Viçosa (UFV)⁹, na “Mostra Diversidade em Dança”¹⁰.

9 9 No primeiro semestre, houve a pré–estreia do espetáculo “Dança Vadia”, no Auditório do Departamento de Engenharia Florestal/UFV, a convite dos organizadores do evento Sinergia (28 jun. 2018). A estreia oficial do espetáculo, em 1 de julho de 2018, por convite de Patrícia Lima (diretora geral do evento), foi inserida na programação da Mostra *Diversidade em Dança*, do Núcleo de Arte e Dança, realizada no Espaço Acadêmico Cultural Fernando Sabino da UFV. “Dança Vadia” foi reapresentada na abertura do Curso de Extensão *História da Arte*, no dia 12 de setembro de 2018, ministrado por Alba Vieira e Cláudio Magalhães, ambos docentes da UFV.

10 10 Na referida mostra houve várias apresentações de dança, com diversos vocabulários, gêneros e estilos.

Nas cenas de “Dança Vadia” estão presentes as ações frutos dos diálogos (principalmente debates) das relações Brasil/Portugal advindas dos estímulos aplicados nos laboratórios de criação da Mo-saico. O espetáculo foi apresentado a um público composto por mais de 700 pessoas no Espaço Acadêmico Cultural Fernando Sabino da UFV. Portanto, apresentamos, a seguir, as cenas que compuseram o espetáculo e que foram fruídas pelo público como uma possibilidade de lazer. A entrada para o evento foi gratuita e houve enorme divulgação na mídia, o que pode ter contribuído para o grande número de pessoas presentes.

Na primeira cena, há uma movimentação que remete à ginga de capoeira. Em caráter estilizado, tal ginga contrasta tensão (focada, sobretudo, nos braços e mãos) e fluidez (reverberada nas movimentações de tronco e acompanhamento da cabeça). A tensão muscular é uma metáfora para a escravidão dos negros, e a fluidez de articulação escapular é o sonho por se alcançar a liberdade. Forças contrárias que culminaram no Brasil racista com o qual nos confrontamos hoje. As mãos em garra como a resistência dos antigos escravos em se agarrar à sua cultura, o que buscamos expressar na criação da Cena “capoeira”.

Figura 1 - Cena “Capoeira” - ensaio do espetáculo “Dança Vadia”



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

Outro gesto advindo das discussões orais e corporais de aspectos das relações Brasil/Portugal, foi criado e repetido ao longo do espetáculo: os dedos cruzados em duplas figas. Isso gerou uma forma inusitada das mãos, que nos lembrou da deformação sofrida pelo artista principal do barroco mineiro, Aleijadinho, portador de uma doença grave que deformava várias partes do seu corpo, principalmente suas mãos (Figura 2).

Figura 2 - Dedos em figa



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

Para nós, da Mosaico, havia o entendimento que o movimento ou a escola artística barroca explora a dualidade e os contrastes (por exemplo, claro escuro, luz e sombra). Os dedos em figa podem se relacionar com a fé (seja ela qual for), com a crença orientada pelo sincretismo do brasileiro quando torce: “Tomara que isso aconteça”. Tal torcida, no gestual da mão, revela sonhos de que desejos se concretizem.

As mãos, por vezes, reconfiguravam-se durante a dança, em formato de concha e/ou chama de vela. A concha remete ao revestimento da ostra, que, por sua vez, relaciona-se ao barroco, palavra que em sua etimologia significa pérola imperfeita. Já a mão como a chama de uma vela, indica o jogo de luz e sombra do cruzamento de opostos, contrastes. Foi usado também os gestos das mãos unidas, como se faz, geralmente, em orações no catolicismo (Figura 3). Esses gestos se relacionam ao sincretismo dos povos brasileiros.

Figura 3 - Mãos em oração



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

Na concepção da cena “Extração do ouro”, um trio de intérpretes-criadoras se movimenta de forma poética e abstraem movimentos típicos dessa atividade como peneirar o ouro no rio e extrair nas minas jazidas desse metal precioso e tão cobiçado pelos portugueses. O ouro também esteve presente na maquiagem usada pelos artistas, que utilizaram purpurina na pele e nos cabelos, o que os fez “reluzirem” em cena. O top usado pelas mulheres e o peito

dos homens foi pintado de tinta dourada para se relacionar ao ouro extraído e levado para a Europa.

Houve extração de ouro em várias regiões do Brasil, incluindo no estado sede da Mosaico, Minas Gerais, especialmente na região denominada na época de Vila Real, hoje Ouro Preto, que se tornou a capital da província. Essa cidade é conhecida no Brasil e exterior pela rica ornamentação barroca das suas igrejas, com inúmeras esculturas e imagens sacras, sendo reconhecida como uma das mais importantes cidades históricas do país.

Para o figurino, após todos terem investigado possibilidades que potencializassem a obra sendo criada, foram escolhidos uma saia preta e *collant* listrado de branco e preto (novamente, a referência à luz e sombra do barroco mineiro). A escolha ocorreu porque esse figurino imprime características barrocas no contraste das cores, além de o traje, na parte superior, *collant*, sugerir formalidade, uma característica do figurino da elite (os donos das minas), pois se parece um terno. Na parte inferior, uma saia plissada desconstrói a ideia de gênero nos corpos masculinos. Em Viçosa, cidade de 80 mil habitantes no interior de Minas Gerais, um homem usar saia, vestuário tido como tipicamente feminino, ainda causa estranheza mesmo em um espetáculo. Todavia, queríamos provocar essa estranheza e o agir (nem que uma ação interna, um deslocamento de pensamento) no espectador, pois, em concordância com Ranciére (2010, p. 108),

[...] a condição do espectador é uma coisa ruim. Ser um espectador significa olhar para um espetáculo. E olhar é uma coisa ruim, por duas razões. Primeiro, olhar é considerado o oposto de conhecer. Olhar significa estar diante de uma aparência sem conhecer as condições que produziram aquela aparência ou a realidade que está por trás dela. Segundo, olhar é considerado o oposto de agir. Aquele que olha para o espetáculo permanece imóvel na sua cadeira, desprovido de qualquer poder de intervenção. Ser um espectador significa ser passivo. O espectador está separado da capacidade de conhecer, assim como ele está separado da possibilidade de agir.

O autor defende que o espectador pode ser liberado da passividade de observador que fica fascinado pela aparência à sua frente e se identifica com as personagens no palco; é então confrontado com o espetáculo que causa estranhamento e pode assim lidar com o enigma e a demanda de investigar esse estranhamento. Por fim, esse espectador tem a possibilidade de abandonar seu papel passivo para assumir o de investigador, que observa e analisa criticamente fenômenos.

Membros da Mosaico também decidiram deixar seus pelos crescerem: barbas e pernas nos homens, axilas e pernas nas mulheres, para que esses fossem raspados em cena intensificando as falas do ator português Jorge Loureiro, que comentou sobre os preconceitos existentes nos dois países: portugueses em relação à “mulher brasileira sensual e sem pelo”; e brasileiros em relação ao português “barbudo e tosco”.

Figura 4: Figurino e maquiagem



Fonte: Viktor Maforte.

"DANÇA VADIA" DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO

Sobre imagens da extração do ouro no Brasil colônia, na cena "Lavada", os intérpretes-criadores movem-se de forma a ocupar aleatoriamente o espaço cênico como se estivessem se limpando de todo ouro espalhado em seus corpos. Segue-se uma sequência em diagonal e *cannon* de movimentação que contrasta o movimento fluido (indireto) com o direto (LABAN, 1978). A cena finaliza-se com um "soco" no estômago com os cotovelos, o que se refere ao violento processo de extração das nossas riquezas naturais (Figura 5).

Figura 5 - Cena "Lavada"



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

A cena "Deboche" (figuras 6 e 7) explora a sátira e o humor dos brasileiros diante das nossas mazelas. Muitas vezes, nós mesmos reforçamos um dito popular conhecido: "Tudo no Brasil acaba em pizza ou em carnaval". Podem o humor, as piadas, gargalhadas e risadas serem formas de mostrarmos resistência às inúmeras mazelas ainda muito recorrentes e facilmente percebidas como fruto do processo histórico? Fazemos piadas de portugueses, mas eles também fazem

piadas de brasileiros. Além das “piadinhas” irônicas, de ambos os lados, há estereótipos e comparações culturais. Como diz o ator Jorge Loureiro, o português ri do brasileiro “malandro” e o brasileiro faz piada com a “tolice” do português.

Figuras 6 e 7 - Cena “Deboche” - apresentação e ensaio; “Gargalhadas estrondosas”



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

"DANÇA VADIA" DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO

"Toma lá, Da cá!", seria este um escambo justo? Ao levarem grande parte das nossas riquezas naturais para Europa, ao realizarem permutas de informações com os povos originários (erroneamente chamados pelos portugueses de 'índios', os quais recebiam objetos que desconheciam, como espelhos, em troca de indicarem aos recém-chegados locais de minas preciosas e madeiras valiosas), europeus extraíram nosso famoso Pau Brasil – árvore que deu nome ao país e que hoje se encontra em perigo de extinção. Assim nasceu a cena "Pau Brasil". Um "troca-troca" de corpos, em que um intérprete-criador se coloca em uma forma estática, como se fosse uma árvore daquele gênero, e outro bailarino o retira de cena, como se estivesse levando a madeira para a Europa (figuras 8 e 9).

Figuras 8 e 9 - Cena "Pau Brasil"





Fonte: Viktor Maforte, 2018.

“Terra à vista!... Não, a prazo!” são as exclamações ditas por dois intérprete-criadores, Alba e Humberto, em referência à suposta frase, “Terra à vista!”, dita pelos portugueses quando avistaram o Brasil e das nossas terras se aproximaram em suas embarcações. As caravelas portuguesas, que “acidentalmente” se desviaram do seu destino na altura do Cabo da Boa Esperança e se dirigiram ao Brasil, foram para a cena na forma de um barco de tecido, conduzido por dois intérpretes-criadores, enquanto no seu interior, três intérpretes-criadoras “remavam” com tecidos. A bordo, essas intérprete-criadoras com seus remos de panos alvejados moviam poeticamente o barco. O tecido de algodão cru, que servia e ainda serve para ensacar alimentos como arroz e feijão, era o que, geralmente, vestia os escravos – não reconhecidos e valorados, mas responsáveis por movimentar nossa economia, por fazer o “barco financeiro” avançar na época da colonização. Em determinado momento da cena, Alba segura um binóculo como se estivesse avistando o Brasil e grita a

“DANÇA VADIA” DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO

primeira frase, “Terra à vista!”, e, logo em seguida, Humberto responde ironicamente: “Não, a prazo!”.

Figura 10 - Barco em Cena



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

A cena “Minueto com Vira” (figura 11) foi criada para levar ao espetáculo um contraste: duas danças de caráter opostos sendo mostradas ao mesmo tempo. Minueto é um duo de *ballet* que referencia danças da classe favorecida. Já o Vira é uma dança popular em Portugal e também foi uma metáfora à situação política pela qual passava o Brasil na época do processo de criação: na eleição presidencial, no segundo turno, houve um forte movimento de se tentar “virar” o resultado da eleição em prol do candidato de esquerda.

Figura 11 - Cena do Vira



Fonte: Viktor Maforte, 2018.

“Abutre” é uma cena que intensifica uma metáfora: seres humanos que, como abutres, aproveitam-se e agem de má fé ao buscar, para se alimentar, o corpo morto ou fraco agonizando na morte. Nos destroços de quem agoniza no caos, o abutre tira proveito das sobras, come o resto do que sobrou da vida. Por vezes, somos abutres de outros e, em outros momentos, de nós mesmos. Eis que a cena “Abutre” provoca essa dramaturgia de tensão para questionar: que forças podem nos fazer despertar, com bravura e vigor, frente aos acontecimentos, ao nosso redor, que tentam nos “assassinar”? Após serem abatidos pelo abutre Humberto, os intérprete-criadores lentamente começam a se levantar.

Figura 12 - Cena "Abutre"



Fonte: Viktor Maforte.

Para nós, ressurgir da morte/luta diária é estar imersos e atuantes na realidade com imaginação. E garra. Reagir às forças que tentam nos imprimir passividade diante das situações emergentes e emergenciais da história e da política, economia, educação, cultura, arte e sociedades brasileiras na contemporaneidade.

"Depilação" e "Por aí vai... Por enquanto é só isso" são duas cenas interligadas e potencializadas pelos depoimentos orais que foram gravados e enviados pelo ator português Jorge Lourenço sobre suas impressões e perspectivas acerca das relações entre Brasil e Portugal. Recortes dessas falas foram diluídos durante todo espetáculo, incluindo a cena "Depilação".

Como mencionado anteriormente, segundo o ator, a mulher brasileira é vista por portugueses como a que se livra de pelos para ser "sensual e feminina", enquanto o homem português é visto por brasileiros como "tosco e barbudo". Ao final da cena, os intérpretes-criadores retiram a parte superior do figurino, criam uma fileira no

proscênio e encarando o horizonte, depilam-se para criar tensões acerca de ambos os estereótipos. Com seus olhares misteriosamente fixando o infinito, encaram a plateia provocando-lhe a dúvida: será esse o fim do espetáculo? Então, a deixa final é a fala do português Lourenço repetida três vezes: “E por aí vai... Por enquanto é só isso”.

COMO O CORPO QUE DANÇA PERCEBEU A REAÇÃO DO CORPO QUE FRUI ARTE COMO LAZER

Os laboratórios da Mosaico sempre procuraram dar liberdade de expressão e criação aos seus integrantes. É uma busca por esvaziamento do que já se traz para se deixar contaminar pela imaginação do outro. Assim se constrói na Cia. o corpo que dança. O trecho do depoimento de um dos participantes da companhia a seguir se refere a esse aspecto¹¹:

A relação Brasil-Portugal foi o tema talvez mais abordado [no processo] e no espetáculo. Não só foram pesquisadas as diferenças, estas abordadas de forma irônica ou dramática na obra, mas também as proximidades dos dois povos, as dívidas históricas. Na minha visão, o brasileiro e o português, como povos, têm uma relação de irmandade, que se reflete tanto num amor e identificação, quanto numa intensa competição e desprezo mútuo. Procuramos abarcar tanto quanto possível dessa complexa relação no espetáculo, mas deixando a critério do público a interpretação final.

Nessa fala, fica evidente que o integrante da Mosaico tem clareza dos significados que construiu para o espetáculo, mas que não há a mínima intenção de nós, membros da Cia., controlarmos ou manipularmos a resposta do público que fruiu “Dança Vadia” em seu momento de lazer. Concordamos com a visão de Gasparini (2011, p. 55, grifos do autor) sobre o que é/deveria ser o espectador de arte:

11 11 Foram coletadas respostas por escrito, a partir de um questionário, com todos os participantes da Mosaico sobre o processo de criação, a apresentação de “Dança Vadia” e a resposta do público em 1 de julho de 2018.

“DANÇA VADIA” DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO

Usado na maioria das vezes para definir um sujeito particular relacionado às artes, [o termo espectador] surge também para definir aquele que assiste a um espetáculo de qualquer natureza. A origem latina de espectador, *spectator*, remete a outras derivações como *spectabilis*, que é o visível; e *spectaculum*, a festa pública que se oferece ao *spectator*, aquele que vê, o espectador. Essa visão pode alcançar ainda algo que está fora do campo das aparências óbvias: o *spectrum*, que é a aparição de algo invisível, às vezes, literalmente um fantasma. O verbo *spectare* (ver, observar) também está ainda na raiz de outro, *expectare* um ver que manifesta uma vontade, um desejo, uma busca. Um “expectador” seria então alguém que, além de observar, projeta expectativas sobre aquilo que está vendo. Mesmo que essas palavras sejam distintas, tal derivação sugere uma concepção de visão que se abre a uma possibilidade de interação com o que é visto, deixando de ser, portanto, apenas um ato passivo.

Na Mosaico, há consenso que o ato de dançar não pode se reduzir à mera reprodução de passos articulados num compasso de estímulo sonoro; isso está longe de significar a completude e complexidade do que é a dança para nós. Tal questão se aplica para composição coreográfica na relação com a corporeidade do artista, pois se ultrapassa escolher simplesmente uma série de movimentos. Nesse sentido, Tomazzoni (2014, [s.p.]) afirma:

Num mundo de tantas conquistas e descobertas sobre nós seres humanos, seria no mínimo redutor ficar tratando a dança como apenas uma repetição mecânica de passos bem executados. Fazer tais passos, na música, ursos, cavalos e poodles também fazem. Creio que o ser humano pode ir mais longe que isso. Talvez este seja o incômodo proposto por esta tal de dança contemporânea.

Sobre o assunto, o participante da Mosaico, Viktor Maforte, da área de jornalismo, pontua que:

A dança contemporânea é um espaço de experimentação, onde regras estão para serem quebradas,

a coreografia não se prende a um estilo só, ela é uma fusão de vários. A princípio me causou estranheza, pois nunca tinha visto de perto uma apresentação de dança contemporânea, porém mesmo enxergando com outros olhos, percebi que vários movimentos ‘loucos’ possuem uma coerência com a obra e possuem sentido próprio e intenções legítimas na hora das performances/ensaios/apresentações.

Sendo estudante do Curso de Jornalismo da UFV, Viktor conseguiu alcançar diferentes perspectivas e reflexões sobre a dança contemporânea e entender como essa busca a transgressão por vieses artísticos. Suas observações são provenientes da interação que teve com os corpos dançantes (intérprete-criadores) da Mosaico ao longo de dois anos. Entretanto, percebemos que nossa busca por criar e compartilhar dança como arte que provoca reflexões, e não apenas como forma de entretenimento, não foi completamente aceita por grande parte do público que assistiu o espetáculo na estreia. Uma das frases que podíamos ouvir do palco, proferidas repetidas vezes por pessoas da plateia, refletem essa afirmação: “Saíam daí, queremos ver *hip hop*”.

Sobre as relações corpo politizado e dança contemporânea, Gadelha (2010, p. 20) argumenta que:

A dança contemporânea apresenta, à primeira vista, o corpo sob dois aspectos importantes. De um lado, o corpo que dança engaja-se numa experiência corporal “extra-habitual”, não comum ao corpo. [...] De outro lado, é trabalhando nele mesmo que o corpo devém dança. [...] pensar o corpo não mais através “do que ele permite”, mas “do que ele pode”.

Nessa potência, o corpo politizado se desloca de pensamentos e movimentos habituais na composição em dança contemporânea (VIEIRA, 2016), permitindo se reinventar pela hibridez das múltiplas experimentações, debates e diálogos com outros corpos e visões de mundo. Para além do processo de criação, cuja pesquisa sistemati-

zada foi fundamental na formação cidadã autônoma e proativa dos membros da Cia., o espetáculo “Dança Vadia”, ao ser compartilhado com o público em três ocasiões em Viçosa/MG¹², encarou o “suposto” espectador como coartista. Ao assistir a obra de forma não passiva, o coartista a cria, pois nela imprime imagens e significados. Ou seja, esperamos que, quem nos assistiu não tenha apenas fruído de forma contemplativa a obra da Mosaico (isso também), mas tenha ainda se engajado na construção de significados. Essa construção se dá mesmo quando há uma crítica ou descontentamento desse espectador ativo, tal qual já relatamos.

Percebemos que, muitas vezes, o incômodo gerado por “Dança Vadia” é uma demonstração que algo no trabalho tirou o coartista (ou público) de sua zona de conforto, o qual foi bastante claro quando o espetáculo foi apresentado na mostra de dança em 1 de julho de 2018. Os demais trabalhos apresentados no evento foram mais ao encontro do que é comumente considerado belo e arte pelo público. “Dança Vadia” muito se diferenciou das demais obras apresentadas. Do palco, ouvimos durante a apresentação várias risadas, gozações e comentários irônicos, tais como: “Que dança é essa?”. Mas é justamente esse tipo de resposta, essa força aparentemente contrária, que fomenta nossa vontade em prosseguir criando arte diferenciada do que hegemonicamente predomina no mundo da dança atualmente: espetáculos cujo principal objetivo é entreter e agradar o público. Esse é um grande desafio que temos, pois estamos lidando com formação de público.

Nossa vontade e luta é que os/as espectadores não entendam a arte como mero passatempo, em se tratando, principalmente, de pessoas que moram em uma cidade interiorana de Minas Gerais, aonde o acesso a espetáculos de dança é mais escasso que em grandes centros. Essas reações de estranhamento do público foram comentadas por um dos participantes da Mosaico:

12 12 Essas “apresentações” foram todas gratuitas.

Na apresentação, as características contemporâneas do trabalho se fizeram extremamente evidentes por este ter sido apresentado junto com diversos outros trabalhos, a grande maioria de característica muito mais tradicional em dança. Assim, foi um grande desafio apresentar a um público que majoritariamente não estava esperando uma apresentação de dança contemporânea. Nesse choque, houve um diálogo ativo da plateia com os apresentadores, em que o público apresentava, em forma de risos, comentários, e até falas direcionadas aos dançantes, o que estavam sentindo e suas expectativas, enquanto os dançantes respondiam com sua presença cênica ousada.

A obra, ao abraçar a reflexão como processo holístico, corporal e mental, convida o público a se relacionar pelos sentidos (nem que seja sentimento de estranhamento e repulsa ao que se vê), com as complexidades que permeiam trocas identitárias nas relações Brasil e Portugal. Além disso, abraçamos o contraditório, a aproximação e o afastamento, a pausa e a deslocamento, assim como improvisações que flexivelmente se constroem na dança dos polos de tensão entre conexão e desconexão entre público/coartista e obra compartilhada.

Após apresentada, consideramos que a obra dialoga saberes construídos corpo coletivamente com a filosofia-performance, revelando o corpo performático como (re)construtor de imagens múltiplas sobre fenômenos diversos. Exploramos com nossas ações, o movimento e o gesto como exercício filosófico. Ampliamos, dessa forma, a possibilidade do público fruir de uma proposta de lazer que incita à reflexão ao invés de se apresentar como mera distração.

Assim como a pesquisadora Laura Cull (2014), buscamos com “Dança Vadia” borrar a performance artística e filosófica para provocar deslocamentos de pensamentos. A partir das temáticas selecionadas, diversas questões, polêmicas ou não, foram discutidas e apresentadas poeticamente no decorrer da obra e criadas no transcurso da pesquisa artística por meio dos estímulos aplicados, laboratórios de criação, apresentações e adaptações durante a intensa jornada de trabalho, que foi regida pelo jogo de forças entre os membros

da Mosaico para gerar potência artística e polêmica cognitiva. Até o nome da obra, "Dança Vadia" foi pensado para provocar o público. O que seria uma dança vadia? Uma dança de pessoas desocupadas? Vagabundas? Libertas e sem amarras? Uma dança sem destino certo que vai onde o vento a leva? Buscamos provocar a plateia, no bom sentido, para gerar nas pessoas uma relação ativa com a obra, uma interação reflexiva com o trabalho ao invés de terem pessoas que meramente e passivamente nos contemplam.

Como apresentado neste texto, as jornadas artístico-investigativas do processo de criação de "Dança Vadia", foram permeadas por várias poéticas de "desnudamento" do imprevisível. Não podemos, nesse momento, identificar o que foi mais efetivo no decorrer da criação para gerar reflexão no público. A conjunção de atos e fatos, diálogos e debates, reação e ação dos membros da Cia. compuseram processos que geraram uma obra que caracterizamos como híbrida (LOUPE, 2000). Entretanto, essa nossa tentativa de colocar em palavras o que foi experienciado corporalmente, individualmente e coletivamente, pode nos levar a arriscar escrever que "Dança Vadia" foi eminentemente uma obra fruto de uma construção social de forças que interagiram e geraram mais força, e mais vontade de criar e fazer arte, complexificando questões diversas, tais como as existenciais, políticas, artísticas, sociais, históricas, culturais e filosóficas, dentre outras.

Percebemos que esse trabalho exaustivo de registrar em palavras, de refletir por meio da linguagem sobre um processo cheio de curvas, fendas, atalhos e desvios, de compartilhar neste texto intensas experiências que envolveram escolhas e elaborações de imagens, movimentos, figurino, elementos cênicos, reação do público e outros aspectos do processo de criação e a apresentação de "Dança Vadia" fez deslocar ainda mais nossos pensamentos acerca das relações entre dança contemporânea e lazer. Nosso trabalho, na Mosaico, inclui gerar mais perguntas que respostas a fim de gerar diferentes "danças de pensamentos" que estimulem possibilidades

de se fruir, nos momentos de lazer, obra artística que é fruto de arte e pesquisa politizadas.

Na Mosaico, buscamos com nossa arte: (1) gerar reflexões que “primam” pela sua incompletude, pela urgência e “potência de vontade” do corpo-carne de cada participante, o que orientou o processo de criação de “Dança Vadia” e orienta o devir desse e de outros processos; (2) esgarçar as fronteiras da Arte, sobretudo, das artes do corpo, o que tem relações profundas com a perspectiva do tensionar forças a partir da experiência vivida; (3) engajar o público a preencher seu tempo de lazer com propostas que lhe permitam crescimento pessoal e social. “Pois, pois”¹³: “O artista é aquele capaz de captar as diferentes forças existentes, interpretando-as, dando-lhes um sentido e criando assim sua obra de arte. E mediante essa obra o artista afirma sua própria vida, o seu próprio pensamento” (MANGUEIRA, BONFIM, 2014, [n.p.]).

Entendemos que a plateia não corresponde a uma massa passiva de espectadores. O público é um elemento vivo e participante da obra, mesmo em espetáculos nos quais não há uma interação explícita com a audiência, como é o caso de “Dança Vadia”. A experiência do espetáculo parece apontar para uma continuidade estética entre quem o produz e quem o assiste. Porém, percebemos que há no Brasil, atualmente, pouco público disposto a fruir obras de dança contemporânea em seus momentos de lazer. Relacionado a esse fato, afirma Desgranges (2010, p. 26):

O esvaziamento dos teatros não se resume apenas em facilitar o acesso do público a esse produto, mas consiste também em fazer os produtores teatrais perceberem a importância do espectador no evento. Não somente como alguém que sustenta financeiramente ou cobre de aplausos os espetáculos, mas como um outro imprescindível em um diálogo. Da mesma maneira como o público se pergunta “por que ir ao teatro hoje em dia?”, talvez seja imprescindível que os artistas do teatro levantem

13 13 “Pois, pois” é uma expressão que se atribui, no Brasil, aos portugueses.

“DANÇA VADIA” DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO
.....

questões semelhantes: Por que ir ao público hoje? Para fazer o quê? Dizer o quê? Para quem? Qual a necessidade disso, afinal?

Ao mesmo tempo em que notamos muitos espetáculos de arte contemporânea praticamente sem público, observamos que, geralmente, há grande plateia e até o esgotamento de ingressos de obras e em espaços amplamente divulgados pela mídia e que possuem caráter comercial de entretenimento.

A pesquisadora Isaíra Maria Garcia de Oliveira (2010), em sua tese de doutorado, apresentou um estudo sobre o público da dança na cidade de São Paulo em 2010. Ela observou oito casas de espetáculo e analisou 52 espetáculos de dança e os “tipos” de espectadores. Ela procurou identificar o comportamento da plateia e fez entrevistas junto aos programadores públicos dos teatros, com intuito de averiguar como a programação de dança apresentada influenciava ou não o comportamento do espectador, formando plateias. Os resultados obtidos ajudaram a identificar qual o público que frequentou/frequentava espetáculos de dança e os motivos que os levavam até o referido local. Nessa pesquisa, aparecem diversos aspectos interessantes sobre o público da dança, dentre eles, questões quantitativas em relação à lotação dos espaços amplamente divulgados pela mídia, tais como o Teatro Alfa (em São Paulo, capital), que garantem praticamente casa cheia em seus espetáculos. Todavia, entendemos a formação de plateia não se restringe apenas a facilitar e estimular a frequência dos teatros e salas de espetáculos nos seus momentos de lazer. Precisamos ir além da criação de condições do público ir ao teatro.

Qualquer iniciativa de formação de espectadores não pode ser reduzida, como temos visto nos últimos anos no Brasil, a campanhas de convencimento que, às vezes, escorregam para a um tom demagógico do tipo “a pessoa mais importante do teatro é você” ou investidas esporádicas, que mais lembram campanhas de vacinação, do tipo “vá ao teatro”, como se dissessem: “vacini-

ne-se contra a ignorância". Pode-se aprender a gostar de teatro, o difícil é ser convencido a fazê-lo (ou a ser convencido a gostar de qualquer coisa). O prazer advém da experiência, o gosto pela fruição artística precisa ser estimulado, provocado, vivenciado, o que não se resume a uma questão de marketing. (DESGRANGES, 2010, p. 29).

Entendemos que é necessário, em pesquisas futuras, investigar com profundidade e refletir sobre as causas desse esvaziamento das plateias de dança contemporânea no país para além da demanda da oferta desse "produto" cultural. Nesse sentido, seria fundamental analisar, no processo de educação para e pelo lazer, que é igualmente importante fomentar o envolvimento ativo do espectador de modo a minimizar possíveis distanciamentos entre plateia e obra. Obras de arte podem produzir desequilíbrios e estranhezas, o que é rico para a experiência como na apresentação de "Dança Vadia". Porém, quando a obra artística se apresenta totalmente alheia, corre-se o risco evidente da desconexão e não pertencimento, algo comum no ambiente da dança e da arte contemporânea e na sua relação com o público.

Será que provocamos, com "Dança Vadia", um distanciamento enorme no público, indiferença ou um espanto adequado? Não sabemos responder, mas fica a esperança que o estranhamento provocado tenha se configurado como uma maneira peculiar de Lazer, qual seja, aquela na qual o diferente e provocativo possa compor novas lógicas para além do mero entretenimento.

REFERÊNCIAS

CULL, L. Performance philosoph: staging a new field. In: MAOILEARCA, L. C. Ó; LAGAAY, A. **Encounters in Performance Philosophy**. New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 15-38.

DESGRANGES, F. **A pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2010.

FERRACINI, R. **A arte de não interpretar como poesia corpórea do ator**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

“DANÇA VADIA” DA MOSAICO CIA. DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NA PRODUÇÃO DE TENSÕES ENTRE LAZER E ENTRETENIMENTO
.....

GADELHA, R. C. P. **Corpografias em Dança Contemporânea**. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GASPARINI, I. **Olhar o outro**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar, vinculado à disciplina Desenvolvimento de Projeto Integrado II. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, 2011.

LABAN, R. **Domínio do movimento**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1978.

LOUPPE, L. **A poética da dança contemporânea**. Lisboa: Orpheu Negro, 2010.

MANGUEIRA, M.; BONFIM, E. M. S. Força versus representação: o legado de Nietzsche na filosofia de Gilles Deleuze. **Kriterion**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 55, n. 130, dez. 2014. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0100-512X2014000200010>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OLIVEIRA, I. M. O. **Recepção em Dança**: o especialista e o espectador. Curitiba: Prismas, 2016.

OLIVEIRA, M. A. R. A Arquitetura e as Artes Plásticas no século XVIII Brasileiro. In: ARAÚJO, E. (Org.). **O Universo Mágico do Barroco Brasileiro**. São Paulo: Sesi, 1998.

PINTO, C. A. R. **Patrimônio histórico, identidade cultural e turismo**: o barroco mineiro. 2006. 57f. Monografia (Especialização de Formação de Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/270/3/2006_CarlosAugustoRibeiroPinto.pdf>. Acesso em 19 jun. 2019.

PROENÇA, G. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2003.

RANCIÈRE, J. **O Espectador Emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SPOLIN, V. **Improvisação para o Teatro**. Tradução de Ingrid Dormien Koudela. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos, n. 62).

TOMAZZONI, A. Essa tal dança contemporânea. **Digestivo Cultural**, [S.l.], 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.aspxcodigo=3972&titulo=Essa_tal_de_Danca_Contemporanea>. Acesso em: 2 fev. 2019.

VIEIRA, A. P. **The Nature of Pedagogical Quality in Higher Dance Education.** 2007. Dissertation (Doutoral of Philosophy) – Temple University, Philadelphia, EUA, 2007.

VIEIRA, A. P. Dramaturgias ... do Corpo Dançante. **Cadernos do GIPE-CIT**, Salvador, n. 37, p. 118-144, dez. 2016.

VIEIRA, A. P.; MARQUES, F. B. B. MOSAICO movediço: corpos em processos (des)contínuos e (in)disciplinados. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, 2018, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2018.

MULHERES EM VERSO: LAZER, PERFORMANCES E POÉTICAS DO CORPO NO CONTEXTO ESCOLAR

Marie Luce Tavares
Heleniara Amorim Moura

UM COMEÇO? O COLETIVO MATRICARIAS!

Quando em 2019, um coletivo de meninas ganhou corpo na escola, a primeira percepção foi que uma mudança significativa na abordagem à questão de gênero havia sido tensionada no ambiente acadêmico do instituto. O Coletivo Matricarias, um grupo de mulheres fundado no dia 22 de fevereiro por iniciativa de estudantes do técnico de informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Branco, com apoio de professoras e técnicas administrativas em educação, partiu da realidade de um não-lugar destinado às mulheres em todas as esferas da sociedade, inclusive no ambiente acadêmico, hegemonicamente masculino e que acaba se tornando espaço de discriminação, silenciamento e assédio. Repletas de histórias pessoais que envolviam aspectos variados dessas violências veladas, as estudantes propunham a discussão de temas que lhes eram caros e dolorosos, e estiveram entre as protagonistas de um movimento que ganhou forma dia após dia em reuniões, rodas de conversas, caminhadas.

Assim, a auto-organização do coletivo buscou ocupar e construir seu lugar, recusando a marginalização dos corpos e das opiniões, dos direitos e das demandas das mulheres. Compreendeu-se, a partir dessa construção, que o “pessoal é político” e, portanto, que

as experiências individuais afetam e são afetadas por aquilo que acontece na esfera pública. Os problemas pessoais são problemas sociais e, assim, há necessidade de uma solução coletiva. Por meio da interseccionalidade, procurou-se entender as particularidades de cada uma para compreendermos nossa luta em totalidade, em ações de resistência coletivas no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal, racista e LGBTfóbico. Tais ações consistiram, no decorrer de 2019, em intervenções artísticas por meio da música, poesia e dança, além de oficinas, palestras e rodas de conversa dentro e fora do ambiente escolar.

Acreditamos que é no espaço da escola que o corpo e suas subjetividades, vistos e produzidos de formas únicas, representam, sob o mesmo palco, as atribuições e acomodações que lhes cabem, permitindo conflitos e possibilidades entre as diferenças. Portanto, a escola assume papel importante no processo educacional, pois diante do quadro de exclusão que nos assola, a escola pode atuar como intermediadora, buscando construir possibilidades de transformá-la ou pode acabar por colaborar de alguma forma com essa triste realidade. Para Angélica Campos *et al.* (2008), a escola na verdade deveria ser um ambiente de construção e reflexão e, sobretudo, um ambiente de coletivização dessas reflexões. Assim, o coletivo oportuniza uma experiência, que tem possibilitado questionar nos espaços escolares a reprodução dos preconceitos e discriminações localizados além dos muros da escola.

Assim, a cada apresentação, a revelação de pontos importantes do universo feminino e feminista davam visibilidade à subjetividade dessas meninas-mulheres, que não apenas expressavam na arte as tensões decorrentes de uma sociedade patriarcal e machista, mas também refletiam sobre o fazer artístico, promovendo um ativismo de força e coragem, ressignificando esse espaço chamado “escola”. Na esteira do próprio nome simbólico, do coletivo, a *Matricaria*, mais conhecida como camomila, aparecia como metáfora dessa construção já que ela é uma planta de muita força e foi utilizada por muito tempo por mulheres para cuidar dos ventres femininos.

Muitas vezes, ela é tida como uma “plantinha fraquinha”, um “chazinho leve”, que servem para acalmar bebês. No entanto, há um grande engano nesse pensamento. É como uma metáfora para os que pensam sobre as mulheres: delicadas, frágeis. Todavia, como salientam pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará, “a camomila (*Matricaria chamomilla* L.) é uma planta comumente usada na medicina caseira, sendo indicada na dispepsia, perturbações estomacais em geral, diarreia, náuseas, inflamações das vias urinárias e distúrbios menstruais” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 40). Embora seus efeitos ainda sejam pouco explorados pela academia, a camomila é intensamente utilizada nos cuidados da saúde da mulher nos saberes tradicionais. No plano da linguagem, seu nome oficial, *Matricaria*, significa útero. A camomila é o útero que pulsa em força e resistência. E inspiradas nessa planta, que carrega muita história, surgiu o nome do coletivo que tem buscado expressar-se em muitas ações que abordam não apenas a busca pelo cuidado do corpo através dos saberes tradicionais dos usos dos chás¹, como também o cuidado do corpo através da arte em ações cênicas e poéticas, analisando esses processos à luz das teorias sobre o feminismo, a performance e a poesia.

Entendemos que a educação se esforça por ser, de direito, o instrumento pelo qual qualquer indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso. Sabe-se que na educação estão impressas marcas do que ela permite e impede, as linhas que estão balizadas pelas distâncias, oposições e lutas sociais. Todo sistema educacional é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles comportam.

Assim, a escola é considerada como local de possibilidade de acesso e permanência com direito a uma educação de qualidade, na

¹ O Coletivo também desenvolve o projeto de extensão *Natureza feminina: das folhas ao corpo*, que tem como objetivo conhecer e difundir práticas da medicina natural relacionada à saúde da mulher em encontros coletivos que envolvam associações, grupos e escolas, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e das práticas sobre o uso terapêutico das plantas medicinais com a finalidade de estabelecer um elo entre o conhecimento popular e científico na aproximação da academia e das pessoas de comunidades da região do Alto Paraopeba.

qual todas e todos deveriam ter as mesmas oportunidades e possibilidades de aprender dada às suas especificidades. Porém, nesse panorama são dispostos conhecimentos, mas geralmente de uma única maneira, beneficia-se quem consegue interpretar aquela única forma de ensino e os demais são considerados sujeitos desviantes (TAVARES, 2018).

Nesse sentido, entendendo que as questões de gênero são construções histórico-sociais, o Coletivo Matricarias partiu da realidade do não-lugar destinado às mulheres em todas as esferas da sociedade, inclusive no espaço da escola, que, pela natureza hegemônica da masculinidade, faz com que esse seja, muitas vezes, um espaço de discriminação, silenciamento e assédio. A experiência concreta de mulheres tem mostrado o papel subalterno ocupado por elas dentro de uma hierarquia no sistema de gênero. Esse papel de inferioridade e exclusão é, frequentemente, reproduzido e perpetuado dentro do ambiente escolar. São inúmeros os casos de assédio, abuso de poder e comportamentos diferenciados por parte dos homens nas mais diversas áreas de atuação.

Durante todo o século XX e início do século XXI, as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e, também, pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Porém, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada. O Brasil vinha conquistando importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos, porém, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e de nível médio, como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência LGBTfóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. E a escola, infelizmente, é um deles (TAVARES, 2018).

Além disso, têm surgido ideias e correntes políticas retrógradas contra a educação sexual (que já é pouco trabalhada) e estudo das questões de gênero. D’Ornelas (2011) aponta em seu estudo que quase duas mil crianças, descobriu-se que 56% das meninas e 40% dos meninos sofreram assédio sexual em algum momento no ano letivo anterior. 46% das garotas e 22% dos meninos relataram “inde-sejáveis comentários sexuais, gestos ou piadas”, enquanto 13% das meninas e 3% dos meninos mencionaram terem sido tocados contra sua vontade. 37% das meninas e 25% dos meninos disseram que o assédio fez que eles desejassem evitar a escola. 22% das vítimas do sexo feminino e 14% do masculino relataram até problemas para dormir. Esses números são ainda maiores entre crianças que foram perseguidas tanto *online* como pessoalmente – 46% dessas vítimas não queriam mais ir à escola, enquanto 44% delas tiveram problemas no estômago e 43% tiveram problemas de estudo (D’ORNELAS, 2011).

Tendo em vista esses dados, o feminismo, enquanto movimento que desafia o pensamento sexista, deve estar presente no ambiente escolar. Uma série de trabalhos feministas denuncia a fabricação de uma diferença hierarquizada dos sexos pela educação e, especialmente, o processo de produção social dos corpos sexuados desde a infância. Em 1914, Madeleine Pelletier destacava esse processo de formação à submissão, que se prolonga nas aprendizagens intelectuais. Simone de Beauvoir, em 1949, descreveu a educação tradicional que limita a atividade e a autonomia das meninas, impedindo-as de se afirmar como “sujeito” da mesma forma que os meninos.

Já o estudo de Elena G. Belotti (1974 *apud* ZAIDMAN, 2009), mostra como se constrói a diferença entre os sexos por meio do comportamento de pais e professores conforme o sexo da criança. Todos esses pesquisadores salientam como hegemonia masculina, e sua cultura, interfere negativamente na constituição dos papéis das mulheres na sociedade, em suas conquistas por espaços de igualdade e respeito.

Assim, o Coletivo Matricarias busca criar um movimento para levar o feminismo de forma compreensiva e didática a todos e construir um espaço saudável para todas as mulheres, levando em consideração as particularidades de cada uma. Especificamente, no contexto do IFMG, Campus Ouro Branco, buscamos pensar e debater as questões e relações de gênero procurando romper com certas lógicas que vem sendo redesenhadas no âmbito da escola. Nesse sentido, conteúdos como corpo e cultura, dança, teatro, música, lazer e suas interfaces com as relações de gênero e sexualidade, raça/etnia, mídia, território, políticas públicas também compõem nosso corpo de estudos e nosso olhar para o debate e construção do lugar das mulheres na sociedade e, especificamente, em nosso espaço escolar.

Diante desse contexto, buscamos apresentar essa experiência que se apresentou como um espaço de experimentação identitária no qual as diferenças foram aceitas/estimuladas e as relações de poder e opressão foram denunciadas nos espaços/tempos escolares ressignificados pelo coletivo e traduzidas no/como lazer.

RESSIGNIFICANDO CORPOS E ESPAÇOS: UM DIÁLOGO COM A ARTE

*Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
(Luedji Luna)*

Há um curioso processo das artes cênicas na escola que se dá, sobretudo, na interação humana de maneira ampla. O ator está em constante interação com o mundo à sua volta, com as fronteiras de seu corpo e com seu universo psíquico. Sua atividade está pautada nas possibilidades que essa múltipla interação constrói, especialmente, porque ela potencializa diversas compreensões do mundo

através de muitos recursos do corpo e da mente. O ator observa o olhar, as intenções de sua ação e dos demais, observa o público, lida com o erro e avança. Dentro das artes cênicas, a performance possibilita a compreensão do subjetivo através da exploração das expressões identitárias dos indivíduos e é, assim, um “[...] modo de ação cultural e sítio de ‘renegociação de experiências e significados” (PINHO; OLIVEIRA, 2013, p. 60).

Durante a vida escolar, somos levados a uma abordagem da aprendizagem regida por uma lógica coercitiva, uniforme, quase sempre imposta em prol de uma homogeneidade que minimiza em muito a capacidade humana de produzir dentro do controverso. É no universo da diversidade que se tecem analogias, paradoxos, metáforas. A própria complexidade da linguagem se reproduz no universo da interação, no entanto, a escola reproduz no discurso único do/a professor/a um monólogo, muitas vezes, monocromático e sem eco. Academicamente, cansamo-nos de citar a teoria bakhtiniana do dialogismo, da polifonia, ou mesmo a filosofia da dialética, mas quando colocamos nosso conhecimento em prática na sala de aula e abordamos diversos conteúdos, preferimos a fila indiana das carteiras para “evitar conversa”.

O teatro é outra forma de organizar o universo do ensino e da aprendizagem. No teatro, compõe-se um mundo paralelo, verossímilante ao real e que traz muito dos anseios, desejos, medos e concepções de grupos e épocas. Nesse sentido, trabalhar com a construção das artes cênicas na escola não é apenas reunir jovens para uma atividade disciplinar, é compor um processo mediado pela comunicação, afetividade, observação do mundo, memórias autobiográficas, realidades plurais e significativas. O ponto referencial do mundo subjetivo e de expressões do eu ganha espaço e traduziu-se quase sempre na linguagem da performance. Como ressaltam os estudiosos Armando Pinho e João Manoel de Oliveira (2013, p. 61), “A este respeito, a performance artística de vertente autobiográfica, autorreferencial ou centrada nas experiências pessoais das artistas

revela-se como fonte preferencial de reflexão, prática e teorização para os movimentos feministas”.

Nessa perspectiva, feminismo e performance entrelaçam-se de forma histórica e expressam negociações de significados. Nesse contexto, a máxima avançada por Carol Hanisch (1970 *apud* PINHO; OLIVEIRA, 2013), “*O Pessoal é Político*”, condensa um forte argumento reivindicativo desses movimentos de libertação das mulheres. No Coletivo Matricarias, durante um ano, as estudantes trouxeram em suas composições artísticas as observações que realizavam de suas vidas: elas próprias autorrefletidas em cuidadoso e árduo processo de criação. Na complexidade das artes cênicas, observa-se, então, a complexidade da própria vida. E nesse universo, “a autobiografia e as experiências pessoais mantiveram-se muito presentes na performance artística feita por mulheres, sendo considerada a orientação mais típica da performance feminista” (FORTES *apud* PINHO; OLIVEIRA, 2013, p. 63).

Além disso, há todo o processo social da companhia humana, a nossa capacidade de interagirmos uns com os outros, de aceitarmos-nos reunidos em nossas diferenças: estreitamos laços, convivemos com as idiossincrasias várias de cada indivíduo num complexo jogo do coletivo. Quando estamos no processo cênico e dialogamos sobre a composição do mesmo, trazemos exemplos de nossa vida, damos impulso a nossa capacidade de compartilhar o universo íntimo que nos compõe, por isso, a performance é importante não apenas para dar voz aquilo que silenciámos, mas dar ouvidos a nossos silêncios. Colocamos em cena, muitas vezes, um aglomerado de sentimentos que viviam em nós e que desconhecíamos. Ao compartilhar dramas e comédias pessoais, compartilhamos um microuniverso de nossas vidas, uma mônada, como chamava Walter Benjamin² (1993), que reverbera para o público em uma cumplicidade.

Para François Dosse (2009), apenas nos aproximamos de nosso objeto histórico quando o confrontamos enquanto mônada,

² O termo é cunhado por Walter Benjamin em suas diversas publicações.

na qual nos é permitida a oportunidade de lutar por um passado e extrair de uma época, uma vida determinada e de uma obra composta durante essa vida, uma obra determinada pelo seu tempo e pelo sujeito que empreende sua história: “Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos” (BENJAMIN, 1993, p. 231). Entretanto, não se deve reduzir a importância desse objeto a apenas uma construção histórico-cultural de uma determinada sociedade, mas ampliando-o para o universo interior de uma subjetividade, pois “todo o indivíduo só vale por aquilo que o singulariza” (DOSSE, 2009, p. 57) e é, justamente, essa singularidade que faz desse indivíduo o mote para construção de uma autobiografia cênica que tem como ponte o ator e o público, pares e espelhos, simultaneamente, refletidos e irrefletidos.

Assim, performer e público compreendem-se de um eu que sente o que o outro sente, um eu que vive o que o outro vive, compartilhando, assim, de uma mesma sensação e/ou sentimento nem sempre simples de associação na performance. Como salienta Eleonora Fabião (2008, p. 237), a força da performance é:

[...] turbinar a relação do cidadão com a polis, do agente histórico com o seu contexto; do vivente com o tempo, o espaço, o corpo, o outro, o consigo. Esta é a potência da performance: des-habituar, des-mecanizar, escovar à contra-pêlo.

[...] Performers são antes de tudo complicadores culturais. Educadores da percepção ativam e evidenciam a latência paradoxal do vivo – o que não pára de nascer e não cessa de morrer, simultânea e integradamente. Ser e não ser, eis a questão; ser e não ser arte, ser e não ser cotidiano; ser e não ser ritual.

Composta a performance por um programa cujo motor é a experimentação, “se o performer evidencia o corpo é para tornar evidente o corpo-mundo” (FABIÃO, 2008, p. 239) e aproximar sua

arte da matéria da vida tanto do espectador quanto do artista, ou de ambos, como elucida Eleonora Fabião (2008). No Coletivo Matricarias, esse corpo-mundo se materializou em poesia, numa constituição heterogênea de linguagens artísticas próprias da performance, que, nesse contexto, tem como matéria-prima a poesia. Alfredo Bosi (2000, p. 13), em *O ser e o tempo da poesia*, assim faz referência à contextualização do poema:

Contextualizar o poema não é simplesmente datá-lo: é inserir as suas imagens e pensamentos em uma trama já em si mesma multidimensional; uma trama em que o eu-lírico vive ora experiências novas, ora lembranças de infância, ora valores tradicionais, ora anseios de mudança, ora suspensão desoladora de crenças e esperanças. A poesia pertence a História Geral, mas é preciso conhecer qual é a história peculiar imanente e operante em cada poema.

Através da voz poética em cena na performance, o ator torna-se corpo poético que expressa “um corpo no mundo: um corpo/um ser/um corpo só”, que “tem cor/tem corte/ e a história” de seu lugar, citando versos da canção de Luedji Luna, no álbum homônimo à canção intitulada “Um corpo no mundo”, lançado em 2017³. A referida música esteve presente em uma das cenas das meninas-mulheres do Coletivo Matricarias e representou junto a outros poemas escritos pelas próprias estudantes um espaço biográfico e autobiográfico das mulheres. A análise da composição desse espaço é fundamental à luz de uma fundamentação teórica que amplie os horizontes de significado de conceitos sobre a arte da performance, sobre a interseccionalidade, a poesia, o corpo e o feminismo. Conceitos que se perpassam e apreendem transdisciplinarmente essas mulheres diagramadas em versos e decifradas em performances e poéticas do corpo.

³ ³ Mais informações podem ser encontradas na página da cantora. Disponível em: <<https://luedjiluna.com.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a experiência das artes cênicas na escola deve ampliar a capacidade de dialogar, desenvolvendo a tolerância e a convivência com a ambiguidade (BRASIL, 1997). No processo de construção da linguagem, a criança e o jovem estabelecem com seus pares uma relação de trabalho, combinando sua imaginação criadora com a prática e a consciência na observação. As artes cênicas como diálogo entre palco e plateia podem, assim, tornar-se um dos parâmetros de orientação educacional (KOUDELA, 2016).

Dessa forma, a composição e a montagem da performance realizadas pelas estudantes não somente ampliaram a compreensão dessa capacidade de convivência com o diverso personificado nas performances, mas também aprofundaram as ferramentas de análise do processo de criação.

Silvana Goellner (2010) aponta que os corpos são espetáculos contemporâneos, instituições performantes que, ao moverem-se, carregam muito mais que músculos, ossos e aparências. Carregam significados, tornam carne representações e discursos que operam, no detalhe, o controle, a vigilância, o enquadrinhamento, a fixidez, assim como a resistência, o descentramento, a transgressão. A autora ainda enfatiza que corpos são gestualidades conformadas e transgressoras cuja educação integra a construção do humano. Atravessam tempos e culturas, movimentam o imaginário, fazem pulsar diferentes rituais e simbologias. Revelam o tempo onde foram educados e produzidos, reconstroem passados da mesma maneira com que projetam o futuro (GOELLNER, 2010).

Desse modo, as ações, os movimentos e as práticas do coletivo passaram a disputar espaço com a formalidade dos cursos e da própria instituição, tensionaram o currículo, principalmente na interface com as relações de gênero e sexualidade. Ou seja, novas composições de currículo estavam sendo forjadas e passaram a dialogar com a subjetividade das meninas-mulheres do coletivo, bem como das mulheres da comunidade acadêmica – público. É importante

ressaltar que compreendemos aqui o currículo como uma máquina de ensinar “[...] que se articula e disputa com outras máquinas de ensinar na produção de significados e de verdades, nos sentidos a serem fixados e ensinados, nas dimensões culturais a serem divulgadas e preservadas e na formação de pessoas” (PARAÍSO, 2010, p. 37). Com base nisso, o currículo é um discurso produzido por relações de saber-poder, que tem efeitos produtivos sobre aquilo que fala.

Figuras 1 e 2 - Performance “Dia Internacional de Luta da Mulher”





Fonte: Acervo das autoras.

Com reuniões semanais, o coletivo encontra-se para estudo e organização de ações que consistem em intervenções artísticas por meio da música, poesia, dança e em oficinas, palestras e rodas de conversa dentro e fora do ambiente escolar. As intervenções do coletivo são protagonizadas no tempo livre das/os estudantes. Vale ressaltar que, no IFMG, Campus Ouro Branco, o tempo de permanência das/os estudantes no ambiente escolar é de aproximadamente 10 horas, com intervalos de lanche e almoço. Esses tempos e o próprio espaço escolar passam a ser ressignificados e apropriados pelo coletivo e a prática artística se apresenta como ferramenta cognitiva de uma aprendizagem a partir do corpo e da experiência da recepção. Como elucida Stela Fischer (2017, p. 16), “[...] nosso ativismo também está na escuta, no acolhimento e na receptividade”, que “transforma o corpo em campo”. Corpo esse que se apresenta não somente como campo de construções da composição e recepção artística, mas corpo que se apresenta como campo de estudo e objeto de análise.

Figura 3 - Apresentação musical em março de 2019, execução de coreografia dirigida pela dançarina Marina Freire e da canção “Todxs putxs” da cantora Ekena



Fonte: Acervo das autoras.

Assim, a construção de performances poéticas pelas jovens mulheres do Coletivo Matricarias, durante o ano de 2019, que objetivou “demarcar articulações do pensamento decolonial” (FISCHER, 2017, p. 10), a partir de poéticas do corpo, ressaltou a arte como um espaço de “[...] experimentação identitária em que as diferenças são aceitas, estimuladas, e as relações de poder e opressão são denunciadas” (FISCHER, 2017, p. 10). Desse modo, observamos que nos diferentes contextos de produção das performances desses “corpos poéticos”, identidades foram ressignificadas e apropriadas pelas estudantes envolvidas, seja como performer seja como público. Passamos, então, a nos questionar: quais os sentidos foram atribuídos a esses tempos e ao espaço da escola?

UMA ESCOL(H)A OUTRA: POSSIBILIDADES PARA O LAZER

Entendemos ser no espaço da escola que o corpo e suas subjetividades, vistos e produzidos de formas únicas, representam, sob o mesmo palco, as atribuições e acomodações que lhes cabem, permitindo conflitos e possibilidades entre as diferenças. Entretanto, considerando o quadro de exclusão que nos assola, a escola acaba por colaborar de alguma forma com essa triste realidade, não atuando, na maioria das vezes, como intermediadora para transformá-la. Para Campos *et al.* (2008), a escola deveria ser um ambiente de construção e reflexão e, sobretudo, um ambiente de coletivização dessas reflexões, onde a aceitação passiva de valores de exclusão como gênero e sexualidade deve ser superada.

Guacira Louro (2001) ressalta que o espaço escolar produz sujeitos femininos e masculinos e, desde sua criação, é um espaço planejado para imprimir distinção. Portanto, entendemos a importância da escola em rever esses “papéis”, “normas”, “códigos de significados” nas diferentes práticas pedagógicas aonde esses corpos irão e poderão se configurar. Esse espaço foi/é oportunizado a partir do coletivo que se propõe à discussão das mulheres, buscando alternativas de leitura das relações de poder entre os sexos nas diversas práticas pedagógicas escolares a partir das manifestações artísticas.

A experiência com o Coletivo Matricarias nos educa, ao buscarmos compreender as experiências de diversas mulheres a partir do trabalho com o corpo e com as manifestações culturais artísticas, abrimos a consciência para transformar o que se tem internamente, reproduzindo, a partir do que se sente da sua percepção interior, o mundo externo. Compreendemos que a experiência, como pensamento, não deve ser procurada somente em formulações teóricas, “[...] pode e deve ser analisado em todas as maneiras de dizer, de fazer, de se conduzir” (FOUCAULT, 2014, p. 209). A sensibilidade artística pode ser sentida, vivida e captada nos tempos livres no contexto

escolar dessas meninas-mulheres estudantes. A arte apropriou-se do espaço escolar e atribuiu sentidos e significados outros.

As Matricarias criaram um território próprio, apropriaram-se de determinados tempos e espaços escolares e os distinguiram com suas marcas: aos tempos livres foi atribuído o sentido de tempos de lazer. Para Guimarães e Aranha (2014), estaríamos, então, diante de algo que é proibido e não é de bom tom explicitar e/ou experimentar nos tempos e espaços medidos e controlados da escola, algo que, uma vez manifestado pelos sujeitos, expressa alto grau de transgressão e de subversão da ordem.

Contudo, no contexto de IFMG, temos tido a oportunidade de compartilhar novas coletividades juvenis em que a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada por eles e elas como forma de comunicação, expressas nos comportamentos e atitudes pelos quais se posicionam diante de si mesmos e da sociedade. As linguagens culturais têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar ideias, ouvir um som, dançar, dentre outras diferentes formas de lazer e de expressividade pública. E a experiência Matricarias direciona essa expressividade na escola.

Figura 4 - Performance poética em outubro de 2019, coreografias inspiradas pelas oficinas das dançarinas Clarice Barbosa e Marina Freire, execuções de canções e intervenções criadas coletivamente pelo grupo na apresentação artística feminista intitulada "Rexistência"



Fonte: Acervo das autoras.

Carrano (2005) destaca que é nas práticas de lazer, que fazemos escolhas, construímos relações e podemos experimentar múltiplas identidades. É a partir desse diálogo social que as práticas de lazer se afirmam como redes relacionais decisivas para a elaboração das identidades das juventudes. No entanto, a liberdade vivida pelas/os jovens nos tempos e espaços de lazer é vista com certa desconfiança pelos adultos. Estes desconfiam dos usos que a juventude faz do tempo livre de que dispõe. Assim, o tempo livre das/os jovens é considerado pelos adultos como potencialmente perigoso e se torna alvo de ações e políticas públicas, não para o diálogo, mas para a coerção.

O que percebemos diariamente e com nossa experiência docente é uma profunda tensão entre o tempo livre juvenil e o tempo disciplinar escolar. Em vista disso, Pereira (2018) destaca a importância de nos atentarmos para o quanto a dimensão estudantil se

entrelaça com a juvenil e desestabiliza o cotidiano escolar, e como essas construções sociais se modificam no tempo e no espaço. O autor destaca que ainda que a escola regule uma parte considerável do cotidiano das/os jovens, por outro lado, ela tem uma dificuldade de dialogar com e/ou incorporar elementos das experiências juvenis contemporâneas. E essa realidade é comum no nosso contexto escolar.

Figura 5 - Apresentação cênica poético-musical em junho de 2019, execução da canção “Uma para outra”, da cantora Malu Magri, e poema recitado e produzido por uma estudante do integrado



Fonte: Acervo das autoras.

A partir da experiência com o Coletivo Matricarias, percebemos que é fundamental compreender as sociabilidades instituídas pelas/os jovens dentro e fora das escolas, apreendendo seus mundos culturais, tanto para a compreensão de quem são esses sujeitos jovens bem como para a reflexão e elaboração das políticas educacionais, currículos e organização escolar, sobretudo, em tempos que

a escola tem sido tão questionada e vem perdendo a centralidade na legitimação cultural das/os estudantes.

Figura 6 - Performance poética no VII Festival de Arte e Cultura, execuções de canções e intervenções criadas coletivamente pelo grupo na apresentação artística feminista intitulada "Rexistência"



Fonte: Acervo das autoras.

Aqui, nessa relação com o lazer, estamos propondo pensar a escola como *skholé* – tempo livre –, como espaço que abre uma brecha, desmistifica as desigualdades e oferece algo que naquele espaço se torna público, um bem comum, um aprendizado pelas relações com o outro e consigo mesmo. Neste debate, buscamos ressaltar a potência das juventudes quando lhes é possível adentrar o espaço da escola e num processo constante, sem mapas, ir experimentando movimentos de pensamento que nos surpreendem e nos convidam a rever nossas posturas e conceitos sobre as/os jovens e a juventude, mas também sobre a instituição escolar, sua organização curricular e as políticas educacionais, bem como, e talvez primordialmente, o que

pode a escola proporcionar às/aos jovens quando experimentada como tempo livre.

Por esse ângulo, o essencial está justamente nessas “experiências” que se faz, e a partir delas pensar/elaborar o que cabe e podemos fazer. Se as meninas–mulheres têm atribuído o sentido de lazer ao ressignificar os tempos livres escolares, mesmo que não esperado, precisamos compreender a potência dessa ressignificação. E é aqui que pensamos o lazer, no entrelaçamento com o universo escolar, provocando e articulando relações com os processos educativos e as culturas juvenis. Mas por que lazer?

Aliada às expressões culturais, a sociabilidade é uma dimensão importante da condição juvenil e que se expressa no lazer. Para Pais (1993, p. 94), os amigos do grupo “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio pelo qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”. Enfim, um espaço de afinidades e afetividades, um tempo igualitário que reúne jovens em torno de algo comum que possa ser apreendido e compartilhado. Assim, o lazer torna-se campo fértil para a experimentação identitária proposta pelo coletivo.

Dessa forma, compreendemos que à escola não restaria outra opção que não a de reencontrar possibilidades de reconciliação entre saber e lazer. Conforme destaca Pereira (2018), esse seria o tempo livre escolar, capaz de proporcionar a adultos e jovens a experimentação coletiva de formas de conhecer o mundo e as coisas do mundo, com base na experiência passada e buscando possibilidades de traçar suas vidas. É um repensar a instituição escolar levando em conta outras preocupações pedagógicas e educativas, não apenas burocráticas, percebendo a potência que envolvem diretamente as relações entre os sujeitos envolvidos no processo – nesse caso, as mulheres, suas identidades e (re)existências.

COMO CONCLUIR? TRAÇANDO POSSIBILIDADES

A escola continua sendo um lugar importante para as/os jovens-estudantes, cotidianamente ressignificada, tem se tornado espaço para apropriações identitárias, experimentações diversas e práticas de sociabilidades. É por isso que saberes, conquistas, experiências e tudo mais que as lutas são capazes de produzir podem, estrategicamente, converter-se em prática curricular, em conteúdo político, em ato a ser valorizado dentro da escola.

No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-raciais e por orientação sexual, bem como a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. E a escola, infelizmente, é um deles (TAVARES, 2018).

A partir da experiência com o Coletivo Matricarias, foi possível identificar e desconstruir um processo educativo a produzir a espetacularização tanto de quem vê quanto de quem é ou se sente o próprio espetáculo. Construir práticas pedagógicas apoiadas na arte que possibilitam outras formas de perceber o próprio corpo e de outras mulheres, bem como educar o olhar do outro para os corpos das mulheres e para as feminilidades.

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais onde essas jovens buscam se apropriar e demarcar sua identidade – o se tornar-se mulher de Simone de Beauvoir. Nessas práticas, elas criaram formas de se mobilizar, movimentar os recursos culturais da sociedade, assumindo papéis de protagonistas em seus meios e vidas. O lazer, enquanto um artefato cultural, passa a ajudá-las a construir determinados olhares sobre si próprias, a escola e o mundo que as cerca. O que significa dizer que, no contexto da diversidade existente, a condição juvenil, em particular, dessas meninas-mulheres, é vivenciada por meio da

mediação simbólica expressa nas mais diferentes manifestações culturais artísticas proporcionadas pelo Coletivo Matricarias.

Ressignificada pela intervenção do coletivo, nossa escola – IFMG, Campus Ouro Branco – acabou se tornando lugar dos encontros e desencontros da diversidade de identidades, práticas culturais e representações. Ressaltamos aqui que tais ações são possíveis, especialmente, pelo dimensionamento teórico possibilitado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (NEPGRES), que está vinculado ao IFMG organiza grupos de estudos, pesquisa, atividades de ensino e extensão, em que busca proporcionar reflexões, ações e publicações no campo da educação junto às temáticas da cultura, corpo e sociedade, com caráter interdisciplinar, promovendo e ampliando estudos no campo de gênero, raça/etnia e sexualidade para e no meio acadêmico e também da militância social.

Especialmente, no que tangencia este trabalho, interessa ao NEPGRES a integração comunidade-escola na construção de um ambiente plural e seguro para mulheres, buscando levar a comunidade a refletir, através da linguagem artística, sobre os casos de abuso, assédio, discriminação e silenciamento no ambiente escolar. Desse modo, as ações desse projeto buscam construir a educação como prática de liberdade e não como instrumento que reforça a dominação, dando voz a sujeitas que foram tratadas por muito tempo como passivas, permitindo sua expressão e libertação por meio da arte e da pesquisa. Assim, esperamos incentivar a atividade artística como forma de expressão e transmissão de mensagens através da corporeidade e poesia.

Nesse contexto, o coletivo pretende ainda expandir suas ações para mais lugares e escolas, criando uma grande rede de mulheres conectadas, visando, sobretudo, o público jovem e tratando de temas como machismo, violência, abusos e outras temáticas que cercam o universo feminino. Ressaltamos que temos muito que aprender e compreender sobre as formas pelas quais o conhecimento transmutado em currículo escolar atua para produzir identidades individuais

e sociais no interior das instituições educacionais, especialmente no que tange aos Institutos Federais, que têm sua história marcada pela estreita relação com a formação para o mundo do trabalho.

Por fim, ressaltamos que se os corpos são construídos na cultura, as representações de gênero a eles associadas também o são, o que significa perceber que os corpos carregam os discursos como parte de si. Ou seja, os discursos constituem os corpos. Com essa reflexão nos propusemos questionar o espaço escolar e descortinar possibilidades, compreendendo os riscos implicados no espaço da experiência como exercício da liberdade do pensar e do criar, para assim problematizar e potencializar esse pensar junto à potência da participação discente para refletirmos e reelaborarmos os currículos, a escola e a educação e, assim, a nós mesmos.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOSI, A. **O ser e o tempo na poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- CAMPOS, A. F. *et al.* A questão de gênero nas aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, Santo André, SP, v. 3, n. 3, p. 79-88, set. 2008.
- CARRANO, P. C. R. Identidades Juvenis e Escola. In: BRASIL. Ministério de Educação. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO; MEC; RAAAB, 2005. p. 153-163.
- D'ORNELAS, S. Assédio sexual nas escolas é assustadoramente comum. **Hypescience**, [S.l.], 10 nov. 2011. Disponível em: <<https://hypescience.com/assedio-sexual-nas-escolas-e-assustadoramente-comum/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- DOSSE, F. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

FABIÃO, E. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. **Revista Sala Preta**, São Paulo, n. 8, p. 235-246, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57373>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

FISCHER, S. Por que fazemos performance e ativismo feminista? **Revista Arte da Cena**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 8-20, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/artce/article/view/46166>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FOUCAULT, M. Prefácio à História da Sexualidade. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e Escritos IX - Foucault: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 71-83, mar. 2010.

GOELLNER, S. V. O Esporte e a Cultura Fitness como espaços de generificação dos corpos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Recife. **Anais...** Recife: CBCE, 2007.

GUIMARÃES, A. V.; ARANHA, A. V. S. Educação Profissional e Lazer. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 287-305, jul./dez. 2014.

KOUDELA, I. D. Alinhando e desalinhando: modernidade x contemporaneidade. In: CRUVINEL, T. B.; MUNIZ, M. L. (Org.). **Pedagogia das artes cênicas: criança, jogo e formação**. Curitiba: CRV, 2016. p. 11-27.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAGALHÃES, F. E. A. *et al.*. Uso de fitoterápicos por mulheres do município de Tauá, Ceará, Brasil. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, Campina Grande, v. 13, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/biofarm/article/view/3049/2371>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993.

PARÁISO, M. A. Currículo e formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, H. F. (org.). **Lazer em estudo: Currículo e formação profissional**. Campinas: Papyrus, 2010. p. 27-58.

PEREIRA, A. B. Tempos de Escola: lazeres juvenis e controle disciplinar. In: MAGNANI, J. G. C.; SPAGGIARI, E. (Org.). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições SESC, 2018.

PINHO, A. F.; OLIVEIRA, J. M. O olhar político feminista na performance artística autobiográfica. **Ex aequo**, Estrada do Alvito, n. 27, p. 56-76, 2013.

**MULHERES EM VERSO: LAZER, PERFORMANCES E POÉTICAS
DO CORPO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000100005>. Acesso em: 28 fev. 2020.

TAVARES, M. L. Se ela dança, eu... e quem mais dança? A dança como conteúdo da educação física e o convite à discussão de gênero. In: MALDONADO, D. T.; NOGUEIRA, V. A.; FARIAS, U. S. (Org.). **Educação Física Escolar no Ensino Médio**: a prática pedagógica em evidência. Curitiba:CRV, 2018.

ZAIMAN, C. Educação e socialização. In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

OS SENTIDOS DO LAZER PARA O GRUPO CULTURAL MENINAS DE SINHÁ

Raquel de Magalhães Borges
Cristiane Miryam Drumond de Brito
Alba Pedreira Vieira
Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes

ITINERÁRIOS INICIAIS E METODOLÓGICOS

O sociólogo David Le Breton (2018), na obra *Desaparecer de Si*, retrata a sociedade contemporânea, na qual indivíduos são afetados por um estado que nomeia de “branco” – mesmo estando vivos, são destituídos de projetos, desejos. Estabelecer vínculos, na tese do autor, não é mais necessidade desses tempos. Muito menos encontrar o outro. Vital é estar conectado, a comunicação virtual basta (LE BRETON, 2018), mas não para todos. Com as pressões sociais, muitos sentem a necessidade desse “branco”, que nada mais é do que um saturamento, um cansaço, que conduz o indivíduo a uma ausência social pela dificuldade em transformar as coisas. Claro que o autor contextualiza esses argumentos numa sociedade perfilada como individualista, que sobrevive diante da lógica do consumo e da obsolescência.

A vida sadia, como modo de sobrevivência, é o nível mais baixo da vida (HAN, 2017), porque ela perde intensidade e conduz a pessoa a um desequilíbrio na saúde, podendo ser arrebanhada para outras condições – um estado depressivo, por exemplo. Realidade das integrantes do Meninas de Sinhá¹, há 23 anos, quando fundaram o grupo musical. Mulheres idosas, negras, adoecidas, deprimidas,

¹ Vide mais sobre o Grupo no blog: <<http://meninasdesinha.org.br/>>.

que, no início dos anos 1990, buscavam medicação antidepressiva para o controle dos seus males no Posto de Saúde do bairro Alto Vera Cruz², situado na periferia de Belo Horizonte, Minas Gerais. Contudo, existem acontecimentos na vida das pessoas que, às vezes, as conduzem para uma nova vitalidade em ser no mundo, desconhecida até por si – no caso das Meninas, criaram coletivamente a resistência para não viverem adoecidas, pelo uso da brincadeira tradicional de dança de roda como potência curativa da depressão.

Uma líder comunitária, Dona Valdete, ao observar e se importar com a situação dessas mulheres dependentes da medicação, construiu com elas um tempo de lazer. Herdeiras de histórias de vida difíceis, carências econômicas e afetivas e lutas em meio à violência, ao trabalho precoce e à pobreza, viviam um cotidiano conturbado de obrigações e permeado por valores que limitavam suas experiências culturais e de lazer, o autocuidado, o compartilhamento de seus saberes e de afeto. Para estabelecer um tempo de lazer, o Grupo passou por fases, nas quais puderam vivenciar diferentes atividades.

O início do coletivo dessas mulheres foi marcado pelos bordados, não suficiente para a fruição lúdica e criativa e a elaboração de novas percepções ou o estímulo das suas sensibilidades. Posteriormente, nos encontros foram incorporadas atividades como a ginástica, a expressão corporal e as brincadeiras da infância. Foi por meio das brincadeiras de dança de roda que se consolidou o tempo de lazer como prática transformadora e novas narrativas nesses corpos femininos e negros que se percebiam envelhecidas.

O brincar de roda ganhou contornos de prática artística comunitária, a partir das apresentações públicas do Grupo. Em 1996, foi denominado como Grupo de Cantigas de Roda Meninas de Sinhá. Em 2008, constituiu-se juridicamente como Associação, sendo registrado como Grupo Cultural Meninas de Sinhá. Atualmente, é composto por 18 mulheres entre 56 e 84 anos, tendo agregado em outros tempos até 50 idosas.

² ² Esse bairro foi considerado o mais violento de Belo Horizonte, sendo os homicídios motivados por briga entre traficantes, corriqueiros, no cotidiano dos moradores.

Figura 1 - Show no Teatro Francisco Nunes (Belo Horizonte)



Fonte: Arquivo da pesquisadora Raquel Borges (2018).

Em toda a sua trajetória, integrantes faleceram, mudaram o local de residência ou saíram por questões de saúde. Outras ingressaram mais recentemente e algumas estão presentes desde a sua fundação. Nesse percurso temporal, dois *Compact Discs* (CDs) autorais e um documentário musical em *Digital Versatile Disc* (DVD) foram produzidos. Recebeu diversas premiações, dentre elas, o Prêmio Cultura Viva (2007), do Ministério da Cultura, e o Prêmio TIM de Música (2008), como melhor grupo regional. Realizou *shows* com ícones da música popular brasileira, como Elba Ramalho e Daniela Mercury, e participou de eventos musicais e culturais regionais, nacionais e internacionais, como o *Brave Festival*, em Wroclaw, Polônia (2012 e 2018).

O Grupo desenvolve, ainda, projetos de ação social, com oportunidades de experiências de lazer destinadas à sua comunidade, em sede própria, conquistada em 2015. Além de atividades para as Instituições de Longa Permanência de Idosos em Belo Horizonte e cidades do interior de Minas Gerais, realizam também atividades com públicos de diversas idades para disseminar a cultura popular, suas músicas, danças, brincadeiras e uma nova maneira de ser na velhice.

Essa é uma trajetória coletiva, estampada pela atitude de cada uma das Meninas de desertar da condição existencial não saudável, difícil por certo para elas, para encontrar no lazer um valor intrínseco para viver e construir novos afetos. Assume-se, aqui, o lazer como:

[...] uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/ espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo. (GOMES, 2004, p. 125).

A fabricação de tempo e espaço de lazer dessas Mulheres nos interessa, à medida que nos faz refletir sobre a condição da mulher idosa na periferia e o lazer, que dá sentido e produz a vida comunitária na velhice. Em meio a uma sociedade de consumo, o lazer em Meninas de Sinhá se aproxima às suas dimensões orgânicas e holísticas e torna-se visível e reconhecido por meio da prática artística. Nesse sentido, o lazer possibilita o acolhimento da velhice, desafio de exigida envergadura, afinal, não há uma antessala que prepare o indivíduo para as suas consequências. É uma condição nada fácil de assimilar e apreciar. Envelhecemos todos, se não há como brechar esse processo da vida, é preciso aprender a lidar com seus efeitos criando novas escritas (MUCIDA, 2009). Foi o que aconteceu com o Grupo Cultural Meninas de Sinhá, que, neste texto, é o eixo central de análise ao descrevermos as percepções e os sentidos atribuídos ao envelhecer e ao lazer pelas Meninas, entrelaçados com a prática artística comunitária.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, como focamos em um grupo em particular, caracteriza-se como Estudo de Caso, segundo aponta Trivinos (1995) e Becker (1997). Utilizamos procedimentos metodológicos como observação participante, entrevistas, grupo focal associado às dinâmicas de sensibilização e criatividade, e análise documental das produções acadêmicas ou não sobre o Grupo. Foram sujeitos da pesquisa as 18 Meninas.

Na análise dos dados empíricos, utilizamos a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposta por Lefèvre (2000, p. 32), que propõe extrair dos depoimentos dos sujeitos as ideias centrais (IC), ancoragens (AC) e expressões-chave (ECH) na busca da “reconstituição discursiva da representação social”. Assim, partimos dos discursos individuais em estado bruto e os submetemos a um processo analítico, que culminou numa síntese em primeira pessoa. Esse processo trouxe fragmentos da pesquisa associados ao lazer desse grupo de mulheres que se denominam Meninas.

Com relação aos cuidados éticos, esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme Parecer nº 2.315.308.

O LAZER COMUNITÁRIO NA CONTEMPORANEIDADE

O lazer na contemporaneidade repercute de diferentes maneiras e incorpora sentidos diversos, determinados pelas distintas condições sociais e culturais de cada indivíduo, grupo ou comunidade, bem como por seus interesses, necessidades e desejos. Portanto, compreendemos que:

É imprescindível distinguir e relativizar uma construção conceitual ocidental que define o lazer como antítese do trabalho, como tempo livre/liberado de variadas obrigações, ou ainda como ocupação do tempo livre muitas vezes atrelada ao consumo, de outras compreensões, ainda incipientes, que destacam a importância de reconhecer que o lazer é uma prática social da vida cotidiana que precisa ser situada em cada tempo/espaço social, e que, justamente por isso, integra diferentes culturas. (GOMES, 2014, p. 8).

Assim, o lazer com viés capitalista, estabelecido pela lógica do consumo, pode coexistir com a construção de espaços e tempos de lazer a partir dos protagonismos de indivíduos ou comunidades.

O lazer pode se opor a esses valores com a exaltação do espírito comunitário e do sentido holístico dessas experiências.

A constituição de um tempo de lazer pelas Meninas de Sinhá foi um processo que gerou a consciência das mulheres integrantes sobre os determinantes sociais que perpassavam suas vidas e lhes impunham barreiras (sexistas, racistas, classistas e geracionais). Tais condições as impediam de usufruir experiências culturais, políticas, sociais e de lazer destinadas ao autocuidado e à sua participação social. No cotidiano vivido até então, não tinham nem tempo, nem possibilidades de absorver inteiramente e aguçar em intensidade os aspectos da pessoa em ser atuante e fruidora, ativa e receptiva, e usufruidora (HELLER, 1989).

Ao revigorarem memórias de infância, tecendo um elo na velhice com as brincadeiras de dança de roda, os encontros das Meninas foram potentes para a constituição de uma identidade de grupo. Aos poucos, incorporaram a prática artística como grupo musical e se conformaram numa comunidade moral (BORGES, 2019). A brincadeira de dança de roda se manifestou em cada etapa da vida de uma maneira, e perdurou alguns valores imbricados em sua prática, como a ludicidade, a participação social, a percepção da liberdade, o prazer.

Figura 2 - Meninas dançando na Sede do Grupo



Fonte: Jéssica Parreira Marroques (2019).

Dançar em roda é uma antiga manifestação do ser humano para se conectar com a natureza, com o outro, fortalecer a identidade coletiva e os vínculos comunitários, celebrar, louvar, participar, comungar, transcender. Remete aos povos primitivos e de todos os tempos como elemento da cultura popular. No início do século XX, o bailarino húngaro Rudolf Laban denominou de “dança coral” aquelas danças que “[...] possuem o objetivo de energizar os dançarinos e possuem, conseqüentemente, valores recreativos e educativos aos próprios dançarinos, independente do olhar dos espectadores” (LIMA; VIEIRA, 2013, p. 220). Nesse caso, a brincadeira de dança de roda é exemplo de uma “dança coral recreativa”, ou seja, “[...] formada por composições simples o bastante que podem ser realizadas por qualquer pessoa” (LIMA; VIEIRA, 2013, p. 220). As danças corais e as de roda se configuram como vivências de sociabilidade, ludicidade, inclusão e pertencimento.

As brincadeiras de dança de roda foram matérias-primas para as criações coletivas das Meninas de Sinhá. O tempo do brincar das integrantes durante a infância e na velhice, reunidas pela líder no início do Grupo, pode ser compreendido como um tempo conquistado³³, pois desafiava e superava as barreiras existentes. Gil (2008, p. 61) registrou um depoimento de Dona Valdete, em que ela exemplificava como as barreiras sexistas eram enfrentadas pelas mulheres, na conquista do tempo de lazer: “*Alguns maridos queriam me matar, uns queriam passar o trator em cima de mim, porque as mulheres deixaram de ser Amélia para cuidar delas. ‘A comida está aí no fogão. Estou saindo. Quem quiser esquenta’. Antigamente ela dava o pratinho na mão*”.

Esse depoimento traduz a secundarização das necessidades das mulheres, quando adentram na concorrência das demandas que lhes cabe, no cotidiano familiar. O protagonismo de cada mulher na

3³ Bramante (1998) destaca o tempo de lazer como um tempo conquistado, ou seja, privilegiado para a fruição de uma experiência lúdica e criativa, um tempo para si, um tempo de participação social.

conquista e prioridade do tempo de lazer e, conseqüentemente, na transformação de sua vida diária reformula sua postura diante de suas obrigações, sobretudo, as familiares. Isso é possível em função da consciência de sua relação com o mundo e sua totalidade humana, até então, carente de encontros afetivos, ludicidade e desenvolvimento criativo. Nesse caso, o lazer manifesta a:

[...] maneira genuína de emancipação de um grupo de mulheres idosas por meio de caminhos construídos por elas mesmas, em descoberta da própria potência que as tornaram mais saudáveis [...]. Nesse sentido, o lazer tem um valor intrínseco, pois pode ser mais um espaço de manifestação de potências e redes de afeto. (BORGES; BRITO; MONTEIRO, 2020, p. 3).

O lazer, assim, amplia possibilidades de construção de laços afetivos para a participação social. Na sociedade contemporânea, as pessoas vivem um ritmo intenso, o qual esmaga a temporalidade humana (BRITO, 2008). Portanto, ter um tempo/espço conquistado com redes afetivas é uma resistência à conquista de um tempo cada vez mais considerado privilégio, diante da celeridade em que nos situamos no mundo capitalista. Essa resistência enfrenta o tempo do trabalho totalitário e apartado de outras dimensões da vida. Nessa realidade, o indivíduo é transformado em consumidor; há assimetrias de aquisições de bens e distinções sociais (RETONDAR, 2008) e resta poucas possibilidades de ter um tempo para o prazer e a vivência lúdica e o aprofundamento de vínculos sociais e afetivos.

As Meninas de Sinhá vêm conquistando o espaço da ludicidade em seus cotidianos. A brincadeira de roda se tornou central no desenvolvimento do Grupo e vem sendo capaz de mobilizar encontros (BORGES; BRITO; MONTEIRO, 2020) entre elas e delas com o público, a comunidade, os produtores culturais, dentre outros.

A EXPERIÊNCIA DO LAZER NA VELHICE

A percepção social sobre a pessoa idosa se modifica ao longo dos tempos, corroborando com a noção de que a velhice é uma categoria produzida socialmente. Embora a ideia de uma velhice natural e generalizante, emergida do campo biológico e estático (a idade), ainda perdure em nossa sociedade, temos diversos exemplos de que esse tempo de vida é experienciado de maneiras diversas e particulares, não havendo “[...] uma velhice natural, pois nesse processo está aquele que envelhece e o que jamais envelhece em cada um” (MUCIDA, 2009, p. 23).

A velhice se existencializa diante dos olhares de filhos, netos, companheiros, colegas e amigos, em meio a uma cultura, numa relação dialética e intencional com as normas sociais, os conceitos, valores e direitos e deveres da pessoa idosa. É na tensão entre o mundo interior e o mundo exterior que essa existência se humaniza, partindo das experiências sensíveis vividas. “Afim, ao longo da vida, o ser humano vê, toca, sente, percebe, ouve, narra, o que instala nele uma particularidade que não pode ser generalizada a todos os outros seres humanos” (FERNANDES, 2013, p. 39). Assim, a velhice que viveremos já vem sendo afetada, forjada e reinventada desde a infância, numa experiência sensível e existencial com o mundo.

Simone de Beauvoir (2018) alerta para outro aspecto da velhice: quem investe na aparência terá mais complicações na velhice, ao contrário de quem investe em outro capital, como o trabalho criativo. Isso não quer dizer que o indivíduo não possa vir a desenvolver sua criatividade na velhice, mas pode ser mais desafiante se essa experiência não se instalou como potencial em fases da vida anteriores. A autora denunciou, ainda, a desumanização da pessoa idosa e a predominância da objetividade biológica e etária com que a sociedade concebe o idoso, despindo-o de sua condição humana, associando-o com a decadência e, conseqüentemente, atacando sua dignidade diante da vida.

A velhice, no caso do Ocidente, comporta tendências como o isolamento da vida social e o sentimento de invalidez, que remetem ao corpo situado numa condição de fragilidades e perdas com o avançar da idade. Mesmo que o ser tenha suas faculdades de raciocinar preservadas, as fragilidades emocionais podem interromper e anular projetos de vida, atormentando a razão e afetando a sua memória.

A evolução do quadro de senescência é inevitável e o processo de envelhecer impõe desafios existenciais ao corpo, que são objeto de reflexão de Mucida (2009, p. 74):

Talvez os maiores desafios da velhice em relação ao corpo sejam enfrentar e cuidar das dificuldades motoras, tratar das feridas narcísicas provocadas pelas perdas e mudanças de status social e investir o desejo em ideais, diminuindo dessa forma os riscos de estados depressivos e perda de memória.

Há necessidade dos sujeitos se reencontrarem na relação com o mundo e reprogramarem uma nova maneira de engajamento físico, psíquico e espiritual diante das transformações impostas pelo passar do tempo. Tem de se manter desperta a capacidade de aprender e de estar aberto ao mundo, captando-o sensivelmente. As Meninas de Sinhá vem contrapor a tendência ao isolamento e à invalidez que assola os velhos. O Grupo cria novas experiências nesse tempo de vida, como o lazer e a cultura. As Mulheres lançam-se em novos projetos de vida, em descobertas de si mesmas e de suas potencialidades, como tocar, coreografar, cantar, dançar, compor e brincar. Divertir-se. Divertir o ser pessoal e social. Ser divertido. O projeto de vida é associado a vínculos afetivos e amorosos com o mundo e com o outro.

Morin (2012) destaca a força do amor como uma necessidade e emergência da afetividade, o alimento à imaginação e exaltação que intensifica a atividade cerebral na construção de imagens necessárias para manter a capacidade criativa, artística, lúdica, psíquica.

Figura 3 - Meninas dançando na Sede do Grupo



Fonte: Luciene Borges Ramos (2019).

As Meninas de Sinhá juntas, crescem, aprendem, decepcionam-se, sentem-se importantes. A relação com o outro é muito pertinente, pois na experiência do diálogo se constitui um terreno comum entre outrem e mim. Meu pensamento e o seu formam um só tecido, meus ditos e aqueles do interlocutor são reclamados pelo estado da discussão, eles se inserem em uma operação comum da qual nenhum de nós é o criador.

Quando adentram cotidianamente, na sede do Grupo, essas idosas contrariam a racionalidade capitalista. Essa lógica progressivamente dispõe à pessoa a possibilidade de ter uma vida consumidora, distanciando-a das dimensões orgânicas e holísticas do lazer. O espaço das Meninas é literalmente de resistência, porque lá é o lugar do pertencimento, do desejo de estar viva.

A participação dos idosos na elaboração de propostas de lazer rompe com as práticas destinadas apenas a ocupá-los, sem preocupações com uma vivência significativa (ALVES JUNIOR; DIAS, 2013). Essa proatividade impulsionou a idealização e o surgimento de um projeto de vida no envelhecer das integrantes do Meninas de

Sinhá. A proposta do coletivo estabeleceu um jeito de *ser* na velhice que integra as seguintes condições: 1) *ser* artista e cantar na vida; 2) *ser* e ter amigos; 3) *ser* mulher, mãe e avó; 4) *ser* cuidada e cuidar; 5) *ser* construtora do seu lazer e da sua aprendizagem.

Essa fala revela como o sonho não cessa na velhice e, muito menos, a possibilidade de sonhos virarem realidade. Há desafios? Inúmeros; superados na união do Grupo. Assim, Meninas de Sinhá é um grupo musical em que sua arte é cantar para encantar, dar sentido ao mundo-vida. No palco e, em outros lugares, entoam as cantigas de domínio público que rememoram a infância, músicas populares brasileiras e músicas compostas por uma de suas integrantes. Elas se assumem cantoras e, além de cantar, tocam, interpretam, dançam e interagem com o público por meio de suas performances no palco, na rua, nas escolas, nas Instituições de Longa Permanência de Idosos e em outros locais. Para elas, o ofício de cantoras tem relevância social que traduzem como “levar a alegria” às pessoas. As Meninas se alegram ao provocarem no público um estado de alegria com sua arte e sentem que há uma interação recíproca de encantamento e ludicidade. Ao observarem que acendem a “chama” do público, animam suas próprias “chamas”. Da sinergia percebida por elas com o público, transbordam sensações, sentimentos e imagens perceptivas.

Para as Meninas, ser cantora ou ser um grupo musical demanda: ter produtos culturais (CDs, DVD, vídeos), relacionar-se com outros artistas, adquirir ou aprimorar habilidades técnicas, ter reconhecimento e alcançar públicos diversos, interagir afetivamente com o público. Tantas demandas fazem parte de um projeto de vida que devem durar por toda existência delas, melhor dizendo, *ser eternas, mantê-las ativas, constantemente em novas experiências e vivências de um estado corporal que combine com imagens e pensamentos positivos, pulsantes, desafiadores.*

No Grupo Focal (procedimento para coleta de dados desta pesquisa), indagadas se cantam no dia a dia, é possível perceber a relevância do cantar na vida, na transformação do cotidiano e no

despertar da memória, como podemos ver traduzida no seguinte DSC (2019):

Eu canto demais em casa, lavando roupa, fazendo comida, varrendo a casa. Canto e encanto! Como dizem: quem canta seus males espanta! Eu saio daqui e já chego em casa cantando. Chego inspirada e começo a cantar. Canto as músicas que gosto e se eu tiver chateada, o violão é meu amigo. Eu vou cantando e vou ficando alegre. Eu aprendi a tocar violão aqui no Grupo, e com três acordes já toco muitas músicas. Eu puxo da minha memória, músicas de crianças, assim já toco muita coisa com esses acordes. Eu já cantava em casa, gostava muito de verso, mas tinha muita coisa que eu tinha esquecido; eu vim lembrar aqui no Grupo.

A música e o canto ultrapassam o lugar do grupo, do palco, da relação com o público, do produto artístico, como ressalta o trecho da música “Cantar é Viver”, da compositora e Menina, Ephigênia Lopes:

[...]
Quem são aquelas, meu bem
Que vivem a cantarolar cantigas de roda
É as Meninas de Sinhá
A música pra elas é razão de viver
É vida, é saúde, faz o coração bater
Canta, canta com alegria
Lava a alma e passa energia
Canta, canta, rejuvenescer
Canta, canta, cantar é viver
[...]

Esses versos evidenciam como a música possibilita envolvimento afetivo com o mundo, reconstruindo sua vida íntima (da autora). A música permeia a casa e os afazeres domésticos, construindo nova relação nesta esfera da vida, conectada com a individualidade, as intencionalidades, os sonhos e a expressividade em *ser mulher*.

Por meio das práticas artísticas, os projetos de vida vão se delineando, modificando cada Menina e ampliando suas opções em

como viver. É comum que elas falem do Grupo como família. Sabemos que a família é concebida em nossa sociedade como a primeira unidade social da pessoa, lugar de relações de afeto, convivência cotidiana, proteção, educação (transmissão de valores e cultura), intimidade e laços sanguíneos. Mas as memórias do passado das integrantes são ancoradas nas experiências familiares, que, na maioria das vezes, trazem lembranças de abandono, pobreza, violência, trabalho precoce, o que não implica que elas desconsideram a importância da família. Ao contrário, parece que buscaram no Meninas de Sinhá a experiência familiar que lhes foi negada.

No DSC (2019) a seguir, é revelada a dimensão da amizade, relação extrafamiliar, também concebida como relação de afeto, educação, cuidado e intimidade:

Eu estava realmente precisando de alguma coisa pra fazer, pra combater a solidão, porque sozinha eu pensava em bobagem. Eu comecei a fazer parte do Grupo, fui acolhida aqui e esse vínculo é fundamental. Eu digo pra você que, não tem dinheiro que pague esse vínculo que nós temos aqui, esse aconchego que as Meninas de Sinhá têm umas com as outras. Acima do respeito, a gente tem um carinho muito grande. É uma amizade muito grande. Temos uma comunicação que só a gente entende [risos] [...]. Eu saio com as Meninas e uma ajuda à outra a entrar no ônibus, descer do ônibus. Estou vivendo um momento bacana na vida. Percebo a importância de tratarmos umas às outras como queremos ser tratadas. Eu não tenho com meus filhos a liberdade que tenho com as Meninas. Cada um, aqui, tem uma confidente. Isso é normal! Eu me sinto à vontade aqui, porque elas vão me dar um conselho, vão me apoiar, não vão me criticar. Na minha casa tudo é 'não'! A primeira coisa que ouço na minha frente é o 'não' porque estou velha! Se eu estou lá em casa pra baixo, eu chego aqui e acabou!

O lazer dessas velhas Meninas, como dito por Debortoli (2012), é o engajamento, a produção, a participação social no qual produzem o mundo e produzem a si mesmas. Assim como, a “[...] família é

uma rede complexa de emoções e relações que não são passíveis de serem pensadas como instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados” (DIAS, 2011, p. 146). O Meninas de Sinhá também emergiu e é sustentado numa rede complexa de emoções e relações. Por isso, no Grupo possuem uma interdependência e, como sinaliza o pensamento complexo (MORIN, 2005), o que afeta uma afeta as outras. A interdependência das meninas também é marcada por um mecanismo de comunicação que as tornam uma unidade e as diferencia das demais relações externas a ele.

Para algumas, a relação familiar no lugar de mãe, esposa e avó ainda impõe desafios para garantir o tempo conquistado de dedicação ao Meninas de Sinhá, embora elas façam questão de dizer que venceram essa barreira. Mas o desafio ainda existe no cotidiano. No DSC, a seguir, explicam o que pensam e como agem diante desse desafio:

Eu era muito presa, meu marido não deixava eu sair pra nada! Custei a entrar para o Grupo, mas quando começou a aula de bordado, eu pensei: “isto eu farei!”. Passei a não dar atenção às chaturas do meu marido e entrei para o Grupo. Agora viajo, canto, participo de tudo, desobedeço ao marido, arrumo e saio! Eu deixo de fazer algumas coisas em casa pra estar aqui. Tento fazer tudo em casa, mas se não der tempo venho para a sede, assim mesmo. A gente está de idade já, se ficar muito preocupada com serviço de casa, a gente não vive, porque o serviço não acaba! Eu passo muito aborrecimento com minhas filhas, elas não me obedecem. Então, aqui melhorou muito, porque quando estou aborrecida em casa eu venho pra cá e meu coração fica muito alegre neste salão, junto com as Meninas de Sinhá. Antes a gente cuidava dos filhos e esquecia da gente. Hoje não, eu os deixo lá e falo: “Estou indo!”. Aí saio e pronto, né! Os filhos precisam entender que tenho meus compromissos! Por isso, não assumo a responsabilidade dos meus netos, somente em caso de urgência! Eu acho que isso faz parte e que a gente está envelhecendo muito bem!

Brito, Caro e Amaral (2015), ao analisarem as condições de mulheres deprimidas, ressaltam que o poder dos homens sobre elas

é evidente na relação intrafamiliar. Especialmente, no âmbito da família, no qual a mulher se vê cobrada sobre os papéis dito femininos – ser mãe, educadora, dona de casa e sujeita ao companheiro, muitas vezes, seu agressor. Porém, no grupo Meninas de Sinhá, a desobediência ao marido, a mudança na relação com os afazeres domésticos, a maneira de se recuperar do aborrecimento com os filhos e filhas, o cuidar de si como prioridade e a isenção da responsabilidade com os netos são desafios enfrentados buscando anular ou pelo menos minimizar a culpa com acolhimento.

Figura 4 - Menina participando de uma roda de Dança Circular na Sede do Grupo



Fonte: Jéssica Parreira Marroques (2019).

A fidelidade ao tempo com as Meninas de Sinhá impacta na vida de cada uma nas relações externas ao Grupo, ao mesmo tempo em que reforça a unidade e a união, necessidade de continuar a ter desejos. Afinal, *a velhice não coloca em cena outro ser, pelo contrário, lá estão as histórias, as marcas, o conteúdo de tanto tempo vivido (MUCIDA, 2009) – dores, alegrias, lutos tão peculiares a esse tempo da vida humana: “Teve uma época que eram 50 pessoas no grupo. Muitas faleceram, muitas mudaram de bairro, ficaram doentes. Uma destas colegas que passou para o*

plano espiritual era minha companheira de viagem. Eu sinto a dor da perda, mas continuo vivendo” (DSC, 2019).

Caso não fosse componente do Meninas de Sinhá e se o Grupo não significasse tanto na vida dessa mulher, provavelmente, seria mais difícil elaborar essas perdas, como Mucida (2009, p. 99) afirma:

[...] à medida que envelhecemos, perdemos mais pessoas, sofremos modificações importantes no corpo, na imagem e nas relações com os outros [...] diante de tantas perdas que abrem por vexes verdadeiros buracos, só nos resta contornar com palavras. Falar, chorar, contar e recontar histórias em torno do que se perde são maneiras de tratar o avassalador.

O coletivo das Meninas abre essa brecha (MORIN, 2005) no cenário da cultura ocidental, que convida o idoso a viver a solidão e o isolamento. Com solidariedade, criatividade e ações práticas, elas contestam o *imprinting* cultural (MORIN, 2005) proposto ao velho e transpõem a outro estado, vivendo comunitariamente.

Entre as Meninas, os problemas de saúde são diversos, como hipertensão, cardiopatias, doenças osteoarticulares, entre outros, mas o receio maior parece ser com a depressão e o isolamento (distanciamento do Grupo) que essas doenças podem ocasionar, situações anteriormente vivenciadas pela maioria delas. Em oposição, há a crença de que o Grupo é potente para aliviar as dores e gerar bem estar físico e mental. Nesse coletivo, cada uma é cuidada, assim como cuida, não porque são idosas, mas, sim, porque todos somos seres de cuidado a vida toda, não só quando ficamos velhos. A seguir, o DSC (2019) revela como, atualmente, as Meninas lidam com a saúde no Grupo:

Eu gosto muito de ajudar as pessoas. Agora, eu não estou podendo muito, porque estou em tratamento [leucemia]; estou mais sendo ajudada! Esta daqui [aponta uma das Meninas na foto] eu ajudei muito, porque quando ela ficou doente, a pessoa que ela mais ficava junto era comigo! Hoje, na hora de tomar o café, esta outra amiga falou

que o café estava amargo, então eu peguei o açúcar e servi pra ela, porque ela tem muita tremedeira nas mãos e fica achando que vai entornar o café na mesa. Então, eu ajudo muito mesmo, já fico de olho nela pra ajudar e elas todas cuidam de mim também! O Grupo me salvou mais do que os médicos! Valdete falava que, mesmo se a gente estivesse sentindo alguma coisa, mesmo quando não estivéssemos aguentando, era pra sentar e ficar uma com a outra até passar. Hoje eu saí de casa sentindo tanta dor, mas eu só deixo de vir pra cá se eu estiver hospitalizada. E eu, já estou me sentindo melhor, agora. Eu venho nem que seja pra ficar sentada. Prefiro passar mal, aqui com minhas amigas, do que sozinha em casa.

Nos seus primórdios, o Grupo viveu o encontro de mulheres adoecidas em busca de melhorar sua saúde. Hoje em dia, por princípio, segue na busca da saúde enquanto bem-estar e participação social.

Nas atividades recentemente desenvolvidas pelas Meninas de Sinhá, a relação entre lazer e obrigação é um tanto “porosa” (CAMARGO, 2018), desconstruindo a dicotomia entre trabalho e lazer. Um exemplo são as atividades que desenvolvem nas Instituições de Longa Permanência de Idosos, que consistem em oficinas de brincadeiras, especialmente de brincadeiras de roda, destinadas aos idosos frequentadores. Embora demande planejamento e execução, elas dizem que o dia dessa atividade é o “dia de brincar”, e que é gratificante e prazeroso brincar com esses sujeitos isolados da sociedade.

O DSC (2019) que segue demonstra como o tempo conquistado de lazer continua produzindo sentido há mais de duas décadas de trajetória do Grupo:

As atividades do Grupo me levam a esquecer das dificuldades do dia a dia. Elas proporcionam um ambiente de descontração, abrem a minha mente, permitem um entrosamento. Eu posso dizer para você que estou aqui por prazer! Nós estamos aqui quase todos os dias! Olha só, tem bordado na segunda-feira, aí eu venho para cá perturbar [risos] [...]. Na terça tem oficina de canto, aí venho para cá perturbar [risos] [...]. Na quinta-feira, já tem oficina de novo e eu venho pra cá perturbar [risos] [...]. Sexta-feira tem ensaio. Então, é assim, desse jeito, uma

OS SENTIDOS DO LAZER PARA O GRUPO CULTURAL MENINAS DE SINHÁ

vida gostosa! Não tenho mais medo da morte, nem me lembro disso, porque as atividades preenchem o meu tempo. Porque a cada dia, a cada minuto que passa, a cada coisa que a gente aprende aqui, a gente vai prestar atenção naquilo e vai continuar a fazer depois. Eu mesma comecei a assinar meu nome e fui aprendendo outras coisas, para mim aquilo foi muito bom! Aqui ainda tem outras coisas boas: percussão, bordado, violão, viola, canto. Tudo isso é muito bom! Brinco muito de roda, passeio com as Meninas. O cachê sempre ajuda para fazer as unhas, comprar um sapato novo, arrumar um cabelo, mas o valor é pequeno e é esporádico, porque fazemos shows que são ações sociais, não envolvem cachê. E o que recebemos dos editais que participamos é para termos condições de realizar nossas oficinas, nossos shows. Nossa função é social, a gente é Menina de Sinhá por amor mesmo, pelo nosso bem estar!

A atual organização do Grupo viabiliza projetos que preencham a vida e a casa/sede das Meninas de Sinhá com uma diversidade de vivências. Elas podem optar pelas oficinas que participarão na sede e assumem o compromisso com os ensaios e as reuniões. Também, comprometem-se com as oficinas que ministram nas Instituições de Longa Permanência de Idosos e em outras instituições, como escolas, além dos shows, *atividades externas que se configuram como um espaço/tempo que consagra, externaliza e alimenta o cotidiano na sede. Somados aos momentos de passeios (viagens para apresentações em outras cidades, confraternizações), os shows e as intervenções preservam a sensação de incerteza, da aventura, ampliando as possibilidades de experiências diferentes. Até mesmo o cachê que recebem dos shows é uma possibilidade de cuidar e investir nelas mesmas.*

Os produtos do Grupo consistem numa produção estética que emerge de uma escolha, de uma ética da vida das Meninas de Sinhá e não como um mero fazer ou como mais um produto para o mercado cultural. Dessa produção, o sentido do tempo vivido no Grupo incorpora as dimensões do lazer e da obrigação, do divertimento e

da disciplina, do sacrifício e do prazer. Como dito por Gomes (2011, p. 19), “a ludicidade pressupõe a valorização estética e a apropriação expressiva do processo vivido, e não apenas do produto alcançado”.

O discurso das Meninas articula o lazer à aprendizagem, não somente como uma apreensão de um conhecimento transmitido ou uma habilidade adquirida, mas como algo que se incorpora à vida. Essas práticas são capazes de promover: suspensão do tempo, o despertar da memória e da criatividade, a sensação de prazer, o encontro em roda, a ludicidade, novas habilidades, coragem, bem-estar, envolvimento e vínculo afetivo/amoroso. E também os desafios inerentes ao se estar, conviver, brincar e atuar artisticamente em Grupo. Foi desse modo que percebemos o Grupo durante os ensaios, nas idas aos shows, nas oficinas na sede e ministrando oficina para um grupo de idosos. Em alguns momentos algumas faltavam por necessidade. Mesmo assim, buscavam meios de não se ausentar. Para as Meninas, o lazer está integrado ao cotidiano e a existência não se opõe ao trabalho. Nesse sentido, corroboramos com Gomes (2014, p. 12):

[...] o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições e, cada contexto histórico, social e cultural.

Certamente, não é sempre que essas atividades produzem uma experiência, pelo menos, como definido por Larrosa (2011). Por vezes, experiências podem ser vivenciadas sem necessariamente afetá-las como um acontecimento, mas sendo uma compensação, distração, que suaviza, alivia a vida. Para as Meninas, a Sede é reconhecida como um espaço potencial, vivo, com ambiência favorável à aceleração da atividade cerebral e à externalização da emoção. Na Sede/Casa, casa formação e encontros inspiradores, elas promovem experiências e revelam que, nesse contexto, tornam-se amosa-

mente mais sensíveis ao mundo, ao outro e consigo. Assim, vivem a experiência enquanto “categoria existencial”, reivindicada como “modo de estar no mundo, de habitar o mundo” (LARROSA, 2011, p. 5).

Figura 5 - Ensaio Musical na Sede do Grupo



Fonte: Raquel Borges (2018).

O lazer, assim como a memória e o cuidado (de si e do outro), é marca do Grupo desde seu início, o qual se manifestou como uma necessidade à existência das Meninas, pelo seu duplo aspecto de carência e potencialidade. Diante da carência das Meninas de Sinhá, do lazer, do cuidado e da ressignificação da memória das experiências de vida, o Grupo esteve diante de um acontecimento, uma experiência, uma potencialidade. Gomes (2011, p. 16) ressalta essa dimensão do lazer como uma necessidade humana e afirma que “na medida em que as necessidades comprometem, motivam e mobilizam as pessoas, são também potencialidades”. Ainda sinaliza que “[...]”

toda necessidade humana não satisfeita adequadamente gera uma pobreza, que, por sua vez, produz patologias” (GOMES, 2011, p. 16).

Hoje em dia sou uma criança, não brinquei quando pequena. Agora brinco de roda, sou feliz, não me sinto velha. Estou envelhecendo do jeito que eu quero, com dignidade! Minha vida foi só humilhação, agora não. Grito, xingo, saio, passeio e aonde as Meninas de Sinhá vão meu nariz vai atrás; aonde elas cantam eu canto também. Eu quero viver! Eu não fui criança, não fui adolescente, não fui jovem e hoje estou curtindo minha velhice! (DSC, 2019).

Não há fronteira temporal para novas experiências e é o que esse depoimento nos ratifica: permanentemente no mundo da vida é que os enredos humanos são instalados como experiência (FERNANDES, 2013). Afinal, nossa dimensão humana vai além de uma ordem condizente com o lugar social que ocupamos, existimos no mundo-vida (MERLEAU-PONTY, 2009). Experiência em grupo que viola todas as prescrições sociais e culturais do que pode ou não ao velho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Meninas de Sinhá, os princípios do lazer como experiência de participação social que preenche e dá sentido à vida emergiram em sua origem e perduram na trajetória como Grupo e no projeto de vida na velhice de cada Menina. Rompem com a dicotomia entre o lazer e o trabalho e integram o lazer na vida cotidiana.

O projeto de vida das Meninas se traduz nos desejos e no jeito de ser configurados por diversos elementos, dos quais destacamos: enfatizam o domínio de seu próprio tempo, principalmente, diante da família; desejam ser eternizadas como Meninas de Sinhá; são artistas, cantoras e desfrutam do afeto e reconhecimento de seu público; têm sede de novas aprendizagens e experiências; são amigas e sabem cuidar e deixarem ser cuidadas; conectam a música com a vida; levam a alegria. Enfim, VIVEM.

As vivências do lazer ultrapassaram sentidos preconizados a essas mulheres idosas, contornando suas vidas comunitárias com uma organicidade entre diversas dimensões da vida. Ser uma Menina de Sinhá possibilita um “envelheSer” (BORGES, 2019). Tornam-se cotidianamente pessoas artistas, mulheres com projetos de vida, com redes relacionais para além do que é preconizado às mulheres periféricas e negras. Lidam com o envelhecimento aberto a novos saberes, a valores morais e estéticos, na linguagem lúdica da brincadeira de roda e das apresentações artísticas em palcos e praças públicas. Ganham o status de artistas com suas vozes, seus tambores, suas cores e seus movimentos, o que as dignifica não mais como velhas, negras e periféricas, mas como corpos cheios de vida e de arte.

REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, E.; DIAS, C. Lazer: um direito de todos. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 64-86, 2013.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BORGES, R. **EnvelheSer em Meninas de Sinhá**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- BORGES, R; BRITO, C. M. MONTEIRO, C. Saúde, lazer e envelhecimento: uma análise sobre a brincadeira de dança de roda das Meninas de Sinhá. **Interface**, Botucatu, v. 24, 2020.
- BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, set. 1998.
- BRITO, C. M. Formação do Terapeuta Ocupacional no século XXI. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador v. 32, supl.1, p. 29-39, 2008.
- BRITO, C. M; CARO, C.; AMARAL, L. Aspectos socioculturais e violência em mulheres deprimidas. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, PR, v. 14, n. 1, jan./mar. 2015.

CAMARGO, L. O. Perspectivas contemporâneas do lazer. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**: perspectivas contemporâneas sobre ócio, lazer e tempo livre, São Paulo: SESC, ed. especial, ago. 2018.

DEBORTOLI, J. A. Lazer, envelhecimento e participação social. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 1-29, 2012,

DIAS, M. O. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, RS, v. 19, p. 139-156, 2011.

FERNANDES, R. S. **Ser orientador em programas de pós-graduação em educação**: uma descrição fenomenológica. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GIL, T. **Meninas de Sinhá**: a reinvenção da vida nas tramas do discurso musical. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GOMES, C. Lazer: concepções. In: GOMES, C. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-125.

GOMES, C. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, set. 2011.

GOMES, C. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, jul./dez. 2011.

LE BRETON, D. **Desaparecer de si**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LEFÉVRE, F. (org.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LIMA, M. M. S.; VIEIRA, A. P. Dança coral: ampliando o acesso da sociedade à dança. In: LARA, L. (org.). **Dança**: dilemas e desafios na contemporaneidade. Maringá: EDUEM, 2013. p. 207-235.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MORIN, E. **O método 4**: as ideias. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OS SENTIDOS DO LAZER PARA O GRUPO CULTURAL MENINAS DE SINHÁ

MORIN, E. **O método 5**: a humanidade da humanidade, a identidade humana. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MUCIDA, A. **Escrita de uma memória que não se apaga**: envelhecimento e velhice. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RETONDAR, A. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 137-160, abr. 2008.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EMPODERAMENTO FEMININO E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEPÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN

Salete Gonçalves
Rita Stefany Maia da Silva

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, discutir sobre gênero e empoderamento feminino é urgente, sendo premente para se construir uma sociedade igualitária. Nesse sentido, faz-se necessário compreender que ser mulher é um processo de/em construção, sendo ressignificado em diferentes espaços e tempos sociais.

Dessa forma, se em algumas realidades foi lhe imposto um papel que se restringiu aos cuidados com o lar – sem dar-lhes a faculdade de contestar ou a estudar –, em outros cenários, essa prática continua presente na contemporaneidade. Semelhantemente, se por um lado as mulheres vêm conquistando alguns direitos, principalmente, a inserção ao mercado de trabalho, ainda há muito mais a ser conquistado. Diante isso, é imprescindível considerar o contexto espaço-temporal quando se discute o feminino.

Seguindo por esse ponto de vista e tomando como referência o cenário brasileiro no século XXI, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), as mulheres representam 51,5% da população nacional, ocupam 43,8% dos postos de trabalho e são responsáveis financeiramente por uma parte significativa dos lares brasileiros, nos quais quatro em cada 10 lares são chefiados por elas,

conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (BRASIL, 2018).

Porém, percebe-se que, apesar da maior inserção no mercado de trabalho, as mulheres ainda ganham menos que os homens, precisamente, a metade do salário. Segundo dados do IBGE (2018), o valor do rendimento médio salarial feminino corresponde a 79,5% do masculino, recebendo, assim, menos por fazer o mesmo trabalho.

Outro aspecto interessante, no tocante à participação da mulher mercado de trabalho, diz respeito a certos padrões estéticos, comportamentos e trajes que são exigidos para elas, valorizando certos estereótipos e/ou objetificando-as. Dentre esses mercados que valorizam a exterioridade, destaca-se o setor de eventos, o qual é composto, majoritariamente, por mulheres, sobretudo, na linha de frente.

Diante desse cenário, este artigo tem como foco a mulher que atua no setor de eventos, na cidade de Mossoró/RN, buscando compreender como se manifesta o empoderamento feminino das gestoras em eventos no município, bem como: a) verificar o perfil e a trajetória educacional e profissional das gestoras em eventos da cidade de Mossoró/RN; b) analisar as expressões e o processo de empoderamento das gestoras entrevistadas; c) verificar os conflitos e os desafios enfrentados pelas mulheres gestoras em eventos, a partir das relações de gênero.

Para alcançar os objetivos dessa investigação, foi realizada uma pesquisa qualitativa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998) e de caráter exploratório (GIL, 2008), utilizando de entrevista com profundidade com três gestoras de eventos. Utilizou-se como critério de seleção, empresas de portes diferentes, mas que oferecem serviços semelhantes na área de eventos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista nos meses de agosto de 2019 e fevereiro de 2020. Dessa maneira, foi executada uma pesquisa de campo com o instrumento de coleta de informações, na qual a entrevista foi gravada, aplicando

o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (SANTOS; NASCIMENTO, 2018). Logo após realizar a coleta de dados, foi utilizada a análise interpretativa (SEVERINO, 2008).

Para melhor sistematizar a discussão, o artigo está dividido em cinco tópicos, além desta introdução. No segundo tópico, é feita uma discussão sobre a participação das mulheres na sociedade e o empoderamento feminino. O terceiro traz uma breve reflexão sobre a atuação profissional no mercado de eventos. Em seguida, analisam-se os resultados coletados junto às entrevistadas e o seu processo de empoderar-se. Por último, são feitas considerações sobre o estudo em questão.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE E O EMPODERAMENTO FEMININO

O ser humano não nasce pronto ou determinado, ele é formado pelo conjunto de ações que por meio da educação, seja familiar, nas escolas ou no espaço social, e constrói a sua identidade. O significado de ser mulher e de ser homem – como os mesmos devem se relacionar entre si, quais os diferentes lugares que homens e mulheres ocupam na sociedade e o que eles significam também no meio social – são ensinados no decorrer da vida, uma vez que os processos de aprendizado e formação dos sujeitos estão ligados aos valores vigentes da sociedade.

Por meio do gênero é elaborada a subjetividade dos relacionamentos entre as pessoas. Saffioti (1994, p. 47) coloca que “[...] o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. Com isso, percebe-se que o gênero está associado aos elementos relacionados aos comportamentos sociais.

A construção social no processo para se torna mulher permeia padrões que são construídos ao longo da vida. Segundo Beauvoir (1967, p. 9, grifo nosso), “**Ninguém** nasce mulher: torna-se mulher”. A frase chama atenção para as composições sociais que as cercam,

pois quando as mulheres nascem, já existe toda uma construção do que é ser mulher, na perspectiva de demonstrar como esse processo é construído socialmente, sendo imposto para a elas na condição de destino, como se não pudessem ter escolhas.

Além disso, desde antes do nascimento, os papéis da identidade do ser humano já estão definidos. Carneiro (1994, p. 187) apresenta a identidade ao compreender que “A identidade é, antes de tudo, resultado de um processo histórico-cultural. [...] E essa identidade social será construída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos”.

Por certo, ao longo da história humana, as representações simbólicas atribuídas ao feminino e ao masculino não são as mesmas. Mesmo com uma constituição biológica semelhante, as mulheres não se comportam necessariamente de maneira parecida, ou seja, os processos sociais de identidades e subjetividades são diferentes, assim como as relações consigo mesmas, com outras mulheres e com os homens.

Corroborando com essa discussão sobre identidade, uma das figuras mais representativas da literatura africana, a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2013), que escreve sobre diversos assuntos relacionados ao feminismo, às construções de gênero, à política e à identidade feminina, apresentou uma palestra intitulada “Sejamos todos feministas”, na conferência anual do *TEDxEuston*¹, e questionou sobre a formação da menina como ser social, chamando a atenção para o fato de que:

A criamos para atender os egos frágeis dos homens. Nós ensinamos que elas devem ser menos, a querer menos, e dizemos: ‘Você pode ter ambição, mas não muita.’ ‘Você tem que almejar o sucesso, mas não muito sucesso, ou

¹ O *TEDxEuston* compreende a uma comunidade específica diante do TEDx, que é uma variação de um fórum ainda maior: o TED (um acrônimo para Tecnologia, Entretenimento e Design), uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo disseminar ideias apresentadas no formato chamado *talk*. Assim, o palestrante tem cerca de 20 minutos para realizar a sua apresentação.

vai acabar ameaçando o homem'. Se você for a provedora em um relacionamento com um homem, precisa fingir que não é, principalmente em público, ou vai lhe tirar a masculinidade. Porque o sucesso da mulher seria uma ameaça ao homem? (ADICHIE, 2013).

Diante disso, o discurso é um manifesto necessário contra o padrão opressor estipulado às mulheres, visto que a masculinidade do homem é ligada à força física, visto que foram condicionados a acreditar que esse é o seu papel, em geral, mostrando liderança por isso. A masculinidade da forma como ela é construída está diretamente vinculada à violência. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo (OIT, 2016).

Adichie (2013) acrescenta a sua fala argumentos referentes à relação da mulher com o casamento, pois “Por ser mulher, devo ansiar pelo casamento, devo fazer minhas escolhas de vida sempre tendo em mente que o casamento é o mais importante de todas”, e questiona “por que ensinamos as garotas a desejarem se casar e não ensinamos o mesmo aos meninos?” (ADICHIE, 2013).

Historicamente, o casamento é imposto como uma realização, em que a mulher projeta toda a sua vida diante da projeção do matrimônio “perfeito”, do parceiro ideal. A mídia reflete isso nos filmes, seja nas comédias românticas ou nos contos de fadas, onde a mulher, na maior parte das vezes, é representada por uma princesa/mocinha.

A ideia da mulher mais velha não casada ou que não se imagina em um casamento é considerada como fracasso pessoal, sendo a pior das hipóteses. Isso posto, gera a reflexão diante das tradições: as mulheres não têm sobrenome, pois são passados dos pais para os maridos ao se casarem, como uma propriedade.

Ampliando essa discussão, Wolf (1992) faz críticas referentes aos mitos da beleza, apontando como essas imagens são usadas contra as mulheres e como devem ser seguidos. Diante de cada sociedade existe um padrão estético que determina quais as ca-

racterísticas físicas são consideradas bonitas, a cor da pele, tipo de cabelo, formato de corpo, traços do rosto que vão colocar a mulher no patamar das mulheres avaliadas como bonitas. Existe também, um padrão de feminilidade imposto para mulheres, que indica que as devem seguir certos comportamentos, usar determinadas roupas e maquiagens.

Os padrões de beleza são sustentados pela televisão, em novelas, em filmes, nas revistas, na mídia, de uma forma geral, e esses discursos sobre a “beleza” são propagados em todos os lugares. São essas ideias irrealistas impostas às mulheres, onde a beleza está intimamente ligada à juventude, fazendo com que a mulher não possa sequer envelhecer.

Dessa forma, o valor da mulher é vinculado à juventude, onde crianças são hipersexualizadas, enquanto mulheres mais velhas são infantilizadas, tudo para agradar a sociedade patriarcal. Nesse contexto, Saffioti (2015, p. 47) destaca o patriarcado como “[...] o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, no qual as mulheres precisam obedecer a essa “ditadura” da beleza, causando muito mal, seja emocionalmente ou fisicamente, para agradar a figura masculina.

Certamente, todas essas questões levam a importância do empoderamento feminino, sobre como as mulheres devem repensar e possuir consciência da dimensão sobre internalizar discursos machistas. Significa dizer que o empoderamento serve para reconhecer as formas de opressões, sobre como o machismo é eventualmente reproduzido.

A expressão empoderamento surgiu da palavra *empowerment*, da língua inglesa, e remete ao “poder”. Apareceu com os movimentos de direitos civis, nos anos 1970, nos Estados Unidos, diante dos movimentos das minorias, como: as mulheres, os negros, os homossexuais e pelos direitos da pessoa com deficiência. É um termo que vem ganhando visibilidade nos últimos anos. De acordo com Costa (2004, p. 7), “Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas,

as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Assim, o empoderamento feminino é um caminho para a igualdade de gêneros, em uma sociedade que contém desequilíbrio no poder, com a sua maioria sendo masculina, nos espaços do poder econômico e social. Sendo um caminho para as mulheres se posicionarem perante a sociedade, dividindo esse poder de forma mais justa.

Nessa mesma linha de análise, Sardenberg (2009) afirma que o empoderamento das mulheres – na perspectiva das feministas – é inteiramente ligado à liberdade da opressão de gênero, sendo um processo para a conquista da independência e autossuficiência feminina. Nesse sentido, Costa (2004, p. 9) complementa que “[...] empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero”.

Dessa maneira, as mulheres conquistam autonomia ao reconhecerem seus direitos e responsabilidades. Deixam de acreditar que para poder legitimar a sua própria existência, não dependem da existência masculina. Logo, percorrem o caminho da liberdade econômica, de escolha, de pensamento e de ideias. Assim, o empoderamento acontece tanto de forma individual, quando a mulher toma consciência de si mesma e da sua realidade enquanto indivíduo no mundo, quanto de forma coletiva, no qual se apresenta e se constrói coletivamente.

Segundo Stromquist (1997) e Costa (2004), existem parâmetros para perceber o empoderamento, quais sejam: a construção de uma autoimagem e confiança positiva; o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação. Para melhor definição desse termo, consideram-se quatro componentes: cognitivo, psicológico, político e econômico.

O componente cognitivo está relacionado ao conhecimento das mulheres, no que diz respeito às relações de gênero, aos seus direitos, mesmo que não correspondam com as expectativas da sociedade. O componente psicológico está associado aos sentimentos de confiança que as mulheres têm para consigo mesmas, seja a nível pessoal ou social, é o despertar com ênfase nas mudanças, quando a autoconfiança e autoestima são indispensáveis. O componente político refere-se à habilidade para analisar, organizar e promover mudanças sociais e de cunho político. O componente econômico presume a independência financeira das mulheres (STROMQUIST, 1997; COSTA, 2004).

Aprofundando essa discussão, a ONU Mulheres Brasil (2010) desenvolveu sete princípios²² para o empoderamento, baseada na cartilha oficial global dos *WEPs* (Princípios de Empoderamento das Mulheres, da sigla em inglês), juntamente com a Rede Brasileira do Pacto Global. As ações têm como objetivo tornar natural o avanço profissional das mulheres como líderes, ensinando as empresas e a sociedade que elas também podem estar em posições de destaque. Embora Bruschini (1994, p. 75) enfatize que na contemporaneidade as mulheres:

Encontram maior dificuldade para ocupar cargos de chefia e ganham menos do que seus colegas em todas as ocupações. Os diferenciais salariais entre os sexos se acentuam nas ocupações de nível superior e de chefia e

^{2 2} A liderança promove a igualdade de gênero: estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero. Igualdade de oportunidades, inclusão e não-discriminação: tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação. Saúde, segurança e fim da violência: garantir a saúde, a segurança e o bem estar de todos os trabalhadores e as trabalhadoras. Educação e formação: promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres. Desenvolvimento empresarial e práticas da cadeia de fornecedores e de marketing: implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia, de suprimentos e de *marketing* que empoderem as mulheres. Liderança comunitária e envolvimento: promover a igualdade através de iniciativas e defesa comunitária. Transparência, medição e relatórios: mediar e publicar os progressos para alcançar a igualdade de gênero.

se mantêm mesmo nas ocupações nas quais a participação feminina é mais acentuada.

Ou seja, mesmo que cada vez mais elas venham conquistando espaços, continuam condicionadas a salários menores em relação aos homens, tornando-se uma forma de discriminação. Para OIT (1958), o termo discriminação é dado por toda distinção, exclusão ou preferência com base em preconceitos para anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão. A falta de informação e o tratamento das diferenças reforçam os casos de preconceito, que são causados pela questão sociocultural, para com as minorias. Assim,

Os estudos feministas partem do pressuposto que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. (LISBOA, 2008, p. 2-3).

Nesse sentido, apesar de muitas mulheres passarem por discriminações e preconceitos no mercado de trabalho, as mesmas estão se posicionando, mostrando as suas capacidades e desconstruindo aos poucos a invisibilidade que cerca o trabalho feminino. Essa realidade se faz presente no mercado de eventos, como será tratado no tópico a seguir.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO MERCADO DE EVENTOS

Os eventos destacam-se por, cada vez mais, serem uma excelente estratégia para produzir emprego, renda, desenvolvimento local e incentivar o turismo (BRITO; FONTES, 1997).

Historicamente, conforme Martin (2003, p. 4). “os eventos são acontecimentos que possuem suas origens na Antiguidade e que

estiveram presentes nos diversos períodos da história da civilização humana”. Assim, desde a Antiguidade, na Grécia Antiga, os gregos, com seus jogos que se sucediam e se intercalavam, deram origem ao primeiro calendário de competições esportivas, os Jogos Olímpicos, considerado um dos primeiros grandes eventos promovidos na história e que se perduram até a contemporaneidade (MARTIN, 2003, p. 4).

Com o passar dos séculos, outros tipos de reuniões e encontros foram surgindo, havendo a necessidade de criar normas e padrões para conduzi-los. Segundo Brito e Fontes (1997, p. 66),

Eventos são acontecimentos previamente planejados, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto, apresentando os diagnósticos de resultados e os meios mais eficazes para atingir determinado objetivo.

Isso posto, ressalta-se a importância da ação de um profissional capaz de conduzir essa prática com mais efetividade possível e o quanto ele é fundamental para o êxito da realização de um evento. Dessa maneira, faz-se necessário especializar-se na área, buscar conhecimentos para desenvolver um evento com qualidade.

Dentre as diversas funções que podem ser desempenhadas por aqueles que atuam no mercado de eventos, segundo Tenan (2002), tem-se: o Organizador de Eventos, que é o indivíduo responsável por toda a produção de um determinado evento, ao tirar uma ideia do papel e colocá-la em movimento por meio da execução do evento em si; o Promotor de Eventos, que é a pessoa que promove o evento que foi pensado por ela mesmo ou por outra pessoa através da divulgação, pela criação e execução de ações promocionais como ativação e destaque de marcas, negócios e eventos em geral; o Cerimonialista, que é o indivíduo especializado em organização de cerimoniais, sejam eles de caráter social, religioso, militar ou científico, de forma simplificada é o condutor dos eventos; o Mestre de Cerimônia,

que é o anfitrião de um evento, precisa ter uma boa dicção, conseguindo conduzir ao público o roteiro de um cerimonial.

Assim como, o gestor é o organizador que está planejando o evento, diferentemente do promotor que está promovendo. O organizador realmente é esse que pensa, planeja e que precisa inspirar a sua equipe, fazendo com que acreditem no trabalho desempenhado. Caso a pessoa que está à frente da gestão não consiga essa atitude de engajamento, o evento raramente terá sucesso.

Nesse sentido, Tenan (2002) expõe as atribuições mais frequentes para o organizador de eventos, que pode variar de acordo com as características de cada evento, saber: (a) estabelecimento dos objetivos e metas do evento; (b) definição do perfil do participante; (c) seleção e/ou escolha do local e da data; (d) consultoria ou estabelecimento do conteúdo do programa; (e) definição do custo de inscrição; (f) esboço do orçamento; (g) planejamento do programa para acompanhantes; (h) organização de entretenimento e programação social; (i) ações de *marketing* e publicidade; (f) produção de material impresso; (g) negociação de contratos com fornecedores de materiais e serviços; (h) gerenciamento de reservas e inscrições; (i) arranjos relativos a transporte e hospedagem; (j) coordenação de preparativos com os gerentes de serviços; (l) planejamento e gerenciamento de alimentos e bebidas; (m) definição da configuração das salas; (n) treinamento de pessoal; (o) avaliação do evento.

Percebe-se, assim, que essas atribuições requerem determinadas habilidades e competências que podem ser adquiridas com a busca por formação e qualificação profissional, bem como com a experiência que permitem a integração de conhecimentos na área, fazendo com que o profissional ganhe espaço e visibilidade no mercado, conforme o seu desempenho e nível de atribuições.

Desse modo, acredita-se que para a realização de um evento exitoso, o profissional deve assumir um papel fundamental, “[...]central e de extrema responsabilidade, trabalhando tanto nos bastidores como à frente do evento. Por esse motivo, espera-se que ele esteja sempre presente, disponível, ativo, prestativo e apresentável” (GIACAGLIA,

2004, p. 187). Logo, o profissional precisa ser capacitado, demonstrando segurança e conhecimento sobre o trabalho que realizará.

Frente a esse cenário, Tenan (2002, p. 76) aponta as características essenciais no profissional de eventos,

[...] é desejável que esse profissional revista-se de características pessoais muito especiais, entre elas: paciência, organização, senso de humor, habilidade para comunicar-se, flexibilidade, muita energia mental e física, conhecimento de boa cozinha, orientação para pessoas, diplomacia, educação, energia, "nervos de aço", atenção para os detalhes, capacidade de ver o todo e paixão pela excelência.

Dessa forma, o profissional da área deve ser bem articulado e qualificado, possibilitando uma metodologia adequada ao realizar os eventos, criando estratégias para um funcionamento exitoso, estando preparado para qualquer situação que venha acontecer.

EMPODERAMENTO EM CONSTRUÇÃO

Buscando analisar de forma mais didática como as gestoras de eventos se empoderam, este tópico está subdividido em três seções. Primeiramente, discorre-se sobre o perfil das entrevistadas, assim como as suas trajetórias educacionais e profissionais. Em seguida, analisam-se as expressões e o processo de empoderamento. Por fim, a análise aponta os conflitos e desafios enfrentados, a partir das relações de gênero.

Perfil, trajetória educacional e profissional das gestoras

Buscando analisar os dados coletados junto às gestoras e suas respectivas empresas de eventos da cidade de Mossoró/RN e manter o anonimato das mesmas por questões éticas, elas serão representadas por letras, conforme breve caracterização apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Raça	Idade	Estado civil	Filhos
A	Branca	36	Casada	2
B	Parda	32	Casada	0
C	Branca	32	Casada	1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa de campo (2020).

Considerando o perfil das entrevistadas, no que se refere à raça, duas são brancas e a outra, parda. No que se diz respeito ao estado civil e aos filhos, ambas são casadas e apenas uma não tem filhos. Percebe-se que se trata de mulheres que são profissionais, esposas e, a maioria delas, mãe, reforçando o que Bruschini (1994) defende sobre o papel que a mulher assume na sociedade, pela atribuição de múltiplas tarefas.

Considerando a faixa etária, as três têm idades semelhantes, uma com 36 anos e as demais com 32 anos, encontrando-se ambas em idade laboral.

Sobre o grau de escolaridade das entrevistadas, a entrevistada A tem formação em curso técnico, já as entrevistadas B e a C concluíram o Ensino Superior. Evidenciou-se que a entrevistada A é Técnica em Gestão Empresarial de Negócios; a entrevistada B é Bacharel em Ciências Contábeis (UERN) e pós-graduada Gestão Empresarial (UERN); e a entrevistada C é Bacharel em Turismo (UFRN).

No que refere à naturalidade das gestoras, as três são naturais do Estado do Rio Grande do Norte, dos seguintes municípios situados no oeste Potiguar: a entrevistada A é natural de Upanema e as entrevistadas B e C são de Mossoró.

Considerando a trajetória das entrevistadas para atuar nesse segmento, constatou-se que, a princípio, as gestoras iniciaram as suas carreiras desenvolvendo atividades no comércio, conforme se observa nos relatos a seguir: *“Eu comecei a trabalhar com 14 anos, no supermercado da minha família”* (Entrevistada A); *“Meu primeiro emprego foi no varejo aqui em Mossoró, eu tinha terminado o Ensino Médio”* (Entrevistada B); *“Meu primeiro emprego foi em uma empresa*

.....

de eventos [...] no primeiro ano de faculdade, eu tinha 18 anos, fui chamada pra trabalhar em uma empresa de eventos, como estágio” (Entrevistada C).

Assim, percebe-se que a entrevistada A começou a trabalhar ainda muito jovem, na sua adolescência, assumindo responsabilidade na empresa da sua família. Aos 16 anos, saiu para finalizar o Ensino Médio, pois tinha se afastado da escola. Já a entrevistada B, iniciou sua trajetória profissional aos 19 anos, logo após terminar o Ensino Médio, como operadora de caixa em uma loja de departamento. A entrevistada C, desde a primeira experiência teve contato com a área escolhida para seguir carreira.

No tocante a inserção das entrevistadas do mercado de eventos, a gestora A afirmou que trabalhou em empresas de eventos, ganhou *know-how*³ por se identificar com a área, dessa forma, decidiu empreender. Todavia, não foi algo fácil, teve problemas familiares e financeiros, inclusive pensou em desistir de atuar no mercado, mas teve o incentivo de uma amiga para continuar trabalhando. Esse fato demonstra a importância das mulheres passarem a ter consciência dos seus papéis como apoio para as demais e expressa a força do processo de contribuição na colaboração feminina, uma etapa importante no processo de empoderamento (SAFFIOTI, 2015).

Já a entrevistada B, contadora por formação, constatou que essa área não era o que queria para sua vida profissional. Ademais, apreciava organizar eventos da sua família e, por consequência, quando foi estabelecer detalhes do seu próprio casamento, considerou a possibilidade da área de eventos como carreira, até então não havia pensado nisso como uma alternativa. Dessa forma, em 2014, abriu a sua própria empresa, como no início não tinha muito retorno financeiro, também trabalhava no cargo de gerente em uma construtora da cidade de Mossoró.

Pode-se observar, assim, que por mais que as entrevistadas A e B tivessem dúvidas ou receio em empreender, esse fato não as

³ *Know-how* é uma expressão em inglês usada para se referir ao conhecimento adquirido ao desenvolver determinadas atividades.

tornam menos fortes e independentes, só comprova que empoderar a mulher não é depositar sobrecarga nelas e sim entender que as mesmas também possuem uma série de questionamentos sobre as suas questões pessoais e profissionais e estão dispostas a enfrentá-los. Conforme discutido por Costa (2004), o qual aponta o empoderamento como um processo que envolve uma nova concepção de poder. Essas mulheres estavam no controle das suas vidas e decidiram continuar e confiar nas suas competências, apesar dos medos e riscos a serem enfrentados.

Já a entrevistada C, em toda a sua vida profissional trabalhou com eventos, desde o seu primeiro contato como estagiária em uma empresa de eventos em Natal, ao qual trabalhou por quatro anos. Então, decidiu voltar para Mossoró, após se formar no curso de Turismo, abriu a sua empresa em 2011: *“eu sempre tive essa certeza que eu queria trabalhar com sonhos, trabalhar com casamento, trabalhar com eventos sociais e aí resolvi encarar e está dando muito certo”*. O depoimento revela que, desde muito cedo, a mesma sempre teve convicção da carreira que desejava seguir, demonstrando-se autoconfiante e autossuficiente na iniciativa de empreender, características importantes no processo de empoderar-se (COSTA, 2004; SARDENBERG, 2009).

No que se refere à caracterização de cada empresa, todas são relativamente recentes. A entrevistada A afirmou que sua empresa foi criada em 2010, embora a mesma tinha 16 anos de experiência na área. Já a entrevistada B, abriu a sua empresa em 2014. A entrevistada C abriu a sua em 2011. Além disso, a empresa A trabalha exclusivamente com serviços para formatura; já a empresa B, trabalha desde eventos para formandos, como com assessoria de cerimonial, principalmente, casamentos, aniversários de 15 anos e festas infantis; a entrevistada C trabalha com cerimonial em eventos sociais.

Vale ressaltar, que a empresa A se caracteriza como de grande porte, no que se refere ao espaço físico, pois é composta por seis setores, sendo eles: recepção, decoração, administrativo, cerimonial,

financeiro e fotos. Além do mais, realiza o atendimento na cidade de Mossoró e região. Já a empresa B, é caracterizada como de pequeno porte, por ser apenas um escritório com uma sala, não ter recepcionista fixa, não ter espaço para guardar decoração ou mesmo as placas das turmas, assim como a empresa C, que também possui um escritório pequeno e tem apenas uma funcionária que trabalha no turno da tarde.

Acredita-se que com isso a capacidade social e pessoal das entrevistadas possibilitou transformações sociais de poder em suas vidas e no mercado, tornando-o cada vez mais competitivo. De acordo com Stromquist (1997) e Costa (2004), percebe-se a presença de um componente importante para o empoderamento: a autoconfiança e a autoestima. Conforme o relato das suas experiências, pôde-se observar que mesmo não acreditando em tempo integral que conseguiriam se estabelecer na área, elas tiveram uma trajetória carregada de resistência, tanto no âmbito educacional quanto no profissional, ao se capacitarem para as suas respectivas funções atuais.

Como resultado desse esforço, todas têm sua independência financeira, que, segundo Stromquist (1997) e Costa (2004), faz parte do componente econômico, um dos quatro componentes que melhor definem o empoderamento. Isso posto, identificou-se que rendas salariais estão na mesma faixa, mesmo a empresa A possuindo maior porte que a empresa B e C. Assim, os salários das gestoras equivalem de 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00). Visto que, os seus devidos salários são dependentes da demanda de eventos solicitados, por esse motivo os salários podem variar de mês para mês.

Expressões e processos de empoderamento

Primeiramente, buscou-se aqui entender quais habilidades e competências são necessárias para o profissional atuar no mercado de eventos e como se relacionam ao processo de empoderamento. Ao analisar as respostas das entrevistadas, observou-se que as percepções são distintas, porém, complementares.

A entrevistada A respondeu que para trabalhar nessa área se precisa de muita paciência e “jogo de cintura”, pois acredita que gradativamente as pessoas estão mais críticas, principalmente, com acesso as redes sociais, percebendo cada vez mais a dificuldade de agradar as pessoas em geral. Com isso, ratifica-se a postura do profissional de eventos que, conforme Giacaglia (2004), é fundamental o gestor possuir caráter formativo, pois, diariamente, precisa tomar decisões e exercer sua capacidade de negociação e resolução de problemas.

Seguindo essa lógica, a entrevistada B acredita que para atuar na área precisa ter capacitação profissional e constatou que na cidade de Mossoró muitas pessoas começam sem realizar nenhum tipo de investimento em cursos: *“infelizmente, muitas pessoas iniciam sem curso, então assim, a gente vê um cerimonial em cada esquina e a gente não sabe como esse pessoal trabalha, entendeu?”*.

As características apontadas pelas entrevistadas encontram respaldo nos estudos propostos por Tenan (2002) e fazem parte das competências do profissional de eventos: ter muita energia mental e física para escutar os clientes, como posto pela entrevistada A, já que estão expostas para lidar com qualquer pessoa. Além disso, deve “nervos de aço” quando nos eventos ocorrem situações fora do planejado ou mesmo com os próprios fornecedores e serviços terceirizados. Em relação à capacitação profissional é desejável que quem esteja à frente do evento ou nos bastidores tenha qualificação, encontrando-se apresentável, atento e interessado (GIACAGLIA, 2004). Assim, essas habilidades são adquiridas e sobressaem com a busca por conhecimento.

Já a entrevistada C apontou que as habilidades e competências são necessárias para o profissional: *“acho que você tem que ter habilidade de ser proativo, de ser simpático, saber lidar com o público de diversas formas”*. Dessa forma, o profissional é responsável por supervisionar o trabalho de toda a sua equipe, verificando se tudo está ocorrendo como planejado. Destaca-se, assim, as habilidades desenvolvidas do pensamento crítico entre as mulheres e a cola-

boração grupal, defendidos por Stromquist (1997) e Costa (2004), fundamentais para uma gestão exitosa.

Outro aspecto importante para atuar no mercado de trabalho, seja na área ou não, é a colaboração entre as empresas. Colaborar com outras mulheres e valorizar o trabalho delas seria uma alternativa para crescerem juntas e não pensar nas outras empresas como concorrentes, criando, portanto, uma rede de contatos.

Assim sendo, compreende-se que o setor de eventos como campo de atuação profissional para a mulher é extremamente competitivo, diante do que as entrevistadas expuseram. Nesse cenário, segundo Stromquist (1997) e Costa (2004), a melhor forma de exercer a colaboração feminina é mostrar para as mulheres que não são rivais e fazê-las entender a necessidade de se apoiar, fortalecendo os seus trabalhos e, conseqüentemente, inspirando outras mulheres a seguirem os mesmos caminhos.

Quando questionadas sobre a oferta de qualquer tipo de qualificações que as gestoras oferecem aos funcionários das empresas, foi unânime as respostas das gestoras, todas proporcionam treinamentos de técnicas usadas em eventos. Acredita-se que são equipes capacitadas, participam de palestras e congressos na área, fazem treinamento de vendas e se qualificam no atendimento ao cliente, atestando os pensamentos de Tenan (2002) sobre a importância da formação continuada para o profissional de eventos.

Além disso, as gestoras prezam o trabalho em equipe, seja uma equipe composta por homens e mulheres ou apenas por mulheres. Considerando a quantidade total de funcionários de cada empresa, bem como por gênero e os respectivos vínculos empregatícios, constatou-se que o corpo funcional da empresa A é composto por três mulheres e três homens, os cargos que as mulheres ocupam são: gerência, setor financeiro e setor de fotografia. No que se diz respeito aos homens, dois são representantes de vendas e um é designer. Já na empresa B, além da gestora, são mais seis mulheres na função de

receptionistas de eventos. O mesmo ocorre na empresa C que são sete mulheres, todas na função de auxiliares de eventos.

Outro ponto destacado pelas entrevistadas, diz respeito ao fato delas não admitirem nenhum tipo de violência no trabalho, valorizando o respeito mútuo entre os funcionários. À vista disso, quaisquer desentendimentos ocorridos entre membros da equipe são solucionados com diálogos. De acordo com o Manual de Boas Práticas e Código de Ética para a Igualdade de Gênero no Sector do Turismo (GENTOUR, 2012), as empresas precisam melhorar a comunicação com os seus funcionários para prevenir possíveis conflitos. Entende-se que para alcançar a igualdade de gênero e diminuir riscos de violência dentro de uma empresa, precisa-se ter comprometimento enquanto gestora.

Ainda sobre a política de tolerância zero a todas as formas de assédio no trabalho, a entrevistada B afirmou que não admite relacionamentos durante os seus eventos e sempre alerta a sua equipe, formada unicamente por mulheres, que não devem dar liberdade aos homens. Do mesmo modo, a entrevistada C esclarece: *“elas são totalmente orientadas em nenhum momento dar nenhuma brecha”*. Os relatos das entrevistadas denotam que mesmo diante das conquistas e superações pelas quais vêm passando, ainda reproduzem discursos que devem ser combatidos, as falas reforçam que a importunação e o assédio do homem é consequência da liberdade ou da brecha que a mulher dá.

Compreende-se que as expressões e os processos de empoderamento das entrevistadas perpassam por todas as suas experiências ao longo de suas vidas.

Conflitos e desafios a partir das relações de gênero

Quando questionadas sobre quais são os critérios utilizados para contratação profissional em suas empresas, a entrevistada A informou que *“não há necessidade de ter experiência, porque a*

gente faz questão de treinar o funcionário" e ainda acrescentou que *"sendo agradável, sabendo fazer bem a função, a gente contrata"*. Entende-se que, ao contratar, a formação específica na área não é um pré-requisito.

Da mesma forma, a entrevistada B leva em consideração, principalmente, a postura, educação, ratificando as características primordiais apontadas por Tenan (2002), entre elas: paciência, educação, senso de humor, assim como a habilidade de se comunicar, todas citadas pelas entrevistadas. Já a entrevistada C acredita que um pré-requisito para contratação é possuir um ensino superior completo ou em andamento. Acredita-se que todas as particularidades mencionadas são extremamente pessoais.

Referente à estética, a entrevistada B retratou não ter preconceito em relação à pessoa ser gorda ou magra, pois o importante são as habilidades frente as suas respectivas funções. Contudo, acredita que no mercado de eventos ainda existe muita discriminação, pois relatou haver casos em que alguns clientes escolheram recepcionistas para os eventos, dando preferência as magras e apontou: *"[...] tem muito preconceito em relação a isso, têm clientes que exigem que a gordinha não vá, infelizmente, a gente tem isso e ela é a minha melhor funcionária [...]"*. A gestora acrescentou que a sua funcionária mais eficiente não está dentro dos padrões impostos, uma vez que a área também trabalha com a imagem.

Percebe-se que os padrões de beleza estão presentes em todos os âmbitos da sociedade, não seria diferente com o mercado de eventos, conforme afirma Wolf (1992, p. 26), "O mercado de trabalho refinou o mito da beleza como uma forma de legitimar a discriminação das mulheres no emprego". Ainda assim, acredita-se que as habilidades e competências não estão de nenhuma forma relacionadas à aparência, ao biótipo ou às condições físicas.

Quando perguntadas se o fato de as funcionárias terem filhos influenciaria no processo de contratação, todas afirmaram que não. Ressalta-se que a maior parcela das mulheres que procuram emprego

na empresa B, são aquelas que tem filhos e trabalham, mas como os eventos acontecem aos finais de semana, veem como possibilidade de adquirir uma renda extra. A entrevistada C esclarece que não é um motivo para influenciar na contratação.

Na continuação da entrevista foi perguntado sobre alguém da equipe ter relatado ter passado por situações de assédio moral ou sexual, a entrevistada A apontou que não. A entrevistada C relatou que *“já tive em alguns casos funcionárias que começou a chorar eu precisei mandar pra casa, por grosserias de convidados”*, referindo-se ao assédio moral. Já a entrevistada B afirma: *“[...] o irmão da noiva querendo que a gente vá dançar e puxa pelo braço, mexe no cabelo, não algo tão grave. A gente diz que não é grave, porque a gente tenta relevar”*. Acrescentou que, por trabalhar em festas com alto teor alcoólico, isso acontecia com frequência, contudo, com o primeiro “não” direcionado a esses homens, os mesmos paravam.

Dessa forma, entende-se que culturalmente as mulheres são criadas para aceitarem situações que muito provavelmente não deveriam assentir. Quando falam “não” ou quando dizem o que pensam, são taxadas como difíceis, exageradas, mandonas ou, até mesmo, agressivas. Isso corrobora com Saffioti (2015) quando aponta que o patriarcado está vinculado ao poder e ao dinheiro. O poder, sobretudo, está vinculado ao homem branco e, de preferência, heterossexual. Assim, quando a entrevistada B relata no seu depoimento que precisa relevar certas atitudes, percebe-se o dinheiro como autoridade e, para ela, conquistá-lo é desafiador, diante da realidade em que as oportunidades entre os gêneros não são iguais.

Nesse sentido, Costa (2004) afirma que o empoderamento feminino representa mudanças nessas categorias de poder, especialmente voltadas à família, na qual as mulheres passam a ter autonomia, mormente as relacionadas aos seus direitos, inclusive no que se refere à iniciativa de empreender, mostrando que essa escolha parte das próprias gestoras entrevistadas.

As gestoras expuseram as suas opiniões em relação às diferenças entre os homens e as mulheres, no que diz respeito às competências diante o trabalho. A fala da entrevistada A foi simplesmente que não enxergava nenhuma diferença. Diferentemente da entrevistada B, que apontou o motivo de não contratar homens para a sua equipe e salientou: *“Eu não contrato homens, por que a gente trabalha muito com noivas, então, minhas assistentes ficam muito próximo às noivas, a gente troca vestido [...] não tem como trabalhar com homem [...]”*. O mesmo motivo foi indicado pela entrevistada C.

Contudo, a entrevistada B comenta que os homens são contratados para fazer o trabalho de segurança *“às vezes, a gente precisa contratar segurança, às vezes, são festas com muita bebida alcoólica, então, a gente bota, dois assistentes, porque a gente tem um respaldo maior [...]”*. Ainda ressaltou: *“mulher é muito mais frágil, frágil entre aspas”*, referindo-se à função de segurança.

Sendo assim, é importante destacar que historicamente e culturalmente “ainda em termos ideais, a masculinidade era associada à força, racionalidade e coragem, enquanto eram ‘características femininas’ o instinto maternal, a fragilidade e a dependência” (PINSKY, 2013, p. 229). Dessa forma, a força física sempre foi vista como uma característica masculina e, por mais que a entrevistada B não acredite que a mulher é um ser frágil, ela mostra que caso a situação em alguns dos seus eventos saia do controle, o segurança do sexo masculino é a opção mais provável.

Como resultado da pesquisa, constata-se que as gestoras tratam suas equipes de forma inclusiva, de forma justa não as discriminando, seja em questão de gênero ou de aparência, conforme a cartilha da ONU (2010) aponta em um dos seus sete princípios de empoderamento das mulheres, relacionados ao mercado de trabalho. Assim, investindo na capacitação profissional, garantindo a saúde e a segurança de todos os funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender como se manifesta o empoderamento feminino das gestoras em eventos de Mossoró/RN, partindo da premissa do contexto contemporâneo, onde as discussões sobre gênero se fazem necessárias e estão cada vez mais presentes para debates. Assim, a pesquisa torna-se fundamental para o caminho em prol da igualdade de gênero na área de eventos.

Com base nos dados levantados, verificou-se que as gestoras têm a mesma faixa etária e investem na sua educação e capacitação. Elas enfrentaram muitos desafios no início da carreira, antes e depois de abrirem as suas respectivas empresas. Dificuldades essas relacionadas à vida pessoal, também à vida profissional, acreditando que não conseguiriam permanecer e crescer na área. Porém, toda essa trajetória foi marcada por muita persistência, de forma que reconheceram a suas habilidades, competências e capacidades diante as adversidades da vida.

Além disso, verificou-se que as gestoras acreditam que o mercado de eventos da cidade de Mossoró/RN é cercado por competitividade feminina, uma vez que a área é composta majoritariamente por mulheres. Essas competições impossibilitam o avanço profissional das mulheres que estão iniciando como líderes, indicando que não existe empatia por parte das empresas que estão há mais tempo no mercado.

Percebe-se, também, que as expressões e os processos de empoderamento estão presentes na forma como elas gerenciam os seus negócios, lidam com os seus funcionários e tratam os seus clientes. Dessa maneira, conhecem os seus direitos e reconhecem as suas responsabilidades. Assim, entende-se que individualmente as gestoras tomaram consciência de si mesmas e da realidade dos seus papéis enquanto mulheres, diferentemente do papel coletivo do mercado de eventos, em que não existem parceiras.

Mediante resultados da pesquisa, foi possível verificar quais os conflitos e os desafios enfrentados por essas gestoras, a partir das relações de gênero, apresentando que diante a sociedade patriarcal não é necessário cometer discriminação aberta ou mesmo violência explícita para demonstrar que há presença de desigualdades entre homens e mulheres.

Observa-se, então, nos depoimentos e atitudes das entrevistadas, a presença de componentes que melhor definem o empoderamento e se sobressaem. Logo, os resultados apontam os componentes: psicológico associado à autoconfiança e a autoestima; o econômico referente à independência financeira das gestoras; o cognitivo, no que diz respeito ao reconhecimento dos seus direitos e das relações de gênero. Além disso, o componente político é o que menos se destaca, no que presume habilidade em promover mudanças de cunho político. Já em relação a outro aspecto desse mesmo componente aponta para análise e organização de mudanças sociais, acredita-se que se destaca com menos força que os demais que foram aqui citados.

Por fim, diante das constatações nesta investigação, espera-se que as mulheres, não apenas da área de eventos, lutem por um salário justo, tenham voz ativa para expor o que pensam o que querem e o que planejam, posicionem-se perante à sociedade e ao mercado, dividindo o poder e a liderança de forma justa.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. Sejamos todos feministas. **TEDxEuston**, 12 abr. 2013. Disponível em: <https://youtu.be/hg3umXU_qWc>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. p. 147-178.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: INEP, 2018a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: mulheres no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: INEP, 8 mar. 2018b.

BRITO, J.; FONTES, N. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2006. p.133-176.

BRITO, J.; FONTES, N. Turismo e eventos: Instrumento de promoção e estratégia de marketing. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 65-74, 1997.

BRUSCHINI, C. A mulher no mercado de trabalho. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; NIPAS, 1994. p. 69-115.

CARNEIRO, S. Identidade feminina. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; NIPAS, 1994. p. 187-193.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. A química das mulheres. Salvador, 2004.

GENTOUR, P. **Manual de boas práticas e código de ética para a igualdade de gênero no sector do turismo**. Aveiro, PT: Universidade de Aveiro, 2012.

GIACAGLIA, M. C. **Organização de eventos: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MARTIN, V. **Manual prático de eventos**. São Paulo: Atlas, 2003.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: tendências para mulheres 2018**. Brasília: OIT, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ONU Mulheres Brasil. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Brasília, DF: ONU, 2010.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 229-248.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, 1994. p. 271-283.

SANTOS, P. C.; NASCIMENTO, E. G. C. Entendendo a Resolução 466/2012 e suas principais orientações para os pesquisadores. In: SANTOS, P. C.; NASCIMENTO, E. G. C. (Org.). **Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos: o que é preciso para aprovar um projeto de pesquisa**. Mossoró, RN: EDUERN, 2018. p. 83-94.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – Projeto TEMPO, 1., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: NEIM/UFBA, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In LEÓN, M. (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: MT Editores, 1997.

TENAN, I. P. S. **Eventos**. São Paulo: Aleph, 2002.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

EXPERIÊNCIAS DE CONSUMO TURÍSTICO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA COLABORATIVA: A OFERTA DE MEIOS DE HOSPEDAGEM NA PLATAFORMA VIRTUAL AIRBNB NO CONTEXTO DE MOSSORÓ/RN

Salete Gonçalves
Rosa Maria Rodrigues Lopes
Marcelo da Silva Taveira

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é a primeira etapa de um estudo de caso que tem como objetivo geral investigar como o modelo de hospedagem Airbnb se configura e se desenvolve nas cidades médias na região Nordeste do Brasil, e que estão inclusas no Mapa Brasileiro do Turismo no período de 2019–2021.

A busca pela compreensão sobre a oferta de meios de hospedagens através da utilização de plataformas digitais como Airbnb no contexto de cidades médias nordestinas, com especial destaque para Mossoró, demandou uma leitura que tomou como referência aspectos relacionados ao consumo e à resiliência urbana e, por consequência, o sistema turístico frente às situações de crise, sobretudo, de ordem econômica. Nesse sentido, os autores como Costa e Sonaglio (2017), Lobo (2018), Padilla *et al.* (2018) ajudaram na abordagem teórica e sobre a problemática que tangencia discussões sobre inovação, criatividade e economia colaborativa. Já os autores Lipovetsky (2014) e Bauman (2008), contribuíram para a compreensão direcionada ao campo do consumo na lógica da economia capitalista. A leitura teórica possibilitou, assim, o estabelecimento de

uma construção relacional entre turismo, consumo, inovação, resiliência e economia colaborativa. Esse foi, portanto, o delineamento, da pesquisa bibliográfica, enquanto procedimento técnico de maior relevo para o trabalho de investigação.

As cidades foram selecionadas a partir do número de habitantes (entre 100 mil e 500 mil moradores), em conformidade com a definição institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre cidades médias, e da relevância econômica e regional, sendo apenas 1 (uma) nessa fase preliminar do estudo, são elas: Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Imperatriz (MA), Parnaíba (PI), Juazeiro do Norte (CE), Arapiraca (AL), Vitória da Conquista (BA), e Nossa Senhora do Socorro (SE).

Neste texto, a discussão será realizada com base na análise do município de Mossoró, integrante do Polo de Desenvolvimento Turístico Costa Branca, instância de turismo regional. a segunda maior cidade do estado potiguar em número de habitantes e desenvolvimento econômico e considerada pelo IBGE como uma cidade de porte médio.

A metodologia utilizada nessa etapa é de caráter exploratória, com abordagem qualitativa e baseada em uma observação e coleta de informações na plataforma virtual Airbnb. Conforme entendimento de Gil (2008), uma característica importante da pesquisa exploratória é a necessidade de explicitar mais amiúde uma problemática ainda pouco investigada. Essa caracterização anuncia, assim, para relevância da pesquisa tanto do ponto de vista do tratamento dado à temática como da análise do objeto de estudo. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, ainda carente de dados sistematizados, conforme métodos científicos, os resultados foram discutidos, tomando como referência informações secundárias a partir de pesquisa realizada na própria plataforma Airbnb entre os dias 17 e 27 de novembro de 2019, através de uma observação virtual das seguintes categorias: tipos de propriedades; anúncios ativos por categoria; ano que o anfitrião se inseriu no site; preço; classificação; e inovações.

Ressalta-se que a chegada da internet e as novas formas de relações sociais no ciberespaço – mídias sociais, aplicativos de mensagens, *blogs* e *sites* – tornam-se um desafio para a compreensão de novos métodos de pesquisa (HINE, 2005).

Os resultados deste artigo são preliminares, uma vez que se trata de um recorte espacial de uma pesquisa mais ampla que está em andamento e envolve professores de duas Instituições de Ensino Superior (IES), a saber: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A finalidade é abranger, nos próximos anos, as maiores cidades médias de toda a região do Nordeste do Brasil, no sentido de avaliar os efeitos e as principais experiências proporcionadas pelo Airbnb nos destinos turísticos regionais.

DELINEAMENTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A ECONOMIA COLABORATIVA NO ÂMBITO DO TURISMO

A abordagem que toma como referência a economia colaborativa no âmbito do turismo, requer o entrelaçamento teórico entre o que se compreende pela dinâmica do consumo na sociedade atual, a inovação, a resiliência e sua relação com o turismo. Todos esses elementos são permeados de significados, sobretudo, porque o turismo se realiza com base em características crescentemente dinâmicas. No que pese a relevância de um destino turístico já consolidado em termos de infraestrutura e qualificação da mão de obra, constantemente outros destinos surgem com um potencial competitivo e muito alinhado ao mercado consumidor, cada dia mais exigente e afeito às inovações.

Dessa forma, pensar o turismo de um destino, no sentido de mantê-lo e/ou otimizá-lo é considerar as várias nuances de mercado que se encontram antenadas às constantes inovações da oferta, bem como da demanda. Ainda que sua consolidação tenha se dado com base numa oferta peculiar, faz-se importante que seja reinventado,

no sentido de se manter competitivo diante de um contexto dinâmico em que outros destinos se reorganizam na busca por diferenciais.

De um modo mais amplo, o cenário é originário de um contexto de grandes acontecimentos tanto do ponto de vista econômico como político e social. Vive-se, desde a segunda metade do século XX, um turbilhão de transformações com repercussão direta no modo de viver da sociedade. De uma crise vivenciada pelo sistema financeiro global em 2008, que teve como epicentro o mercado imobiliário norte-americano, o mundo passou a experimentar, em espaços de tempo cada vez mais estreitos, mudanças substanciais.

Ao estudar esses acontecimentos que expressam uma maior dinâmica espacial, evidenciada, sobretudo, por uma maior proximidade e interdependência entre os espaços, Harvey (2004) assinala que estamos vivenciando um processo de compressão espaço-tempo, onde a aceleração orienta o tempo e estreita a distância entre os diversos espaços, reorganizando a geopolítica mundial e abrindo novas perspectivas e desafios aos processos produtivos, que têm no consumo sua força principal.

Essa é a ideia do capitalismo de consumo que reorienta a perspectiva econômica no contexto capitalista contemporâneo, dando uma maior centralidade ao consumo, fato que delineia a conformação de uma sociedade do hiperconsumo, resultado da gestação de uma civilização do desejo, conforme defende Lipovetsky (2014). Pare ele,

[...] impõe-se comercializar todas as experiências em toda a parte, em qualquer momento e para todas as idades, diversificar a oferta adaptando-a às expectativas dos compradores, reduzir os ciclos de vida dos produtos através da rapidez das inovações, segmentar os mercados, favorecer o crédito ao consumo, fidelizar o cliente mediante práticas comerciais diferenciadas. (LIPOVETSKY, 2014, p. 9).

Nesses termos, e acompanhando essa interpretação, entende-se que o consumo no turismo, está pautado na diversidade, ori-

ginalidade e personalização, o que sinaliza para cenários constantes de superação desejosos de modelos inovadores. Essa conjuntura de mudanças requer um redirecionamento do planejamento e da gestão das organizações e dos destinos turísticos, no sentido de preservar suas estruturas essenciais que deram significado à exploração pelo turismo, mas, sobretudo, de readaptá-las às novas tendências do mercado.

Como a atividade turística se encontra essencialmente associada/alinhada à inovação e por tratar-se de uma atividade econômica de características marcadamente transitórias e vulneráveis às crises econômicas, sociais, políticas e ambientais, a noção de resiliência tem sido sistematicamente ligada à necessidade de manutenção dessa atividade. Essa manutenção não está circunscrita tão somente à ideia de proteção ou de assegurar as estruturas e modelos já existentes, mas à capacidade de se reinventar diante de um mercado competitivo, afeito às diversas inovações tanto do ponto de vista dos processos como do ponto de vista dos produtos. É nessa perspectiva que se associa, com uma frequência cada vez maior, à atividade turística ideias como inovação e criatividade, reconhecendo, inclusive, os maiores desafios de um mercado diverso e complexo.

Ao ganhar notoriedade, esse mercado ratifica a compreensão de que o consumidor, conforme Bauman (2008), torna-se mercadoria, na medida em que reforça a necessidade, sempre atual de inovação traduzida em um estilo de vida, crescentemente vendável no espaço da virtualidade com a ajuda das redes sociais.

Para o autor, essa sociedade de consumidores representa “[...] o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de em estilo de vida e uma estratégia existencial consumista”. (BAUMAN, 2008, p. 71). Dessa forma, sem se apropriar conscientemente dessa identidade, os indivíduos consumidores fazem prosperar a prática do consumo, sustentada pela promessa de satisfação, realização e felicidade. Diante de todo esse movimento que revoga a satisfação

completa e definitiva em nome de novas formas de realização e felicidade, tem-se a formatação de uma sociedade “agorística”¹ (BAUMAN, 2008) com padrões de consumo crescentemente efêmeros, o que é bastante representativo da prática turística.

É sob o olhar da transitoriedade e da efemeridade que marcam a dinâmica da atividade turística na sociedade pós-moderna que se discute a resiliência. Mesmo que em essência, sua compreensão não esteja associada às ciências humanas e sociais, ela ganhou espaço em campos de estudos diversos, passando pelas ciências exatas, da natureza e da saúde. Esse conceito tem sido utilizado crescentemente pelas mais diversas áreas de estudo e seu entendimento tem, de uma forma genérica, perpassado a lógica da vulnerabilidade, dos riscos, das diversas problemáticas que compõem um dado contexto. Conforme explicitam Costa e Sonaglio (2017), em estudo que versa sobre a gestão do turismo em tempos de crise e vulnerabilidade, o conceito de resiliência apresenta um grande potencial, dada a característica dinâmica da atividade, muito embora ainda não receba a atenção devida, frente às inúmeras problemáticas que desafiam empresas e destinos turísticos:

[...] qualificar um sistema turístico, uma comunidade ou uma sociedade como “resiliente” significa, entre outros aspectos, dizer que diante de uma situação adversa ela é capaz de resistir, absorver, acomodar-se, adaptar-se e reconstituir-se em tempo e modo adequados, preservando e restaurando suas estruturas e funções essenciais. (COSTA; SONAGLIO, 2017, p. 100).

Segundo as autoras, no campo de discussão do turismo, a resiliência tem recebido uma atenção especial, sinalizada a partir dos estudos já realizados, em processo de realização, bem como a partir dos eventos, organizações e grupos de trabalho que têm dedicado esforços a sua problematização, a exemplo da criação de um Comitê de Resiliência do Turismo, por ocasião da 84^ª Sessão do Conselho

¹ ¹ Sociedade apressada em adquirir e juntar, descartar e substituir.

Executivo na OMT, realizada no ano de 2008, na cidade de Madrid/Espanha. Nesse sentido, observa-se que a sistematização desse debate em eventos, grupos de trabalho e em instrumentos de planejamento e gestão está se tornando comum nas discussões sobre os desafios do turismo frente às sucessivas crises observadas no mundo nas últimas décadas.

Ainda que em algumas discussões a resiliência não esteja direcionada exclusivamente à atividade turística, tendo em vista que em muitos casos se centra no campo da discussão da urbanização, o turismo é tomado como estratégico e passa a compor, inclusive, em casos brasileiros, os instrumentos de planejamento que tratam da resiliência no contexto das cidades, a exemplo de Porto Alegre/RS, que teve seu plano de resiliência instituído em novembro de 2019 e, juntamente com as cidades brasileiras de Salvador e Rio de Janeiro, fazem parte do Projeto “100 Resilient Cities”, criado pela Fundação Rockefeller no ano de 2013 (MOREIRA, 2017).

O fato é que o tratamento da resiliência no contexto de desenvolvimento da atividade turística tem se tornado uma prerrogativa para a sua promoção na contemporaneidade. Essa ideia se associa, por extensão, com os processos inovadores que têm marcado, de forma consistente, a oferta turística, seja no âmbito dos empreendimentos ou dos destinos, muitos dos quais já até ganharam títulos como de “destinos inteligentes” e “cidades inteligentes”, demarcando uma nova forma inovadora no fazer turismo.

É, portanto, nesse mundo de transformações constantes e demandas diversas que a inovação ganha espaço e os avanços tecnológicos, através da transformação digital, coroam o movimento dessa sociedade do hiperconsumo. No turismo, essa transformação se materializa em diversos serviços, tornando-os crescentemente competitivos, o que justificou, inclusive, a escolha do tema “Turismo e transformação digital”, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a ser debatido em evento que celebrou o Dia Mundial do Turismo, em 2018. Dentre as diversas nuances que perfazem essa discussão, am-

plia-se a necessidade de se pensar um jeito inovador de viajar, mas que seja amparado na perspectiva da sustentabilidade e da inclusão, conforme preconizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, proposta pela ONU.

Corroborando com essa discussão, Irving (2009, p. 109) afirma que “Em um sentido mais amplo, no plano global, novas tendências têm marcado também a ‘ressignificação’ do turismo, como, por exemplo, uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental [...]”. Ou seja, constata-se a existência de um novo perfil do consumidor de serviços turísticos, mais responsável e preocupado com o meio. Essas mudanças ganham mais força, atreladas ao uso da internet e ao avanço das tecnologias digitais, que estabelecem novas relações entre os turistas e a oferta turística, diminuindo e, em alguns casos, eliminando a necessidade de intermediadores (TRIGUEIRO, 2008).

Nesse cenário, destacam-se as plataformas digitais, que vêm ampliando as possibilidades de negócios no contexto do turismo e tornando-se veículos de promoção, o que tem incentivado o seu mercado consumidor, contribuindo com o fomento da atividade que, em algumas situações, acabam por evidenciar externalidades negativas, a exemplo de problemáticas relacionadas à regulação da atividade, ao descontrole sobre a capacidade de carga, à precarização do trabalho, dentre outras.

Esses novos modelos de negócio de base tecnológica vêm compondo o que muitos estudiosos têm chamado de economia colaborativa, muito embora, Stokes *et al.* (2014) afirmem que ainda não existe um consenso no tocante à definição desse termo, haja vista se tratar de um novo modelo econômico que envolve o uso de tecnologias digitais para conectar grupos de pessoas que anseiam a otimização no uso de bens, serviços, dinheiro, habilidades e conhecimento entre novas pessoas – criando redes e mercados. Nesse sentido, as autoras ponderam que:

EMPODERAMENTO FEMININO E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN

The collaborative economy represents a new way of thinking about business, exchange, value and community. While its definitions are varied and parameters continue to evolve, activities and models within the collaborative economy enable access instead of ownership, encourage decentralised networks over centralised institutions, and unlock wealth (with and without money). They make use of idle assets and create new marketplaces. In doing so, many also challenge traditional ways of doing business, rules, and regulations². (STOKES et al., 2014, p. 7).

Stokes et al. (2014) reforçam que há um rompimento entre os modelos tradicionais de fazer negócios e regulá-los, visão essa ratificada por Lobo (2018) em sua dissertação de mestrado, que ressalta que essa economia se vincula aos momentos de ruptura econômica e crise do sistema capitalista, muitos dos quais tributários da grande crise financeira de 2008, quando se proliferaram vários modelos de negócios inovadores sob a forma de *startups*³, sobretudo, na região do Vale do Silício (EUA).

Conforme explicita o pesquisador,

[...] o termo “economia colaborativa”, no sentido mais comumente utilizado, tem se caracterizado por ser, marcadamente, um fenômeno pós expansão comercial da internet, com crescimento após a crise de 2008 e com uma base eminentemente digital, que gera experiências diversas, sobretudo de consumo, a partir da oferta e uso de bens e/ou serviços, geralmente ociosos, por meio de plataformas digitais e realizados por particulares no contexto das tecnologias de informação e comunicação. São sistemas socioeconômicos de base tecnológica, que geram novos modelos de negócios e trabalho, que por

² ² “A economia colaborativa representa uma nova maneira de pensar sobre negócios, troca, valor e comunidade. Embora suas definições sejam variadas e os parâmetros continuem evoluindo, as atividades e os modelos da economia colaborativa permitem o acesso ao invés da propriedade, incentivam redes descentralizadas em instituições centralizadas e desbloqueiam riquezas (com e sem dinheiro). Eles fazem uso de ativos ociosos e criam novos mercados. Ao fazer isso, muitos também desafiam as formas tradicionais de fazer negócios, regras e regulamentos” (STOKES et al., 2014, p. 7, tradução nossa).

³ ³ Empresa emergente, que surgiu com intuito de desenvolver ou aprimorar um modelo de negócio e que, normalmente, caracteriza-se por ser de base tecnológica.

sua vez superam os tradicionais e reorganizam o que podemos considerar rígidas, verticalizadas e centralizadas organizações para formatos mais horizontais, flexíveis, menos centralizados, com capacidade global de atuação. (LOBO, 2018, p. 46).

Ampliando essa discussão, Stokes *et al.* (2014, p. 11) elencam cinco características da economia colaborativa: “(1) Enabled by internet technologies; (2) Connecting distributed networks of people and/or assets; (3) Making use of the idling capacity of tangible and intangible assets; (4) Encouraging meaningful interactions and trust; (5) Embracing openness, inclusivity and the commons”⁴. A partir delas, que podem aparecer de modo total ou em blocos, pode-se observar o alcance e capilaridade de mercados que essa nova economia pode atingir.

Considerando o contexto turístico, seja no campo da hospedagem, dos deslocamentos, da alimentação, do agenciamento ou do entretenimento, essas opções que têm como marca uma promoção baseada na inovação ganharam espaço, muitas vezes, ultrapassando os serviços tidos como convencionais e avançando para modelos mais alternativos.

No campo da hospedagem, as plataformas digitais ganham expressão com empresas como Airbnb e outras menores, a exemplo da *Wimdu*, *TrocaCasa*, *Couchsurfing*, *Rentals* e *Alugue Temporada*. Esses novos formatos ressignificam a forma de se hospedar e são denominados de meios de hospedagem alternativos ou não-convencionais:

[...] o meio de hospedagem não convencional [é aquele] que complementa a oferta de leitos nos destinos turísticos, e tem como característica ser mais econômico do que a hospedagem convencional e apresenta uma

⁴ “(1) Habilitado pelas tecnologias da Internet; (2) Conexão de redes distribuídas de pessoas e/ou ativos; (3) Utilizar a capacidade ociosa de ativos tangíveis e intangíveis; (4) Incentivar interações e confiança significativas; (5) Abraçando a abertura, a inclusão e os bens comuns” (STOKES *et al.*, 2014, p. 11, tradução nossa).

grande variação quanto à sua prestação de serviços. É de propriedade de pequenos empreendedores e apresenta um leque composto por albergues da juventude, bed and breakfast, campings, acampamentos, residências estudantis, alojamentos esportivos, quartos em residências da população local, casas alugadas de residentes da localidade, pousadas, hotel sobre rodas, estabelecimentos religiosos, alojamentos de clubes de campo, etc. (GIARETTA, 2005, p. 798, grifo da autora).

A autora aponta para diversas possibilidades de alojamento que não englobam os meios de hospedagem convencionais – hoteleiros e extra-hoteleiros (BENI, 2003) – e destaca que eles oferecem serviços mais baratos, aumentando, assim, a concorrência e diversificando o produto de hospedagem.

Garcia (2014) complementa que uma característica marcante da hospedagem alternativa é a relação menos comercial e mais afetiva estabelecida entre o visitante e o anfitrião, na qual o hóspede se integra ao cotidiano de uma família, uma casa, e que o tratamento se assemelha à acolhida de um parente ou amigo.

Dentre elas, a de maior expressão no mundo, tem-se a plataforma virtual de hospedagem Airbnb, sigla em inglês para denominar “*air bed and breakfast*” (cama e café em português), oferece serviços de acomodações/alojamentos diferenciados, ou seja, do tipo domiciliar, cuja essência está centrada na experiência e nas trocas sociais alicerçadas por práticas de hospitalidade entre o anfitrião (proprietário ou responsável pela hospedagem) e o hóspede (cliente contratantes dos serviços) que fazem parte da Comunidade Airbnb na perspectiva da economia colaborativa.

O Airbnb foi criado em 2008 e possui sede na cidade de São Francisco, Califórnia (EUA), sendo presente em todos os continentes e países do mundo. Segundo dados disponíveis em sua página oficial, são mais de sete milhões de anúncios no mundo, 100 mil cidades com casas anunciadas em mais de 220 países, 500 milhões de chegadas

de hóspedes e uma média de 2 milhões de pessoas hospedadas por noite (AIRBNB, 2019).

No Brasil, em 2016, eram 87.000 anúncios ativos, com 622.000 chegadas de hóspedes, com uma estadia média de cinco noites/hóspede e com um crescimento de 81% quando comparado ao ano anterior (AIRBNB, 2017).

Paulatinamente, a plataforma digital Airbnb passa por adequações e processos de inovação, inserindo novas abas com as mais variadas funcionalidades, como forma de garantir aos usuários (anfitriões e hóspedes) diversas possibilidades de serviços direcionadas à hospedagem.

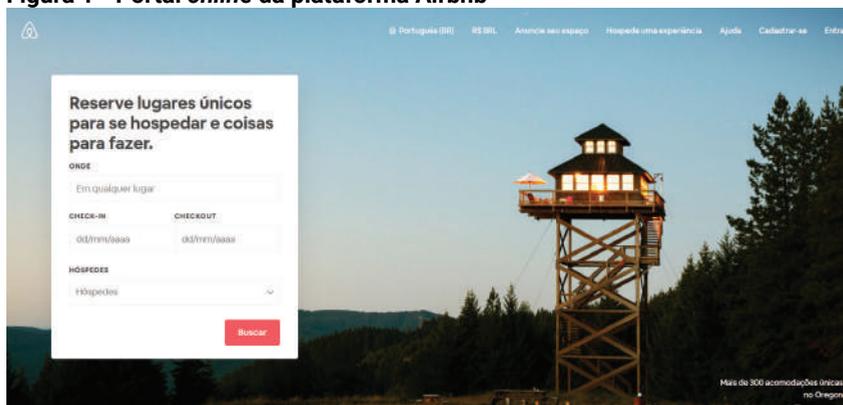
Dentre os novos conteúdos disponibilizados na plataforma, destacam-se: acessibilidade, cuja filosofia se baseia em “Queremos tornar as viagens mais inclusivas e acessíveis para todos. Este é um trabalho contínuo, mas saiba como estamos lidando com ele até agora”; coisas para fazer, oferecendo um leque de opções de lazer aos visitantes que se hospedam nos destinos e nos equipamentos de hospedagem vinculados ao Airbnb, contemplando “desde passeios turísticos até pérolas escondidas, descubra o que há de único em cada uma dessas cidades com a ajuda dos moradores locais que as conhecem melhor”; e ofereça uma experiência direcionada aos anfitriões com o lema ganhe dinheiro compartilhando atividades que você ama” (AIRBNB, 2020).

Esse conjunto de novas funcionalidades e informações demonstram a dinamicidade da plataforma digital e do modelo de hospedagem em questão, o que sinaliza que há um campo vasto para inovações e oferta de múltiplas possibilidades aos hóspedes e anfitriões que utilizam a plataforma como canal efetivo para reservas e hospedagem.

A seguir, apresenta-se a página de abertura da plataforma *online* existente no Brasil (Figura 1):

EMPODERAMENTO FEMININO E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEPÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN

Figura 1 - Portal *online* da plataforma Airbnb



Fonte: Airbnb, 2019.

O Airbnb mostra-se no mundo contemporâneo como indutor de experiências colaborativas para fins de alojamento turístico de forma multifacetada, impactando definitivamente os destinos de viagem e o setor hoteleiro convencional das regiões e lugares turísticos. É um fenômeno das novas modelagens de alojamentos turísticos, globalizado, colaborativo, lucrativo e de forte apelo imobiliário (PADILLA *et al.*, 2018).

No Nordeste do Brasil, o Airbnb é uma realidade que vem crescendo anualmente, especialmente no litoral da região e nas médias cidades do interior, como é o caso de Mossoró/RN. Arroyo (2016, p. 81-82) considera que:

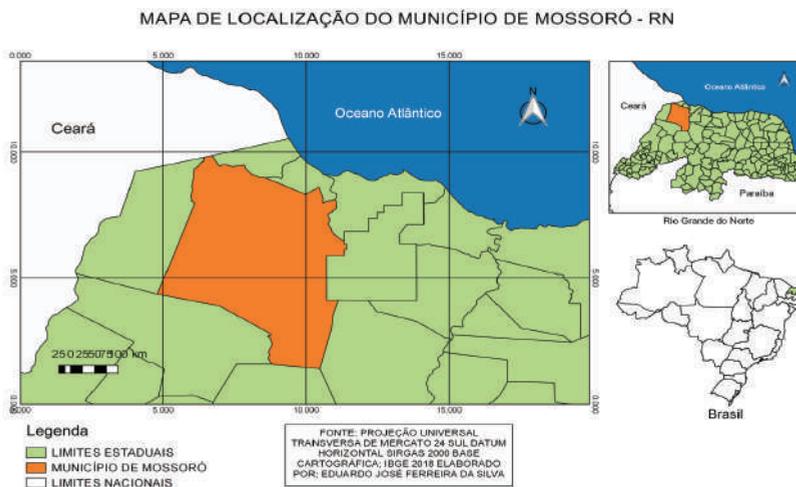
É na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam. É através de sua capacidade de criar condições de fluidez e porosidade territorial que elas conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensas. Não necessariamente esses atributos são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, ao contrário, podem ser encontrados nas cidades médias, inclusive, tornando-se um elemento de diferencial entre elas.

Nesse sentido, o Airbnb encontrou condições territoriais e demandas de serviços para fins de alojamento turístico também no cenário das médias cidades brasileiras, sendo um diferencial e mais uma possibilidade de hospedagem no campo da economia colaborativa, da inovação digital e de experiências singulares com ênfase no lazer e nos negócios.

A OFERTA DOS MEIOS DE HOSPEDAGENS NO AIRBNB NO CONTEXTO DE MOSSORÓ/RN

O município de Mossoró está localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, nordeste brasileiro (Mapa 1), na mesorregião do oeste potiguar e possui um quantitativo populacional de 259.815 pessoas, conforme censo demográfico realizado no ano de 2010, número que a coloca na condição de segunda maior cidade do estado, perdendo apenas para capital, Natal. Além desse aspecto populacional, Mossoró figura como o maior município em extensão territorial do RN, ocupando uma área de 2.100 km² (IBGE, 2019).

Figura 2 - Mapa com a localização do município de Mossoró/RN



Fonte: Base cartográfica, IBGE (2018).

Trata-se de uma cidade média, com forte apelo para o terciário e que historicamente teve suas bases econômicas pautadas em atividades de importante impacto na configuração territorial, a exemplo do comércio, da atividade salineira, fruticultura e exploração do petróleo.

Do ponto de vista turístico, o município configura-se como “porta de entrada” do Polo de Desenvolvimento Turístico Costa Branca⁵, unidade territorial de planejamento turístico que toma como referência identitária os aspectos paisagísticos relacionados ao litoral, além da produção salineira, que, inclusive, destaca o estado como o maior produtor do país.

O município, que está entre duas capitais nordestinas (Natal e Fortaleza), é interligado às mesmas pela Rodovia Federal BR 304, e acessado tanto por via terrestre como por via aérea, tendo em vista que a cidade conta com um aeroporto reinaugurado no ano de 2019 com voos regulares operados pela empresa *Azul Linhas Aéreas*, que fazem o trecho direto Mossoró-Recife-Mossoró.

A cidade possui uma rede hoteleira diversa que condiz com a demanda de visitantes mobilizados, muito fortemente, por atividades de negócios relacionados à atividade petrolífera e da fruticultura. Os eventos sediados em Mossoró compõem a segunda maior motivação para visitação e justifica parte dessa dinâmica turística, com destaque para o potencial do evento junino “Mossoró Cidade Junina” realizado no mês junho.

No que pese seu potencial para os negócios, muitos desses relacionados à extração de petróleo *onshore* (em terra), a cidade viu declinar as atividades realizadas pela Petrobras e por empresas subsidiárias, inclusive, com o fechamento de algumas delas, o que resultou na geração de um quadro de desempregos, fato que amorteceu a economia terciária da cidade, abrindo espaço para as discussões a

5 ⁵ O RN possui cinco polos de desenvolvimento turístico, institucionalizados no contexto da política de regionalização do turismo, a saber: Costa das Dunas, Costa Branca, Seridó, Serrano e Agreste-Trairí. Conforme último levantamento realizado em 2019, o Polo Costa Branca conta com 17 municípios (RIO GRANDE DO NORTE, 2019).

respeito de uma crise econômica com reflexos na dinâmica citadina como um todo. É nesse contexto de crise que atividades como o turismo passam a requerer uma reflexão ampliada, de forma a buscar uma compreensão dos desafios postos e das estratégias a serem empreendidas, no sentido de dirimir as problemáticas que acabam por fragilizar o desempenho dessa atividade.

Conforme discutido na contextualização teórica deste texto, os modelos que tomam como referência a inovação digital, em ampliação em todo mundo, apresentam uma dinâmica instaurada exatamente nesses contextos de crise, ganhando espaço e se consubstanciando como uma alternativa aos serviços convencionais, aquecendo atividades econômicas, como a turística, provocando mudanças que perpassam pelo modelo de consumo da sociedade e reverberam em um quadro marcado pela diversificação da oferta, pela personalização dos produtos e apresentam como princípios basilares a colaboração, a solidariedade e a participação, ainda que as relações de troca sejam monetarizadas, a exemplo da atuação do Airbnb, que vem contribuindo de forma inovadora para a reformulação do setor de hospedagem.

De acordo com os dados coletados, constatou-se que existem 32 anúncios de acomodações na Plataforma Airbnb quando se insere a cidade de Mossoró/RN. Destes, foram analisadas 30 ofertas, uma vez que, uma se referia a praia da Pipa no município de Tibau do Sul/RN e outra ofertava uma sala para eventos em Mossoró/RN, não atendendo aos objetivos da pesquisa.

Tipos de propriedades

Constatou-se que existem 30 anúncios de hospedagem em Mossoró, em um total de 17 anunciantes. Dentre eles, foram encontrados cinco tipos diferentes de propriedades disponíveis, a saber: casas, apartamentos, pousadas, chalé e *flats*.

Duas pousadas foram identificadas, a primeira apresentava três anúncios e a outra dois. Com relação aos *flats*, também se constatou dois anunciantes: um deles com apenas uma oferta, e outro com cinco. Isso demonstra, que a ideia de que o Airbnb está ligada a uma proposta de economia colaborativa ou de compartilhamento deve ser repensada. Já que o anfitrião – pessoa física – agora pode ser também uma pessoa jurídica. Nesse sentido, as empresas hoteleiras convencionais se inserem na plataforma e a utilizam como mais uma forma de obter lucro. Essa constatação de Mossoró também é encontrada em outras realidades no mundo, sendo agravada pela presença do setor imobiliário, tal como acontece em Madrid (GIL; SEQUERA, 2018) e em outros destinos da Costa Blanca na Espanha (ALEDO; ORTUÑO; JIMENO, 2017).

Cabe destacar, ainda, que um mesmo anfitrião publicou seis anúncios distintos e uma anfitriã publicou dois anúncios, demonstrando que não há limites de publicações e que a quantidade ofertada possibilitará uma maior quantidade de lucro para os anunciantes.

Anúncios ativos por categoria

Um diferencial da plataforma é que distintivamente dos meios de hospedagem convencionais, onde se ofertam Unidades Habitacionais (UH's), no Airbnb é possível alugar além de uma UH privativa, compartilhá-la com um desconhecido, bem como locar a propriedade inteira.

Considerando os anúncios ativos por categoria – imóvel inteiro, quarto privativo e quarto compartilhado –, os resultados apontam que a distribuição se encontra bastante equilibrada, como podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 - Anúncios ativos por categoria

Tipo de Acomodação	Casa inteira	Apartamento inteiro	Quarto inteiro	Quarto compartilhado	Pousada (quarto)	Chalé ecológico (quarto inteiro)	Flat (apartamento inteiro)	Total
	04	04	08	02	05	01	06	30

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa de campo (2019).

É interessante destacar que os resultados vão de encontro a média nacional, tendo em vista que, segundo dados da Airbnb (2017), de um total de 87.000 anúncios ativos, 70% estão na categoria imóvel inteiro, o que, no caso de Mossoró, representa 33% do total de ofertas. A oferta é maior para quartos privativos (47%), sendo esse resultado quase o dobro acima da média nacional (27%), fato que demonstra uma particularidade do referido destino pesquisado.

Ano que o anfitrião se inseriu no site

Conforme discutido no item “Tipos de propriedades”, foram identificados 17 anunciantes, havendo uma progressão contínua desde 2017, denotando o interesse de novos usuários se tornarem anfitriões dentro dessa plataforma. De acordo com as informações levantadas (Quadro 2), o primeiro anúncio de hospedagem realizado para a cidade de Mossoró, aconteceu no ano de 2013, não tão distante do início de consumo desse modelo de serviço (2008), fato que evidencia o alinhamento do mercado local às inovações em expansão no mundo.

Quadro 2 - Ano que o anfitrião se inseriu no site

Ano	2013	2015	2016	2017	2018	2019
Quantidade	01	01	03	02	04	06

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa de campo (2019).

Acredita-se que existe uma tendência para o aumento desses números, uma vez que a procura por esse tipo de hospedagem vem crescendo substancialmente, segundo dados coletados junto

**EMPODERAMENTO FEMININO
E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEPÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN**

a plataforma: “O Airbnb fechou o ano de 2018 contabilizando 3,8 milhões de chegadas de hóspedes no país – um crescimento de 71% comparando com 2017” (AIRBNB, 2019). Contudo, ainda que sejam evidentes o crescimento e a adesão a essa modalidade de hospedagem, contextos adversos de crise, podem sinalizar para a vulnerabilidade desse tipo de negócio e da atividade turística como um todo, a exemplo da disseminação do vírus COVID-19, iniciada no final de 2019, na China, e que vem ganhando repercussão global com relevante impacto socioeconômico.

Preço

Sabe-se que o preço é um fator determinante na escolha do consumo de um bem e/ou serviço e que tem se destacado como importante elemento diferencial, especialmente, quando se analisa o mercado formado em torno do modelo de economia colaborativa. Considerando esse aspecto, o preço mínimo da diária ofertado na plataforma foi de R\$42,00 e máximo de R\$164,00, conforme se observa no Quadro 3.

Quadro 3 - Preço

Preço	Qtd.
R\$42,00	03
R\$50,00	01
R\$67	01
R\$88	05
R\$101	06
R\$109	02
R\$126	02
R\$164,00	01

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa de campo (2019).

Esses valores configuram opções mais acessíveis, se comparado ao preço médio de diária ofertado por meios de hospedagem

.....

como pousadas e hotéis, que varia de R\$112 a R\$450 em um final de semana comum (BOOKING, 2019).

Classificação

Cada oferta disponível na plataforma pode ser avaliada por seus usuários. Essa avaliação é importante, pois poderá auxiliar os futuros hóspedes na escolha da sua hospedagem. No site, é possível que o hóspede avalie seis categorias da acomodação, sendo: precisão, comunicação, limpeza, localização, *check-in* e valor. Além dessas possibilidades de escolha, podem inserir comentários, tanto positivos quanto negativos, estimulando relações de confiança e reputação entre os usuários, com notas que variam entre 1 a 5 estrelas.

Constatou-se que apenas 11 anúncios foram avaliados pelos hóspedes: a menor nota da avaliação dos usuários foi de 4,17 e a nota máxima foi 5. Já a média foi de 4,71, considerada uma nota excelente para as acomodações anunciadas no destino Mossoró pela plataforma.

Acredita-se que essa categoria de análise representa o importante papel que o usuário hóspede assume na plataforma. Segundo Stolkes *et al.* (2014), no meio virtual há um maior protagonismo desses sujeitos, já que as relações de comunicação e confiança são fortemente presente nesse processo. Dessa forma, na medida em que os comentários, compartilhamentos de experiências e avaliações dos hóspedes são postos, os mesmos irão influenciar na tomada de decisão de futuros hóspedes e na reputação do anfitrião, tornando-se um cocriador de valor do serviço experienciado.

Inovações

No tocante às inovações nos anúncios ativos, apenas um estabelecimento, dentre 30 investigados, apresenta um serviço que pode ser considerado inovador. Trata-se do chalé ecológico, que, além de oferecer os serviços básicos de hospedagem, dispõe de um

ateliê de cerâmica disponível ao usufruto do hóspede. Tal constatação demonstra, assim, a falta de adoção de práticas inovadoras pelos anunciantes em Mossoró. Essa postura pode ser justificada pela falta de recursos, medo de assumir riscos, desconhecimento sobre pesquisa em turismo, desconfiança e cooperação entre os empresários, mudanças rápidas na sociedade, escassos ambientes de aprendizagem, baixos níveis de educação e formação profissional que podem contribuir com a manutenção do *status quo* (WEINDENFELD; WILLIAMS; BUTLER, 2010).

Sabe-se que a inovação em serviços, em geral, tem um impacto positivo na escolha dos clientes e pode resultar em aumento das receitas de uma empresa, pois os consumidores possuem cada vez mais o desejo de procura por alternativas inovadoras (VICTORINO *et al.*, 2005). Nesse sentido, percebe-se que é preciso inovar também na oferta desses serviços e que esse é um aspecto diferencial da oferta, sobretudo, em um contexto de mercado altamente competitivo.

CONCLUSÃO

O texto apresenta uma discussão que tem sido alvo de inúmeros estudos no campo das Ciências Sociais, especialmente, por se debruçar em um cenário altamente dinâmico e desafiador para o turismo em âmbito urbano. Trata-se de uma investigação a ser ampliada para um recorte territorial maior, a considerar toda a região do Nordeste brasileiro, destacadamente, com foco em suas cidades médias, que contabilizam um total de nove. Dessa forma, esses resultados são iniciais, muito embora, com uma relevante capacidade de mostrar tendências e sinalizar para uma análise necessária de diversos elementos que compõem esses novos arranjos de negócios baseados em inovação tecnológica.

Os resultados iniciais permitem inferir que o turismo no contexto de Mossoró aparece, sobretudo, como atividade relacionada aos negócios e aos eventos e se apresenta como promissor, dado

o potencial da cidade e da região que compõe o recorte territorial do Polo de Desenvolvimento Turístico Costa Branca. Ao considerar o cenário de crise instaurado nos últimos anos pela diminuição da atividade petrolífera na região, o turismo ganha notoriedade como uma forma de ressignificar a dinâmica econômica local e regional, transparecendo um sentido de resiliência necessário à reprodução da cidade, bem como do modo de vida urbano.

Mais um aspecto dessa resiliência reside na tendência de alinhamento da oferta de serviços de hospedagem por intermédio de plataformas digitais como o Airbnb, a exemplo do que vem ocorrendo em muitas outras cidades, com destaque para aquelas em que o turismo se apresenta consolidado. Esse quadro revela a capacidade de se adequar às novas demandas de mercado e expressa o potencial para o crescimento da atividade, assim como a tendência e abertura à inovação e à profissionalização, tendo em vista a premente necessidade de ampliar a qualidade dos serviços diante da publicidade de avaliações previstas nessas plataformas digitais.

Por fim, destaca-se que a oferta de serviços de meios de hospedagem através da plataforma digital Airbnb em Mossoró ainda não marca a dinâmica do setor a exemplo de outros centros urbanos, mas evidencia um crescimento no número de adesões nos últimos anos, principalmente, a partir de 2017, revelando uma importante tendência anunciadora de inovação como substrato de um mercado resiliente, especialmente, quando se constata o interesse em associar experiências inovadoras na prática do hospedar, conforme promete uma das 17 opções de hospedagens publicadas no site.

REFERÊNCIAS

AIRBNB. **Panorama da comunidade Airbnb Brasil**. [S.l.]: Airbnb, 2017. Disponível em: <https://www.airbnbcitizen.com/wp-content/uploads/2016/08/Airbnb_Brazil_MiniReport_Portuguese_7-29-162.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

**EMPODERAMENTO FEMININO
E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN**

AIRBNB. Airbnb cresce 71% em chegadas de hóspedes no Brasil em 2018. *Airbnb News*, 22 jan. 2019a. Disponível em: <<https://news.airbnb.com/br/airbnb-cresce-em-hospedes-2018>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

AIRBNB. **Meios de hospedagem em Mossoró**. [S.l.], 2019b. Disponível em: <<https://www.airbnb.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

AIRBNB. Dados gerais. **Airbnb**, São Paulo, 2020b. Disponível em: <<https://news.airbnb.com/br/fast-facts/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

AIRBNB. Hospitality. **Airbnb**, São Paulo, 2020b. Disponível em: <<https://www.airbnb.com.br/hospitality>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ALEDO, A.; ORTUÑO, A.; JIMENO, I. Estudio exploratorio sobre el impacto de Airbnb en la Costa Blanca. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES: nuevos horizontes en la investigación y gestión del turismo, 2017, Alicante. **Actas... Alicante**: Universidad de Alicante, 2017. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/70131>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In.: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias**: produção de espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 9. ed. São Paulo: Senac, 2003.

BOOKING. **Meios de hospedagem em Mossoró**. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.booking.com/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

COSTA, S. P.; SONAGLIO, K. E. Gestão do turismo em tempos de crises e vulnerabilidades. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 5, n. 1, p. 98-117, jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/11146>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

GARCIA, A. P. M. **Os desafios do planejamento da comunicação para implementação de um programa de hospedagem alternativa**: o estudo de caso do Projeto “Cama e Café” de Brasília. 2014. Monografia (Especialização em Gestão da Comunicação nas Organizações) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7950>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GIARETTA, M. J. Hospedagem alternativa. In: TRIGO, L. G. G. *et al.* (Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, J.; SEQUERA, J. Expansión de la ciudad turística y nuevas resistencias. El caso de Airbnb en Madrid. **Empiria**: Revista de Metodología de Ciencias Sociales, Madrid, n. 41, p. 15-32, 2018.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HINE, C. Virtual Methods and the Sociology of CyberSocial-Scientific Knowledge. In: HINE, C. (Org.). **Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet**. Oxford: Berg, 2005.

IBGE, **Base Cartográfica**: Limites municipais do RN. Brasília, DF: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas.html>>. Disponível em: 25 mar. 2020.

IBGE. **Cidades @**. Brasília: IBGE: 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLLO, R.; SANZOLO, D. S.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileira. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. Tradução de M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOBO, Y. S. **Economia colaborativa e destinos turísticos urbanos**: uma análise da distribuição espacial da Airbnb em Curitiba. 2018. 232f. Dissertação (Mestrado em Turismo) –Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

MOREIRA, V. Conheça o projeto 100 Cidades Resilientes. **Organics News Brazil**, São Paulo, 4 set. 2017. Disponível em: <<https://organicsnewsbrasil.com.br/e-hora-da-mudanca/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/conheca-o-projeto-100-cidades-resilientes/>>. Acesso em: 23 de nov. 2019.

PADILLA, A. O. *et al.*. Uma primera aproximación al impacto de la plataforma Airbnb en la localización del alojamiento de larga duración en la ciudad de Benidorm. In.: MAZÓN, T. **Turismo Residencial**: nuevos estilos de vida: de turistas e residentes. Alicante: Publicacions Universitat D'Alacant, 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Turismo. **Mapa do Turismo do RN**: Resultado das Oficinas. Natal: ST, 2019. 12 *slides*.

STOKES K. *et al.*. **Making sense of the UK collaborative economy**. London: Nesta Collaborative Lab, 2014. Disponível em: <http://collaboriamo.org/media/2014/10/making_sense_of_the_uk_collaborative_economy_14.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

**EMPODERAMENTO FEMININO
E MERCADO DE EVENTOS: A PERCEÇÃO DAS GESTORAS DE MOSSORÓ/RN**
.....

TRIGUEIRO, K. Novas tendências do consumidor de turismo na nova economia. In: SEMANA DE ESTUDOS TURÍSTICOS, 3., 2008, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, MG: UFOP, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5255378-Novas-tendencias-do-consumidor-de-turismo-na-nova-economia.html>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

VICTORINO, L. *et al.* Service innovation and customer choices in the hospitality industry. **Managing Service Quality**, [S.l.], v. 15, n. 6, p. 555-576, 2005.

WEINDENFELD, A; WILLIAMS, A. M; BUTLER, R.W. Knowledge transfer and innovation among attractions. **Annals of tourism research**, [S.l.], v. 37, n. 3, p. 604-626, 2010.

AMEAÇAS E POTENCIALIDADES DA RELAÇÃO TRABALHO & LAZER NO TEMPO PRESENTE

Ricardo Alves Mendes
Giuliano Gomes de Assis Pimentel

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a relação entre lazer e trabalho são cruciais para compreendermos como cada indivíduo social vivencia o tempo livre. Credita-se a origem do lazer ao desenvolvimento no Século XIX, especialmente, no cenário inglês, de cidades para o trabalho industrializado. Com a exploração da classe proletária pela burguesia, no sistema Capitalista, surgem reivindicações para uma carga justa de trabalho, a fim de que as pessoas pudessem descansar e ter tempo livre para si. Essa é a vertente mais aceita para situar a emergência do lazer como fenômeno relevante para a Sociedade. Por isso, por muito tempo, o lazer foi cientificamente considerado um mero subproduto do trabalho produtivo (FALEIROS, 1980; BRUHNS, 2004).

Frente a isso, muitas interpretações funcionalistas começaram a tomar o lazer como se o mesmo fosse uma peça das relações de poder, cuja tarefa seria compensar as frustrações cotidianas ou ser um meio agradável para se alcançar uma finalidade útil. Por outro lado, as críticas ao lazer como alienação política ou estilo de vida consumista, confrontavam um lazer real, com seus problemas, a um trabalho idealizado. Essas análises não entendiam que as dinâmicas socioeconômicas que atravessam o lazer também estão presentes no trabalho. Portanto, essas duas dimensões da vida precisam ser

entendidas tanto em sua autonomia quanto em suas conexões (MARCELLINO, 1996, 1999).

Por outro lado, autores como Camargo (1986) e Dumazedier (1973, 1994) alertam para os efeitos não previstos em relação ao lazer. As conquistas do tempo livre foram fruto da organização proletária, com anuência moral da Igreja e certa compreensão burguesa de que haveria lucro se o tempo livre criasse um mercado consumidor. Todavia, as expectativas de que o tempo livre seria usado para orações, atividades sindicais de classe ou para compras foram em parte frustradas. A Igreja, por exemplo, defendia o tempo livre em função da sacralidade do descanso, mas boa parte foi direcionada à diversão, como a ida aos bares ou prática de esportes violentos.

Dessa forma, em síntese, na sociedade capitalista o lazer é um dispositivo social para colonização do tempo livre e resulta da resposta a três acontecimentos revolucionários: democracia, protestantismo, industrialização. A primeira permitiu a livre circulação de capitais da burguesia; a segunda deu a base ideológica para se ver o trabalho lucrativo como valor divino; e a terceira mudou a forma de organização e controle da produção, gerando mais-valia em grande escala graças ao trabalho coletivo. Mas, por outro lado, pela imprevisibilidade do componente lúdico, o lazer nunca realizou por completo sua dimensão colonizadora, sendo recorrente também sua manifestação como antítese, indolente ou revolucionária, ao trabalho explorado (PIMENTEL, 2012).

Todavia, todas essas reflexões, muito presentes nos Estudos do Lazer, são datadas. Portanto, as novas configurações sociais são critério de verdade para avaliarmos qual abordagem teórica caducou ou permaneceu atual para explicar o fenômeno. Para nós, cabe saber como lazer e trabalho estão acontecendo de forma global e atualizada. Para tanto, este capítulo tratará da análise de documentos denominados Agendas globais que buscam delinear o futuro, seja de forma pragmática ou utópica. Nesse sentido, apresentamos alguns dos sentidos presentes no futuro do trabalho e do lazer, como esfe-

ras interligadas da vida, conforme entidades como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), entre outros.

A seguir, serão apresentadas as Agendas que fazem prognóstico do trabalho. Para fins de delimitação, não olhamos para o trabalho em sua origem clássica etimológica, de castigo (*tripalium*). Também não é necessariamente sinônimo de emprego ou trabalho produtivo (que produz mais-valia) e nem qualquer ação humana sobre a natureza. Referimo-nos ao trabalho como a forma pela qual os trabalhadores obtêm seu sustento, inclusive para ter tempo livre.

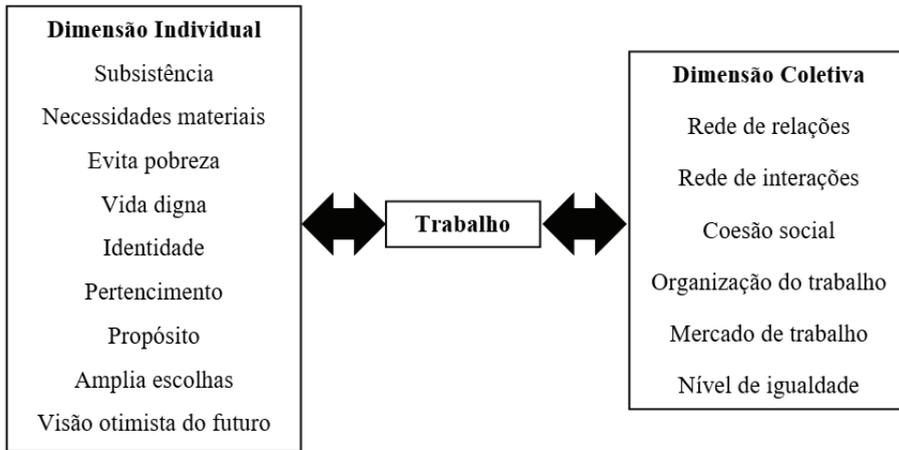
AS AGENDAS SOBRE TRABALHO

Com o propósito de entender o trabalho na atualidade e no futuro, vale conhecer as agendas da OIT de 2017 e 2019. Em nosso esforço analítico, retiramos das agendas as subcategorias relativas ao “trabalho” e que complementam seu entendimento, como, por exemplo, “cybertrabalho”, “trabalho informal” e “teletrabalho”.

Segundo a OIT (2019), o trabalho assume duas dimensões, ou seja, a individual e a coletiva (Quadro 1). A dimensão individual garante a nossa subsistência, permite satisfazer as nossas necessidades materiais, evita a pobreza e constrói uma vida digna. Para além de satisfazer as necessidades materiais, o trabalho pode nos fornecer sentido de identidade, pertencimento e de propósito. Pode, ainda, ampliar as nossas escolhas, permitindo-nos ter uma visão otimista do futuro.

Na dimensão coletiva, o trabalho também proporciona uma rede de relações e interações que modelam a coesão social. A maneira como organizamos o trabalho e os mercados de trabalho desempenha um papel importante na determinação do nível de igualdade alcançado pelas nossas sociedades (OIT, 2019).

Quadro 1 - Dimensão individual e coletiva



Fonte: OIT (2019).

Contudo, o trabalho pode ser perigoso, insalubre e mal remunerado, imprevisível e instável. E, em vez de nos proporcionar uma confiança maior nas nossas possibilidades, pode nos fazer sentir física e emocionalmente reféns. Para quem não consegue encontrar trabalho e/ou emprego, essa situação pode ser uma fonte de exclusão (OIT, 2019).

Essa centralidade do trabalho na vida das pessoas se manifesta de tal forma que até mesmo o tempo livre é influenciado pela rotina laboral. Nesse sentido, “[...] tendemos sempre a considerar o lazer como sendo oposto ao trabalho e assim sendo, como algo não produtivo que emperra ou debilita a produção” (BRUHNS, 2004, p. 94). Com isso, geramos neuroses em torno da necessidade de sermos sempre produtivos e justificarmos os momentos recreativos com alguma utilidade, numa prestação de contas do prazer.

Esse receio quanto aos problemas decorrentes das relações de trabalho se manifesta nas agendas. A principal iniciativa é a elaboração de normas internacionais do trabalho e de políticas concebidas para humanizar as condições de trabalho. O princípio fundamental que orientou essas normas corrobora que o trabalho não é uma mercadoria e que os seres humanos têm o direito de perseguir o seu

bem-estar material e o seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade e de dignidade, de segurança econômica e em igualdade de oportunidades (OIT, 2019).

E aqui, evidentemente, podemos evocar os riscos ao trabalho, a começar pelo impacto globalizado de flutuações no mercado, guerras, desastres naturais ou de pandemias (como em 2019 e 2020, o COVID-19/Novo Coronavírus). Há também as ameaças estruturais, facilitadas pelas novas tecnologias e legislações flexíveis, nas quais formas de trabalho aparentemente positivas, como o teletrabalho ou trabalhar para si mesmo (fenômeno da *uberização*), são formas sutis de aumentar a exploração da força de trabalho em condições precárias (MIRANDA; MIRANDA; PIMENTEL, 2018).

Na sequência, serão apresentadas subcategorias do trabalho a partir da conceituação e/ou da contextualização das agendas globais que direta ou indiretamente apresentam o futuro do trabalho. Segundo Codo (1997), a definição do trabalho se mostra uma tarefa árdua exatamente graças à sua onipresença, porque o trabalho sempre esteve onde toda e qualquer sociedade humana está. O trabalho pode ser entendido pelo o que ele não é, ou seja, trabalho não é mercadoria, bem como, trabalho não é emprego.

Para maior entendimento do trabalho, as subcategorias do trabalho serão retiradas das agendas globais escolhidas (OIT, 2017, 2019):

Trabalho digno - cabe ressaltar que a justiça social, o pleno emprego e o trabalho digno figuram expressamente na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda marca uma mudança de direção; reorienta a economia para um caminho de crescimento e desenvolvimento centrado no ser humano; proporciona a oportunidade de criar trabalho digno, facilitar a passagem do emprego informal para o formal e acabar com a pobreza no trabalho (OIT, 2019, p. 24). Recomenda-se aos governos que aumentem as oportunidades de trabalho digno para a população jovem através de programas de emprego e de apoio

ao empreendedorismo jovem. O setor privado tem um papel especial a desempenhar na oferta de estágios profissionais de qualidade, a sua primeira oportunidade de trabalhar.

Trabalho digno e sustentável – investir no trabalho digno e sustentável e definir regras e incentivos para alinhar a política econômica e social e as práticas empresariais com essa agenda. Ao aproveitar as tecnologias transformadoras, as oportunidades demográficas e a economia verde, esses investimentos podem ser poderosos motores de justiça e de sustentabilidade para as atuais e futuras gerações (OIT, 2019, p. 24).

Futuro do trabalho – dependerá da decisão que adotarmos sobre como organizamos a economia, gerimos os nossos negócios, valorizamos os diferentes tipos de trabalho e como esse trabalho contribui para as nossas comunidades, nesse sentido, reavalia as regras, incentivos e medidas que norteiam essas decisões (OIT, 2019, p. 28). O Relatório Inicial para a Comissão Mundial sobre O Futuro do Trabalho ressaltou as megatendências e as implicações para o futuro do trabalho. A tecnologia, a demografia, a globalização e as alterações climáticas estão entre os principais fatores impulsionadores de mudanças no mundo do trabalho. Para preparar o futuro, torna-se necessário compreender de que forma essas megatendências irão afetar o trabalho e a sociedade e qual a melhor maneira de aproveitá-las para gerar oportunidades (OIT, 2017, p. 8).

Tipo de trabalho – frente às mudanças no mundo do trabalho, os trabalhadores deveriam ter o direito a um determinado número de horas de formação, independentemente do tipo de trabalho que executassem. Desta forma, será apoiado quem tem maior necessidade de formação contínua, principalmente aqueles(as) que trabalham por conta própria ou em pequenas e médias empresas, onde a probabilidade de beneficiar a formação financiada pelo empregador é menor (OIT, 2019, p. 31).

Mundo do trabalho – o mundo do trabalho tem evoluído constantemente nos últimos 100 anos, a partir de um

desenvolvimento parcial. Destacam-se megatendências – particularmente, a globalização, a tecnologia, a demografia e as alterações climáticas – continuam a afetar o mundo do trabalho. Ainda não sabemos como a mudança drástica da sua natureza durante os últimos anos, poderá ter repercussões inéditas sobre o futuro do trabalho. Uma melhor compreensão do mundo do trabalho, tal como existe hoje em dia, e dos principais vetores da mudança, dotará os mandantes tripartidos e os decisores políticos dos instrumentos necessários para dar forma ao futuro do trabalho (OIT, 2017, p. 1).

Mercado de trabalho – aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho: juntamente com os esforços na implementação de políticas destinadas a promover os direitos das mulheres, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou consideravelmente durante o século passado. A desigualdade de gênero foi reduzida na maioria das regiões, ainda que a baixa participação feminina na força de trabalho persista em alguns países, como os Estados Árabes, o Norte de África e o Sul da Ásia. Atualmente, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho, situada ligeiramente acima dos 49 %, continua a ser inferior em quase 27 pontos percentuais à dos homens (OIT, 2017, p. 1).

Horas de trabalho – o número de horas anuais de trabalho foi sendo progressivamente reduzido (OIT, 2019, p. 23). A melhora da produtividade está associada a isso. Essa tendência alimenta em diferentes correntes a perspectiva que se possa viver em uma sociedade mais culta, justa e saudável. De Masi (2000), por exemplo, apresenta a ideia de ócio criativo como o estado fora do ambiente de trabalho em que uma melhor qualidade de vida resulta em pessoas mais criativas no trabalho, mesmo com menos horas dentro da empresa.

Contratos de trabalho – a execução desses contratos tem gerado um progresso sem precedentes no mundo do trabalho. A incidência do trabalho infantil diminuiu drasticamente, o crescimento dos rendimentos retirou milhões de pessoas da pobreza laboral, as mulheres entraram no mercado de trabalho em maior número e o

número de horas anuais de trabalho foram progressivamente reduzidas (OIT, 2019, p. 23).

Direitos fundamentais no trabalho – significa assegurar os direitos fundamentais no trabalho, garantindo que todos os trabalhadores(as) se beneficiem de uma proteção adequada e gerir ativamente a tecnologia para garantir trabalho digno (OIT, 2019, p.28). Direitos que ampliam o leque de escolhas das pessoas e melhoram o seu bem-estar (OIT, 2019, p. 30).

Trabalhos informais – nos países em que a maioria dos trabalhadores(as) têm trabalhos informais, recomendamos a criação de fundos nacionais ou setoriais de educação e de formação (OIT, 2019, p. 31).

Da escola para o trabalho – apoiar as pessoas nas transições. Apelamos a mais investimentos nas instituições, a partir de políticas e estratégias que ajudarão as pessoas ao longo das transições no contexto do futuro do trabalho. A vida profissional envolveu sempre transições: da escola para o trabalho, a maternidade, a paternidade, as mudanças de emprego e a aposentadoria do trabalhador. O desafio dessas transições é exacerbado pelas transformações mundiais em curso – mudanças tecnológicas e demográficas –, e a transição para uma economia com baixas emissões de carbono. Apoiar as pessoas nessas transições ampliará as suas escolhas e proporcionará segurança para lidar com a mudança (OIT, 2019, p. 32).

A transição da escola para o trabalho – é um momento decisivo para jovens, mas também um momento em que um número significativo pode ficar para trás. A incapacidade de superar com sucesso essa transição deixa marcas permanentes nas suas vidas. Esse desafio será agravado no futuro pelo rápido crescimento da população jovem em algumas regiões, nas quais o desemprego entre a população jovem está aumentando ao mesmo tempo em que os níveis de educação. Se não se aproveitar esse enorme potencial, sofreremos consequências sociais e de desenvolvimento a longo prazo. A população jovem precisa de um forte apoio nessa transição para se

integrar nos mercados de trabalho e se tornar membro ativo das sociedades (OIT, 2019, p. 33).

Esquemas flexíveis de trabalho / Horários reduzidos de trabalho / Teletrabalho – essa tendência é muito visível, bem como seus primeiros problemas. A OIT (2019) recomenda que seja dado maior apoio para diversificar as escolhas e favorecer uma sociedade ativa ao longo da vida. Para quem quiser continuar na vida ativa deve ter apoio para esse efeito, designadamente através de esquemas flexíveis de trabalho por meio de horários reduzidos e do teletrabalho. Os governos poderiam aumentar as oportunidades de reforma parcial ou aumentar a idade de reforma de forma opcional, enquanto protegiam as pessoas mais velhas de terem de trabalhar além dos seus limites (OIT, 2019, p. 33).

Meios de adaptação ao trabalho e aos locais de trabalho – a tecnologia oferece novos e inovadores meios de adaptação ao trabalho e aos locais de trabalho para facilitar a permanência no emprego daqueles trabalhadores mais velhos ou ainda para aqueles(as) que têm ou desenvolveram uma deficiência ao longo da sua vida profissional (OIT, 2019, p. 33). Outra dificuldade significativa que se vê nos locais de trabalho é a ausência de aplicabilidade funcional e real das leis de amparo dos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) por parte dos gestores.

Transições no mercado de trabalho – para apoiar as pessoas nas transições no mercado de trabalho, cada vez mais frequentes, os governos precisam de aumentar o investimento nos serviços públicos de emprego (SPE), combinando serviços digitais com o aconselhamento pessoal e os serviços de colocação, e melhorando as informações do mercado de trabalho para apoiar os processos de tomada de decisão. A proatividade das políticas ativas do mercado de trabalho permitirá aos trabalhadores(as) melhores condições para enfrentar essas transições (OIT, 2019, p. 34).

Trabalho por conta própria – novos mecanismos são necessários para reconfigurar os direitos ao nível da

proteção no desemprego, de formação e das licenças, enquanto de emprego, melhorando a empregabilidade (por exemplo, por meio de educação contínua para o emprego, o trabalho por conta própria ou ainda o empreendedorismo) e proporcionando aos trabalhadores(as) condições para poderem fazer algo face à eventualidade da perda de emprego (OIT, 2019, p. 34).

Igualdade entre homens e mulheres no contexto do futuro do trabalho - apelamos a uma agenda transformadora e mensurável para a igualdade entre homens e mulheres no contexto do futuro do trabalho. O imperativo econômico e social da igualdade de gênero não pode mais ser questionado. No entanto, apesar das medidas legais e institucionais para proibir a discriminação e promover igualdade de oportunidades e de tratamento, o ritmo frustrante e lento das mudanças operadas nas últimas décadas, demonstra as barreiras estruturais que ainda precisam ser superadas. As mulheres continuam a ter de se adaptar a um mundo do trabalho moldado por e para homens (OIT, 2019, p. 34). Para que as trabalhadoras aproveitem as novas oportunidades na era da automação são necessárias novas soluções, mais criativas e coordenadas. Com isso, as mulheres poderão ter trabalhos mais bem-remunerados e mais produtivos. Sem isso, poderão ter salários ainda mais discrepantes ou ficar para trás em um momento em que o avanço das iniciativas de paridade de gênero ainda continua lento.

Novas formas de organização do trabalho - a sustentabilidade dos sistemas de proteção social é uma preocupação cada vez mais premente, dadas as tendências demográficas, as novas formas de organização do trabalho, a diminuição do retorno, do investimento em pensões e a redução da base contributiva. O apoio a uma sociedade ativa ao longo da vida é uma forma de aliviar a pressão sobre os sistemas de proteção social (OIT, 2019, p. 37).

Estabelecer uma garantia laboral universal - não há ainda adoção de uma garantia laboral universal que inclua os direitos fundamentais dos trabalhadores a um "salário que assegure condições de subsistência", estabeleça um limite do número de horas de trabalho e que garanta a segurança e a saúde no local de trabalho.

AMEAÇAS E POTENCIALIDADES DA RELAÇÃO TRABALHO & LAZER NO TEMPO PRESENTE

À medida que a organização do trabalho muda, devem ser identificadas novas formas para proporcionar proteção adequada a todos(as) os(as) trabalhadores(as) que trabalham a tempo completo, estejam a executar micro tarefas *online*, a trabalhar em casa para cadeias de abastecimento globais ou a trabalhar com um contrato temporário. A relação de trabalho continua a ser a peça central da proteção laboral (OIT, 2019, p. 39).

Instituições do trabalho e as relações de trabalho – as instituições do trabalho asseguram que o trabalho é realizado em liberdade e dignidade com segurança econômica e em igualdade de oportunidades. Essas instituições são concebidas para lidar com a assimetria inerente entre capital e trabalho e asseguram relações de trabalho equilibradas e justas. São os alicerces das sociedades justas e delas fazem parte as leis, os regulamentos, os contratos de trabalho, as organizações de empregadores e trabalhadores, os acordos coletivos e os sistemas de administração e inspeção do trabalho. Quando bem concebidas e operacionais, também ajudam os mercados de trabalho e as economias a funcionarem melhor. Sem o desenvolvimento dessas capacidades institucionais, não será possível desenvolver plenamente as capacidades das pessoas. A realização do contrato social depende delas (OIT, 2019, p. 39).

Entendemos, frente essas 20 subcategorias que a OIT apresenta, a pretensão de equiparar os direitos trabalhistas globalmente, em um reconhecimento de que as novas dinâmicas de produção favorecem a precarização do trabalho. Três ameaças se impõem: (a) com a globalização, é possível mudar postos de trabalho de um país a outro; (b) com as novas tecnologias, empregos e profissões desaparecem; (c) com a informalidade, crescem as relações de trabalho servis. Como não há um horizonte de abalo dessas perspectivas, os trabalhadores aumentam sua alienação, como peças de uma engrenagem (CHENAVIER, 1998). Por outro lado, em países que investem em matrizes nacionais de desenvolvimento, com educação emancipadora na qual as pessoas integrem pensamento à ação, as

relações de trabalho têm se aproximado das recomendações da OIT, com vivência do Estado de Bem-Estar social¹. Frente a isso, embora o lazer não possa ser condicionado ao trabalho, podemos inferir como essas instâncias estão ligadas e uma tende a afetar a outra.

AS AGENDAS SOBRE LAZER

O lazer, além de ser considerado um direito e uma dimensão da cultura, é um dispositivo social de controle do tempo livre e este, por sua vez, relaciona-se com as transformações no mundo do trabalho. Portanto, o lazer se vê sujeito a disputas de consenso local e global, particularmente, no que tange ao seu futuro, numa sociedade marcada pela mundialização da cultura e pela globalização da economia (PIMENTEL, 2018).

A nosso ver, a capilaridade do lazer o coloca tanto na mira das tendências mundiais quanto nas táticas de resistências locais. Para pensar a gestão e as políticas de lazer, portanto, para posterior esforço de síntese, cabe-nos conhecer essas polaridades. Frente a isso, realizamos um juízo crítico de como o lazer é compreendido nas agendas setoriais de diferentes áreas. O material analisado em nosso estudo abrangeu saúde, desenvolvimento econômico e da tecnologia, conforme podemos observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Caracterização das Agendas Analisadas

AGENDAS	SETOR	PERÍODO	ABRANGÊNCIA / PROPONENTE	LAZER
AGENDA 21 GLOBAL	Meio Ambiente	20 anos	Mundial/ONU	8

¹ Conforme Cattani e Holzmann (2011), a política do “Estado de Bem-Estar social” é um dos preceitos básicos da social-democracia e um dos instrumentos utilizados pelo keynesianismo para combater a crise econômica iniciada em 1929. Nessa política, apregoava-se a máxima intervenção do Estado na economia, fortalecendo as leis trabalhistas, a fim de aumentar a potencialidade do mercado consumidor, o que contribuía para o escoamento das produções fabris.

AMEAÇAS E POTENCIALIDADES DA RELAÇÃO TRABALHO & LAZER NO TEMPO PRESENTE

AGENDAS	SETOR	PERÍODO	ABRANGÊNCIA / PROPONENTE	LAZER
PLANO DE AÇÃO GLOBAL: ATIVIDADE FÍSICA 2018-2030	Saúde	12 anos	Mundial/OMS	9
MEGATENDÊNCIAS MUNDIAIS 2030	Economia	15 anos	Mundial/IPEA	12
BRASIL 2035	Economia	18 anos	Nacional/IPEA, ASSECOR	6
VISÃO 2035 BRASIL	Econômico e Social	17 anos	Nacional/BNDES	5
CURITIBA 2035	Sustentabilidade	18 anos	Local/PMC, SISTEMA FIEP, COMUNITAS, ARAPYAU	18

Fonte: Elaborado pelos autores.

As agendas são resultado dos mecanismos de planejamento com vistas a criar e planejar ações e estratégias programadas para atingir determinado objetivo. Seus agenciadores são instituições estatais e paraestatais, as quais buscam planejar as cidades, os países e, conseqüentemente, o mundo para um período entre uma e duas décadas. Com isso, surge a Agenda que é um plano de ação para as pessoas, redigida por grupo de atores estratégicos, de diferentes setores, cujo propósito comum é voltado à solução de um problema social específico (SENAI, 2017; BRASIL, 1994).

A seguir, apresentamos os principais elementos articuladores das agendas:

Saúde - conscientização da prática regular de AF em ambientes sustentáveis. Reduzir a inatividade física em 10% até 2025 e 15% até 2030 (OMS, 2018). E o lazer é referenciado, de acordo com as recomendações acordadas e para refletir as prioridades duplas desse plano de ação: (1) diminuir nível de inatividade física na população e (2) reduzir as disparidades e níveis de inatividade física nas populações menos ativas, identificadas por cada país. Os

dados desagregados devem incluir medidas específicas de domínio de atividade física (relacionadas ao trabalho, caminhada, ciclismo e tempo de lazer) (OMS, 2018, p. 46).

Desenvolvimento Econômico – trata de aspectos qualitativos relacionados ao crescimento da economia, não se restringindo ao crescimento da produção. O desenvolvimento econômico é capaz de gerar riquezas e melhoria na qualidade de vida da população de uma região, enquanto contribui para o equilíbrio social, respeito ao meio ambiente e à cultura regional (BNDES, 2018). Como o lazer é referenciado: as montanhas são uma fonte importante de água, energia e diversidade biológica. Além disso, fornecem recursos fundamentais, como minérios, produtos florestais e produtos agrícolas, e são fonte de lazer (BRASIL, 1992, p. 139).

Tecnologia – é o estado atual de nosso conhecimento de como combinar recursos para produzir produtos desejados e nosso conhecimento do que pode ser produzido. A principal vantagem é refletida na produção industrial: a tecnologia torna a produção mais rápida e maior, resultando em um produto mais barato e com maior qualidade (CATTANI; HOLZMANN, 2011). O lazer é referenciado: as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) continuarão modificando a natureza do trabalho, a estrutura de produção, a educação, a forma como as relações sociais ocorrem como utilizaremos nossos períodos de lazer (IPEA, 2017).

As discussões relacionam o lazer a partir principais temas articuladores das agendas, como saúde, tecnologia e desenvolvimento econômico. O estudo revelou uma perspectiva de mudança dos hábitos em prol da geração de renda e de melhoria da saúde em um cenário de desenvolvimento sustentável. Nas agendas, observa-se a influência neoliberal²², mesmo assim se vê a tentativa de que o lazer

²² Segundo Cattani e Holzmann (2011), “Neoliberal” ou “Neoliberalismo” é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, por meio de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica. O neoliberalismo iniciou a sua implementação pelos governos de vários países a partir da década de 1970.

atue na melhoria da vida nas cidades enquanto mercadoria tecnológica e/ou estilo de vida saudável de compensação à poluição e ao sedentarismo.

Um aspecto muito realçado é o quanto nossos hábitos de lazer mudarão em função das tecnologias virtuais, o que contrasta com o chamado das agendas por uma vida mais ativa e próxima da natureza. Em suma, as agendas apontam para futuros problemáticamente inconciliáveis. Portanto, ao mesmo tempo em que o lazer é tido como uma esfera subordinada aos grandes temas, na lógica do consumo, ele é visto pelas agendas como uma forma de política pública no cenário atual de enfraquecimento do cenário keynesiano³³ dos direitos sociais.

CONCLUSÃO

Neste capítulo tratamos da urgência das mudanças que o mundo do trabalho está enfrentando e as ideias de como gerir as ameaças e aproveitar as oportunidades dessas transformações. As agendas setoriais fornecem prognósticos, que podem nos ajudar a lidar com as incertezas do futuro, mesmo que não exista consenso ou garantias nessas previsões. Ao contrastarmos o futuro do trabalho com o do lazer, identificamos diferenças.

O trabalho ocupa dimensão central para o indivíduo/sociedade. É o campo das realizações de si e, para tanto, precisa ser digno. Logo, nas agendas da OIT, revela-se o legado keynesiano de bem-estar social. Já o lazer, começa a ser interpelado de forma neoliberal nas agendas analisadas. Assim, ele vira menos um direito e mais um coadjuvante para criação de novos empregos, cuidados com a saúde,

3³ Segundo De Masi (1999), Keynesiano ou a teoria Keynesiana é uma doutrina político-econômica que defende o Estado como um agente ativo contra a recessão e alta no desemprego. Essa doutrina econômica foi desenvolvida por John Maynard Keynes (1883-1946) e em seu principal livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, escrito durante a Grande Depressão e publicado em 1936. Keynes defendia que o Estado deve intervir na economia com o objetivo de evitar crises, como a de 1929.

proteção ambiental e consumo cultural. Outro aspecto que chama atenção é a diminuição das referências à desigualdade entre classes sociais e o aumento de atenção aos direitos da mulher em seu acesso digno ao trabalho e ao lazer.

A tecnologia, a demografia, a globalização e as alterações climáticas estão entre os principais fatores impulsionadores de mudanças no mundo do trabalho. Para preparar o futuro, torna-se necessário compreender de que forma essas megatendências irão afetar o trabalho, o lazer e a sociedade e qual a melhor maneira de aproveitá-las para gerar oportunidades.

A nossa esperança é que as agendas inspirem mais discussões sobre o amplo conjunto de questões tratadas. Desejamos tornar este estudo tão legível e relevante quanto possível para uma grande variedade de leitores: gestores, políticos, estudantes, trabalhadores, empresários de plataformas digitais e aquelas pessoas que trabalham na economia informal. O ideal é que as pessoas estejam conscientes das ameaças e oportunidades, para que consigam trabalhar em conjunto para encontrar soluções para o presente e o futuro do trabalho.

REFERÊNCIAS

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Visão 2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta.** Rio de Janeiro: BNDES, 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:** Agenda 21. Brasília: MRE, 1994.

BRUHNS, H. T. Explorando o lazer contemporâneo: entre a razão e a emoção. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2004.

CAMARGO, L. O. L. **O que é Lazer.** São Paulo: Moderna, 1986.

CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

CHENAVIER, R. Civilização de trabalho ou civilização do lazer? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 187-211, 1998.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W. (Org.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1997. p. 21-40.

DE MASI, D. **Desenvolvimento sem trabalho**. Tradução de E. Deheinzelin. São Paulo: **Esfera**, 1999.

DE MASI, D. **O Ócio Criativo**. Entrevista a M. S. Palieri. Tradução de L. Manzi. 3. ed. Rio de Janeiro: Sexante, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/ SESC; 1994.

FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. **Perspectiva**, São Paulo, n. 3, p. 51-65, 1980.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

MARCELLINO, N. C. **Para tirar os pés do chão**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MIRANDA, P. H.; MIRANDA, L. C. M.; PIMENTEL, G. G. A. O teletrabalho e as possibilidades de violação do direito ao lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 5, p. 109-125, 2018.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho. **Relatório Inicial para a Comissão Mundial sobre O Futuro do Trabalho**. Lisboa: OIT, 2017.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho. **Trabalhar para um Futuro Melhor**. Lisboa: OIT, 2019.

PIMENTEL, G. G. A. O passivo do lazer ativo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, p. 299-316, 2012.

PIMENTEL, G. G. A. Grupo de Estudos do Lazer (GEL). In: UVINHA, R. R. (Org.). **Lazer no Brasil: grupos de pesquisa e associações temáticas**. São Paulo: Edições SESC, 2018. p. 224-239.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Curitiba 2035**. Curitiba: Senai/PR, 2017.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Alba Pedreira Vieira – Pós-Doutorado em Artes Cênicas (UFBA). Ph.D. em Dança *Temple University* – EUA. Professora Associada do Curso de Graduação em Dança, Departamento de Artes e Humanidades, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora colaboradora do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania/UFV e do Mestrado em Artes Cênicas da UFJF. Líder do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar em Dança/CNPq.
Contato: albapvieira2@gmail.com

Alexandre Paulo Loro – Pós-Doutorado em Ensino (UNESPAR). Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Curso de Mestrado (UFFS, Campus Erechim/RS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Infâncias, Gênero e Corpo na Educação (GEINC/UFFS).
Contato: alexandre.loro@uffs.edu.br

Anacleto Araújo dos Santos – Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Monitor do Projeto FUTUEPA.
Contato: cleto_araujo@hotmail.com

Cristiane Miryam Drumond de Brito – Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Docente do Departamento de Terapia Ocupacional, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer e da Pós Graduação em Estudos da Ocupação (UFMG).
Contato: cdrumonddebrito@gmail.com

Daniela Gomes Rosado – Doutora em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa. Professora do Ensino superior desde 2010 e técnica da Divisão de Esportes e Lazer da UFV. Membro do Grupo de Pesquisa Lazer, Educação Física, Corpo e Sociedade FUPAC/Ponte Nova.

Contato: danigomesrosado@gmail.com

Elizara Carolina Marin – Pós-Doutorado pela *Università degli Studi di Roma "La Sapienza"*. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Lazer e Formação Profissional.

Contato: elizaracarol@yahoo.com.br

Flávia Brassarola Borsani Marques – Doutoranda em Educação Física (UNICAMP). Mestre em Arte e Educação (UNESP). Pós-graduada em Gestão, Mercado e Cultura (SENAC). Licenciada e bacharela em Dança (UFV).

Contato: flaviaborsani@gmail.com

Gabriela Machado Ribeiro – Doutora em Educação (UFPEL). Mestra em Educação Física (UFPEL). Docente da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Grupo de Investigação em Pedagogia Universitária.

Contato: gabimacrib@gmail.com

Giuliano Gomes Assis de Pimentel – PhD. pela Universidade de Coimbra. Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de

Campinas. Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá e no Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Educação Física (Mestrado e Doutorado). Coordena o Grupo de Estudos do Lazer (GEL).

Contato: ggapimentel@uem.br

Heleniara Amorim Moura – Doutora em Estudos Literários/Literatura Comparada (UFMG). Mestre em Letras/Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ). Professora EBTT do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Branco. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (NEPGRES).

Contato: heleniara.moura@ifmg.edu.br

Laura Alice Rinaldi Camargo – Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. Docente do curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa LAGEL – Laboratório da Gestão das Experiências de Lazer.

Contato: laurarinaldi@hotmail.com

Leila Mirtes Magalhães Pinto – Professora de Educação Física docente da UFMG. Doutora em Educação pela UFMG e Mestre em Educação Física: Recreação/Lazer pela UNICAMP. Consultora de Políticas de Esporte, Lazer, Cultura, Educação e Direitos Humanos. No Ministério do Esporte (2007-2011) foi Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e supervisora na Autoridade Pública Olímpica (2013). Consultora da Rede CEDES (2014-2019) e coordenadora científica dos Centros de Pesquisas desta Rede (2015-2019). Pesquisadora em Lazer e Políticas Públicas de Esporte e Lazer trata os temas em várias publicações e participações em eventos científicos e pedagógicos.

Contato: leilamirtesmp@gmail.com

Marcelo Taveira – Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Professor e Coordenador do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Currais Novos. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Turismo, Sociedade & Território” (UFRN/CNPq). Coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos Turísticos da UFRN (LAPET).

Contato: marceloturismo@yahoo.com.br

Marco Ruiz Silva – Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Educação Física Pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Educação Física Escolar e Administração de Recursos Humanos, pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da área de Linguagens Cultural e Corporal do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório da Gestão das Experiências de Lazer (LAGEL).

Contato: mruiz4@hotmail.com

Maria Beatriz Rocha Ferreira – Doutora em Antropologia pela Universidade do Texas, Austin (EUA). Desenvolvimento da carreira acadêmica na Universidade de São Paulo (1976–1979), Universidade Estadual de Campinas (1988–2012). Professora Visitante na Universidade do Centro Oeste Paraná (2003–2005), Universidade Católica de Leuven, Bélgica (1997–1998), Universidade Federal da Grande Dourados (2012–2016) e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR), Unicamp (2017–2019). Desenvolve projetos com o Núcleo em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância, da Universidade Federal de Juiz de Fora em ações nacionais e internacionais. Membro da Diretoria da *International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women* (IAPESGWO) e *International Council of Sport Science of Physical Education and Sport* (ICSSPE).

Contato: beatrizdevloo@gmail.com

Marie Luce Tavares – Doutoranda em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio de Pós-Graduação em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro/Portugal. Mestra em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora EBTT do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Branco. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (NEPGRES), membro do Grupo de Pesquisa Gênero e Performance (GECE) da Universidade de Aveiro/Portugal e membro do Laboratório de Pesquisa em Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLÉ).

Contato: marie.tavares@ifmg.edu.br

Marina Vinha – Doutora em Educação Física (UNICAMP). Atuou na Educação Escolar Indígena na Secretaria de Estado de Educação de MS no período de 1991-1996 e na formação de professores indígenas Guarani e Kaiowá entre 2006-2017, vinculada à Universidade Católica Dom Bosco e à Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente, está aposentada, mantendo os estudos e pesquisas sobre jogos tradicionais indígenas e em processos civilizadores.

Contato: mvinha2016@gmail.com

Nei Jorge dos Santos Junior – Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do grupo *Sport*: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ). Professor e coordenador do Curso de Educação Física da Faculdade Unilagos.

Contato: edfnei@hotmail.com

Odilon Roble – Doutor em Educação. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Líder do Grupo de Pesquisa em Filosofia e Estética do Movimento (GPFEM).

Contato: odilonroble@mac.com

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo – Doutora em Pedagogia da Educação Física (PUC). Doutoranda em Educação física (UEM). Professora Assistente IV da Universidade do Estado do Pará. Professora do Núcleo de Esporte e Lazer (NEL)/SEDUC. Membro do Grupo em Estudos do Lazer (GEL/UEM).

Contato: patriciadaraujo@hotmail.com

Raquel de Magalhães Borges – Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG. Mestre em Educação pela PUC/Minas. Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares. Membro do “Grupo de Pesquisa Transdisciplinar em Dança” e do grupo de pesquisa “Conhecer e Superar”.

Contato: raquel.borges@ufjf.edu.br

Renata Nascimento Duarte – Mestra em Educação Física (UFSM). Graduada em Educação Física Licenciatura e Bacharelado pela UFSM.

Contato: renata_duarte05@yahoo.com.br

Ricardo Alves Mendes – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação Física UEM/UEL. Membro do Grupo de Estudos do Lazer (GEL).

Contato: ricardoalvesmendes0303@gmail.com

Rita Stefany Maia da Silva – Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Contato: stefanymaia.silva@hotmail.com

Rosa Maria Rodrigues Lopes – Doutora em Geografia (UFRN). Mestre em Geografia (UFRN). Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Departamento de Turismo (Campus Central, Mossoró). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UERN). Membro dos grupos de pesquisa: Turismo,

Sociedade e Território (UFRN), Grupo de Estudos Turísticos (UERN) e Grupo de Estudos em Geografia Urbana e Econômica (UERN). Colaboradora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT, Portugal).

Contato: rosarodrigues@uern.br

Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes – Doutora em Educação. Docente da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UFPA).

Contato: rosereis@yahoo.com.br

Salete Gonçalves – Doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Ludicidade, Cultura e Educação (LUCE/UFMG/CNPq) e do Grupo de Estudos Turísticos (GET/UERN/CNPq).

Contato: salleteg@yahoo.com.br

Samuel Gonçalves Pinto – Pós-Doutorado em Educação Física pela Unesp/Bauru. Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho (2009/2012). Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor e Coordenador no Curso de Educação Física da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova – MG. Membro do Grupo de Pesquisa Lazer, Educação Física, Corpo e Sociedade (FUPAC), Ponte Nova.

Contato: samuel.pto@gmail.com

Vânia de Fátima Noronha Alves – Doutora em Educação (USP). Mestre em Educação (UFMG). Professora da Pós-graduação em Educação e das graduações em Educação Física e Pedagogia da PUC Minas. Membro do Centro de Estudos em Educação Física e Lazer (CEEEL) da PUC/Minas.

Contato: vaninhanoronha@gmail.com

Veronice Rossato Lovato – Mestra em Educação (UCDB). Professora aposentada da Rede Estadual de Ensino de MS, como docente do Curso Normal Médio Ára Verá (formação de professores Guarani e Kaiowá). Mantém estudos e atua como indigenista, com formação de professores indígenas, principalmente, nas áreas de alfabetização, metodologias de ensino e planejamento escolar, bem como na assessoria ao Movimento de Professores Guarani e Kaiowá, desde 1985. Contato: veronicerossato@yahoo.com.br

1ª edição **MAIO 2022**
formato do livro **16x23cm**
tipografia **DM SANS**
papel de miolo **PÓLEN SOFT 80G/M²**
papel de capa **CARTÃO SUPREMO 250G/M²**

@EDITORIALCASA

